Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Celine Maria de Sousa Azevedo
Francisca Araújo da Silva
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Samuel Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Tendências Atuais na Pesquisa Científica:

Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Epistemológicas – volume 2

WORGES Editoração

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Celine Maria de Sousa Azevedo
Francisca Araújo da Silva
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Samuel Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

TENDÊNCIAS ATUAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS – VOLUME 2.

Belém-Pará
Worges Editoração
2026

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob CC BY-NC-ND 4.0

© 2026 Edição brasileira
by Worges Editoração
© 2026 Texto by
Autor
Todos os direitos reservados

Worges Editoração

Home Page: www.worgeseditoracao.com Email:
worgeseditoracao@gmail.com CNPJ:
40.047.400/0001-77
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Diagramação

Danilo Wothon

Design da capa e do livro

Pryscila Borges

Ischkanian & Ischkanian

Imagens da capa

Imagem gerada por IA (DALL-E)

com base em solicitação personalizada no Chat- GPT/OpenAI

Revisão de texto: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Tendências atuais na pesquisa científica: perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas – volume 2 / Idênis Glória Belchior, Simone Helen Drumond Ischkanian, Gladys Nogueira Cabral, Celine Maria de Sousa Azevedo, Francisca Araújo da Silva, Marcos Aurélio dos Santos Freitas, Mara Lúcia Nunes de Lia Oliveira, Samuel Ferreira, Silvana Nascimento de Carvalho, Sygride Nascimento de Carvalho, Gabriel Nascimento de Carvalho, Sandro Garabed Ischkanian – Belém: Worges, 2026.

Recurso online (PDF)

ISBN: 978-65-5130-112-4
DOI: 10.46898/worges.9786551301124

1. Pesquisa científica. 2. Metodologia científica. 3. Epistemologia. 4. Produção do conhecimento. I. Belchior, Idênis Glória. II. Título.

Índice para catálogo sistemático:
001.42 – Metodologia da pesquisa cientifica

CDD 001.42
CDU 001.8

CONSELHO EDITORIAL

PROF. DR. EDNILSON SERGIO RAMALHO DE SOUZA - UFOPA
PROF. ME.ÉFREM COLOMBO RIBEIRO - IFPA
PROF. ME.JORGE CARLOS SILVA - ULBRA

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....**7**

APRESENTAÇÃO.....**10**

CAPÍTULO 1

Neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado AEE: estratégias de intervenção para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar.

Idênis Glória Belchior **12**

CAPÍTULO 2

ECA Digital Lei 15.211 frente às tecnologias do século XXI: jogos eletrônicos direitos digitais e os limites entre educação supervisionada e não supervisionada.

Simone Helen Drumond Ischkanian.....**28**

CAPÍTULO 3

A IA como ferramenta no desenvolvimento das quatro habilidades idiomáticas: escutar falar ler e escrever.

Gladys Nogueira Cabral.....**39**

CAPÍTULO 4

Letramento linguístico e matemático como eixos para a recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental.

Celine Maria de Sousa Azevedo.....**48**

CAPÍTULO 5

Tecnologia na Educação Infantil: integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na primeira infância.

Francisca Araújo da Silva.....**58**

CAPÍTULO 6

Desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola: limites e possibilidades.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas.....**71**

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7

Entre a inclusão e o controle: a educação contemporânea na era da personalização algorítmica.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira**.....84**

CAPÍTULO 8

Iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro: influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais dos estudantes.

Samuel Ferreira**.....98**

CAPÍTULO 9

Cooperativismo e inovação educacional na Amazônia: estratégias colaborativas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Silvana Nascimento de Carvalho e Sygride Nascimento de Carvalho**....115**

CAPÍTULO 10

Entre a inovação e a proteção: Inteligência Artificial cibersegurança ECA Digital e a construção do marco legal da IA na interface entre tecnologia e Direito.

Gabriel Nascimento de Carvalho**.....130**

CAPÍTULO 11

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil: objetivos pedagógicos relevância social e patamares legais na promoção de práticas educativas de qualidade.

Sandro Garabed Ischkanian**.....145**

COLEÇÃO RESUMOS.....155

AGRADECIMENTOS AOS AUTORES 281

POSFÁCIO.....296

PREFÁCIO

A presente coletânea se apresenta como um convite à reflexão aprofundada sobre os caminhos contemporâneos da educação em diálogo com as transformações tecnológicas, sociais e cognitivas que atravessam o século XXI. Ao reunir diferentes perspectivas teóricas e experiências práticas, a obra constrói um mosaico consistente de ideias que tensionam modelos tradicionais de ensino e propõem alternativas comprometidas com a inclusão, a inovação e a equidade. Cada capítulo revela não apenas um campo de investigação específico, mas também a interconexão entre saberes que, articulados, ampliam a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da educação atual.

O Capítulo 1, de Idênis Glória Belchior, inaugura a obra com uma abordagem centrada na neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado, evidenciando estratégias de intervenção que favorecem o desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar. A análise apresentada ilumina a importância de compreender os processos de aprendizagem a partir de uma perspectiva interdisciplinar, na qual aspectos neurológicos, emocionais e pedagógicos se entrelaçam. O texto conduz o leitor a perceber que a inclusão não se limita ao acesso, mas exige práticas intencionais, sensíveis e cientificamente fundamentadas.

No Capítulo 2, Simone Helen Drumond Ischkanian introduz uma discussão atual e necessária sobre o ECA Digital e a Lei 15.211, explorando as complexas relações entre infância, tecnologias digitais e direitos no ambiente virtual. A autora problematiza os limites entre o uso supervisionado e não supervisionado de recursos digitais, propondo uma reflexão ética e jurídica que dialoga diretamente com os desafios enfrentados por educadores e famílias na contemporaneidade. Sua contribuição amplia o debate ao considerar o impacto dos jogos eletrônicos e das interações digitais na formação de crianças e adolescentes.

A obra avança com o Capítulo 3, no qual Gladys Nogueira Cabral apresenta a inteligência artificial como ferramenta no desenvolvimento das habilidades idiomáticas. A autora explora possibilidades pedagógicas que integram tecnologia e linguagem, revelando como recursos digitais podem potencializar processos de escuta, fala, leitura e escrita. Sua abordagem destaca a centralidade do sujeito aprendente, evidenciando que a tecnologia, quando mediada de forma consciente, pode ampliar horizontes cognitivos e comunicativos.

No Capítulo 4, Celine Maria de Sousa Azevedo propõe uma reflexão sobre o letramento linguístico e matemático como eixos estruturantes para a recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental. O texto evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que articulem diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma formação mais integrada e significativa. A

autora demonstra que a recomposição das aprendizagens exige planejamento cuidadoso e estratégias que considerem as lacunas educacionais ampliadas em contextos recentes.

A discussão sobre a primeira infância ganha destaque no Capítulo 5, em que Francisca Araújo da Silva analisa a integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na educação infantil. A autora apresenta possibilidades que respeitam o desenvolvimento das crianças, valorizando experiências lúdicas e interativas. Sua reflexão evidencia que a inserção de tecnologias nesse nível de ensino deve ser orientada por princípios pedagógicos que priorizem o desenvolvimento integral.

No Capítulo 6, Marcos Aurélio dos Santos Freitas traz à tona os desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola. O autor problematiza questões relacionadas à desigualdade de acesso, à valorização cultural e às especificidades dos territórios tradicionais. Sua análise revela a urgência de políticas educacionais que considerem a diversidade sociocultural como elemento central na construção de práticas pedagógicas significativas.

O Capítulo 7, de Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira, aprofunda a reflexão sobre a educação contemporânea ao abordar a tensão entre inclusão e controle na era da personalização algorítmica. A autora convida o leitor a pensar criticamente sobre o papel das tecnologias na mediação do conhecimento, destacando riscos e possibilidades que emergem desse cenário. Sua contribuição amplia o debate ao evidenciar que a personalização, quando não problematizada, pode reforçar desigualdades.

A temática das desigualdades educacionais é explorada no Capítulo 8 por Samuel Ferreira, que analisa as iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro. O autor investiga a influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais, revelando como fatores estruturais impactam trajetórias acadêmicas. Seu texto provoca uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que promovam maior justiça educacional.

No Capítulo 9, Silvana Nascimento de Carvalho e Sygride Nascimento de Carvalho apresentam o cooperativismo como estratégia de inovação educacional na Amazônia. As autoras articulam educação, desenvolvimento sustentável e inclusão social, evidenciando o potencial de práticas colaborativas na transformação de realidades locais. A proposta apresentada valoriza o protagonismo comunitário e a construção coletiva do conhecimento.

O Capítulo 10, de Gabriel Nascimento de Carvalho, insere o debate educacional no campo jurídico ao discutir a interface entre inteligência artificial, cibersegurança e direitos digitais. O autor problematiza os desafios da construção de um marco legal que acompanhe as rápidas transformações tecnológicas, destacando a importância de proteger sujeitos em

ambientes digitais. Sua análise evidencia a necessidade de diálogo entre educação, tecnologia e direito.

Encerrando a coletânea, o Capítulo 11, de Sandro Garabed Ischkanian, aborda a formação continuada de educadores voluntários, destacando sua relevância social e pedagógica. O autor evidencia que a qualificação permanente dos educadores é condição fundamental para a promoção de práticas educativas de qualidade. Sua reflexão aponta para a importância do compromisso ético e formativo na atuação educacional.

A Coleção Resumos, que acompanha esta obra, sintetiza os principais eixos temáticos abordados, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica dos conteúdos desenvolvidos. Trata-se de um recurso que facilita o acesso às ideias centrais, sem perder a densidade conceitual que caracteriza cada capítulo.

Este prefácio reconhece o valor intelectual e social da obra, que se consolida como contribuição relevante para o campo educacional. Ao articular inclusão, tecnologia, formação docente e justiça social, a coletânea reafirma o compromisso com uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas transforma realidades e amplia possibilidades de existência.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

APRESENTAÇÃO

A presente obra se constitui como um espaço de encontro entre saberes, experiências e perspectivas que se entrelaçam na construção de uma educação mais consciente, inclusiva e transformadora. Cada capítulo revela um compromisso ético e intelectual com a compreensão dos desafios contemporâneos, propondo caminhos que transcendem respostas simplistas e valorizam a complexidade dos processos educativos. O conjunto dos textos convida o leitor a uma imersão reflexiva, na qual o conhecimento é concebido como prática viva, em constante diálogo com a realidade social.

Os estudos apresentados evidenciam a potência das abordagens interdisciplinares, articulando campos como educação, direito, tecnologia e desenvolvimento social em uma tessitura teórica e prática profundamente significativa. As discussões sobre tecnologias assistivas, inclusão educacional, direitos das pessoas com deficiência, inteligência artificial aplicada à aprendizagem e práticas pedagógicas antirracistas ampliam horizontes e tensionam modelos tradicionais, abrindo espaço para novas formas de pensar e fazer educação. Cada análise contribui para fortalecer um olhar crítico e sensível, capaz de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da experiência humana.

A obra revela especial atenção ao desenvolvimento humano em sua pluralidade, contemplando dimensões cognitivas, motoras, sociais e culturais que atravessam o percurso educativo. Os capítulos que abordam o desenvolvimento motor, o pensamento computacional, as tecnologias assistivas e a atuação psicopedagógica junto a sujeitos neurodivergentes demonstram que educar exige escuta, intencionalidade e respeito às singularidades. A valorização das diferenças não aparece como discurso abstrato, mas como fundamento de práticas pedagógicas que buscam promover aprendizagens significativas e trajetórias de sucesso.

As reflexões sobre proteção de dados, ética digital, educação em contextos rurais e cooperativismo evidenciam a necessidade de compreender o fenômeno educativo em diálogo com os contextos nos quais se insere. A educação emerge, nesse cenário, como prática social que se reinventa diante das mudanças, mantendo-se comprometida com a formação crítica e a construção de uma sociedade mais justa.

Os capítulos reunidos não apenas apresentam resultados de pesquisas, mas também expressam trajetórias de dedicação, sensibilidade e compromisso com a produção de conhecimento relevante. Há, em cada texto, uma intenção clara de contribuir para a transformação das práticas educacionais, fortalecendo perspectivas que reconhecem o potencial de cada sujeito e a importância de ambientes de aprendizagem acolhedores e desafiadores. Esse

compromisso se revela na maneira como os autores articulam teoria e prática, evidenciando que o conhecimento acadêmico ganha sentido quando dialoga com as experiências concretas vividas nos diferentes espaços educativos.

A densidade das reflexões apresentadas permite compreender que a educação não pode ser reduzida a processos mecânicos ou padronizados, mas deve ser concebida como prática dinâmica, sensível às transformações sociais e às necessidades dos sujeitos. Cada capítulo propõe deslocamentos importantes no modo de pensar o ensino, incentivando a construção de abordagens mais flexíveis, críticas e contextualizadas. O leitor é conduzido a reconhecer que a aprendizagem se constitui em um processo complexo, no qual fatores cognitivos, emocionais e culturais se entrelaçam de maneira indissociável.

Outro aspecto que se destaca na obra é a valorização de práticas pedagógicas que se orientam pela inclusão e pelo respeito às diferenças. Os autores demonstram que a construção de ambientes educacionais mais equitativos exige intencionalidade, planejamento e abertura para a inovação. As experiências relatadas indicam que, quando há compromisso com a diversidade, surgem possibilidades concretas de superação de barreiras historicamente presentes no sistema educacional, promovendo maior participação e pertencimento dos estudantes.

A relevância da obra também se manifesta na capacidade de inspirar novas investigações e práticas, estimulando o leitor a repensar suas próprias concepções sobre educação. As análises apresentadas não se encerram em si mesmas, mas abrem caminhos para o aprofundamento de debates e para a construção de novas propostas pedagógicas. Esse movimento evidencia que o conhecimento produzido é vivo, em constante transformação, e que sua potência reside na capacidade de gerar novas perguntas e perspectivas.

Esta obra se afirma, portanto, como uma contribuição significativa para o campo científico e educacional, oferecendo ao leitor não apenas informações, mas possibilidades de reflexão, reinvenção e ação. Ao percorrer seus capítulos, torna-se possível perceber que a educação, quando pensada com profundidade e responsabilidade, se transforma em instrumento de emancipação, diálogo e construção coletiva de futuros mais inclusivos e humanizados.

Idênis Glória Belchior

Dalva Costa do Nascimento

Sílvia Drumond de Carvalho

Sibele Nascimento de Carvalho

CAPÍTULO 1

Neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado (AEE): estratégias de intervenção para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar.

Neuropsychopedagogy in Specialized Educational Services (SES): intervention strategies for cognitive development and school inclusion.

Idênis Glória Belchior

RESUMO

A neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado é apresentada como um campo fundamental para a compreensão dos processos de aprendizagem e para a promoção da inclusão escolar. O estudo aborda a importância da análise das funções cognitivas, como atenção, memória, linguagem e funções executivas, na identificação das necessidades específicas dos estudantes. Evidencia-se que as intervenções devem ser planejadas de forma individualizada, considerando as singularidades de cada sujeito e utilizando estratégias pedagógicas estruturadas, como recursos visuais, organização de rotinas e adaptação de conteúdos. Destaca-se o papel da mediação pedagógica qualificada na construção de aprendizagens significativas e no fortalecimento da autonomia. Ressalta-se a relevância da articulação entre escola, família e equipe multiprofissional para garantir continuidade e coerência nas ações educativas. Conclui-se que a neuropsicopedagogia contribui para o desenvolvimento cognitivo e para a efetivação de práticas inclusivas no contexto escolar.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia; atendimento educacional especializado; inclusão escolar; desenvolvimento cognitivo.

ABSTRACT

Neuropsychopedagogy in Specialized Educational Services is presented as a fundamental field for understanding learning processes and promoting school inclusion. The study addresses the importance of analyzing cognitive functions such as attention, memory, language and executive functions in identifying students' specific needs. It highlights that interventions must be individually planned, considering each learner's singularities and using structured pedagogical strategies such as visual resources, routine organization and content adaptation. It emphasizes the role of qualified pedagogical mediation in building meaningful learning and strengthening autonomy. It also stresses the relevance of articulation between school, family and multidisciplinary teams to ensure continuity and coherence in educational actions. It concludes that neuropsychopedagogy contributes to cognitive development and to the effectiveness of inclusive practices in the school context.

Keywords: Neuropsychopedagogy; specialized educational services; school inclusion; cognitive development.

1. INTRODUÇÃO

A neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado configura-se como um campo emergente que integra conhecimentos da educação, da psicologia e das neurociências, orientando práticas voltadas ao desenvolvimento cognitivo e à inclusão escolar. Nesse contexto, a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem assume papel central na construção de intervenções pedagógicas mais eficazes e sensíveis às diferenças individuais. Conforme destacam Almeida e Géller (2018), a articulação entre saberes transdisciplinares possibilita a construção de práticas educacionais mais integradas, capazes de responder às demandas complexas da educação inclusiva. Tal perspectiva amplia a compreensão do AEE como espaço de mediação qualificada, no qual o conhecimento científico orienta a prática pedagógica.

A consolidação da educação inclusiva exige a superação de modelos tradicionais de ensino que desconsideram as singularidades dos estudantes. Nesse cenário, a neuropsicopedagogia propõe uma leitura ampliada do processo educativo, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Oliveira (2023) enfatiza que a avaliação neuropsicopedagógica permite identificar não apenas dificuldades, mas também potencialidades, contribuindo para a elaboração de estratégias mais ajustadas às necessidades dos sujeitos. Essa abordagem desloca o foco do déficit para o desenvolvimento, promovendo uma educação que reconhece a diversidade como elemento constitutivo da aprendizagem.

A centralidade do Atendimento Educacional Especializado reside na oferta de suporte pedagógico que complemente e potencialize o ensino regular, favorecendo o acesso ao currículo e a participação ativa dos estudantes. Manzoli, Batista e Santos (2020) evidenciam que práticas pedagógicas estruturadas no AEE contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência intelectual. A atuação nesse espaço requer planejamento cuidadoso e uso de recursos que facilitem a compreensão e a organização das atividades, promovendo maior autonomia no processo de aprendizagem.

A interface entre neuropsicopedagogia e inclusão escolar evidencia a necessidade de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e orientadas por princípios éticos. A compreensão do funcionamento cognitivo permite ao educador elaborar intervenções mais precisas, reduzindo barreiras à aprendizagem. Belchior et al. (2025) problematizam a limitação de indicadores tradicionais, como o quociente de inteligência, ao destacar a complexidade das capacidades cognitivas humanas. Tal reflexão reforça a importância de abordagens que considerem múltiplas dimensões do desenvolvimento.

A construção de ambientes educacionais inclusivos demanda reorganização das práticas pedagógicas, com foco na acessibilidade e na participação efetiva dos estudantes. A neuropsicopedagogia contribui para esse processo ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos que orientam a adaptação curricular e a mediação pedagógica. Almeida e Géller (2018) defendem que a integração entre diferentes áreas do conhecimento fortalece a construção de práticas mais sensíveis às necessidades dos alunos. Essa perspectiva favorece a criação de contextos de aprendizagem mais equitativos.

A formação docente emerge como elemento essencial para a efetivação de práticas inclusivas no AEE. A atuação pedagógica orientada por fundamentos neuropsicopedagógicos requer conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento cognitivo e suas implicações na aprendizagem. Oliveira (2023) aponta que a qualificação profissional contínua contribui para a construção de intervenções mais consistentes e eficazes. A ampliação desse repertório formativo fortalece a capacidade de resposta dos educadores diante dos desafios cotidianos.

A organização do trabalho pedagógico no AEE exige planejamento estruturado, uso de estratégias diferenciadas e acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que a utilização de recursos visuais e a organização de rotinas favorecem a compreensão das atividades e o engajamento dos alunos. Esse tipo de intervenção contribui para a construção de aprendizagens mais significativas, promovendo avanços progressivos no desenvolvimento cognitivo.

A inclusão escolar, compreendida como direito fundamental, implica a garantia de condições que possibilitem o pleno desenvolvimento dos estudantes em contextos educacionais diversos. A neuropsicopedagogia oferece instrumentos que contribuem para a identificação de barreiras e a construção de estratégias que favoreçam a participação ativa. Belchior et al. (2025) ressaltam a importância de reconhecer a complexidade do desenvolvimento humano, evitando reducionismos que limitam a compreensão das capacidades dos sujeitos. Tal abordagem amplia as possibilidades de intervenção pedagógica.

A articulação entre escola, família e equipe multiprofissional constitui elemento fundamental para o sucesso das ações desenvolvidas no AEE. A troca de informações e o alinhamento de estratégias favorecem a continuidade das intervenções em diferentes contextos. Oliveira (2023) enfatiza que essa integração potencializa os resultados no desenvolvimento dos estudantes, promovendo maior coerência nas práticas educativas. A construção de redes de apoio fortalece o processo inclusivo.

A relevância da neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado reside na sua capacidade de promover uma educação mais justa e sensível às diferenças. Ao integrar

conhecimentos científicos e práticas pedagógicas, esse campo contribui para a construção de estratégias que favorecem o desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar. Almeida e Géller (2018) destacam que a transdisciplinaridade constitui caminho promissor para a transformação das práticas educacionais. Essa perspectiva inaugura possibilidades para uma educação que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento integral dos estudantes.

2. DESEVOLVIMENTO

A atuação neuropsicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado configura-se como prática que articula conhecimento científico e intervenção pedagógica, promovendo respostas mais qualificadas às demandas educacionais contemporâneas. A compreensão das funções cognitivas permite delinear estratégias que favorecem o desenvolvimento de habilidades essenciais à aprendizagem. Oliveira (2023) destaca que a avaliação detalhada dos processos mentais contribui para a construção de intervenções mais assertivas. Esse processo amplia a eficácia das ações pedagógicas no contexto inclusivo.

A elaboração de estratégias de intervenção no AEE exige compreensão aprofundada das especificidades cognitivas dos estudantes, considerando suas potencialidades e desafios. A prática pedagógica orientada por princípios neuropsicopedagógicos favorece a construção de atividades que estimulam o desenvolvimento progressivo das habilidades. Manzoli, Batista e Santos (2020) evidenciam que intervenções estruturadas contribuem para o avanço acadêmico e social dos estudantes. A organização das atividades desempenha papel central nesse processo.

A mediação pedagógica assume papel determinante na construção de aprendizagens significativas, especialmente em contextos inclusivos. A atuação do profissional do AEE envolve a adaptação de conteúdos, a utilização de recursos diversificados e a organização de ambientes que favoreçam a participação ativa. Almeida e Géller (2018) ressaltam a importância da integração entre diferentes áreas do conhecimento para qualificar essa mediação. Tal abordagem amplia as possibilidades de intervenção.

O uso de recursos visuais e estratégias estruturadas contribui para a organização do pensamento e para a compreensão das atividades propostas. A previsibilidade das ações pedagógicas favorece o engajamento dos estudantes e reduz dificuldades relacionadas à aprendizagem. Oliveira (2023) enfatiza que a clareza na organização das tarefas facilita a internalização dos conteúdos. Esse tipo de intervenção promove maior autonomia.

A adaptação curricular configura-se como elemento essencial para a efetivação da inclusão escolar, permitindo que os estudantes tenham acesso ao conhecimento de forma significativa. A neuropsicopedagogia oferece subsídios para a elaboração de propostas

pedagógicas mais flexíveis e ajustadas às necessidades individuais. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que a flexibilização curricular contribui para a participação ativa dos estudantes. Esse processo amplia as oportunidades de aprendizagem.

A compreensão crítica dos instrumentos de avaliação constitui aspecto relevante na prática neuropsicopedagógica. A utilização de indicadores tradicionais, como o quociente de inteligência, revela limitações quando aplicada de forma isolada. Belchior et al. (2025) apontam que a avaliação deve considerar múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Essa perspectiva favorece uma leitura mais abrangente das capacidades cognitivas.

A construção de práticas inclusivas requer compromisso institucional e formação continuada dos profissionais envolvidos no processo educativo. A qualificação docente possibilita a implementação de estratégias mais eficazes e fundamentadas teoricamente. Almeida e Géller (2018) defendem que a formação interdisciplinar fortalece a atuação pedagógica no AEE. Esse investimento contribui para a melhoria da qualidade educacional.

A articulação entre diferentes profissionais amplia a compreensão das necessidades dos estudantes e favorece intervenções mais consistentes. A atuação conjunta de educadores, psicólogos e outros especialistas promove uma abordagem mais integrada do desenvolvimento. Oliveira (2023) destaca que essa colaboração potencializa os resultados das intervenções. A construção de redes de apoio fortalece o processo educativo.

A promoção da autonomia constitui objetivo central das intervenções neuropsicopedagógicas, possibilitando que os estudantes desenvolvam habilidades que favoreçam sua participação social. A organização de atividades que estimulem a tomada de decisão e a resolução de problemas contribui para esse processo. Manzoli, Batista e Santos (2020) evidenciam que o desenvolvimento da autonomia está diretamente relacionado à qualidade das intervenções pedagógicas. Esse avanço repercute no desempenho escolar.

A neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado revela-se como campo de grande relevância para a construção de uma educação inclusiva, crítica e comprometida com o desenvolvimento integral. A integração entre teoria e prática possibilita a elaboração de estratégias que respondem às demandas educacionais contemporâneas. Belchior et al. (2025) reforçam a necessidade de abordagens que considerem a complexidade do desenvolvimento humano. Esse entendimento amplia horizontes para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A fundamentação teórica da neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado estrutura-se na compreensão de que os processos de aprendizagem são multifatoriais e exigem abordagens integradas entre diferentes campos do conhecimento. Almeida e Géller (2018) defendem que a interface entre psicologia e educação permite uma leitura mais aprofundada das necessidades dos estudantes, ao reconhecer que o desenvolvimento cognitivo está intrinsecamente relacionado às dimensões emocionais e sociais. Essa perspectiva sustenta a ideia de que o AEE não deve ser concebido como espaço isolado, mas como ambiente articulador de práticas pedagógicas fundamentadas na compreensão global do sujeito.

A análise crítica das formas tradicionais de avaliação cognitiva constitui elemento central dessa base teórica, especialmente quando se consideram os limites dos instrumentos padronizados. Belchior et al. (2025) problematizam a utilização do quociente de inteligência como medida única de capacidade, destacando que tal indicador não contempla a diversidade dos modos de aprender presentes em contextos inclusivos. Essa reflexão teórica contribui para a construção de um paradigma que valoriza o potencial do estudante em sua singularidade, reconhecendo que o desenvolvimento se manifesta de maneira plural e contextualizada.

No âmbito das práticas pedagógicas, a fundamentação teórica evidencia que o AEE deve operar a partir de estratégias que promovam mediações significativas e adaptadas às necessidades específicas dos estudantes. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que a intervenção pedagógica no AEE ganha consistência quando orientada por princípios que consideram o ritmo de aprendizagem, as características cognitivas e as possibilidades de interação do sujeito. Essa abordagem reforça a importância de práticas educativas que não apenas acompanham o ensino regular, mas que ampliam as condições de acesso ao conhecimento.

A avaliação neuropsicopedagógica, enquanto eixo estruturante da intervenção, é compreendida como processo contínuo e interpretativo, que ultrapassa diagnósticos pontuais. Oliveira (2023) enfatiza que a análise das dificuldades de aprendizagem deve considerar o contexto escolar, as interações sociais e as experiências anteriores do estudante, permitindo a construção de estratégias mais coerentes com sua realidade. Essa concepção teórica desloca o foco da identificação de déficits para a compreensão de possibilidades, promovendo intervenções mais eficazes e humanizadas.

A integração entre essas contribuições teóricas evidencia que a neuropsicopedagogia no AEE se fundamenta em uma visão dinâmica do desenvolvimento humano, na qual aprendizagem e inclusão se constituem como processos interdependentes. O campo teórico analisado aponta

para a necessidade de práticas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo da educação, fortalecendo uma atuação profissional comprometida com a equidade e com a construção de trajetórias educacionais significativas. Essa perspectiva exige a superação de modelos homogêneos de ensino, promovendo abordagens pedagógicas que valorizem as singularidades e potencialidades de cada estudante.

4. COMPREENSÃO NEUROCOGNITIVA DA APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A compreensão neurocognitiva da aprendizagem no Atendimento Educacional Especializado exige uma abordagem que considere a complexidade dos processos mentais envolvidos na aquisição do conhecimento. Almeida e Géller (2018) apontam que a integração entre psicologia e educação permite compreender a aprendizagem como fenômeno dinâmico, no qual aspectos emocionais, sociais e biológicos se articulam de maneira indissociável. Essa perspectiva rompe com visões reducionistas e orienta práticas pedagógicas mais sensíveis às especificidades dos estudantes.

A leitura dos processos neurocognitivos possibilita identificar padrões de funcionamento que influenciam diretamente o desempenho acadêmico, sobretudo em contextos inclusivos. Belchior et al. (2025) discutem que a inteligência não pode ser reduzida a indicadores quantitativos, ressaltando a importância de considerar múltiplas dimensões do desenvolvimento. Essa compreensão amplia o olhar do educador, permitindo intervenções mais ajustadas às necessidades reais dos estudantes.

A atuação no AEE fundamentada em princípios neurocognitivos promove uma reorganização das práticas pedagógicas, valorizando estratégias que favorecem a construção ativa do conhecimento. Oliveira (2023) destaca que a avaliação contínua possibilita compreender como o estudante processa informações, permitindo intervenções mais eficazes. Essa abordagem contribui para a criação de ambientes educativos que estimulam o desenvolvimento de habilidades cognitivas de forma significativa.

A análise dos processos mentais também evidencia a importância da previsibilidade e da organização no ambiente de aprendizagem. Manzoli, Batista e Santos (2020) ressaltam que a estruturação das atividades favorece a compreensão e reduz barreiras cognitivas. Essa organização contribui para o fortalecimento da autonomia e do engajamento dos estudantes.

A compreensão neurocognitiva, quando incorporada às práticas do AEE, possibilita a construção de experiências educativas mais inclusivas e eficazes. Almeida e Géller (2018) reforçam que o conhecimento sobre o funcionamento do cérebro amplia as possibilidades de

intervenção pedagógica. Esse entendimento transforma o processo educativo em espaço de desenvolvimento integral e significativo. Tal perspectiva favorece a elaboração de estratégias que respeitam os diferentes ritmos de aprendizagem, promovendo maior engajamento e participação dos estudantes. Ao integrar ciência e prática pedagógica, amplia-se a capacidade de responder às demandas educacionais contemporâneas com maior precisão e sensibilidade.

5. PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES NEUROPSICOPEDAGÓGICAS INDIVIDUALIZADAS

O planejamento de intervenções neuropsicopedagógicas individualizadas representa um dos principais instrumentos para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado. Oliveira (2023) destaca que a construção desse planejamento deve partir de avaliações detalhadas, considerando as especificidades cognitivas e emocionais de cada estudante. Essa prática permite a elaboração de estratégias que respeitam o ritmo de aprendizagem.

A individualização das intervenções exige uma postura investigativa por parte do educador, que precisa compreender profundamente as características do estudante. Almeida e Géller (2018) defendem que essa análise favorece a construção de práticas pedagógicas mais coerentes e eficazes. O planejamento, nesse sentido, torna-se processo contínuo de reflexão e adaptação.

A definição de objetivos claros e progressivos constitui elemento fundamental nesse planejamento. Manzoli, Batista e Santos (2020) evidenciam que metas bem estruturadas favorecem o acompanhamento do desenvolvimento e a identificação de avanços. Essa organização contribui para a construção de trajetórias educacionais mais consistentes.

A flexibilidade metodológica aparece como característica indispensável nas intervenções individualizadas. Belchior et al. (2025) apontam que a diversidade cognitiva exige adaptações constantes nas estratégias de ensino. Essa flexibilidade permite responder às necessidades emergentes do processo educativo.

O planejamento individualizado fortalece a inclusão ao reconhecer o estudante como sujeito ativo de sua aprendizagem. Oliveira (2023) ressalta que a personalização das estratégias contribui para o desenvolvimento da autonomia e da participação. Esse processo amplia as possibilidades de aprendizagem significativa.

6. MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA ESTRUTURADA E USO DE RECURSOS ACESSÍVEIS

A mediação pedagógica estruturada constitui elemento essencial para a efetivação de práticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado. Manzoli, Batista e Santos (2020)

destacam que a organização das atividades favorece a compreensão dos conteúdos e a participação dos estudantes. Essa estruturação promove maior segurança no processo de aprendizagem.

O uso de recursos acessíveis amplia significativamente as possibilidades de ensino, permitindo a adaptação dos conteúdos às necessidades dos estudantes. Almeida e Géller (2018) ressaltam que a diversificação de estratégias pedagógicas contribui para a construção de ambientes mais inclusivos. Essa prática favorece a equidade no acesso ao conhecimento.

A incorporação de tecnologias assistivas representa um avanço importante na mediação pedagógica. Oliveira (2023) enfatiza que esses recursos possibilitam maior autonomia e interação com os conteúdos. O uso dessas ferramentas contribui para a superação de barreiras educacionais.

A mediação estruturada também envolve a utilização de estratégias multissensoriais, que estimulam diferentes canais de aprendizagem. Belchior et al. (2025) destacam que essa abordagem favorece a consolidação do conhecimento. A diversidade de estímulos amplia o engajamento dos estudantes.

A combinação entre estrutura pedagógica e recursos acessíveis fortalece o processo educativo, promovendo aprendizagem significativa. Manzoli, Batista e Santos (2020) reforçam que práticas bem organizadas contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social. Esse cenário favorece a construção de experiências educativas mais inclusivas.

7. ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

A articulação entre escola, família e equipe multiprofissional constitui elemento fundamental para o sucesso das intervenções no Atendimento Educacional Especializado. Belchior et al. (2025) destacam que o desenvolvimento do estudante depende da integração entre diferentes contextos de convivência. Essa colaboração favorece a construção de estratégias mais consistentes.

O diálogo entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo permite uma compreensão mais ampla das necessidades do estudante. Almeida e Géller (2018) ressaltam que essa interação contribui para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes. A troca de informações fortalece o planejamento das intervenções.

A participação da família no processo educativo desempenha papel significativo no desenvolvimento dos estudantes. Oliveira (2023) enfatiza que o envolvimento familiar contribui para a continuidade das estratégias de aprendizagem. Essa participação amplia as possibilidades de desenvolvimento.

A atuação da equipe multiprofissional possibilita a integração de diferentes saberes, enriquecendo o processo educativo. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que essa colaboração favorece intervenções mais completas. A diversidade de perspectivas contribui para a qualidade das práticas pedagógicas.

A articulação entre os diferentes agentes educativos fortalece a inclusão, promovendo maior coerência nas ações desenvolvidas. Belchior et al. (2025) reforçam que o trabalho colaborativo amplia as possibilidades de aprendizagem. Esse processo contribui para o desenvolvimento integral do estudante.

8. INCLUSÃO ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NO CONTEXTO DO (AEE)

A inclusão escolar no contexto do Atendimento Educacional Especializado deve ser compreendida como processo que visa ao desenvolvimento integral dos estudantes. Almeida e Géller (2018) destacam que a valorização da diversidade constitui princípio fundamental para a construção de práticas inclusivas. Essa perspectiva amplia o conceito de aprendizagem.

O desenvolvimento integral envolve a articulação entre dimensões cognitivas, emocionais e sociais, promovendo a formação de sujeitos autônomos. Oliveira (2023) enfatiza que a inclusão exige práticas pedagógicas que considerem essas múltiplas dimensões. Esse entendimento fortalece a qualidade do processo educativo.

A construção de ambientes inclusivos requer revisão constante das práticas pedagógicas e das concepções de ensino. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que a adaptação das estratégias favorece a participação dos estudantes. Essa transformação contribui para a equidade educacional.

A inclusão também implica o reconhecimento das potencialidades dos estudantes, valorizando suas formas de aprendizagem. Belchior et al. (2025) ressaltam que o desenvolvimento ocorre de maneira singular, exigindo práticas sensíveis às diferenças. Essa abordagem promove maior engajamento.

O Atendimento Educacional Especializado assume papel estratégico na promoção da inclusão e do desenvolvimento integral. Almeida e Géller (2018) reforçam que práticas inclusivas contribuem para a construção de trajetórias educacionais significativas. Esse processo fortalece a participação social e a autonomia dos estudantes.

9. PROJETO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado configura-se como um eixo estruturante da educação inclusiva, orientado pela garantia de acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes público-alvo da educação especial. A elaboração do plano para o ano de 2026, no contexto da Escola Especial Eugênio da Silveira Pinto, revela uma intencionalidade pedagógica que ultrapassa a dimensão organizacional e se consolida como instrumento de transformação das práticas educativas. Conforme discutem Almeida e Géller (2018), a construção do AEE exige uma abordagem transdisciplinar que articule diferentes áreas do conhecimento na compreensão das necessidades educacionais. A organização sistemática das ações permite a construção de percursos formativos que reconhecem a singularidade dos sujeitos, promovendo intervenções alinhadas às suas potencialidades e demandas específicas.

A estruturação do plano evidencia um compromisso com práticas pedagógicas fundamentadas em princípios inclusivos, nos quais a diversidade é compreendida como elemento constitutivo do processo educativo. Belchior et al. (2025) ressaltam que a compreensão das capacidades cognitivas não deve se restringir a indicadores tradicionais, mas considerar dimensões ampliadas do desenvolvimento humano. Essa perspectiva desloca o foco das limitações para as possibilidades, promovendo uma ressignificação das práticas educacionais e incentivando a construção de ambientes que acolham diferentes formas de aprendizagem, expressão e participação.

9.1. Fundamentação legal do Atendimento Educacional Especializado

A fundamentação legal que embasa o plano revela a articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas, assegurando que o atendimento ocorra em consonância com os princípios da equidade e do direito à educação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a superação de modelos excludentes e fortalece a construção de práticas que valorizam a participação ativa dos estudantes. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que o AEE deve ser compreendido como um espaço de reorganização pedagógica capaz de promover o acesso ao conhecimento por meio de estratégias diferenciadas. A incorporação desses referenciais normativos amplia as possibilidades de atuação docente e fortalece a legitimidade do trabalho desenvolvido no contexto educacional.

9.2. Fundamentos teóricos da aprendizagem no contexto inclusivo

No campo teórico, a presença dos pressupostos de Lev Vygotsky contribui para a compreensão da aprendizagem como um processo social e interativo, mediado por relações

significativas. Almeida e Géller (2018) evidenciam que a mediação pedagógica constitui elemento central na construção do conhecimento, sobretudo em contextos inclusivos. A atuação docente adquire relevância ao organizar experiências que favoreçam o desenvolvimento cognitivo por meio de intervenções intencionais e estruturadas. A criação de situações de aprendizagem mediadas possibilita que o estudante avance em suas capacidades, explorando novos níveis de compreensão a partir do suporte oferecido, o que reforça a importância de práticas pedagógicas fundamentadas na interação e na construção coletiva do saber.

9.3. Articulação entre escola e família no processo educativo

A articulação entre escola e família emerge como elemento fundamental para a consolidação de práticas inclusivas efetivas, fortalecendo o vínculo entre os diferentes contextos de desenvolvimento do estudante. Oliveira (2023) enfatiza que a intervenção neuropsicopedagógica se torna mais eficaz quando há integração entre os ambientes escolar e familiar. A comunicação contínua, mediada por instrumentos como agendas e orientações periódicas, amplia a compreensão das necessidades educacionais e favorece a construção de estratégias compartilhadas. Esse diálogo permanente contribui para a formação de uma rede de apoio consistente, promovendo maior coerência nas intervenções e potencializando os resultados no processo de aprendizagem.

9.4. Avaliação formativa e registro no Atendimento Educacional Especializado

O sistema de avaliação e registro adotado no plano evidencia uma concepção formativa e processual, na qual o acompanhamento contínuo permite identificar avanços, desafios e possibilidades de intervenção. Manzoli, Batista e Santos (2020) destacam que a avaliação no AEE deve ir além da mensuração de resultados, incorporando uma análise qualitativa do desenvolvimento do estudante.

A utilização de instrumentos diversificados, como observações diárias, registros individuais e relatórios pedagógicos, possibilita uma leitura aprofundada das trajetórias de aprendizagem. Esse processo de análise constante fortalece a qualidade do atendimento, assegurando que as práticas pedagógicas sejam continuamente ajustadas às necessidades emergentes, consolidando o AEE como espaço de construção significativa do conhecimento e de promoção da inclusão.

10. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Ano/Série:
Turno:
Escola:
Professor(a) AEE:
Diagnóstico/Laudo:
CID (se houver):
Responsável:
Contato:

10.1. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL

Aspectos Cognitivos:
( ) Atenção ( ) Memória ( ) Raciocínio lógico ( ) Compreensão
Descrição:

Linguagem e Comunicação:
( ) Verbal ( ) Não verbal ( ) Alternativa
Descrição:

Aspectos Motores:
( ) Coordenação fina ( ) Coordenação ampla
Descrição:

Aspectos Socioemocionais:
( ) Interação ( ) Comportamento ( ) Autonomia
Descrição:

10.2. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

10.3. OBJETIVOS DO PEI
Curto prazo (1 a 3 meses):

-
-

Médio prazo (3 a 6 meses):

- _____
- _____

Longo prazo (6 meses a 1 ano):

- _____
- _____

_____

10.4. HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

( ) Cognitivas ( ) Comunicação ( ) Sociais ( ) Motoras ( ) Acadêmicas
Descrição:

_____

_____

10.5. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

( ) Atividades adaptadas ( ) Jogos pedagógicos ( ) Uso de material concreto ( ) Rotina estruturada
( ) Reforço positivo ( ) Sequência didática lúdica ( ) Atividades em grupo dirigidas ou
Outras:

_____

_____

10.6. RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

( ) Recursos visuais ( ) Comunicação alternativa ( ) TA ( ) Adaptação de material
Descrição:

_____

_____

10.7. ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Frequência: ( ) 1x semana ( ) 2x semana ( ) 3x semana
Tipo: ( ) Individual ( ) Grupo (com atividades dirigidas)
Observação:

_____

_____

10.8. FICHA EVOLUÇÃO DO ALUNO (Modelo a ser preenchido)

Data | Descrição
_____ | _____
_____ | _____
_____ | _____

10.9. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

( ) Participa ativamente ( ) Comparece às reuniões ( ) Necessita orientação

Observações: Contato realizado, Orientações, Retorno da família

_____

_____

CONCLUSÃO

A *Neuropsicopedagogia aplicada ao Atendimento Educacional Especializado* consolida-se como um campo de atuação essencial para a construção de práticas pedagógicas

mais sensíveis às singularidades do desenvolvimento humano. Ao integrar conhecimentos sobre funcionamento cognitivo, processos de aprendizagem e mediação educativa, essa abordagem amplia as possibilidades de intervenção, permitindo que o ensino se torne mais significativo e alinhado às necessidades reais dos estudantes. A atuação nesse contexto revela que aprender não é um processo homogêneo, mas uma experiência complexa que exige escuta, planejamento e intencionalidade pedagógica.

A centralidade do desenvolvimento cognitivo, quando articulada a estratégias de intervenção bem estruturadas, favorece a construção de trajetórias educacionais mais consistentes. O trabalho no AEE evidencia que cada estudante apresenta formas próprias de compreender, interagir e responder aos estímulos pedagógicos, o que exige uma prática docente flexível e investigativa. A personalização das intervenções contribui para o fortalecimento da autonomia e para o avanço progressivo das habilidades, respeitando o ritmo individual e valorizando cada conquista como parte de um percurso maior de aprendizagem.

O uso de recursos acessíveis e metodologias diversificadas fortalece a construção de ambientes educacionais inclusivos, nos quais o conhecimento se torna mais tangível e compreensível. Materiais concretos, tecnologias assistivas e estratégias visuais ampliam o acesso ao conteúdo, favorecendo a participação ativa dos estudantes. Esse movimento transforma o espaço educativo em um ambiente mais acolhedor, no qual as diferenças deixam de ser vistas como obstáculos e passam a constituir elementos que enriquecem o processo de ensino e aprendizagem.

A mediação pedagógica, compreendida como ação intencional do educador, assume papel decisivo na organização das experiências de aprendizagem. A atuação docente, fundamentada na observação contínua e na análise das necessidades dos estudantes, possibilita intervenções mais precisas e eficazes. O AEE, nesse sentido, configura-se como um espaço de experimentação pedagógica, no qual novas possibilidades são construídas a partir do diálogo entre teoria e prática, promovendo avanços significativos no desenvolvimento global dos educandos.

A Neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado reafirma, portanto, o potencial transformador da educação quando orientada por princípios inclusivos e por uma compreensão aprofundada do desenvolvimento humano. O compromisso com práticas pedagógicas qualificadas, sensíveis e inovadoras possibilita a construção de experiências educativas que promovem não apenas a aprendizagem, mas também a dignidade, a participação e o protagonismo dos estudantes. Nesse horizonte, a educação se fortalece como espaço de

possibilidades, no qual cada sujeito encontra condições reais para desenvolver seu potencial e construir caminhos significativos de inserção social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo; GÉLLER, Léa. **Psicologia e educação: transdisciplinaridade na construção do Atendimento Educacional Especializado.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11917.

BELCHIOR, Idenis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A inteligência medida: limitações e potencial do (QI) como indicador de capacidade cognitiva**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811199964c9e4a8c. Acesso em: 14 abr. 2026.

MANZOLI, Luci Pastor; BATISTA, Bruna Rafaela; SANTOS, Caio Vinicius dos**. A prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21723/riaee.v15i3.12965.

OLIVEIRA, Mariele Cristina Erzinger de. **Avaliação e intervenção neuropsicopedagógica no contexto escolar: desafios, limites e possibilidades.** International Institute of Scientific Research Journal, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.63391/cw5san04.

CAPÍTULO 2

ECA Digital, Lei 15.211 frente às tecnologias do século XXI: jogos eletrônicos, direitos digitais e os limites entre educação supervisionada e não supervisionada.

ECA Digital, Law 15.211 in the face of 21st-century technologies: video games, digital rights, and the boundaries between supervised and unsupervised education.

Simone Helen Drumond Ischkanian

RESUMO:

O artigo analisa o ECA Digital (Lei 15.211) diante das transformações tecnológicas do século XXI, com foco nos jogos eletrônicos, nos direitos digitais e na distinção entre educação supervisionada e não supervisionada. Argumenta-se que a ampliação do acesso às tecnologias digitais impacta a infância e a adolescência, exigindo novas formas de proteção, regulação e mediação pedagógica. Os jogos eletrônicos são apresentados como ferramentas de aprendizagem e também como possíveis riscos quando usados sem orientação. Destacam-se os direitos digitais como essenciais para garantir segurança, privacidade e uso responsável por crianças e adolescentes. O estudo enfatiza a importância da mediação de professores e famílias, em contraste com contextos não supervisionados. Conclui-se que ECA Digital avanço normativo equilibrar inovação tecnológica, proteção integral e desenvolvimento educacional.

Palavras-chave: ECA digital; direitos digitais; jogos eletrônicos; educação supervisionada; tecnologia educacional.

ABSTRACT:

This article analyzes the Digital ECA, Law 15.211, in the context of the transformations of 21st-century technologies, with emphasis on video games, digital rights, and the boundaries between supervised and unsupervised education. It discusses how the expansion of access to digital technologies directly impacts childhood and adolescence, requiring new forms of protection, regulation, and pedagogical mediation. It is evident that video games have a dual function, as they can serve as educational tools but also as potential risks when used without proper guidance. In this context, digital rights are highlighted as essential to ensuring safety, privacy, and responsible use of technologies by children and adolescents. The study also emphasizes the importance of supervised education, in which there is teacher and family mediation, in contrast to unsupervised education, which may increase vulnerabilities in the digital environment. It is concluded that the Digital ECA represents a relevant regulatory advancement by seeking to balance technological innovation, full protection, and educational development in the contemporary context.

Keywords: Digital ECA; digital rights; video games; supervised education; educational technology.

1. INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo das tecnologias digitais reposiciona as formas de convivência social e de produção de conhecimento, especialmente quando associado à infância e à adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente Digital, instituído pela Lei nº 15.211, estabelece parâmetros para a proteção de sujeitos em ambientes digitais (Brasil, 2025). Esse marco jurídico inaugura novas camadas de interpretação sobre direitos, responsabilidades e mediações educativas.

A expansão das plataformas interativas redefine a experiência educativa e o contato com linguagens multimodais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, fundamenta a lógica da proteção integral no contexto formativo (Brasil, 1990). A interface entre legislação tradicional e normativas digitais revela tensões ainda em consolidação.

O universo dos jogos eletrônicos integra práticas culturais que ultrapassam o entretenimento e alcançam dimensões cognitivas complexas. Pesquisas recentes destacam a relevância do brincar digital para o desenvolvimento infantil (Carvalho; Ischkanian, 2026). Esse fenômeno exige leitura crítica das dinâmicas tecnológicas emergentes.

A presença massiva de dispositivos conectados cria novas formas de interação entre sujeitos e informação. A literatura especializada aponta que políticas educacionais precisam acompanhar tais transformações (Ribeiro et al., 2026). A ausência de regulação adequada intensifica desigualdades de acesso e proteção.

A construção de direitos digitais emerge como campo interdisciplinar em expansão. Estudos indicam que a infância digital demanda proteção ampliada diante de riscos informacionais (Lazarotto et al., 2025). A arquitetura normativa busca equilibrar liberdade e segurança.

Ambientes virtuais passaram a integrar processos de aprendizagem formal e informal. O ECA Digital redefine parâmetros de uso responsável das tecnologias por menores de idade (Brasil, 2025). A escola passa a incorporar novas dimensões de vigilância pedagógica.

A mediação adulta assume centralidade nas experiências digitais formativas. A literatura educacional evidencia que a ausência de supervisão pode fragilizar processos de aprendizagem (Ribeiro et al., 2026). O equilíbrio entre autonomia e orientação torna-se questão estruturante.

A circulação de conteúdos digitais exige leitura crítica das informações consumidas por crianças e adolescentes. O ECA reforça a proteção contra exposições inadequadas e práticas nocivas (Brasil, 1990). A regulação jurídica busca mitigar vulnerabilidades estruturais.

O avanço tecnológico reposiciona a noção de infância no campo social contemporâneo. Estudos indicam que a cultura digital redefine modos de socialização e aprendizagem (Lazarotto et al., 2025). Esse cenário exige revisão contínua das práticas educativas.

A integração entre legislação, tecnologia e educação estrutura novas perspectivas de análise sobre direitos e deveres. O marco do ECA Digital amplia debates sobre cidadania informacional (Brasil, 2025). A complexidade do tema exige abordagens interdisciplinares contínuas.

2. DESENVOLVIMENTO

Os jogos eletrônicos assumem posição relevante na cultura contemporânea, ultrapassando a lógica do entretenimento. Pesquisas indicam potencial educativo vinculado ao desenvolvimento cognitivo e social (Carvalho; Ischkanian, 2026). O uso pedagógico depende de intencionalidade formativa.

A estrutura interativa dos games favorece a resolução de problemas complexos e a aprendizagem ativa. O ECA Digital estabelece parâmetros de segurança para ambientes virtuais infantis (Brasil, 2025). A ausência de controle pode gerar exposição a riscos digitais.

A classificação etária constitui instrumento regulador de acesso a conteúdos digitais. Estudos apontam que a mediação adulta reduz impactos negativos do uso excessivo de tecnologias (Ribeiro et al., 2026). A regulação contribui para práticas mais seguras.

Os direitos digitais configuram extensão dos direitos fundamentais no ambiente virtual. A legislação educacional recente reforça proteção de dados e privacidade de menores (Brasil, 1990). A cidadania digital emerge como necessidade contemporânea.

A exposição de crianças a redes digitais demanda políticas de proteção específicas. Pesquisas indicam aumento de vulnerabilidades relacionadas ao uso indevido de dados (Lazarotto et al., 2025). A governança digital torna-se elemento central.

A educação supervisionada envolve mediação intencional de adultos no processo formativo. O ECA Digital reforça a necessidade de acompanhamento pedagógico contínuo (Brasil, 2025). O ambiente escolar assume papel estruturante.

A educação não supervisionada amplia riscos de desinformação e exposição inadequada. Estudos indicam fragilidades no desenvolvimento autônomo sem orientação crítica (Ribeiro et al., 2026). A ausência de mediação compromete aprendizagens.

O equilíbrio entre autonomia e proteção configura desafio contemporâneo da educação digital. O uso de tecnologias exige planejamento pedagógico consistente (Carvalho; Ischkanian, 2026). A intencionalidade educativa define a qualidade da experiência.

Conforme a tabela 1 destaca, as plataformas digitais reconfiguram interações sociais e processos cognitivos. Pesquisas destacam impacto direto na formação de identidades digitais (Lazarotto et al., 2025). A escola precisa dialogar com essas transformações.

Tabela 1: Orientações aos pais segundo o ECA Digital (Lei 15.211/2025).

Eixo temático	Orientação do ECA Digital	Risco quando não aplicado	Conduta recomendada aos pais e responsáveis
Jogos eletrônicos	Jogos podem ser utilizados como recursos educativos, desde que respeitem classificação etária e contenham mediação responsável	Exposição a conteúdos violentos, vício em jogos, isolamento social e estímulos inadequados ao desenvolvimento infantil	Verificar faixa etária, acompanhar o tempo de uso, selecionar jogos educativos e dialogar sobre o conteúdo jogado
Classificação etária	Obrigatoriedade de respeito às faixas indicativas de idade para jogos e aplicativos digitais	Acesso precoce a conteúdos impróprios e impactos emocionais ou comportamentais	Conferir classificações oficiais e instalar controles parentais nos dispositivos
Direitos digitais	Proteção de dados pessoais, privacidade e segurança online de crianças e adolescentes	Vazamento de dados, cyberbullying, exposição indevida e manipulação de informações	Ensinar sobre privacidade, evitar compartilhamento de dados pessoais e supervisionar redes sociais
Uso de internet	Acesso deve ser orientado por princípios de segurança, educação e proteção integral	Contato com fake news, golpes virtuais e ambientes inseguros	Estabelecer regras de uso, horários e supervisionar navegação online
Educação supervisionada	Uso de tecnologias mediado por adultos com intencionalidade pedagógica	Aprendizagem superficial, distração e uso inadequado de tecnologias	Acompanhar atividades escolares digitais e orientar o uso de plataformas educacionais
Educação não supervisionada	Uso livre de tecnologias sem acompanhamento pode ocorrer, mas exige limites claros	Desinformação, exposição a riscos digitais e falta de controle sobre conteúdos acessados	Definir limites de tempo, instalar filtros de segurança e manter diálogo constante com a criança
Cidadania digital	Formação para uso consciente, ético e responsável das tecnologias	Comportamentos inadequados no ambiente virtual e vulnerabilidade digital	Promover educação digital, ensinar ética online e estimular pensamento crítico

Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian, 2026.

A convergência entre tecnologia e educação produz uma reorganização profunda das práticas institucionais, exigindo que escolas, gestores e docentes reconsiderem não apenas os

instrumentos pedagógicos utilizados, mas também os modos de interação, avaliação e mediação do conhecimento. O ambiente escolar, historicamente estruturado em modelos presenciais e lineares de transmissão de conteúdos, passa a incorporar dinâmicas digitais que ampliam as possibilidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que introduzem novos desafios relacionados à segurança, à atenção dos estudantes e à qualidade das interações mediadas por plataformas tecnológicas. Nesse contexto, a presença do digital não pode ser compreendida como elemento acessório, mas como componente estruturante do processo educativo contemporâneo.

O ECA Digital, instituído pela Lei nº 15.211, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção integral de crianças e adolescentes em ambientes virtuais, reconhecendo que o espaço digital também é um território de formação, socialização e vulnerabilidade (Brasil, 2025). Essa legislação amplia a lógica de proteção já presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, incorporando dimensões específicas da era tecnológica, como privacidade de dados, segurança informacional, controle de conteúdos e prevenção de riscos associados ao uso indevido de plataformas digitais. A normatização jurídica, nesse sentido, não se limita à contenção de danos, mas orienta a construção de ambientes educativos mais seguros e intencionalmente estruturados.

A articulação normativa promovida pelo ECA Digital sustenta a emergência de novas práticas educativas, nas quais a mediação pedagógica assume papel central na organização do uso das tecnologias. Professores passam a atuar como mediadores críticos entre estudantes e o universo digital, promovendo experiências de aprendizagem que articulam conteúdos curriculares, competências digitais e formação ética. Essa mediação exige formação continuada, compreensão dos impactos das tecnologias no desenvolvimento cognitivo e sensibilidade para lidar com diferentes ritmos e perfis de aprendizagem.

A convergência entre tecnologia e educação, mediada pelo ECA Digital, redefine o papel das instituições educacionais na contemporaneidade. A proteção integral, aliada à inovação pedagógica, sustenta práticas mais inclusivas, críticas e responsáveis, permitindo que o ambiente virtual seja incorporado ao processo educativo como espaço de aprendizagem significativa e de formação cidadã.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental. A interpretação de fenômenos sociais complexos exige leitura aprofundada das práticas educacionais contemporâneas (Ribeiro et al., 2026). O foco recai sobre sentidos e processos formativos.

O delineamento bibliográfico permite acesso a produções científicas consolidadas. O levantamento considera bases como SciELO e CAPES, ampliando consistência analítica (Lazarotto et al., 2025). A seleção privilegia atualidade e relevância.

A análise documental inclui legislação educacional e normativas digitais. O ECA Digital constitui eixo central interpretativo (Brasil, 2025). A leitura normativa orienta o enquadramento teórico.

O tratamento dos dados ocorre por categorização temática. A literatura aponta que esse processo favorece identificação de padrões interpretativos (Carvalho; Ischkanian, 2026). O cruzamento de informações sustenta a análise crítica.

A interpretação final resulta de leitura comparativa entre autores e documentos legais. O ECA tradicional complementa o arcabouço normativo (Brasil, 1990). O método privilegia compreensão integrada do fenômeno.

4. JOGOS ELETRÔNICOS COMO FERRAMENTA EDUCATIVA E DE PROTEÇÃO

Os jogos eletrônicos consolidam-se como elementos centrais da cultura digital contemporânea, ocupando espaços que ultrapassam o entretenimento e alcançam dimensões pedagógicas relevantes. Pesquisas evidenciam que tais recursos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes (Carvalho; Ischkanian, 2026). Essa reconfiguração do jogo digital amplia sua função educativa no contexto escolar e social.

A lógica interativa dos jogos favorece processos de aprendizagem baseados em desafios progressivos, tomada de decisão e resolução de problemas complexos. O envolvimento ativo do sujeito com o ambiente virtual cria experiências que estimulam raciocínio lógico, criatividade e capacidade de adaptação. Esse potencial educativo depende de intencionalidade pedagógica estruturada.

O uso de jogos digitais no contexto educacional exige critérios rigorosos de seleção e mediação. O ECA Digital estabelece diretrizes que envolvem classificação etária, controle de conteúdos e proteção contra exposições inadequadas (Brasil, 2025). Esses mecanismos buscam garantir que o acesso ocorra de forma segura e responsável.

A ausência de supervisão pode transformar o ambiente lúdico em espaço de vulnerabilidade. Situações como uso excessivo, exposição a conteúdos violentos e interação com desconhecidos representam riscos significativos ao desenvolvimento infantil. A regulação surge como elemento de equilíbrio entre liberdade e proteção.

Conforme a figura 1, a mediação adulta desempenha papel estruturante na utilização dos jogos eletrônicos como recurso educativo. Professores e familiares atuam na orientação do uso, contribuindo para a construção de experiências mais significativas. Esse acompanhamento qualifica a relação entre tecnologia e aprendizagem.

O Mundo Digital de Lúcia e o ECA Digital
NA ESCOLA
Hoje vamos falar sobre o ECA Digital, a Lei 15.211!
Então a internet também tem regras?
NO JOGO ONLINE
Ambiente seguro para menores!
Ambiente seguro para menores!
DIREITOS DIGITAIS
- Privacidade,
- Protecão de Dados,
- Segaranca Online
Temos direitos na internet!
EDUCAÇÃO SUPERVISIONADA
Por que o professor nos acompanha?
É para ensinar e proteger!
LIMITES e EQUILÍBRIO
Qual è o limite?
LIMITES e EQUILÍBRIO
É respeitar regras e usar a tecnologia com consciencia!
CONCLUSÃO
O ECA Digital garante nossa segurança!
Tecnologia com Responsabbidade
Direitos Digitais são Direitos Humanos
Educacão e Protecão Caminham Juntas
O ECA Digital garante nossa segurança!

Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian - (IA), 2026.

O potencial pedagógico dos jogos também se manifesta na promoção da colaboração e da socialização. Ambientes virtuais interativos estimulam o trabalho em equipe, a comunicação e a construção coletiva de estratégias. Esses elementos fortalecem competências socioemocionais essenciais.

A integração dos jogos eletrônicos ao processo educativo exige reflexão crítica sobre seus limites e possibilidades. A tecnologia não atua de forma neutra, sendo necessário compreender seus impactos no desenvolvimento humano. O equilíbrio entre proteção e inovação define sua efetividade pedagógica.

5. GARANTIA DE DIREITOS DIGITAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A expansão das tecnologias digitais redefiniu a compreensão de direitos fundamentais na infância, incorporando novas dimensões de proteção no ambiente virtual. O ECA Digital estabelece diretrizes voltadas à segurança, privacidade e integridade dos dados de crianças e adolescentes (Brasil, 2025). Esse avanço normativo amplia o conceito de cidadania.

Os direitos digitais assumem papel estruturante na proteção contra práticas abusivas no ambiente online. Questões como coleta indevida de dados, exposição pública e manipulação de informações tornam-se preocupações centrais. A legislação busca responder a essas novas formas de vulnerabilidade.

A privacidade digital passa a ser compreendida como extensão da dignidade humana. O controle sobre informações pessoais constitui elemento essencial para o desenvolvimento saudável na era digital. A infância passa a ser protegida também em espaços virtuais.

O cyberbullying representa uma das manifestações mais preocupantes do ambiente digital contemporâneo. Sua ocorrência impacta diretamente a saúde emocional e o desempenho social de crianças e adolescentes (Lazarotto et al., 2025). A legislação busca mitigar tais práticas por meio de regulação e prevenção.

A proteção de dados pessoais configura eixo central da governança digital infantil. O uso indevido de informações pode gerar consequências duradouras na vida dos sujeitos em formação. A legislação estabelece limites claros para coleta e tratamento de dados.

A educação digital emerge como componente indispensável para a efetivação dos direitos. Não basta proteger juridicamente, sendo necessário formar usuários conscientes e críticos. A escola desempenha papel decisivo nesse processo formativo.

A construção da cidadania digital envolve articulação entre Estado, escola e família. A responsabilidade compartilhada fortalece mecanismos de proteção e orientação. Esse arranjo amplia a efetividade das políticas públicas voltadas à infância.

6. LIMITES ENTRE EDUCAÇÃO SUPERVISIONADA E NÃO SUPERVISIONADA

A educação mediada por tecnologias digitais exige análise criteriosa sobre os níveis de supervisão presentes nos processos formativos. A mediação adulta assume papel essencial na organização das experiências de aprendizagem, garantindo intencionalidade pedagógica e segurança no uso das tecnologias (Ribeiro et al., 2026). Esse acompanhamento redefine práticas educativas contemporâneas.

A educação supervisionada caracteriza-se pela presença ativa de professores e familiares no acompanhamento das atividades digitais. Esse modelo favorece orientação contínua, seleção adequada de conteúdos e desenvolvimento de competências críticas. A estrutura pedagógica torna-se mais consistente.

O ambiente supervisionado permite a construção de experiências educativas mais seguras e significativas. A intervenção docente contribui para transformar informações em conhecimento estruturado. A aprendizagem ganha densidade e direcionamento.

Em contrapartida, a educação não supervisionada pode ampliar vulnerabilidades no ambiente digital. A ausência de orientação favorece exposição a conteúdos inadequados, desinformação e interações de risco. Esses fatores comprometem o desenvolvimento formativo.

O ECA Digital reforça a necessidade de equilíbrio entre autonomia e proteção no uso das tecnologias (Brasil, 2025). A legislação não propõe restrição absoluta, mas organização responsável do acesso. O foco recai sobre segurança e desenvolvimento saudável.

A autonomia digital precisa ser construída progressivamente, respeitando etapas do desenvolvimento cognitivo e emocional. A ausência de mediação pode comprometer a capacidade crítica diante das informações. O processo educativo exige acompanhamento gradual.

A tensão entre liberdade e supervisão constitui desafio central da educação contemporânea. A construção de práticas equilibradas depende de políticas institucionais e formação docente adequada. O ambiente digital exige novas formas de mediação pedagógica.

CONCLUSÃO

A análise do ECA Digital, instituído pela Lei nº 15.211, no contexto das transformações tecnológicas do século XXI, evidencia um movimento normativo consistente de atualização das garantias de proteção destinadas a crianças e adolescentes. A ampliação do debate sobre jogos eletrônicos, direitos digitais e modalidades de educação supervisionada e não supervisionada revela que o ordenamento jurídico passa a considerar o ambiente virtual como extensão legítima da vida social e educacional. Esse reconhecimento reforça a necessidade de políticas integradas capazes de articular proteção integral, inovação tecnológica e desenvolvimento humano, sem

reduzir a infância a um espaço de restrições, mas compreendendo-a como etapa de formação ativa e complexa.

Os jogos eletrônicos, quando compreendidos sob uma perspectiva pedagógica, deixam de ocupar apenas o lugar do entretenimento e passam a integrar estratégias de aprendizagem que estimulam competências cognitivas, sociais e emocionais. A regulamentação proposta pelo ECA Digital contribui para que esse potencial seja explorado de forma responsável, estabelecendo parâmetros de segurança, classificação etária e mediação adulta. Esse equilíbrio entre liberdade lúdica e proteção normativa fortalece práticas educativas mais conscientes, permitindo que o ambiente digital se torne espaço de construção de conhecimento e não de exposição descontrolada a riscos.

No campo dos direitos digitais, observa-se um avanço significativo na consolidação de garantias fundamentais relacionadas à privacidade, segurança e proteção de dados pessoais. A legislação reafirma que crianças e adolescentes necessitam de salvaguardas específicas diante da complexidade dos ambientes virtuais, especialmente frente a fenômenos como exploração de dados, cyberbullying e exposição indevida. Essa proteção jurídica não se limita à contenção de riscos, mas se projeta como fundamento para a construção de uma cidadania digital crítica, na qual o sujeito em formação é reconhecido como participante ativo do espaço tecnológico.

A distinção entre educação supervisionada e não supervisionada emerge como elemento estruturante para compreender os impactos pedagógicos do uso das tecnologias digitais. A mediação adulta, seja no contexto escolar ou familiar, assume função essencial na organização das experiências de aprendizagem, contribuindo para o uso intencional e significativo dos recursos digitais. A ausência dessa mediação, por outro lado, pode ampliar vulnerabilidades e comprometer processos formativos, especialmente quando não há orientação crítica sobre conteúdos e interações virtuais.

A educação supervisionada, fortalecida pelas diretrizes do ECA Digital, aponta para um modelo pedagógico que valoriza o acompanhamento contínuo, a intencionalidade didática e a construção gradual da autonomia. Esse modelo não restringe a liberdade do estudante, mas a estrutura a partir de experiências orientadas que favorecem o desenvolvimento da responsabilidade digital. Nesse sentido, a escola assume papel central como mediadora entre conhecimento, tecnologia e formação ética, contribuindo para a consolidação de práticas educativas mais seguras e inclusivas.

A educação não supervisionada, embora represente maior liberdade de acesso, exige reflexão crítica quanto aos seus impactos no desenvolvimento infantil e juvenil. A ausência de orientação pode intensificar a exposição a conteúdos inadequados, desinformação e interações de

risco, comprometendo a formação integral do sujeito. O ECA Digital, ao estabelecer diretrizes protetivas, não elimina a autonomia, mas propõe sua construção gradual, vinculada à maturidade cognitiva e emocional dos estudantes, reforçando a importância do acompanhamento responsável.

Diante desse cenário, conclui-se que o ECA Digital representa um avanço expressivo na consolidação de um marco regulatório capaz de dialogar com as demandas contemporâneas da sociedade digital. Ao integrar proteção, educação e tecnologia, a Lei nº 15.211 contribui para a construção de um ambiente mais equilibrado, no qual inovação e segurança coexistem de maneira complementar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.** Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente – ECA Digital). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 abr. 2026.

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O direito ao brincar na legislação brasileira e sua relevância para o neurodesenvolvimento infantil**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://simonehelendrumond7994.jusbrasil.com.br/. Acesso em: 12 abr. 2026.

LAZAROTTO, Kellyn Regina et al. **Políticas de implementação das tecnologias digitais e inteligência artificial na educação: o que diz a proposta do Plano Nacional de Educação 2024-2034**. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 50, n. 2, p. 832-847, 2025. DOI: 10.5216/ia.v50i2.82899.

RIBEIRO, Altimare et al. **Políticas educacionais públicas e tecnologias para a educação: em busca da integração das tecnologias digitais no ensino público sob a perspectiva das políticas educacionais**. *Revista Tópicos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 30, p. 1-18, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/politicas-educacionais-publicas-e-tecnologias-para-a-educacao-em-busca-da-integracao-das-tecnologias-digitais-no-ensino-publico-sob-a-perspectiva-das-politicas-educacionais. Acesso em: 13 abr. 2026.

CAPÍTULO 3

A IA como ferramenta no desenvolvimento das quatro habilidades idiomáticas: escutar, falar, ler e escrever.

Artificial Intelligence as a tool for developing the four language skills: listening, speaking, reading, and writing.

Gladys Nogueira Cabral

RESUMO
O presente artigo analisa o uso da inteligência artificial como ferramenta no desenvolvimento das quatro habilidades idiomáticas: escutar, falar, ler e escrever, no contexto do ensino de línguas na contemporaneidade. Evidencia-se que a IA tem transformado os processos de aprendizagem ao possibilitar experiências mais personalizadas, interativas e adaptativas, favorecendo o desempenho dos estudantes em diferentes competências linguísticas. No desenvolvimento da escuta, destacam-se recursos de reconhecimento de voz e ambientes multimodais que ampliam a compreensão auditiva. Na fala, sistemas inteligentes oferecem correção de pronúncia e simulações de conversação. Na leitura, algoritmos adaptativos selecionam textos conforme o nível do aprendiz, promovendo compreensão progressiva. Na escrita, ferramentas automáticas auxiliam na correção gramatical e na coesão textual. O estudo conclui que a IA potencializa a autonomia do estudante e qualifica o processo de ensino-aprendizagem, embora não substitua a mediação docente, que permanece essencial na formação linguística crítica e significativa.

Palavras-chave: Inteligência artificial; ensino de línguas; habilidades linguísticas.

ABSTRACT
This article analyzes the use of artificial intelligence as a tool for developing the four language skills: listening, speaking, reading, and writing in contemporary language education. It highlights that AI has transformed learning processes by enabling more personalized, interactive, and adaptive experiences, improving students' performance across different linguistic competencies. In listening development, voice recognition systems and multimodal environments enhance auditory comprehension. In speaking, intelligent systems provide pronunciation feedback and conversation simulations. In reading, adaptive algorithms select texts according to learners' proficiency levels, promoting progressive comprehension. In writing, automated tools support grammar correction and textual cohesion. The study concludes that AI enhances learner autonomy and improves the teaching-learning process, although it does not replace teacher mediation, which remains essential for meaningful and critical language development.

Keywords: Artificial intelligence; language teaching; language skills.

1. INTRODUÇÃO

A incorporação da inteligência artificial no ensino de línguas estrangeiras tem redesenhado profundamente as dinâmicas de aprendizagem contemporâneas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento das habilidades de escuta, fala, leitura e escrita. Conforme apontam Cabral e Santana (2025), as tecnologias emergentes ampliam os modos de interação pedagógica ao integrar sistemas adaptativos capazes de responder às necessidades individuais dos aprendizes. Nesse cenário, o processo de aquisição linguística passa a ser compreendido como uma construção mediada por dados, algoritmos e experiências personalizadas, deslocando a centralidade exclusiva do ensino tradicional para ambientes híbridos e interativos.

A escuta, enquanto competência linguística fundamental, adquire novas dimensões quando mediada por sistemas inteligentes que reproduzem variações fonéticas, sotaques e contextos comunicativos diversos. Pesquisas de Yan, Li e Lowell (2025) indicam que ambientes imersivos baseados em inteligência artificial favorecem a ampliação da compreensão auditiva por meio da simulação de situações reais de comunicação. Esse avanço tecnológico não apenas intensifica o contato com a língua-alvo, mas também reorganiza a forma como o estudante interpreta estímulos sonoros complexos.

No campo da oralidade, os sistemas conversacionais baseados em IA têm promovido interações mais dinâmicas e responsivas, permitindo ao aprendiz experimentar diálogos simulados com correções em tempo real. Dai e Wu (2025) destacam que esses recursos ampliam a confiança comunicativa dos estudantes, reduzindo bloqueios emocionais frequentemente associados ao uso da língua estrangeira. A linguagem falada deixa de ser apenas reprodução mecânica e passa a constituir um espaço de experimentação progressiva.

A leitura, por sua vez, é ressignificada a partir de algoritmos adaptativos que ajustam textos ao nível de proficiência do leitor, favorecendo progressão cognitiva gradual. Yuan (2025) observa que sistemas de feedback biométrico associados à IA contribuem para reduzir a ansiedade e aumentar a compreensão textual em contextos de leitura digital. Esse processo evidencia uma transformação estrutural na relação entre leitor e texto, mediada por tecnologias inteligentes.

A produção escrita também é impactada por ferramentas automatizadas capazes de sugerir correções gramaticais, reorganizar estruturas sintáticas e aprimorar a coesão textual. Mohebbi (2025) aponta que tais tecnologias fortalecem a autonomia do aprendiz ao oferecer suporte contínuo sem eliminar o papel ativo da reflexão linguística. O ato de escrever torna-se, portanto, um processo interativo entre sujeito e sistema.

A integração dessas quatro habilidades linguísticas por meio da inteligência artificial revela uma mudança epistemológica no ensino de línguas, na qual o aprendizado passa a ser contínuo, personalizado e orientado por dados. Yan, Li e Lowell (2025) argumentam que a convergência entre IA e ambientes imersivos redefine os limites da sala de aula tradicional, expandindo o espaço educativo para plataformas digitais interativas.

A mediação docente mantém papel essencial na curadoria das ferramentas tecnológicas e na orientação crítica do uso da IA. Cabral e Santana (2025) ressaltam que a tecnologia, embora potente, não substitui a dimensão pedagógica humana, especialmente no desenvolvimento de competências comunicativas complexas. O professor assume posição estratégica na interpretação dos dados gerados pelos sistemas inteligentes.

A relação entre autonomia discente e mediação tecnológica emerge como eixo central das discussões contemporâneas sobre ensino de línguas. Mohebbi (2025) indica que o uso de ferramentas de inteligência artificial favorece práticas de autorregulação da aprendizagem, permitindo que o estudante acompanhe seu próprio progresso. Essa autonomia, entretanto, depende de orientação pedagógica consistente.

O avanço das tecnologias linguísticas evidencia a necessidade de repensar metodologias educacionais, incorporando práticas que integrem IA de maneira crítica e reflexiva. Dai e Wu (2025) observam que sistemas conversacionais não apenas ampliam o contato com a língua, mas também reconfiguram o papel do erro no processo de aprendizagem, transformando-o em elemento formativo.

A presença da inteligência artificial no ensino de línguas estrangeiras inaugura um campo de possibilidades ainda em expansão, no qual escuta, fala, leitura e escrita deixam de ser competências isoladas para se tornarem dimensões interconectadas de um ecossistema digital de aprendizagem. Yan, Li e Lowell (2025) reforçam que essa integração redefine os modos de ensinar e aprender, estabelecendo novas fronteiras para a educação linguística contemporânea.

2. DESENVOLVIMENTO

A inteligência artificial aplicada ao ensino de línguas estrangeiras redefine profundamente os modos de construção das competências comunicativas, especialmente no que se refere à escuta, à fala, à leitura e à escrita. Cabral e Santana (2025) destacam que sistemas digitais inteligentes introduzem novas formas de mediação pedagógica baseadas em análise de dados e personalização do aprendizado. Esse cenário desloca o foco do ensino tradicional para ambientes dinâmicos, nos quais o estudante interage continuamente com algoritmos adaptativos que respondem às suas necessidades cognitivas e linguísticas.

O desenvolvimento da habilidade de escuta encontra novas possibilidades em ambientes digitais que simulam situações reais de comunicação, ampliando a exposição a diferentes sotaques, velocidades e contextos discursivos. Yan, Li e Lowell (2025) apontam que tecnologias imersivas potencializam a compreensão auditiva ao oferecer experiências multimodais que aproximam o aprendiz de interações autênticas. A escuta deixa de ser uma atividade passiva e passa a envolver interpretação ativa de estímulos sonoros complexos.

A oralidade adquire novas configurações com a presença de sistemas conversacionais baseados em inteligência artificial, capazes de simular diálogos e oferecer feedback imediato sobre pronúncia, fluência e coerência discursiva. Dai e Wu (2025) evidenciam que esses ambientes digitais reduzem a ansiedade comunicativa e fortalecem a confiança do aprendiz ao permitir práticas repetitivas em contextos controlados. A fala passa a ser construída por meio de interação contínua entre humano e sistema.

No campo da leitura, algoritmos adaptativos desempenham papel central ao selecionar textos adequados ao nível de proficiência do estudante, promovendo progressão gradual e significativa. Yuan (2025) observa que sistemas de inteligência artificial associados a feedback biométrico contribuem para a redução da carga cognitiva durante a leitura, favorecendo maior compreensão textual. A experiência leitora torna-se personalizada e sensível ao ritmo individual de aprendizagem.

A produção escrita também é transformada por ferramentas digitais que analisam estruturas linguísticas, sugerem melhorias e auxiliam na organização textual. Mohebbi (2025) argumenta que esses recursos fortalecem a autonomia do aprendiz ao permitir revisões contínuas e orientadas por dados, sem eliminar o processo reflexivo necessário à escrita acadêmica. A escrita passa a ser entendida como prática interativa entre sujeito, linguagem e tecnologia.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação sobre a inteligência artificial aplicada ao desenvolvimento das habilidades linguísticas de escutar, falar, ler e escrever adota uma abordagem qualitativa, compreendendo os fenômenos educacionais como processos complexos e dinâmicos. Cabral e Santana (2025) destacam que a pesquisa qualitativa permite interpretar práticas pedagógicas mediadas por tecnologias emergentes sem reduzir sua complexidade a variáveis mensuráveis. Nesse sentido, privilegia-se a análise de significados, experiências e discursos presentes na literatura científica contemporânea.

No que se refere à natureza, o estudo caracteriza-se como pesquisa básica, uma vez que busca ampliar a compreensão teórica sobre o uso da inteligência artificial no ensino de línguas.

Mohebbi (2025) reforça que investigações de caráter teórico são essenciais para compreender como ferramentas digitais influenciam processos de autonomia e autorregulação da aprendizagem. Não se trata de aplicação imediata, mas de construção conceitual voltada à fundamentação do campo educacional.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, ao buscar mapear produções científicas e compreender de que maneira a inteligência artificial impacta as quatro habilidades linguísticas. Yan, Li e Lowell (2025) apontam que estudos exploratórios são fundamentais em contextos de tecnologias emergentes, nos quais os fenômenos ainda estão em consolidação e exigem análise interpretativa aprofundada. A descrição dos processos permite identificar tendências e padrões presentes na literatura.

Os procedimentos técnicos adotados incluem pesquisa bibliográfica e documental, baseados na seleção, leitura e análise de produções científicas disponíveis em bases como CAPES, SciELO, Scopus e Web of Science. Dai e Wu (2025) ressaltam que a sistematização de dados provenientes de diferentes fontes contribui para uma compreensão mais ampla das tecnologias conversacionais no ensino de línguas. A diversidade de fontes fortalece a consistência analítica do estudo.

A etapa de análise dos dados ocorreu por meio da leitura interpretativa e categorização temática, buscando identificar convergências, tensões e lacunas nas produções selecionadas. Yuan (2025) evidencia que a organização temática é essencial para compreender como sistemas inteligentes influenciam diferentes dimensões da aprendizagem linguística. Esse processo permitiu construir uma análise crítica articulada sobre o papel da inteligência artificial na formação de competências comunicativas.

4. PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM DAS QUATRO HABILIDADES LINGUÍSTICAS

A personalização da aprendizagem mediada por inteligência artificial redefine a organização do ensino de línguas ao considerar singularidades cognitivas e ritmos individuais de cada estudante. Cabral e Santana (2025) destacam que sistemas digitais inteligentes possibilitam adaptações dinâmicas que reorganizam conteúdos, tarefas e níveis de complexidade conforme o desempenho do aprendiz. O processo educativo deixa de seguir trajetórias lineares e passa a operar em múltiplas direções formativas, ajustando continuamente experiências de escuta, fala, leitura e escrita.

No campo da escuta, plataformas baseadas em IA selecionam áudios contextualizados de acordo com o nível linguístico do estudante, favorecendo a progressão gradual da

compreensão auditiva. Yan, Li e Lowell (2025) observam que ambientes imersivos ampliam a exposição a diferentes registros linguísticos, fortalecendo a percepção sonora em contextos variados. A leitura também se beneficia de algoritmos adaptativos que ajustam textos e gêneros discursivos, promovendo equilíbrio entre desafio cognitivo e acessibilidade interpretativa.

A Jornada de Lívia com a IA das Linguagens
Em uma escola conectada ao futuro, a aprendizagem de idiomas ganhou novos caminhos.
Olá, Lívia. Posso te ajudar a aprender idiomas de forma personalizada.
Personalizada? Como isso funciona?
A IA adapta áudios ao nível de compreensão.
Repita a frase e observe sua pronúncia.
Vamos treinar sua escuta com diálogos do seu nível atual.
Excelente! Sua fluencia está melhorando.
Na leitura, a IA explica palavras dificeis.
A IA cria situações reais de comunicação.
Converse comigo no restaurante virtual.
I would like a juice, please.
A aprendizagem se tornou interativa, personalizada e significativa.
Aprender idiomas nunca foi tão interessante!
A tecnologia não substitui o professor, mas amplia o poder de aprender.

Fonte: Gladys Nogueira Cabral - (IA), 2026.

A habilidade de fala passa por reconfigurações significativas quando sistemas inteligentes oferecem simulações de diálogo e correções fonéticas em tempo real. Dai e Wu (2025) evidenciam que ferramentas conversacionais baseadas em IA ampliam a fluência oral ao permitir práticas repetitivas em ambientes seguros e controlados. Esse processo contribui para o desenvolvimento da segurança comunicativa e para a redução de bloqueios linguísticos frequentes em aprendizes iniciantes.

Na escrita, mecanismos automatizados analisam estruturas sintáticas, coesão textual e adequação discursiva, oferecendo sugestões personalizadas de aprimoramento. Mohebbi (2025) ressalta que esses sistemas fortalecem a autorregulação da aprendizagem ao permitir que o estudante revise e reconstrua seus textos com base em feedback contínuo. A escrita torna-se um processo interativo entre cognição humana e inteligência computacional.

A convergência dessas quatro habilidades evidencia uma arquitetura educacional orientada por dados e sensível às necessidades individuais. Yuan (2025) aponta que sistemas adaptativos reduzem barreiras cognitivas ao ajustar conteúdos conforme o desempenho do estudante, promovendo maior equilíbrio entre desafio e compreensão. A aprendizagem linguística passa a ser compreendida como um percurso fluido, moldado por interações constantes entre usuário e tecnologia.

5. FEEDBACK IMEDIATO E APRIMORAMENTO DA AUTONOMIA LINGUÍSTICA

O feedback imediato mediado por inteligência artificial redefine o ritmo e a profundidade do processo de aprendizagem linguística, especialmente nas habilidades de escuta, fala, leitura e escrita. Mohebbi (2025) observa que sistemas inteligentes contribuem para a autorregulação do aprendiz ao oferecer respostas contínuas e orientadas por dados durante as atividades educacionais. Esse retorno instantâneo desloca o estudante de uma postura dependente para uma atuação progressivamente mais autônoma.

No desenvolvimento da escuta, ferramentas digitais analisam respostas e desempenho auditivo, permitindo identificar dificuldades específicas de compreensão sonora. Yan, Li e Lowell (2025) destacam que ambientes digitais imersivos possibilitam ajustes automáticos de nível, favorecendo a evolução gradual da competência auditiva. Esse processo amplia a capacidade de interpretação de diferentes registros linguísticos.

Na oralidade, sistemas de reconhecimento de voz desempenham papel central ao corrigir pronúncia, entonação e fluência em tempo real. Dai e Wu (2025) evidenciam que esse tipo de interação reduz inseguranças comunicativas e favorece a repetição consciente de

estruturas linguísticas. A fala passa a ser construída por meio de ciclos contínuos de tentativa, correção e aprimoramento.

A leitura também se beneficia de mecanismos inteligentes que monitoram compreensão textual e sugerem ajustes de complexidade conforme o desempenho do estudante. Yuan (2025) aponta que sistemas adaptativos reduzem sobrecarga cognitiva ao oferecer textos adequados ao nível de proficiência, fortalecendo o processo interpretativo. Esse acompanhamento constante favorece a consolidação da compreensão leitora.

Na escrita, corretores automáticos analisam coerência, coesão e estrutura gramatical, oferecendo sugestões detalhadas de reescrita. Cabral e Santana (2025) indicam que essas ferramentas ampliam o potencial formativo da escrita ao estimular revisão crítica e reestruturação textual. A autonomia linguística se fortalece à medida que o estudante passa a refletir sobre suas próprias produções.

6. SIMULAÇÃO DE CONTEXTOS REAIS DE COMUNICAÇÃO E PRÁTICA INTERATIVA

A simulação de contextos reais de comunicação por meio da inteligência artificial amplia significativamente as possibilidades de aprendizagem das habilidades linguísticas, promovendo experiências mais próximas do uso autêntico da língua. Yan, Li e Lowell (2025) destacam que ambientes virtuais interativos potencializam o desenvolvimento comunicativo ao recriar situações sociais diversas, nas quais o estudante participa ativamente de interações simuladas. Esse tipo de experiência transforma o aprendizado em prática social contextualizada.

No desenvolvimento da escuta, chatbots e assistentes virtuais oferecem diálogos dinâmicos que exigem atenção a diferentes formas de entonação, velocidade e intenção comunicativa. Dai e Wu (2025) observam que esses sistemas favorecem a exposição contínua à língua falada em contextos variados, ampliando a compreensão auditiva funcional. A escuta passa a ser vivenciada como processo interativo e não apenas receptivo.

A fala ganha expressividade em ambientes simulados que reproduzem interações cotidianas, permitindo ao aprendiz experimentar diferentes papéis comunicativos. Mohebbi (2025) aponta que a prática conversacional mediada por IA fortalece a confiança do estudante ao reduzir o medo de erro em contextos reais. A oralidade se desenvolve por meio de engajamento progressivo em situações simuladas. Na leitura e na escrita, os ambientes interativos exigem respostas contextualizadas, promovendo o uso funcional da língua em cenários comunicativos autênticos. Yuan (2025) evidencia que a imersão digital contribui para maior compreensão textual ao integrar linguagem.

CONCLUSÃO

A inteligência artificial tem se consolidado como uma ferramenta importante no desenvolvimento das quatro habilidades idiomáticas: escutar, falar, ler e escrever. Por meio de assistentes virtuais, aplicativos educativos e plataformas interativas, os estudantes conseguem praticar a língua de forma mais dinâmica e personalizada. Isso permite que o aprendizado seja adaptado ao ritmo individual, favorecendo maior autonomia e engajamento no processo educativo.

Na habilidade de escuta e fala, a IA contribui significativamente por meio de recursos como reconhecimento de voz, conversação simulada e feedback instantâneo de pronúncia. Esses recursos possibilitam que o estudante pratique diálogos em diferentes contextos, corrigindo erros em tempo real e desenvolvendo maior confiança na comunicação oral. Dessa forma, o aprendizado se aproxima de situações reais de uso da língua.

Já na leitura e escrita, a IA auxilia na compreensão de textos, sugestão de vocabulário, correção gramatical e organização de ideias. Ferramentas inteligentes ajudam o estudante a identificar erros, melhorar a coesão textual e ampliar o repertório linguístico. Assim, a inteligência artificial não substitui o professor, mas atua como um recurso complementar que potencializa o ensino e contribui para um aprendizado mais completo e eficiente.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Gladys Nogueira; SANTANA, Aline Canuto de Abreu. **Tecnologias emergentes em educação: contribuições para práticas pedagógicas inovadoras e uso da inteligência artificial no ensino contemporâneo.** In: *Tecnologias emergentes em educação: contribuições gerais*. E-book, 2025. EISBN: 978-65-5440-184-5. DOI: https://doi.org/10.29327/5322997.

DAI, Lili; WU, Fengming. **An AI-powered conversational system for college students learning English as a second language.** *Education and Information Technologies*, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s10639-025-13640-3.

MOHEBBI, Ahmadreza. **Enabling learner independence and self-regulation in language education using AI tools: a systematic review.** *Cogent Education*, 2025. DOI: https://doi.org/10.1080/2331186X.2024.2433814.

YAN, Weijian; LI, Belle; LOWELL, Victoria L. **Integrating artificial intelligence and extended reality in language education: a systematic literature review (2017–2024).** *Education Sciences*, v. 15, n. 8, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/educsci15081066.

YUAN, Hang. **Artificial intelligence in language learning: biometric feedback and adaptive reading for improved comprehension and reduced anxiety.** *Humanities and Social Sciences Communications*, 2025. DOI: https://doi.org/10.1057/s41599-025-04878-w.

CAPÍTULO 4

Letramento linguístico e matemático como eixos para a recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental.

Linguistic and Mathematical Literacy as Axes for Learning Recovery in Primary Education.

Celine Maria de Sousa Azevedo

RESUMO
O letramento linguístico e matemático é compreendido como eixos estruturantes para a recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental, especialmente no contexto de superação de defasagens educacionais. O texto analisa como o desenvolvimento integrado dessas duas dimensões contribui para o fortalecimento das competências básicas dos estudantes, favorecendo a leitura, a escrita, a interpretação de textos e o raciocínio lógico-matemático. Destaca-se que o letramento linguístico amplia a capacidade de compreensão e produção textual em diferentes contextos sociais, enquanto o letramento matemático promove a resolução de problemas e a aplicação de conceitos numéricos no cotidiano. Evidencia-se ainda que a articulação entre essas áreas possibilita práticas pedagógicas mais significativas, interdisciplinares e alinhadas às necessidades reais dos alunos. Dessa forma, ambos os letramentos são fundamentais para orientar intervenções pedagógicas que visem à recomposição das aprendizagens e à promoção da equidade educacional no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Letramento linguístico; letramento matemático; recomposição das aprendizagens; ensino fundamental.

ABSTRACT
Linguistic and mathematical literacy is understood as structuring axes for learning recovery in primary education, especially in the context of overcoming educational gaps. The text analyzes how the integrated development of these two dimensions contributes to strengthening students' basic competencies, promoting reading, writing, text interpretation, and logical-mathematical reasoning. It highlights that linguistic literacy enhances the ability to understand and produce texts in different social contexts, while mathematical literacy promotes problem-solving and the application of numerical concepts in everyday life. It also emphasizes that the articulation between these areas enables more meaningful and interdisciplinary pedagogical practices aligned with students' real needs. Thus, both literacies are essential to guide pedagogical interventions aimed at learning recovery and the promotion of educational equity in primary education.

Keywords: Linguistic literacy; mathematical literacy; learning recovery; primary education.

1. INTRODUÇÃO

A recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental emerge como um campo de reflexão pedagógica voltado à superação de lacunas formativas acumuladas ao longo do percurso escolar. Barreto, Mota e Valadão (2017) indicam que a articulação entre língua materna e matemática constitui fundamento decisivo para a construção de percursos mais consistentes de aprendizagem. Nesse cenário, o letramento linguístico e o letramento matemático passam a ocupar posição estratégica na reorganização das práticas educativas, uma vez que atravessam todas as áreas do conhecimento e sustentam a leitura crítica da realidade escolar.

O letramento linguístico assume papel estruturante na formação do estudante ao ampliar suas possibilidades de interpretação e produção de sentidos em diferentes contextos sociais. Barreto, Mota e Valadão (2017) ressaltam que o domínio da linguagem não se limita à decodificação, mas envolve práticas discursivas que atravessam o cotidiano escolar e a construção do pensamento. Essa dimensão linguística, quando fragilizada, compromete diretamente a aprendizagem em outras áreas, exigindo intervenções pedagógicas que considerem a complexidade da linguagem como instrumento de mediação do conhecimento.

O letramento matemático, por sua vez, ultrapassa a aplicação mecânica de algoritmos e se constitui como forma de interpretação quantitativa do mundo. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) destacam que o desenvolvimento dessa competência envolve a capacidade de mobilizar raciocínio lógico em situações concretas. Nesse horizonte, a matemática escolar passa a ser compreendida como prática social, vinculada a contextos reais, o que amplia sua relevância na recomposição das aprendizagens.

A consolidação do letramento matemático nos anos iniciais do Ensino Fundamental depende de práticas pedagógicas que valorizem a resolução de problemas e a construção de significados. Santos (2020) observa que o ensino da matemática se fortalece quando associado a situações contextualizadas que mobilizam o pensamento do estudante. Esse enfoque desloca o ensino de uma perspectiva normativa para uma abordagem investigativa, favorecendo a reconstrução de saberes fragilizados.

A interseção entre linguagem e matemática revela-se como espaço fértil para a recomposição das aprendizagens, uma vez que ambas as áreas compartilham processos cognitivos relacionados à interpretação e à argumentação. Barreto, Mota e Valadão (2017) evidenciam que a leitura de problemas matemáticos depende diretamente da competência linguística. Essa convergência aponta para a necessidade de práticas pedagógicas integradas, capazes de romper a fragmentação curricular historicamente presente nas escolas.

A recomposição das aprendizagens exige também uma leitura sensível das trajetórias escolares interrompidas ou fragilizadas por diferentes fatores sociais e institucionais. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) argumentam que a superação dessas lacunas requer intervenções intencionais e sistemáticas, centradas no desenvolvimento de competências essenciais. O letramento linguístico e matemático funciona como eixo organizador de práticas pedagógicas reparadoras e progressivas.

A mediação docente ocupa posição central na construção de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento integrado dessas competências. Santos (2020) enfatiza que o professor atua como agente de reorganização do conhecimento, promovendo situações didáticas que desafiam o estudante a pensar de maneira autônoma. Esse papel mediador ganha relevância ainda maior em contextos de recomposição, nos quais o diagnóstico das dificuldades orienta as estratégias pedagógicas.

No campo da gestão educacional, a comunicação efetiva entre os sujeitos escolares fortalece a implementação de práticas inovadoras voltadas à aprendizagem. Azevedo et al. (2024) destacam que a liderança escolar comprometida com a clareza comunicacional potencializa processos colaborativos e decisórios. Essa dimensão administrativa influencia diretamente a organização de ações pedagógicas voltadas ao fortalecimento dos letramentos essenciais no Ensino Fundamental.

A reorganização curricular orientada pelos letramentos linguístico e matemático implica uma revisão das prioridades formativas da escola contemporânea. Barreto, Mota e Valadão (2017) apontam que a integração entre áreas do conhecimento contribui para práticas mais significativas e contextualizadas. Esse movimento curricular rompe com a compartimentalização disciplinar e favorece uma abordagem mais orgânica do conhecimento escolar.

A centralidade do letramento linguístico e matemático na recomposição das aprendizagens revela um horizonte formativo comprometido com a equidade educacional e com a reconstrução de percursos escolares consistentes. Azevedo et al. (2024) reforçam que práticas educativas inovadoras dependem de articulação entre gestão, comunicação e intencionalidade pedagógica. Nesse cenário, tais letramentos configuram-se como fundamentos estruturantes para a reinvenção das práticas escolares no Ensino Fundamental, delineando possibilidades de reconfiguração contínua do processo educativo.

2. DESENVOLVIMENTO

A aprendizagenm no Ensino Fundamental exige uma reinterpretação do próprio sentido de ensinar, especialmente quando se consideram as fragilidades acumuladas nas práticas de leitura, escrita e raciocínio lógico ao longo da escolarização. Barreto, Mota e Valadão (2017)

afirmam que a articulação entre língua materna e matemática se configura como fundamento indispensável para o desenvolvimento de aprendizagens mais consistentes. Esse entendimento desloca o foco de intervenções pontuais para uma reorganização estrutural do trabalho pedagógico, no qual linguagem e matemática assumem papel de mediação central na construção do conhecimento escolar.

A complexidade do letramento linguístico evidencia-se na sua capacidade de estruturar formas de pensamento que ultrapassam a decodificação de códigos escritos. Barreto, Mota e Valadão (2017) destacam que a linguagem, quando compreendida em sua dimensão social, organiza práticas discursivas que influenciam diretamente a compreensão dos conteúdos escolares. Esse processo revela que dificuldades na interpretação textual não se restringem à disciplina de língua portuguesa, mas repercutem em toda a experiência educativa, exigindo abordagens pedagógicas mais densas e interligadas.

No campo do letramento matemático, observa-se uma mudança significativa na forma de compreender o ensino da matemática nos anos iniciais. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) defendem que a matemática deve ser entendida como linguagem interpretativa do cotidiano, mobilizando o estudante para a análise de situações reais. Essa perspectiva rompe com a centralidade de procedimentos repetitivos e abre espaço para práticas pedagógicas que valorizam o pensamento investigativo e a construção ativa de significados.

A aprendizagem matemática ganha profundidade quando vinculada à resolução de problemas contextualizados, nos quais o estudante é desafiado a mobilizar diferentes estratégias cognitivas. Santos (2020) enfatiza que o letramento matemático se desenvolve a partir de situações que exigem reflexão e tomada de decisão. Esse movimento pedagógico favorece a reconstrução de saberes fragilizados, especialmente em contextos nos quais a escolarização foi marcada por lacunas acumuladas.

A interdependência entre linguagem e matemática evidencia um ponto crítico para a recomposição das aprendizagens, uma vez que a compreensão de enunciados matemáticos depende fortemente da competência linguística. Barreto, Mota e Valadão (2017) apontam que essa articulação não é acessória, mas constitutiva do processo de aprendizagem. Essa relação sugere que intervenções isoladas em uma única área tendem a ser insuficientes, demandando práticas pedagógicas integradas e mais complexas.

A diversidade de ritmos e percursos escolares dos estudantes impõe desafios adicionais à organização do trabalho pedagógico. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) indicam que a recomposição das aprendizagens requer diagnósticos precisos e intervenções planejadas com base nas necessidades reais dos alunos. Esse cenário exige uma postura docente sensível às

diferenças individuais, capaz de construir caminhos flexíveis de retomada do conhecimento sem simplificações excessivas do processo educativo.

A atuação docente se destaca como elemento estruturante na mediação entre o estudante e o conhecimento sistematizado. Santos (2020) observa que o professor exerce função essencial ao propor situações de aprendizagem que mobilizam o raciocínio e incentivam a autonomia intelectual. Essa mediação não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de condições para que o estudante reorganize suas próprias formas de pensar.

No âmbito da organização escolar, a gestão educacional exerce influência direta sobre a efetividade das práticas pedagógicas. Azevedo et al. (2024) destacam que a comunicação institucional clara e articulada fortalece os processos de tomada de decisão e favorece o alinhamento entre objetivos pedagógicos e ações concretas. Esse aspecto evidencia que a recomposição das aprendizagens depende também de condições estruturais que sustentem o trabalho docente.

A integração entre áreas do conhecimento representa um desafio persistente para os sistemas educacionais, historicamente marcados pela fragmentação curricular. Barreto, Mota e Valadão (2017) indicam que a aproximação entre linguagem e matemática favorece a construção de aprendizagens mais significativas. Essa integração não ocorre de maneira espontânea, exigindo planejamento pedagógico intencional e práticas que promovam conexões conceituais entre diferentes campos do saber.

O fortalecimento do letramento linguístico e matemático redefine as bases do trabalho pedagógico ao deslocar o foco da memorização para a construção de sentidos e relações. Azevedo et al. (2024) ressaltam que práticas educacionais efetivas dependem de articulação entre gestão, comunicação e inovação pedagógica. Nesse contexto, a recomposição das aprendizagens passa a ser compreendida como um processo contínuo de reorganização do conhecimento escolar, no qual linguagem e matemática atuam como instrumentos fundamentais para a formação intelectual dos estudantes.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza fundamental, orientada para a compreensão aprofundada dos sentidos atribuídos ao letramento linguístico e matemático como eixos estruturantes da recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental. Santos (2020) ressalta que pesquisas voltadas ao campo educacional exigem a interpretação dos fenômenos em sua complexidade, considerando dimensões pedagógicas, sociais e cognitivas que não podem ser reduzidas a dados numéricos. Nesse sentido, o estudo

prioriza a análise de significados e processos formativos, valorizando a compreensão crítica das práticas escolares contemporâneas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca ampliar o entendimento sobre o papel dos letramentos linguístico e matemático na reorganização das aprendizagens escolares. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) indicam que investigações dessa natureza permitem mapear concepções teóricas e identificar tendências pedagógicas emergentes. Essa perspectiva possibilita descrever fenômenos educacionais sem esgotá-los, mantendo abertura interpretativa para múltiplas leituras do objeto de estudo.

No que se refere aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, centrada na análise de produções científicas já publicadas, como artigos, livros e dissertações. Barreto, Mota e Valadão (2017) evidenciam que a pesquisa bibliográfica no campo educacional possibilita compreender articulações teóricas fundamentais para a prática pedagógica, especialmente quando envolve áreas integradas como linguagem e matemática. Esse procedimento permite construir um panorama consistente do estado do conhecimento, favorecendo a identificação de convergências e lacunas na literatura.

A pesquisa também incorpora elementos de caráter documental, considerando a análise de materiais disponíveis em bases digitais e repositórios acadêmicos. Azevedo et al. (2024) destacam que a utilização de fontes diversificadas fortalece a consistência analítica e amplia a compreensão dos fenômenos educacionais investigados. Foram consultadas bases como SciELO, CAPES, Google Acadêmico e outras plataformas científicas, priorizando produções atualizadas, pertinentes ao tema e reconhecidas pelo rigor metodológico.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática, buscando identificar recorrências, tensões e contribuições presentes nas produções selecionadas. Santos (2020) destaca que a análise bibliográfica exige postura crítica e articuladora, capaz de relacionar diferentes perspectivas teóricas sem perder a coerência argumentativa. Esse movimento analítico possibilitou construir uma síntese interpretativa sobre o papel do letramento linguístico e matemático na recomposição das aprendizagens, respeitando a complexidade do fenômeno educacional estudado.

4. BASE PARA TODAS AS ÁREAS DO CONHECIMENTO

O letramento linguístico e matemático constitui um eixo estruturante do processo educativo ao sustentar o acesso e a apropriação dos conhecimentos escolares em diferentes áreas do currículo. Barreto, Mota e Valadão (2017) evidenciam que a articulação entre língua materna e matemática favorece a construção de aprendizagens mais consistentes, na medida em que integra dimensões complementares do pensamento. Nesse contexto, a leitura e a interpretação

deixam de ser habilidades restritas ao campo linguístico e passam a operar como instrumentos de compreensão transversal, indispensáveis para a assimilação de conteúdos científicos, históricos e sociais.

A produção textual e a capacidade de interpretação desempenham função decisiva na organização do conhecimento escolar, pois estruturam o modo como o estudante compreende enunciados e estabelece relações conceituais. Santos (2020) destaca que o letramento matemático se fortalece quando o sujeito é capaz de mobilizar diferentes formas de leitura do mundo, articulando linguagem e raciocínio lógico em situações de aprendizagem. Essa integração amplia o alcance das práticas pedagógicas, favorecendo a construção de sentidos mais elaborados e a superação de dificuldades que se manifestam na compreensão de conteúdos interdisciplinares.

O raciocínio matemático, por sua vez, contribui para a organização do pensamento analítico e para a resolução de problemas em contextos variados, ultrapassando o domínio exclusivo da disciplina de matemática. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) ressaltam que o desenvolvimento dessa competência envolve a capacidade de interpretar situações e mobilizar estratégias cognitivas diversas. Tal perspectiva evidencia que a matemática, enquanto linguagem estruturante, apoia a leitura crítica de fenômenos presentes em diferentes campos do conhecimento escolar.

A interdependência entre linguagem e matemática revela uma base comum para a aprendizagem significativa, especialmente quando se considera a necessidade de integração curricular no Ensino Fundamental. Barreto, Mota e Valadão (2017) apontam que a aproximação entre essas áreas potencializa a compreensão dos conteúdos e fortalece a construção de conhecimentos mais sólidos. Esse entrelaçamento favorece práticas pedagógicas que ultrapassam a fragmentação disciplinar, permitindo ao estudante estabelecer conexões entre saberes aparentemente distintos.

A constituição dessa base comum amplia as possibilidades de aprendizagem interdisciplinar, ao promover uma formação que valoriza tanto a interpretação textual quanto o pensamento lógico. Azevedo et al. (2024) indicam que a efetividade dos processos educativos está relacionada à qualidade da comunicação e à organização das práticas pedagógicas no ambiente escolar.

5. DIAGNÓSTICO E SUPERAÇÃO DE DEFASAGENS

A identificação de defasagens no processo de aprendizagem exige uma leitura pedagógica sensível às múltiplas dimensões do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, especialmente quando se considera a articulação entre letramento linguístico e matemático. Barreto, Mota e

Valadão (2017) apontam que dificuldades na compreensão da linguagem e na interpretação de enunciados matemáticos frequentemente se entrelaçam, produzindo lacunas que impactam diversas áreas do conhecimento escolar. Essa interdependência revela que o diagnóstico educacional não pode se restringir a indicadores isolados, mas deve contemplar a complexidade das relações entre leitura, escrita e raciocínio lógico.

A precisão diagnóstica torna-se elemento central na reorganização das práticas pedagógicas voltadas à recomposição das aprendizagens. Santos (2020) destaca que o letramento matemático permite observar como o estudante mobiliza estratégias de resolução de problemas, revelando níveis distintos de compreensão conceitual. Esse tipo de análise contribui para a identificação de padrões de dificuldade que, muitas vezes, permanecem ocultos em avaliações tradicionais, exigindo instrumentos avaliativos mais interpretativos e contextualizados.

A partir desse diagnóstico ampliado, o planejamento de intervenções pedagógicas ganha maior coerência com as necessidades reais dos estudantes, favorecendo processos de ensino mais direcionados e eficazes. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) enfatizam que a recomposição das aprendizagens depende da capacidade de transformar dados diagnósticos em ações pedagógicas consistentes, capazes de atuar sobre as fragilidades identificadas. Esse movimento pressupõe uma prática docente reflexiva, na qual a análise contínua do progresso dos alunos orienta ajustes metodológicos.

A superação das defasagens exige estratégias educativas que integrem linguagem e matemática como campos complementares de intervenção. Barreto, Mota e Valadão (2017) indicam que o trabalho articulado entre essas áreas potencializa a recuperação de habilidades essenciais, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa integração permite que dificuldades de leitura influenciem positivamente o desenvolvimento do raciocínio lógico e vice-versa, favorecendo uma recomposição mais equilibrada do percurso formativo.

A efetividade desse processo depende também da qualidade da comunicação no ambiente escolar, elemento fundamental para a organização das ações pedagógicas e para o acompanhamento das aprendizagens. Azevedo et al. (2024) ressaltam que a comunicação clara entre gestão, docentes e demais atores educacionais contribui para a tomada de decisões mais assertivas no enfrentamento das dificuldades escolares.

6. DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO E AUTONOMIA

O desenvolvimento do pensamento crítico no contexto escolar contemporâneo encontra no letramento linguístico e matemático um fundamento decisivo para a formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir na realidade. Barreto, Mota e Valadão (2017) destacam que a

articulação entre linguagem e matemática favorece a construção de estruturas cognitivas mais complexas, nas quais a compreensão de enunciados e a organização lógica do pensamento se complementam. Esse entrelaçamento produz condições para que o estudante ultrapasse a simples reprodução de conteúdos, passando a elaborar relações mais sofisticadas entre informações, argumentos e evidências.

A ampliação da capacidade de análise se intensifica quando o processo educativo valoriza práticas de leitura e interpretação associadas à resolução de problemas. Santos (2020) observa que o letramento matemático se consolida à medida que o estudante é desafiado a compreender situações que exigem reflexão e tomada de decisão. Esse movimento contribui para a formação de um pensamento mais atento às nuances dos problemas, promovendo uma postura investigativa que rompe com a passividade diante do conhecimento escolar e estimula a construção ativa de significados.

A argumentação, enquanto dimensão essencial do pensamento crítico, emerge da interação entre linguagem estruturada e raciocínio lógico. Santos, Oliveira e Oliveira (2023) indicam que o letramento matemático envolve não apenas a execução de procedimentos, mas também a capacidade de justificar escolhas e interpretar resultados. Essa competência discursiva amplia a autonomia intelectual do estudante, permitindo que ele sustente ideias com maior consistência e reconheça diferentes possibilidades dentro de um mesmo problema.

A autonomia intelectual, nesse contexto, não se restringe à independência operacional, mas se relaciona à capacidade de compreender, questionar e reorganizar informações de maneira consciente. Barreto, Mota e Valadão (2017) apontam que a integração entre linguagem e matemática fortalece o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem, uma vez que o coloca diante de desafios que exigem reflexão contínua. Esse processo favorece o amadurecimento cognitivo, preparando o sujeito para lidar com situações escolares e sociais que demandam tomada de decisão fundamentada.

O fortalecimento do letramento linguístico e matemático configura-se como eixo formativo que sustenta a construção de autonomia, análise e argumentação, ampliando as possibilidades de atuação consciente do estudante em diferentes esferas da vida social e acadêmica.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do estudo evidencia que o letramento linguístico e matemático ocupa posição central na recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental, ao sustentar processos cognitivos indispensáveis à formação integral dos estudantes. Barreto, Mota e Valadão (2017) reforçam que a articulação entre linguagem e matemática potencializa a

construção de conhecimentos mais consistentes, favorecendo a compreensão de diferentes áreas do saber. Observa-se que tais letramentos não se limitam a habilidades isoladas, mas configuram um eixo estruturante capaz de reorganizar o percurso educativo e fortalecer a base formativa dos alunos.

A recomposição das aprendizagens ganha maior efetividade quando fundamentada em práticas pedagógicas que valorizam a interpretação, a argumentação e a resolução de problemas em contextos significativos. Santos (2020) destaca que o letramento matemático amplia a capacidade do estudante de compreender situações e mobilizar estratégias de pensamento mais elaboradas. De modo complementar, Santos, Oliveira e Oliveira (2023) apontam que a integração entre linguagem e matemática favorece intervenções pedagógicas mais precisas, contribuindo para a superação de defasagens e para o avanço progressivo das competências escolares.

Nesse horizonte, consolida-se a compreensão de que o fortalecimento do letramento linguístico e matemático promove não apenas a recuperação de aprendizagens, mas também a formação de sujeitos mais críticos, autônomos e preparados para os desafios contemporâneos. Azevedo et al. (2024) ressaltam que a qualidade da comunicação e da organização educacional influencia diretamente o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes.

REFERENCIAS

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; PONTES, Rosemary Corrêa; DIAS, Adriano Valter Dornelles; GUIMARÃES, Glauber Luan Lopes; RIBEIRO, Éllen Lisbôa Moreira; OLIVEIRA, Miriam Paulo da Silva. **A importância da comunicação efetiva na gestão educacional.** ARACÊ, v. 6, n. 3, p. 4973–4986, 2024. DOI: 10.56238/arev6n3-043.

BARRETO, M. de F. T.; MOTA, T. M. S. F.; VALADÃO, B. T. **Língua materna e matemática: articulações necessárias para letramento nos anos iniciais do ensino fundamental.** *Revista Polyphonía*, v. 28, n. 2, 2017. DOI: https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52776.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, G. S.; OLIVEIRA, C. R. **Letramento matemático: compreensões emergentes para a aprendizagem em matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.** *Educere et Educare*, v. 18, n. 45, p. 216-235, 2023. DOI: https://doi.org/10.48075/educare.v18i45.29251.

SANTOS, M. J. C. **O letramento matemático nos anos iniciais do ensino fundamental.** *REMATEC*, 2020, p. 96-116. DOI: https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n0.p96-116.id238.

CAPÍTULO 5

Tecnologia na Educação Infantil: integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na primeira infância.

Technology in Early Childhood Education: Integration of Digital Tools and Active Methodologies in Early Childhood.

Francisca Araújo da Silva

RESUMO

O presente resumo apresenta, de forma concisa, os principais pontos de uma entrevista sobre a integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na educação infantil. Destaca-se que o uso planejado de tecnologias contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, quando alinhado a práticas pedagógicas intencionais. Evidencia-se que metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e jogos digitais educativos, favorecem a autonomia, a criatividade e o protagonismo infantil. Ressalta-se a importância da mediação do professor no uso das tecnologias, garantindo que estas sejam utilizadas de maneira crítica e adequada à faixa etária. Aponta-se ainda a necessidade de formação continuada dos docentes e de infraestrutura adequada nas instituições. Conclui-se que a integração equilibrada entre recursos digitais e práticas pedagógicas inovadoras potencializa o processo de ensino-aprendizagem na primeira infância.

Palavras-chave: Educação infantil; tecnologias digitais; metodologias ativas; aprendizagem.

ABSTRACT

The present abstract concisely presents the main points of an interview about the integration of digital tools and active methodologies in early childhood education. It highlights that the planned use of technology contributes to children's cognitive, social, and emotional development when aligned with intentional pedagogical practices. It emphasizes that active methodologies, such as project-based learning and educational digital games, promote autonomy, creativity, and child protagonism. The importance of teacher mediation in the use of technologies is also underscored, ensuring their critical and age-appropriate application. Additionally, the need for continuous teacher training and adequate institutional infrastructure is pointed out. It concludes that a balanced integration of digital resources and innovative pedagogical practices enhances the teaching and learning process in early childhood.

Keywords: Early childhood education; digital technologies; active methodologies; learning.

1. INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias digitais na educação infantil inaugura um campo de investigação que ultrapassa o uso instrumental de dispositivos e alcança dimensões epistemológicas e pedagógicas mais amplas. A presença de recursos digitais no cotidiano das crianças tensiona práticas tradicionais e exige reconfigurações na organização do ensino. Aquino e Caetano (2023) indicam que a integração tecnológica demanda intencionalidade pedagógica e domínio crítico por parte do professor, o que desloca o foco da ferramenta para a experiência formativa. Esse cenário revela que a tecnologia, quando inserida de maneira reflexiva, pode ampliar possibilidades de interação, linguagem e construção do conhecimento na primeira infância.

A discussão sobre metodologias ativas emerge nesse contexto como elemento estruturante de propostas pedagógicas contemporâneas. A centralidade da criança como sujeito do processo educativo redefine o papel docente e valoriza experiências que promovem investigação, experimentação e autoria. Bremecker (2024) sustenta que práticas ativas favorecem o desenvolvimento integral ao estimular a curiosidade e o pensamento crítico desde os primeiros anos escolares. A articulação entre essas metodologias e os recursos digitais potencializa ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, nos quais a criança participa ativamente da construção de significados.

O avanço das tecnologias digitais impõe desafios que não se limitam à infraestrutura, mas alcançam dimensões formativas e éticas. A presença de dispositivos em sala de aula exige mediação qualificada, capaz de orientar o uso consciente e evitar práticas superficiais ou meramente recreativas. Aquino e Caetano (2023) destacam que a formação docente contínua constitui condição indispensável para que a tecnologia seja integrada de modo significativo. Tal perspectiva evidencia que o domínio técnico não é suficiente, sendo necessária uma compreensão crítica das implicações pedagógicas envolvidas.

No campo da educação infantil, o uso de tecnologias digitais deve considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, respeitando ritmos, interesses e necessidades das crianças. A introdução desses recursos requer planejamento cuidadoso, que privilegie a ludicidade e a interação social. Carvalho (2022) aponta que projetos pedagógicos mediados por tecnologia digital podem favorecer aprendizagens mais contextualizadas, desde que articulados a objetivos claros e estratégias coerentes. A tecnologia, nesse sentido, atua como mediadora de experiências que ampliam repertórios culturais e cognitivos.

A inclusão educacional também se beneficia da integração tecnológica, especialmente por meio de tecnologias assistivas que promovem acessibilidade e participação. A diversidade

presente nas salas de educação infantil exige abordagens que reconheçam diferentes formas de aprendizagem e comunicação. Silva (2025) evidencia que recursos assistivos contribuem para a equidade, permitindo que crianças com necessidades específicas participem de atividades em condições mais justas. Essa dimensão reforça o papel social da tecnologia como instrumento de democratização do ensino.

A relação entre tecnologia e infância suscita debates acerca dos limites e potencialidades do uso de dispositivos digitais em idades precoces. A exposição indiscriminada pode comprometer experiências essenciais ao desenvolvimento, como o brincar livre e a interação presencial. Aquino e Caetano (2023) argumentam que a mediação pedagógica é fundamental para equilibrar essas dimensões, garantindo que a tecnologia complemente, e não substitua, vivências fundamentais. A construção de práticas equilibradas requer sensibilidade e conhecimento aprofundado das dinâmicas infantis.

A implementação de metodologias ativas mediadas por tecnologias digitais implica transformação na organização curricular e na gestão do tempo pedagógico. A rigidez de modelos tradicionais cede espaço a propostas mais flexíveis, que valorizam processos investigativos e colaborativos. Bremecker (2024) destaca que a aprendizagem baseada em projetos e em problemas favorece a integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem interdisciplinar desde a infância. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento de competências essenciais ao século XXI.

A mediação docente assume papel central nesse processo, configurando-se como elemento articulador entre tecnologia, metodologia e aprendizagem. O professor deixa de ser transmissor de conteúdos e passa a atuar como facilitador, orientador e curador de experiências educativas. Carvalho (2022) ressalta que a atuação docente deve estar fundamentada em princípios pedagógicos consistentes, que orientem o uso intencional das tecnologias. A qualidade da mediação influencia diretamente os resultados educacionais e a construção de sentidos pelas crianças.

O contexto institucional também exerce influência significativa na integração de tecnologias digitais na educação infantil. A disponibilidade de recursos, o apoio da gestão escolar e a cultura organizacional impactam diretamente as práticas pedagógicas. Aquino e Caetano (2023) observam que ambientes colaborativos e inovadores favorecem a adoção de estratégias que incorporam tecnologia de maneira significativa. A transformação educacional, portanto, não depende apenas de iniciativas individuais, mas de políticas institucionais consistentes.

A reflexão sobre tecnologia na educação infantil exige abordagem crítica que considere suas múltiplas dimensões e implicações. A integração entre ferramentas digitais e metodologias ativas revela potencial para enriquecer processos de ensino e aprendizagem, desde que orientada por princípios pedagógicos sólidos. Silva (2025) reforça que a inclusão e a equidade devem orientar o uso dessas tecnologias, garantindo acesso e participação para todas as crianças. A construção de práticas inovadoras demanda compromisso com a qualidade educacional e com o desenvolvimento integral na primeira infância.

2. DESENVOLVIMENTO

A presença de tecnologias digitais na educação infantil tem provocado deslocamentos significativos nas formas de ensinar e aprender, exigindo uma revisão crítica das práticas pedagógicas consolidadas. A inserção desses recursos não se limita ao uso de dispositivos, mas envolve a construção de experiências formativas que dialoguem com a realidade contemporânea das crianças. Aquino e Caetano (2023) destacam que a integração tecnológica precisa estar articulada a objetivos pedagógicos claros, evitando abordagens superficiais que esvaziam o potencial educativo das ferramentas digitais. Tal perspectiva aponta para a necessidade de compreender a tecnologia como linguagem e mediação cultural, e não apenas como suporte técnico.

A adoção de metodologias ativas no contexto da educação infantil amplia as possibilidades de participação e protagonismo das crianças no processo educativo. Ao deslocar o foco da transmissão de conteúdos para a construção de experiências significativas, essas abordagens favorecem a autonomia e a curiosidade investigativa. Bremecker (2024) argumenta que a aprendizagem ativa estimula o envolvimento das crianças em situações concretas, promovendo maior engajamento e desenvolvimento cognitivo. Nesse cenário, a tecnologia pode funcionar como catalisadora de práticas que valorizam a experimentação e a construção coletiva do conhecimento.

A articulação entre ferramentas digitais e metodologias ativas exige uma compreensão aprofundada das especificidades da infância, evitando a transposição inadequada de modelos destinados a outras etapas educacionais. A infância se caracteriza por processos de aprendizagem que envolvem interação, ludicidade e exploração sensorial. Carvalho (2022) ressalta que projetos pedagógicos mediados por tecnologia digital devem respeitar essas características, promovendo experiências que integrem o brincar e o aprender. A tecnologia, nesse contexto, precisa ser incorporada de maneira sensível, favorecendo a expressão e a descoberta.

A mediação docente assume papel central na efetivação de práticas pedagógicas que integrem tecnologia e metodologias inovadoras. O professor atua como organizador de

experiências, selecionando recursos e orientando o uso das ferramentas de forma crítica e intencional. Aquino e Caetano (2023) evidenciam que a formação docente contínua é fundamental para que o educador desenvolva competências relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias. Essa formação deve contemplar aspectos técnicos, didáticos e reflexivos, permitindo uma atuação consciente e contextualizada.

A inclusão educacional ganha novos contornos com a incorporação de tecnologias assistivas no cotidiano escolar, ampliando as possibilidades de participação de crianças com necessidades específicas. O acesso a recursos adaptados contribui para a construção de ambientes mais equitativos e sensíveis à diversidade. Silva (2025) aponta que as tecnologias assistivas desempenham papel relevante na promoção da autonomia e da comunicação, possibilitando que diferentes sujeitos se expressem e aprendam de maneira mais efetiva. A presença desses recursos reforça o compromisso com uma educação inclusiva e democrática.

A integração de tecnologias digitais também demanda uma reflexão ética sobre os limites e as implicações do seu uso na infância. O contato precoce com dispositivos digitais pode gerar impactos no desenvolvimento, exigindo uma abordagem equilibrada e orientada. Aquino e Caetano (2023) problematizam a necessidade de estabelecer critérios pedagógicos que orientem o uso consciente das tecnologias, evitando tanto a exclusão digital quanto o uso excessivo. O desafio consiste em construir práticas que considerem a tecnologia como meio, e não como fim em si mesma.

A organização curricular na educação infantil precisa ser repensada diante das possibilidades abertas pelas tecnologias digitais e pelas metodologias ativas. Estruturas rígidas tendem a limitar experiências mais dinâmicas e investigativas, enquanto propostas flexíveis favorecem a integração de diferentes linguagens. Bremecker (2024) destaca que abordagens baseadas em projetos permitem a articulação entre áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens mais significativas. A tecnologia pode contribuir para a construção de percursos educativos mais contextualizados e interativos.

A dimensão social da aprendizagem se fortalece quando tecnologias digitais são utilizadas para promover colaboração e interação entre as crianças. Ambientes digitais podem ampliar formas de comunicação e compartilhamento de experiências, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. Carvalho (2022) observa que práticas pedagógicas mediadas por tecnologia podem incentivar o trabalho em grupo e a resolução conjunta de problemas. Esse movimento contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas fundamentais na infância.

A relação entre cultura digital e educação infantil revela a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender e interagir criticamente com o mundo tecnológico. A presença constante de mídias digitais no cotidiano das crianças exige que a escola assuma um papel formativo nesse campo. Aquino e Caetano (2023) enfatizam que a educação deve promover o letramento digital desde os primeiros anos, preparando as crianças para uma participação ativa na sociedade contemporânea. Tal formação envolve não apenas o uso de ferramentas, mas a compreensão de suas implicações sociais e culturais.

A consolidação de práticas pedagógicas que integrem tecnologia e metodologias ativas depende de um compromisso institucional com a inovação e a qualidade educacional. A construção de ambientes favoráveis à experimentação pedagógica requer investimento em infraestrutura, formação docente e gestão participativa. Silva (2025) reforça que a inclusão e a equidade devem orientar esse processo, garantindo que todas as crianças tenham acesso a experiências educativas significativas. O desenvolvimento de propostas consistentes nesse campo representa um avanço importante na construção de uma educação infantil mais inclusiva, crítica e alinhada às demandas contemporâneas.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre tecnologia na educação infantil, com ênfase na integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na primeira infância. Aquino e Caetano (2023) apontam que a compreensão desses fenômenos exige uma leitura crítica das práticas pedagógicas contemporâneas, considerando suas múltiplas dimensões formativas e sociais. A investigação privilegia a interpretação de significados e sentidos atribuídos às experiências educativas mediadas por tecnologias, buscando compreender como essas práticas são concebidas e implementadas no contexto escolar.

No que se refere à abordagem, optou-se pela natureza qualitativa, por possibilitar uma análise aprofundada das relações entre tecnologia, ensino e aprendizagem. Bremecker (2024) destaca que estudos qualitativos permitem explorar a complexidade dos processos educativos, valorizando a subjetividade e a construção de sentidos no ambiente escolar. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender práticas pedagógicas em sua dimensão simbólica e contextual, afastando-se de análises puramente quantitativas.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, uma vez que busca ampliar o conhecimento teórico acerca da integração de tecnologias digitais na educação infantil. Carvalho (2022) enfatiza que investigações dessa natureza contribuem para o avanço do campo educacional ao sistematizar conceitos e propor novas interpretações sobre práticas pedagógicas

mediadas por tecnologia. O estudo não se orienta diretamente para aplicação imediata, mas para a construção de fundamentos que possam subsidiar futuras intervenções.

Em relação aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, ao investigar um campo em constante transformação e ainda marcado por lacunas teóricas. Aquino e Caetano (2023) evidenciam que estudos exploratórios permitem identificar tendências, desafios e possibilidades emergentes no uso de tecnologias na educação infantil. A dimensão descritiva manifesta-se na sistematização das contribuições presentes na literatura, buscando delinear características, práticas e concepções recorrentes.

Os procedimentos técnicos adotados fundamentam-se na pesquisa bibliográfica, entendida como um processo de levantamento, seleção e análise de produções científicas relevantes. Bremecker (2024) ressalta que a pesquisa bibliográfica constitui etapa essencial para a construção do conhecimento acadêmico, permitindo o acesso a diferentes perspectivas teóricas. Foram considerados artigos científicos, livros, dissertações e documentos eletrônicos que abordam a temática investigada.

A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento deste estudo reside na possibilidade de compreender o estado da arte sobre tecnologia na educação infantil. Carvalho (2022) argumenta que esse tipo de investigação permite identificar avanços, limitações e lacunas na produção científica existente. A análise crítica das fontes contribui para a construção de um referencial teórico consistente e fundamentado.

A pesquisa também apresenta caráter documental, ao incluir materiais disponíveis em bases digitais e científicas reconhecidas. Silva (2025) destaca que documentos eletrônicos constituem fontes relevantes para a análise de práticas educacionais contemporâneas, especialmente no campo das tecnologias assistivas e digitais. Foram selecionados materiais provenientes de plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico.

Os critérios de seleção das fontes consideraram a atualidade das publicações, a pertinência temática e o rigor acadêmico. Aquino e Caetano (2023) enfatizam a importância de critérios metodológicos bem definidos para garantir a qualidade e a confiabilidade da pesquisa. A triagem inicial possibilitou a delimitação de um corpus teórico coerente com os objetivos propostos.

Após a seleção, os materiais foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, com o objetivo de identificar categorias relevantes para a análise. Bremecker (2024) ressalta que a categorização temática permite organizar os dados de maneira sistemática, favorecendo a

compreensão dos fenômenos estudados. Foram considerados aspectos pedagógicos, tecnológicos e inclusivos presentes nas obras analisadas.

O processo de análise envolveu o cruzamento de informações e a identificação de convergências e divergências entre os autores. Silva (2025) destaca que a análise crítica exige rigor e atenção à consistência dos dados, evitando interpretações superficiais ou contraditórias. A construção da narrativa analítica buscou articular os diferentes aportes teóricos, evidenciando relações, tensões e contribuições para o campo da educação infantil mediada por tecnologias digitais.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão dos fundamentos teóricos que sustentam o uso de tecnologias na educação infantil exige o reconhecimento da cultura digital como elemento constitutivo da sociedade contemporânea. A infância atual se desenvolve em um ambiente permeado por linguagens digitais, o que redefine formas de interação, comunicação e aprendizagem. Aquino e Caetano (2023) destacam que a inserção das tecnologias no contexto educacional demanda uma abordagem crítica, que considere seus impactos culturais e pedagógicos. Esse cenário impõe à escola o desafio de dialogar com essas transformações sem perder de vista os princípios formativos da infância.

A noção de aprendizagem significativa constitui um eixo central na reflexão sobre o uso pedagógico das tecnologias digitais. A construção do conhecimento ocorre de maneira mais efetiva quando os conteúdos se relacionam com experiências concretas e com o universo simbólico da criança. Bremecker (2024) enfatiza que práticas pedagógicas que valorizam a participação ativa favorecem a internalização dos saberes. A tecnologia, quando integrada a esse processo, amplia as possibilidades de conexão entre teoria e prática.

A função pedagógica das ferramentas digitais não se limita ao acesso à informação, mas envolve a mediação de experiências que promovem o desenvolvimento integral. Recursos tecnológicos podem estimular diferentes linguagens, como a visual, a sonora e a interativa, contribuindo para a ampliação das formas de expressão. Carvalho (2022) argumenta que a utilização consciente desses recursos possibilita a construção de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e contextualizados. Essa perspectiva valoriza a tecnologia como mediadora de processos cognitivos e sociais.

A cultura digital também influencia a maneira como as crianças constroem significados e interagem com o conhecimento. A exposição a múltiplas linguagens e formatos exige da escola uma postura mais flexível e aberta à inovação. Aquino e Caetano (2023) ressaltam que o letramento digital deve ser incorporado desde a educação infantil, promovendo o

desenvolvimento de competências relacionadas à interpretação crítica e ao uso responsável das tecnologias. Essa formação contribui para a constituição de sujeitos mais autônomos e conscientes.

A dimensão lúdica da aprendizagem na infância encontra nas tecnologias digitais um campo fértil para novas possibilidades pedagógicas. Jogos interativos e ambientes virtuais podem potencializar o interesse e o engajamento das crianças. Bremecker (2024) aponta que a ludicidade, quando associada a objetivos pedagógicos claros, favorece a construção de aprendizagens significativas.

A consolidação desses fundamentos teóricos requer uma abordagem integrada, que articule cultura digital, aprendizagem significativa e mediação pedagógica. A tecnologia deve ser compreendida como parte de um ecossistema educativo mais amplo, no qual diferentes elementos se inter-relacionam. Carvalho (2022) destaca que a coerência entre teoria e prática é essencial para a efetividade das propostas pedagógicas.

5. METODOLOGIAS ATIVAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A aprendizagem deixa de ser concebida como transmissão de conteúdos e passa a ser entendida como construção coletiva. Bremecker (2024) afirma que essas metodologias promovem maior envolvimento das crianças, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Esse enfoque redefine a dinâmica da sala de aula e o papel do educador.

> As metodologias ativas configuram-se como um conjunto de abordagens que colocam a criança no centro do processo educativo, valorizando sua participação e protagonismo.. Tal perspectiva rompe com modelos tradicionais centrados na transmissão de conteúdos e propõe uma reorganização das práticas pedagógicas, na qual o estudante deixa de assumir uma posição passiva e passa a atuar como sujeito ativo na construção do conhecimento. Nesse contexto, a aprendizagem é concebida como um processo dinâmico, interativo e significativo, no qual a criança é incentivada a investigar, experimentar, questionar e produzir sentidos a partir de suas vivências e interesses. A centralidade do aluno implica também uma redefinição do papel do professor, que passa a exercer função mediadora, orientando e promovendo situações que favoreçam a autonomia intelectual e o desenvolvimento integral. Essa abordagem valoriza a diversidade de experiências, ritmos e formas de aprender, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e participativos. A ênfase no protagonismo infantil fortalece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como colaboração, responsabilidade e pensamento crítico, essenciais para a formação cidadã. No âmbito da educação infantil, tais metodologias ganham ainda mais relevância, uma vez que dialogam diretamente com a natureza exploratória e lúdica da infância. Ao incorporar práticas que estimulam a curiosidade e a participação ativa, o processo educativo torna-se mais significativo e conectado à realidade das crianças, promovendo aprendizagens mais duradouras e contextualizadas. (Francisca Araújo da Silva, 2026, p. 65, grifo autoral para este artigo)

A aprendizagem baseada em projetos destaca-se como uma das estratégias mais relevantes nesse contexto, por possibilitar a integração de diferentes áreas do conhecimento. As crianças são incentivadas a investigar temas de interesse, formulando hipóteses e buscando soluções para problemas reais. Carvalho (2022) observa que essa abordagem estimula a autonomia e a capacidade de tomada de decisão. O uso de tecnologias digitais potencializa esse processo ao ampliar o acesso a informações e recursos.

O ensino híbrido, adaptado à educação infantil, representa outra possibilidade de articulação entre metodologias ativas e tecnologias digitais. Essa abordagem combina momentos presenciais e experiências mediadas por recursos tecnológicos, criando um ambiente de aprendizagem mais diversificado. Aquino e Caetano (2023) destacam que o ensino híbrido pode favorecer a personalização do ensino, respeitando os ritmos e interesses das crianças. Essa flexibilidade contribui para uma aprendizagem mais significativa.

A ludicidade ocupa papel central nas metodologias ativas voltadas à infância, constituindo-se como linguagem essencial para o desenvolvimento infantil. Atividades que envolvem jogos, brincadeiras e desafios estimulam a curiosidade e o engajamento. Bremecker (2024) enfatiza que o brincar não deve ser dissociado do aprender, mas integrado às práticas pedagógicas. A tecnologia pode enriquecer essas experiências ao oferecer novas formas de interação.

A atuação docente nesse contexto exige competências específicas, relacionadas à mediação e à organização de ambientes de aprendizagem. O professor assume o papel de facilitador, orientando as crianças na construção do conhecimento. Aquino e Caetano (2023) ressaltam que essa mudança demanda formação continuada e reflexão sobre a prática pedagógica. A qualidade da mediação influencia diretamente os resultados obtidos.

A implementação de metodologias ativas requer também uma reorganização do espaço e do tempo escolar, favorecendo experiências mais dinâmicas e colaborativas. A rigidez de modelos tradicionais cede lugar a propostas mais flexíveis e integradas. Carvalho (2022) aponta que a articulação entre teoria e prática é fundamental para o sucesso dessas abordagens. Esse movimento contribui para a construção de uma educação mais inovadora e significativa.

6. INTEGRAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A integração de ferramentas digitais no processo educativo amplia as possibilidades de construção do conhecimento na educação infantil. Aplicativos educativos, jogos digitais e plataformas interativas oferecem recursos que estimulam diferentes formas de aprendizagem.

Aquino e Caetano (2023) destacam que o uso dessas ferramentas deve estar alinhado a objetivos pedagógicos, evitando práticas descontextualizadas. A intencionalidade do uso é determinante para sua eficácia.

Os aplicativos educativos apresentam potencial para promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como memória, atenção e raciocínio lógico. Esses recursos, quando bem selecionados, podem complementar atividades pedagógicas e enriquecer o processo de aprendizagem. Bremecker (2024) aponta que a interatividade presente nesses aplicativos favorece o engajamento das crianças. A mediação docente continua sendo essencial para orientar o uso adequado.

Os jogos digitais constituem uma linguagem próxima ao universo infantil, possibilitando a aprendizagem por meio da experimentação e do desafio. A resolução de problemas em ambientes lúdicos estimula o pensamento crítico e a criatividade. Carvalho (2022) observa que jogos educativos podem ser utilizados como estratégias pedagógicas eficazes, desde que integrados a objetivos claros. A dimensão lúdica contribui para tornar o aprendizado mais significativo.

As plataformas interativas possibilitam a ampliação das formas de comunicação e colaboração entre crianças e educadores. Ambientes digitais podem favorecer o compartilhamento de produções e a construção coletiva do conhecimento. Aquino e Caetano (2023) ressaltam que essas ferramentas ampliam as possibilidades de interação, promovendo experiências mais dinâmicas. O uso dessas plataformas requer planejamento e acompanhamento constante.

A integração das tecnologias digitais também contribui para o desenvolvimento de competências sociais, como cooperação e respeito às diferenças. Atividades colaborativas mediadas por tecnologia estimulam a interação e o trabalho em grupo. Bremecker (2024) destaca que essas experiências favorecem o desenvolvimento integral das crianças. A tecnologia, nesse contexto, atua como facilitadora de relações sociais.

A efetividade da integração tecnológica depende de uma abordagem pedagógica coerente, que articule objetivos, conteúdos e estratégias. O uso isolado de ferramentas não garante resultados significativos. Carvalho (2022) enfatiza a importância de um planejamento consistente, que considere as especificidades da educação infantil. A integração bem-sucedida contribui para a construção de práticas educativas mais inovadoras.

7. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MEDIAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO DIGITAL

A mediação docente representa um dos principais desafios na integração de tecnologias digitais na educação infantil, exigindo competências que vão além do domínio técnico. O educador precisa compreender as implicações pedagógicas e sociais do uso dessas ferramentas. Aquino e Caetano (2023) destacam que a formação docente é fundamental para garantir práticas educativas significativas. A ausência de preparo pode comprometer o potencial das tecnologias.

A formação continuada dos professores torna-se indispensável diante das constantes transformações tecnológicas. O desenvolvimento profissional deve contemplar aspectos teóricos e práticos relacionados ao uso pedagógico das tecnologias. Bremecker (2024) aponta que a atualização constante contribui para a construção de práticas mais inovadoras. Esse processo exige investimento institucional e compromisso dos educadores.

A inclusão digital constitui outro desafio relevante, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. O acesso às tecnologias ainda não é equitativo, o que pode ampliar as disparidades educacionais. Silva (2025) ressalta que políticas públicas e iniciativas institucionais são essenciais para garantir o acesso universal aos recursos digitais. A inclusão digital deve ser compreendida como direito educacional.

As tecnologias assistivas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão, permitindo a participação de crianças com necessidades específicas. Recursos adaptados contribuem para a superação de barreiras e para a construção de ambientes mais acessíveis. Silva (2025) evidencia que essas tecnologias favorecem a autonomia e a comunicação. A integração desses recursos reforça o compromisso com a equidade.

A mediação docente também envolve a construção de práticas que promovam o uso crítico e responsável das tecnologias. As crianças precisam ser orientadas a compreender os impactos e limites do uso digital. Aquino e Caetano (2023) destacam a importância do desenvolvimento do letramento digital desde a infância. Essa formação contribui para a constituição de sujeitos conscientes.

A superação dos desafios relacionados à integração tecnológica depende de uma abordagem articulada, que envolva professores, gestores e políticas educacionais. A construção de uma educação inclusiva e inovadora requer compromisso coletivo e reflexão constante. Carvalho (2022) enfatiza que a transformação das práticas pedagógicas é um processo contínuo. A tecnologia, quando utilizada de forma crítica e intencional, pode contribuir significativamente para a qualidade da educação infantil.

CONCLUSÃO

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a integração entre tecnologias digitais e metodologias ativas na educação infantil representa um movimento consistente de renovação das práticas pedagógicas. A presença desses elementos no cotidiano escolar não se configura como tendência passageira, mas como resposta às transformações sociais, culturais e tecnológicas que atravessam a infância contemporânea.

A análise dos referenciais teóricos permite compreender que o uso intencional das tecnologias, aliado a práticas pedagógicas inovadoras, potencializa o protagonismo infantil e amplia as possibilidades de construção do conhecimento. A valorização da curiosidade, da experimentação e da participação ativa promove um ambiente educativo no qual a criança se reconhece como agente de sua própria aprendizagem. Esse processo fortalece não apenas competências cognitivas, mas também dimensões socioemocionais essenciais para a formação de indivíduos críticos, criativos e capazes de interagir de forma consciente com o mundo que os cerca.

A atuação docente emerge como elemento central na consolidação dessas práticas, exigindo formação contínua, sensibilidade pedagógica e capacidade de adaptação às demandas contemporâneas. A mediação qualificada possibilita que as tecnologias sejam utilizadas de maneira crítica e significativa, evitando reducionismos e garantindo sua efetiva contribuição para o processo educativo. A construção de ambientes inclusivos, que considerem as singularidades das crianças e promovam equidade de acesso, reforça o compromisso ético da educação com a formação de todos os sujeitos.

REFERENCIAS

AQUINO, Jayne Cristina Franco de; CAETANO, Luís Miguel Dias. **Integração tecnológica na educação infantil: perspectivas e desafios da prática docente.** Educação, Ciência e Cultura, 2023. DOI: https://doi.org/10.18316/recc.v28i2.10183

BREMECKER, Simone de Cássia Casemiro. **Metodologias ativas na educação infantil.** Revista Primeira Evolução, São Paulo, v. 1, n. 53, p. 149–155, 2024. DOI: https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.53.2024.art.633

CARVALHO, Paulo Victor Rodrigues de. **Projetos pedagógicos na educação infantil mediados por tecnologia digital.** EaD & Tecnologias Digitais na Educação, 2022. DOI: https://doi.org/10.30612/eadtde.v12i14.17705

SILVA, Francisca Araújo da. **Tecnologias assistivas para alunos com necessidades especiais.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811157fd0218ec6b. Acesso em: 12 abr. 2026.

CAPÍTULO 6

Desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola: limites e possibilidades.

Challenges of Teacher Training for the Use of Digital Technologies in Quilombola Education: Limits and Possibilitie.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas

RESUMO

O presente resumo apresenta, de forma concisa, os principais pontos de uma entrevista sobre os desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola. Evidencia-se que a inserção dessas tecnologias ocorre em um contexto marcado por desigualdades estruturais, que impactam o acesso, a infraestrutura e a formação continuada dos professores. Destaca-se que a prática pedagógica nesses territórios exige sensibilidade cultural e reconhecimento das identidades quilombolas, articulando saberes tradicionais e conhecimentos digitais. Observa-se que, embora existam limitações relacionadas à conectividade e aos recursos disponíveis, há possibilidades significativas de inovação pedagógica quando a tecnologia é utilizada de forma contextualizada. Ressalta-se a importância de políticas públicas que garantam formação adequada e inclusão digital. Conclui-se que a qualificação docente constitui elemento central para promover uma educação quilombola crítica, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação quilombola; tecnologias digitais; formação docente; inclusão digital.

ABSTRACT

This abstract concisely presents the main points of an interview on the challenges of teacher training for the use of digital technologies in quilombola education. It highlights that the integration of these technologies occurs within a context marked by structural inequalities, which affect access, infrastructure, and continuous teacher education. It emphasizes that pedagogical practice in these territories requires cultural sensitivity and recognition of quilombola identities, integrating traditional knowledge with digital learning. It is observed that, despite limitations related to connectivity and available resources, there are significant possibilities for pedagogical innovation when technology is used in a contextualized manner. The importance of public policies ensuring adequate training and digital inclusion is underscored. It concludes that teacher qualification is essential to promote critical, inclusive, and socially grounded quilombola education.

Keywords: Quilombola education; digital technologies; teacher training; digital inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola insere-se em um campo de tensões que envolve questões históricas, sociais e culturais profundamente enraizadas. A realidade dessas comunidades revela desafios que ultrapassam o âmbito pedagógico, alcançando dimensões estruturais e políticas que impactam diretamente o processo educativo. Costa, Andrade e Andrade (2024) evidenciam que a formação de professores nesse contexto precisa considerar as especificidades socioculturais dos territórios quilombolas, valorizando saberes locais e práticas comunitárias. Tal perspectiva desloca o debate para além da simples inserção tecnológica, exigindo uma abordagem crítica e contextualizada.

> Os saberes da cultura negra atravessam diversas dimensões da vida social brasileira, incluindo práticas artísticas, religiosas, linguísticas e comunitárias, constituindo-se como elementos fundamentais na formação histórica e identitária do país. Esses conhecimentos foram historicamente marginalizados por processos coloniais de hierarquização cultural, que privilegiaram matrizes eurocêntricas em detrimento das contribuições africanas e afro-brasileiras. Tal dinâmica resultou na invisibilização de práticas, valores e modos de vida que, apesar de sua relevância, foram sistematicamente deslegitimados nos espaços institucionais, especialmente no campo educacional. A permanência desses saberes, mesmo diante de contextos de exclusão, evidencia a resistência cultural das populações negras, que mantiveram vivas tradições e conhecimentos transmitidos entre gerações. A valorização dessas heranças no ambiente escolar representa um movimento de reparação histórica e de construção de uma educação mais plural e inclusiva. Ao reconhecer a centralidade da cultura negra, a escola amplia suas possibilidades formativas, promovendo o respeito à diversidade e contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas identidades e pertencimentos. Cultural. (Freitas et al., 2026, p. 5)

A relação entre os saberes da cultura negra e a incorporação de tecnologias digitais na educação quilombola revela um campo de articulação que ultrapassa a dimensão instrumental do uso tecnológico, situando-se no âmbito da construção identitária e da justiça epistemológica. Os conhecimentos historicamente marginalizados por processos coloniais de hierarquização cultural, que privilegiaram matrizes eurocêntricas, permanecem como fundamentos vivos das práticas sociais e educativas nas comunidades quilombolas. Freitas et al. (2026) evidenciam que a valorização desses saberes no ambiente escolar constitui um movimento de resistência e reparação histórica, capaz de reconfigurar as bases do ensino ao reconhecer outras formas de produzir e transmitir conhecimento.

A inserção de tecnologias digitais não pode ser concebida como elemento neutro ou desvinculado das realidades culturais, mas como instrumento que deve dialogar com os modos de vida, as linguagens e as tradições dessas comunidades. A escola, ao assumir seu papel como espaço de afirmação identitária, precisa promover práticas pedagógicas que integrem saberes ancestrais e recursos contemporâneos, evitando a reprodução de lógicas excludentes. Freitas et al. (2026) destacam que a educação antirracista orienta esse processo ao reposicionar as

identidades negras como centrais na construção do conhecimento, o que implica repensar o uso das tecnologias a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada.

A permanência e a transmissão intergeracional dos saberes da cultura negra indicam que há uma base epistemológica sólida que pode ser potencializada pelas tecnologias digitais, desde que estas sejam apropriadas de maneira consciente. A articulação entre tradição e inovação possibilita a criação de práticas educativas que não apenas preservam a memória cultural, mas também ampliam suas formas de expressão e circulação. Nesse sentido, o uso de mídias digitais pode contribuir para o registro, a valorização e a difusão de conhecimentos que historicamente foram silenciados, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

A convergência entre esses contextos aponta para a necessidade de uma abordagem pedagógica que reconheça a tecnologia como meio de fortalecimento cultural, e não como vetor de homogeneização. A educação quilombola, ao integrar tecnologias digitais de forma crítica, pode promover uma formação que articule saberes tradicionais e contemporâneos, ampliando as possibilidades de aprendizagem sem romper com as raízes culturais. Esse movimento evidencia que a construção de uma educação mais equitativa depende da capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade epistemológica, transformando a escola em um espaço de diálogo, resistência e emancipação.

Os desafios relacionados à infraestrutura tecnológica constituem um dos principais entraves à efetivação de práticas pedagógicas mediadas por recursos digitais. A precariedade de acesso à internet e a escassez de equipamentos limitam as possibilidades de inovação no ensino. Souza, Araújo e Paulo (2025) apontam que essas condições impactam diretamente a prática docente, exigindo criatividade e adaptação por parte dos educadores. A superação dessas barreiras requer políticas públicas que garantam condições adequadas para o uso das tecnologias.

A formação inicial e continuada dos professores emerge como elemento central na discussão sobre o uso de tecnologias digitais na educação quilombola. A ausência de preparo específico dificulta a integração desses recursos de maneira significativa. Costa, Andrade e Andrade (2024) destacam que a formação docente deve contemplar aspectos técnicos, pedagógicos e culturais, possibilitando uma atuação mais consciente e contextualizada. Esse processo formativo precisa dialogar com as realidades locais, evitando modelos generalistas.

A prática docente em contextos quilombolas exige uma postura reflexiva, capaz de articular conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais. A mediação pedagógica assume caráter fundamental na construção de aprendizagens significativas. Ferreira, Santos e Moreira (2022) evidenciam que os professores enfrentam desafios cotidianos que demandam soluções

criativas e contextualizadas. A tecnologia, quando utilizada de forma crítica, pode contribuir para ampliar essas possibilidades.

A relação entre tecnologia e cultura no contexto quilombola suscita debates sobre a preservação das identidades e a valorização dos saberes ancestrais. A introdução de recursos digitais não deve comprometer práticas culturais, mas dialogar com elas. Freitas et al. (2026) argumentam que a educação deve promover o reconhecimento das identidades negras, fortalecendo vínculos comunitários e processos de pertencimento. A tecnologia pode atuar como instrumento de registro e difusão dessas culturas.

A pandemia evidenciou de maneira contundente as desigualdades no acesso às tecnologias digitais, especialmente em comunidades quilombolas. O ensino remoto expôs limitações estruturais e fragilidades na formação docente. Ferreira, Santos e Moreira (2022) destacam que esse período revelou a urgência de investimentos em infraestrutura e capacitação profissional. A experiência vivenciada reforça a necessidade de repensar políticas educacionais voltadas para esses territórios.

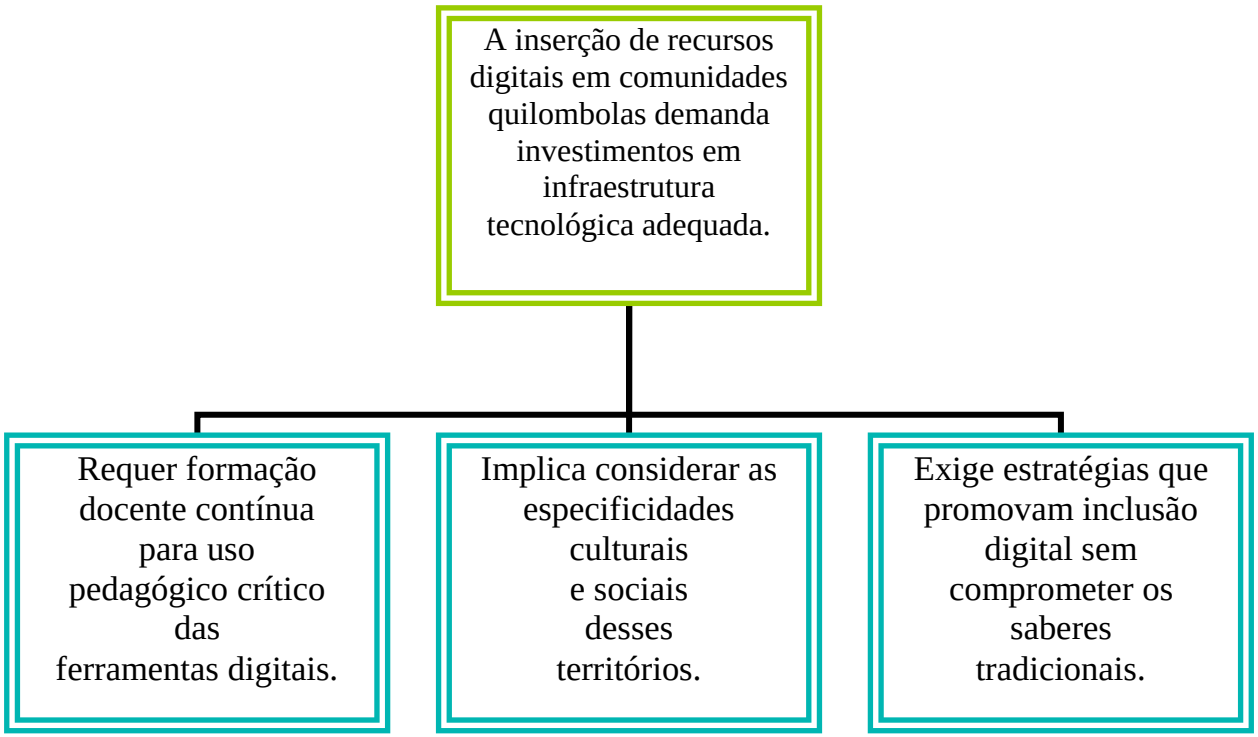
A utilização de tecnologias digitais na educação quilombola também abre possibilidades para a construção de práticas pedagógicas inovadoras. O uso de mídias digitais pode favorecer a produção de conteúdos que valorizem a cultura local. Souza, Araújo e Paulo (2025) ressaltam que experiências bem-sucedidas demonstram o potencial dessas ferramentas para promover aprendizagens mais significativas. A criatividade docente desempenha papel decisivo nesse processo.

A inclusão digital, nesse contexto, não se restringe ao acesso a equipamentos, mas envolve a capacidade de utilizar as tecnologias de forma crítica e significativa. A formação docente precisa contemplar o desenvolvimento de competências relacionadas ao letramento digital. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que a inclusão digital deve ser pensada de maneira ampla, considerando aspectos sociais e culturais. Esse entendimento contribui para a construção de uma educação mais equitativa.

A análise dos desafios e possibilidades da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola revela a complexidade desse campo de estudo. A articulação entre tecnologia, cultura e educação exige abordagens sensíveis e comprometidas com a justiça social. Freitas et al. (2026) reforçam que a valorização das identidades e saberes quilombolas deve orientar as práticas educativas. A construção de caminhos possíveis depende do diálogo entre políticas públicas, formação docente e reconhecimento das especificidades desses territórios.

2.DESENVOLVIMENTO

A formação docente voltada ao uso de tecnologias digitais na educação quilombola inscreve-se em um cenário complexo, no qual dimensões históricas, sociais e culturais se entrelaçam de maneira indissociável. A presença dessas tecnologias não pode ser compreendida como simples inovação técnica, mas como elemento que reconfigura práticas pedagógicas e relações de poder no espaço escolar. Costa, Andrade e Andrade (2024) argumentam que a formação de professores precisa considerar as especificidades dos contextos quilombolas, reconhecendo a diversidade de saberes que constituem esses territórios. Tal entendimento exige uma abordagem que vá além de modelos generalistas e descontextualizados.


A inserção de recursos digitais em comunidades quilombolas demanda investimentos em infraestrutura tecnológica adequada.
Requer formação docente contínua para uso pedagógico crítico das ferramentas digitais.
Implica considerar as especificidades culturais e sociais desses territórios.
Exige estratégias que promovam inclusão digital sem comprometer os saberes tradicionais.

Fonte: Marcos Aurelio dos Santos Freitas, 2026.

O acesso limitado à internet, a precariedade de equipamentos e a ausência de políticas públicas efetivas configuram obstáculos que impactam diretamente o trabalho docente. Souza, Araújo e Paulo (2025) evidenciam que tais limitações não apenas restringem o uso das tecnologias, mas também influenciam a forma como os professores percebem seu potencial pedagógico. A superação dessas barreiras requer estratégias que articulem infraestrutura e formação.

A formação inicial dos docentes, muitas vezes, não contempla as especificidades da educação quilombola, tampouco prepara os professores para o uso crítico das tecnologias digitais. A ausência de conteúdos que abordem questões étnico-raciais e culturais contribui para

a reprodução de práticas pedagógicas desconectadas das realidades locais. Freitas et al. (2026) destacam que a educação antirracista deve orientar os processos formativos, reconhecendo a centralidade das identidades negras na construção do conhecimento. Esse direcionamento amplia as possibilidades de atuação docente.

A formação continuada emerge como espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias digitais. A atualização constante torna-se indispensável diante das transformações tecnológicas e das demandas educacionais contemporâneas. Ferreira, Santos e Moreira (2022) apontam que a formação em serviço pode contribuir para a construção de práticas mais contextualizadas e inovadoras. A troca de experiências entre docentes fortalece o processo formativo.

A prática pedagógica em contextos quilombolas exige sensibilidade para articular saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, promovendo uma educação que valorize a identidade cultural. A tecnologia, nesse cenário, deve ser apropriada como instrumento de fortalecimento desses saberes, e não como elemento de substituição. Freitas et al. (2026) ressaltam que a valorização da cultura negra no ambiente escolar constitui um movimento de resistência e afirmação identitária. Essa perspectiva orienta o uso crítico das tecnologias.

O período pandêmico evidenciou de maneira contundente as fragilidades estruturais da educação quilombola no que se refere ao uso de tecnologias digitais. A necessidade de ensino remoto expôs a desigualdade de acesso e a falta de preparo docente para lidar com ambientes virtuais. Ferreira, Santos e Moreira (2022) analisam que esse contexto revelou a urgência de políticas educacionais mais inclusivas. A experiência vivenciada reforça a importância da formação docente contínua.

Apesar dos desafios, a incorporação de tecnologias digitais apresenta possibilidades significativas para a educação quilombola, especialmente quando articulada a práticas pedagógicas contextualizadas. O uso de mídias digitais pode favorecer a produção de conteúdos que valorizem a cultura local e promovam o protagonismo dos estudantes. Souza, Araújo e Paulo (2025) destacam experiências que evidenciam o potencial dessas ferramentas para ampliar o alcance das práticas educativas. A criatividade docente desempenha papel central nesse processo.

A mediação pedagógica assume relevância fundamental na integração das tecnologias ao ensino, exigindo do professor uma postura reflexiva e crítica. O educador atua como facilitador, orientando o uso das ferramentas de maneira significativa e contextualizada. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que a qualidade da mediação docente influencia diretamente os resultados educacionais. A formação precisa contemplar essa dimensão.

A inclusão digital, no contexto quilombola, deve ser compreendida como direito e condição para a equidade educacional. O acesso às tecnologias precisa ser acompanhado de formação que possibilite seu uso crítico e consciente. Freitas et al. (2026) reforçam que a valorização das identidades culturais deve orientar as práticas educativas, evitando a reprodução de desigualdades. A tecnologia pode contribuir para a democratização do conhecimento.

A análise dos limites e possibilidades da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola evidencia a necessidade de uma abordagem integrada, que considere aspectos pedagógicos, culturais e sociais. A construção de práticas educativas mais inclusivas depende do compromisso com a formação crítica dos professores e com o reconhecimento das especificidades desses territórios. Souza, Araújo e Paulo (2025) indicam que experiências contextualizadas podem transformar a realidade educacional. O avanço nesse campo requer articulação entre políticas públicas, formação docente e valorização cultural.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre os desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola. Tal escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de compreender significados, práticas e contextos que não podem ser reduzidos à mensuração de dados. Costa, Andrade e Andrade (2024) destacam que investigações voltadas à educação quilombola exigem sensibilidade analítica para captar as especificidades culturais e sociais envolvidas. A abordagem qualitativa permite aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, valorizando a complexidade dos fenômenos educacionais.

No que se refere à natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, pois busca ampliar o conhecimento teórico acerca da formação docente e da integração de tecnologias digitais em contextos quilombolas. Esse tipo de investigação contribui para o desenvolvimento de novas interpretações e para o fortalecimento do campo educacional. Freitas et al. (2026) ressaltam que a produção de conhecimento crítico é fundamental para enfrentar desigualdades históricas e promover práticas educativas mais inclusivas. A pesquisa, nesse sentido, não se limita à aplicação imediata, mas à construção de fundamentos conceituais.

Quanto aos objetivos, o estudo assume caráter exploratório e descritivo, ao investigar um tema ainda marcado por lacunas teóricas e práticas. A dimensão exploratória possibilita identificar tendências, desafios e potencialidades no uso de tecnologias digitais na educação quilombola. Souza, Araújo e Paulo (2025) evidenciam que esse campo demanda investigações

que revelem experiências e práticas ainda pouco sistematizadas. A vertente descritiva manifesta-se na organização e análise das contribuições presentes na literatura.

Os procedimentos técnicos adotados fundamentam-se na pesquisa bibliográfica, que envolve o levantamento, seleção e análise de produções científicas relevantes. A consulta a artigos, livros, dissertações e documentos eletrônicos permite construir um referencial teórico consistente. Ferreira, Santos e Moreira (2022) apontam que a pesquisa bibliográfica constitui etapa essencial para compreender os desafios enfrentados pelos docentes em contextos específicos. Esse procedimento possibilita o diálogo com diferentes perspectivas teóricas.

A importância da pesquisa bibliográfica neste estudo reside na possibilidade de mapear o estado da arte sobre o tema investigado. A análise crítica das obras selecionadas permite identificar avanços, limitações e lacunas na produção científica. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que o conhecimento acumulado na literatura oferece subsídios para a construção de análises mais aprofundadas. Esse processo contribui para o desenvolvimento de uma base teórica sólida.

A pesquisa também se caracteriza como documental, ao incluir materiais disponíveis em bases digitais e científicas que apresentam dados relevantes sobre o objeto de estudo. Foram selecionadas publicações presentes em plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico. Freitas et al. (2026) destacam que o acesso a diferentes fontes amplia a diversidade de perspectivas analisadas. A seleção considerou critérios de atualidade, pertinência temática e rigor acadêmico.

Após a triagem inicial, os materiais selecionados foram submetidos à leitura analítica, com o objetivo de identificar categorias relevantes para a investigação. Esse processo envolve a interpretação dos conteúdos, buscando compreender relações, convergências e divergências entre os autores. Souza, Araújo e Paulo (2025) ressaltam que a análise detalhada das produções permite evidenciar aspectos fundamentais das práticas educativas. A leitura crítica constitui etapa central da pesquisa.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, permitindo organizar as informações de forma sistemática. As categorias foram definidas com base nos objetivos da pesquisa e nas recorrências identificadas na literatura. Ferreira, Santos e Moreira (2022) destacam que a categorização favorece a compreensão dos fenômenos estudados ao estruturar os dados de maneira coerente. Esse procedimento contribui para a construção de uma análise consistente.

O cruzamento das informações possibilitou identificar padrões, tensões e singularidades presentes nas produções analisadas. A comparação entre diferentes estudos permitiu evidenciar

aspectos estruturais, pedagógicos e culturais relacionados à formação docente e ao uso de tecnologias digitais. Freitas et al. (2026) apontam que a análise crítica exige atenção à consistência dos dados e à coerência das interpretações. Esse processo fortalece a validade da pesquisa.

A construção da narrativa analítica baseou-se na articulação entre os dados coletados e os referenciais teóricos selecionados, buscando apresentar uma compreensão integrada do fenômeno investigado. A análise bibliográfica exige um posicionamento reflexivo, que vá além da reprodução de ideias já consolidadas. Costa, Andrade e Andrade (2024) ressaltam que o pesquisador deve estabelecer um diálogo crítico com as fontes, produzindo interpretações fundamentadas. Esse movimento contribui para o avanço do conhecimento na área.

4. FORMAÇÃO DOCENTE CONTEXTUALIZADA

A formação docente voltada à educação quilombola requer uma compreensão profunda das dinâmicas culturais, históricas e sociais que constituem esses territórios. O processo formativo precisa ultrapassar modelos padronizados, incorporando perspectivas que reconheçam a pluralidade de saberes presentes nas comunidades. Costa, Andrade e Andrade (2024) destacam que a formação de professores deve considerar as especificidades locais, promovendo práticas pedagógicas alinhadas às realidades vividas. Tal direcionamento fortalece a identidade cultural no contexto educativo.

A articulação entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos constitui elemento essencial na formação docente contextualizada. Os professores são desafiados a reconhecer e valorizar práticas culturais que historicamente foram marginalizadas. Freitas et al. (2026) ressaltam que a valorização da cultura negra no ambiente escolar contribui para a construção de uma educação antirracista e inclusiva. Essa integração amplia as possibilidades de aprendizagem significativa.

A inserção das tecnologias digitais nesse contexto exige uma abordagem crítica, que considere suas implicações culturais e pedagógicas. O uso dessas ferramentas não pode ocorrer de maneira descontextualizada, sob risco de reproduzir desigualdades. Souza, Araújo e Paulo (2025) evidenciam que a formação docente deve preparar o educador para utilizar a tecnologia de forma consciente e situada. Esse preparo fortalece a autonomia pedagógica.

A formação continuada emerge como espaço fundamental para o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso das tecnologias digitais. O processo formativo deve ser permanente, acompanhando as transformações sociais e tecnológicas. Ferreira, Santos e Moreira (2022) apontam que a troca de experiências entre docentes favorece a construção de práticas inovadoras. A aprendizagem colaborativa fortalece o trabalho pedagógico.

A consolidação de uma formação docente contextualizada depende do reconhecimento da escola como espaço de produção de conhecimento e de afirmação identitária. O professor atua como mediador entre diferentes saberes, promovendo o diálogo entre tradição e inovação. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que esse processo contribui para a construção de uma educação mais equitativa. A formação docente, nesse sentido, assume papel estratégico.

5. DESIGUALDADE DE ACESSO E INFRAESTRUTURA

A desigualdade de acesso às tecnologias digitais constitui um dos principais desafios enfrentados pela educação quilombola. A ausência de infraestrutura adequada limita a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e reduz as possibilidades de integração tecnológica. Souza, Araújo e Paulo (2025) destacam que a precariedade de acesso à internet compromete o desenvolvimento de atividades educacionais mediadas por tecnologia. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes.

A escassez de equipamentos tecnológicos representa outro obstáculo significativo para a inclusão digital nas comunidades quilombolas. A falta de recursos impede que professores e estudantes explorem plenamente as potencialidades das ferramentas digitais. Ferreira, Santos e Moreira (2022) ressaltam que essas limitações impactam diretamente a qualidade do ensino. O acesso desigual reforça disparidades educacionais.

A desigualdade estrutural que marca esses territórios reflete-se na organização do sistema educacional, evidenciando a necessidade de investimentos direcionados. A superação dessas barreiras depende de ações articuladas entre diferentes esferas governamentais. Costa, Andrade e Andrade (2024) apontam que a equidade no acesso às tecnologias é condição fundamental para a democratização do ensino. A ausência de políticas efetivas perpetua desigualdades.

O período pandêmico evidenciou de maneira contundente os efeitos da exclusão digital na educação quilombola. A necessidade de ensino remoto revelou limitações que já existiam, mas que se tornaram mais visíveis. Ferreira, Santos e Moreira (2022) analisam que esse contexto ampliou as dificuldades enfrentadas por professores e estudantes. A experiência reforça a urgência de intervenções estruturais.

A superação da desigualdade de acesso exige uma abordagem que considere não apenas a disponibilização de recursos, mas também sua manutenção e uso adequado. A infraestrutura tecnológica precisa ser acompanhada de suporte técnico e pedagógico. Souza, Araújo e Paulo (2025) enfatizam que a inclusão digital depende de condições concretas de acesso e uso. Esse

processo requer compromisso institucional contínuo, sustentado por políticas públicas consistentes e investimentos permanentes em infraestrutura e formação docente.

6. MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E USO CRÍTICO DA TECNOLOGIA

A mediação pedagógica constitui elemento central na integração das tecnologias digitais ao processo educativo, especialmente em contextos quilombolas. O professor assume papel ativo na organização das experiências de aprendizagem, orientando o uso das ferramentas de forma significativa. Costa, Andrade e Andrade (2024) destacam que a qualidade da mediação influencia diretamente o desenvolvimento dos estudantes. A atuação docente define o sentido do uso tecnológico.

O uso crítico da tecnologia implica compreender suas potencialidades e limitações, evitando práticas superficiais ou descontextualizadas. A tecnologia não deve ser utilizada como fim em si mesma, mas como meio para promover aprendizagens significativas. Freitas et al. (2026) ressaltam que a educação deve ser orientada por princípios que valorizem a identidade cultural e a justiça social. Essa perspectiva orienta a prática pedagógica.

A formação docente desempenha papel fundamental no desenvolvimento de competências relacionadas à mediação tecnológica. O professor precisa ser preparado para selecionar, adaptar e utilizar recursos digitais de forma adequada ao contexto. Souza, Araújo e Paulo (2025) evidenciam que a formação continuada contribui para o aprimoramento dessas competências. O desenvolvimento profissional fortalece a prática pedagógica.

A interação entre professor e estudante, mediada por tecnologias, pode ampliar as possibilidades de aprendizagem e promover maior engajamento. A utilização de recursos digitais permite explorar diferentes linguagens e formas de expressão. Ferreira, Santos e Moreira (2022) destacam que a mediação qualificada favorece a construção de conhecimentos mais significativos. A tecnologia potencializa a interação pedagógica.

A consolidação de práticas pedagógicas mediadas por tecnologia requer reflexão constante sobre os objetivos e estratégias adotados. O professor precisa avaliar criticamente suas ações, buscando aprimorar o processo de ensino. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que a mediação pedagógica é um processo dinâmico e contínuo. A prática reflexiva contribui para a qualidade da educação.

7. INCLUSÃO DIGITAL E VALORIZAÇÃO CULTURAL

A inclusão digital na educação quilombola deve ser compreendida como um processo que envolve acesso, uso e apropriação crítica das tecnologias. O simples acesso aos recursos não

garante a participação efetiva no mundo digital. Souza, Araújo e Paulo (2025) destacam que a inclusão digital precisa considerar as especificidades culturais das comunidades. Esse entendimento amplia o alcance das políticas educacionais.

A valorização cultural constitui elemento fundamental na construção de práticas pedagógicas que integrem tecnologia e identidade. A incorporação de recursos digitais deve fortalecer os saberes ancestrais e promover o reconhecimento das tradições locais. Freitas et al. (2026) ressaltam que a educação antirracista valoriza as identidades negras e contribui para a construção do pertencimento. A tecnologia pode atuar como aliada nesse processo.

A utilização de tecnologias digitais pode favorecer o registro, a preservação e a difusão de práticas culturais quilombolas. Ferramentas digitais possibilitam a produção de conteúdos que expressam a diversidade cultural dessas comunidades. Ferreira, Santos e Moreira (2022) destacam que essas práticas contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva. A tecnologia amplia as formas de expressão cultural.

A promoção da inclusão digital exige a articulação entre políticas públicas, formação docente e participação comunitária. A construção de estratégias eficazes depende do envolvimento de diferentes atores sociais. Costa, Andrade e Andrade (2024) enfatizam que a educação quilombola deve ser construída de forma colaborativa. Esse processo fortalece a autonomia das comunidades.

A integração entre inclusão digital e valorização cultural aponta para a construção de uma educação mais equitativa e significativa. A tecnologia, quando utilizada de maneira crítica e contextualizada, contribui para a transformação social. Freitas et al. (2026) destacam que a valorização dos saberes culturais fortalece a identidade e promove justiça social. A educação quilombola, nesse contexto, afirma-se como espaço de resistência e emancipação

CONCLUSÃO

A análise dos desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola evidencia a complexidade de um campo marcado por desigualdades históricas e por uma riqueza cultural singular. A presença das tecnologias, longe de representar uma solução imediata, exige reflexão crítica sobre as condições concretas em que se insere o processo educativo. Costa, Andrade e Andrade (2024) ressaltam que a formação de professores precisa dialogar com as especificidades desses territórios, reconhecendo a centralidade das dimensões culturais e sociais. A construção de práticas pedagógicas significativas depende do equilíbrio entre inovação tecnológica e respeito às identidades quilombolas.

Os limites identificados ao longo da discussão apontam para a necessidade de enfrentamento das desigualdades estruturais que impactam o acesso e o uso das tecnologias

digitais. A precariedade de infraestrutura, associada à insuficiência de políticas públicas, compromete a efetividade das propostas educacionais. Ferreira, Santos e Moreira (2022) evidenciam que tais desafios se intensificam em contextos de crise, como o período pandêmico, revelando fragilidades já existentes. A superação dessas barreiras exige ações integradas que articulem investimento, planejamento e compromisso social.

As possibilidades emergem a partir da compreensão da tecnologia como ferramenta potencializadora de práticas pedagógicas contextualizadas e culturalmente sensíveis. O uso crítico das tecnologias pode contribuir para a valorização dos saberes ancestrais, ampliando as formas de expressão e construção do conhecimento. Freitas et al. (2026) destacam que a educação antirracista orienta esse processo ao reconhecer a importância das identidades negras na formação dos sujeitos.

A formação docente assume, portanto, papel estratégico na construção de uma educação quilombola que articule tradição e contemporaneidade. Souza, Araújo e Paulo (2025) indicam que experiências pedagógicas contextualizadas demonstram o potencial transformador das tecnologias quando utilizadas de maneira consciente. O avanço nesse campo depende do compromisso com uma formação crítica, capaz de preparar educadores para atuar em realidades diversas.

REFERENCIAS

COSTA, Pedro Léo Alves; ANDRADE, Luciano Pires de; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. **Formação docente e educação escolar quilombola: perspectivas e dimensões através de uma análise da literatura.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2024. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18609.

FERREIRA, Ana Tereza Ramos de Jesus; SANTOS, Hélio Rodrigues dos; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Prática docente quilombola: desafios e possibilidades em tempos de pandemia.** Revista Brasileira de Educação do Campo, 2022. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13175.

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; RODRIGUES, Rosimery Mendes. **Cultura negra e educação antirracista: saberes, identidades e pertencimento.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/146191515/CULTURA_NEGRA_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_ANTIRRACISTA_SABERES_IDENTIDADES_E_PERTENCIMENTO. Acesso em: 13 abr. 2026.

SOUZA, Jaciara de Santana de; ARAÚJO, Stela Maris Mendes Siqueira; PAULO, Jacks Richard de. **O uso das tecnologias digitais na práxis da educação escolar quilombola: um estudo de caso.** Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 8, n. 2, p. 143–159, 2025. DOI: https://doi.org/10.29327/269579.8.2-11

CAPÍTULO 7

Entre a inclusão e o controle: a educação contemporânea na era da personalização algorítmica.

Between Inclusion and Control: Contemporary Education in the Era of Algorithmic Personalization.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

RESUMO

O presente resumo proporciona, de forma concisa, os principais pontos de um artigo que discute a educação contemporânea na era da personalização algorítmica, problematizando as tensões entre inclusão e controle. Analisa-se que o uso de tecnologias baseadas em algoritmos tem ampliado possibilidades de personalização do ensino, favorecendo trajetórias de aprendizagem adaptadas às necessidades individuais dos estudantes. Observa-se, entretanto, que tais processos também implicam riscos relacionados à vigilância, à padronização de comportamentos e à limitação da autonomia dos sujeitos. Destaca-se que a mediação docente permanece essencial para a utilização crítica dessas ferramentas, garantindo práticas pedagógicas éticas e inclusivas. Evidencia-se a necessidade de políticas educacionais que assegurem transparência no uso de dados e equidade no acesso às tecnologias digitais. Conclui-se que a personalização algorítmica deve ser orientada por princípios democráticos, promovendo inclusão sem comprometer a diversidade e a liberdade no processo educativo.

Palavras-chave: Personalização algorítmica; educação digital; inclusão; controle.

ABSTRACT

This abstract concisely presents the main points of an article discussing contemporary education in the era of algorithmic personalization, addressing the tensions between inclusion and control. It analyzes how algorithm-based technologies have expanded possibilities for personalized learning, enabling educational pathways tailored to students' individual needs. However, it also identifies risks related to surveillance, behavioral standardization, and reduced learner autonomy. The role of teachers is highlighted as essential in critically mediating these tools, ensuring ethical and inclusive pedagogical practices. It emphasizes the need for educational policies that guarantee transparency in data use and equitable access to digital technologies. It concludes that algorithmic personalization should be guided by democratic principles, promoting inclusion without compromising diversity and freedom in the educational process.

Keywords: Algorithmic personalization; digital education; inclusion; control.

1.INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se imersa em um cenário marcado pela crescente presença de sistemas algorítmicos que reconfiguram práticas pedagógicas e modos de aprender. A personalização do ensino, impulsionada por tecnologias digitais, tem sido apresentada como solução para demandas por maior inclusão e adaptação às singularidades dos estudantes. Agrawal et al. (2026) indicam que plataformas educacionais baseadas em algoritmos ampliam a eficiência na distribuição de conteúdos, ajustando percursos de aprendizagem conforme o desempenho individual. Essa dinâmica inaugura novas possibilidades, ao mesmo tempo em que suscita questionamentos sobre os limites dessa adaptação automatizada.

A promessa de inclusão associada à personalização algorítmica repousa na ideia de que cada estudante pode acessar conteúdos alinhados ao seu ritmo e às suas necessidades cognitivas. Essa perspectiva sugere um deslocamento do modelo tradicional, centrado na homogeneização do ensino. Farhood et al. (2025) evidenciam que sistemas baseados em inteligência artificial podem identificar lacunas de aprendizagem e propor intervenções direcionadas. Tal potencial redefine a organização do processo educativo, embora não elimine tensões relacionadas à equidade e ao acesso.

A ampliação do uso de algoritmos no campo educacional introduz, simultaneamente, mecanismos de controle que operam de maneira muitas vezes invisível. A coleta massiva de dados sobre o comportamento dos estudantes permite a construção de perfis detalhados, que orientam decisões pedagógicas automatizadas. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) argumentam que a personalização pode resultar em trajetórias de aprendizagem altamente reguladas, limitando a autonomia dos sujeitos. Esse cenário levanta questões sobre a liberdade intelectual e a possibilidade de escolhas genuínas no ambiente educacional.

A atuação docente assume papel decisivo diante dessas transformações, exigindo uma postura crítica frente às tecnologias utilizadas. O professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como mediador entre o estudante e os sistemas digitais. Oliveira (2025) destaca que a mediação pedagógica envolve a capacidade de interpretar, contextualizar e problematizar os conhecimentos, evitando a submissão acrítica às lógicas algorítmicas. Esse posicionamento fortalece a dimensão humanizadora da educação.

A relação entre inclusão e controle torna-se particularmente evidente quando se analisam os critérios que orientam os algoritmos educacionais. A definição de padrões de desempenho e de trajetórias ideais pode reforçar processos de normalização que invisibilizam diferenças. Agrawal et al. (2026) apontam que decisões automatizadas tendem a reproduzir

vieses presentes nos dados utilizados, o que pode comprometer a equidade. A tecnologia, nesse sentido, não se apresenta como neutra, mas como produtora de efeitos sociais específicos.

A personalização algorítmica também redefine o conceito de aprendizagem, deslocando-o para um campo em que a previsibilidade e a mensuração ganham centralidade. O conhecimento passa a ser fragmentado em unidades que podem ser monitoradas e ajustadas em tempo real. Farhood et al. (2025) observam que essa lógica favorece a construção de percursos altamente estruturados, nos quais o erro é rapidamente corrigido. Esse modelo, embora eficiente em termos operacionais, pode restringir experiências formativas mais abertas e exploratórias.

A tensão entre inovação tecnológica e autonomia intelectual coloca em evidência a necessidade de repensar os fundamentos da educação contemporânea. A presença de algoritmos exige uma reflexão sobre os objetivos do processo educativo e sobre o tipo de sujeito que se pretende formar. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) destacam que a personalização deve ser compreendida como ferramenta, e não como finalidade em si mesma. A centralidade do humano precisa ser preservada diante da automação crescente.

A formação docente torna-se elemento estratégico para lidar com os desafios impostos pela personalização algorítmica. A compreensão dos mecanismos que estruturam essas tecnologias permite ao professor atuar de forma mais consciente e crítica. Oliveira (2025) enfatiza que o educador deve desenvolver competências que integrem conhecimentos pedagógicos e tecnológicos, articulando-os de maneira reflexiva. Esse processo formativo amplia a capacidade de intervenção no ambiente educacional.

A discussão sobre personalização algorítmica envolve também dimensões éticas relacionadas à privacidade e ao uso de dados. A coleta e o tratamento de informações educacionais exigem transparência e responsabilidade institucional. Agrawal et al. (2026) indicam que a governança dos dados constitui aspecto central para garantir práticas justas e seguras. A ausência de regulamentação adequada pode comprometer direitos fundamentais dos estudantes.

A educação contemporânea, situada entre inclusão e controle, revela um campo de disputas no qual diferentes concepções de ensino e aprendizagem coexistem. A personalização algorítmica, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades, introduz formas sofisticadas de regulação. Farhood et al. (2025) sugerem que o desafio consiste em construir modelos educacionais que integrem tecnologia e criticidade, preservando a diversidade e a autonomia. A construção desse equilíbrio depende de escolhas políticas, pedagógicas e éticas que definem os rumos da educação no presente. Tais decisões exigem compromisso com a equidade, a

transparência no uso de tecnologias e a valorização da autonomia dos sujeitos no processo educativo.

2. DESENVOLVIMENTO

A expansão das tecnologias digitais no campo educacional tem impulsionado a emergência de modelos pedagógicos orientados pela personalização algorítmica, redefinindo as relações entre ensino, aprendizagem e gestão do conhecimento. A lógica que sustenta tais modelos está associada à capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados, permitindo a adaptação contínua dos conteúdos às necessidades individuais. Agrawal et al. (2026) destacam que plataformas educacionais baseadas em algoritmos operam por meio de sistemas de recomendação que ajustam trajetórias de aprendizagem com base no desempenho do estudante. Essa reconfiguração introduz uma nova racionalidade no processo educativo, centrada na eficiência e na previsibilidade.

A promessa de individualização do ensino ganha centralidade no discurso contemporâneo sobre inovação educacional, sendo frequentemente associada à ampliação do acesso e à democratização das oportunidades de aprendizagem. A adaptação dos conteúdos ao ritmo de cada estudante sugere a superação de modelos homogêneos que historicamente marcaram a escola. Farhood et al. (2025) evidenciam que sistemas de inteligência artificial permitem identificar padrões de aprendizagem e propor intervenções personalizadas em tempo real. Tal perspectiva, embora promissora, não elimina tensões relacionadas às condições de acesso e às desigualdades estruturais.

A presença de algoritmos no ambiente educacional também introduz mecanismos sofisticados de monitoramento, que operam por meio da coleta contínua de dados comportamentais. O acompanhamento detalhado das interações dos estudantes com plataformas digitais permite a construção de perfis altamente específicos. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) apontam que essa dinâmica pode resultar em processos de controle que limitam a autonomia dos sujeitos, ao direcionar suas escolhas de forma invisível. A personalização, nesse contexto, revela uma face regulatória que exige análise crítica.

A centralidade dos dados na organização do ensino contemporâneo desloca o foco da educação para dimensões mensuráveis do aprendizado, privilegiando indicadores de desempenho e eficiência. O conhecimento passa a ser fragmentado em unidades quantificáveis, que podem ser monitoradas e ajustadas continuamente. Agrawal et al. (2026) ressaltam que essa abordagem favorece a otimização dos processos educacionais, embora possa reduzir a complexidade da

experiência formativa. A redução do aprendizado a métricas específicas levanta questionamentos sobre a profundidade do conhecimento produzido.

A mediação docente adquire novos contornos diante da presença crescente de sistemas algorítmicos, exigindo do professor uma atuação que transcenda a operacionalização das ferramentas digitais. O educador assume a responsabilidade de interpretar os dados gerados pelas plataformas e de contextualizá-los no processo pedagógico. Oliveira (2025) enfatiza que a mediação envolve a construção de significados, articulando diferentes dimensões do conhecimento. Esse papel torna-se ainda mais relevante em ambientes altamente tecnologizados.

A incorporação de tecnologias baseadas em inteligência artificial também impacta a forma como o erro e o acerto são compreendidos no processo de aprendizagem. A possibilidade de correção imediata tende a reduzir o espaço para experimentação e reflexão. Farhood et al. (2025) observam que a rapidez das respostas automatizadas pode limitar o desenvolvimento de processos cognitivos mais complexos. A aprendizagem, nesse cenário, corre o risco de ser orientada por padrões previamente definidos.

A tensão entre inovação tecnológica e formação crítica emerge como elemento central na análise da educação contemporânea, exigindo uma reflexão sobre os objetivos que orientam o uso das tecnologias. A presença de algoritmos não garante, por si só, a melhoria da qualidade educacional. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) argumentam que a personalização deve ser acompanhada de uma perspectiva crítica, capaz de questionar os pressupostos que orientam os sistemas utilizados. A ausência desse olhar pode reforçar práticas excludentes.

A dimensão ética do uso de tecnologias digitais na educação torna-se cada vez mais relevante diante da crescente dependência de sistemas automatizados. A coleta e o tratamento de dados educacionais envolvem questões relacionadas à privacidade, à segurança e à transparência. Agrawal et al. (2026) indicam que a governança dos dados constitui um dos principais desafios na implementação de sistemas de personalização. A ausência de regulamentação adequada pode comprometer direitos fundamentais.

A relação entre inclusão e controle, no contexto da personalização algorítmica, revela uma dualidade que atravessa o campo educacional contemporâneo. A ampliação do acesso ao conhecimento convive com a intensificação de mecanismos de regulação das práticas de aprendizagem. Farhood et al. (2025) sugerem que a construção de ambientes educacionais mais equitativos depende da capacidade de equilibrar essas dimensões. A tecnologia precisa ser orientada por princípios que valorizem a diversidade e a autonomia.

A compreensão da educação na era da personalização algorítmica exige uma abordagem que considere a complexidade das relações entre tecnologia, conhecimento e sociedade. A

presença de sistemas inteligentes no ambiente educacional não elimina a necessidade de reflexão crítica sobre suas implicações. Oliveira (2025) destaca que a formação humana envolve dimensões que não podem ser totalmente capturadas por algoritmos. O desafio contemporâneo reside na construção de práticas educativas que integrem inovação tecnológica e compromisso ético, preservando a centralidade do sujeito no processo de aprendizagem.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre a educação contemporânea na era da personalização algorítmica, especialmente no que se refere às tensões entre inclusão e controle. Agrawal et al. (2026) evidenciam que a análise de dados educacionais mediada por algoritmos exige compreensão aprofundada dos contextos em que tais tecnologias são aplicadas, o que reforça a pertinência de abordagens qualitativas. A escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de compreender significados, processos e implicações pedagógicas, privilegiando a interpretação crítica em detrimento da mensuração numérica.

No que se refere à natureza da pesquisa, esta se caracteriza como básica, uma vez que busca ampliar o conhecimento teórico sobre os impactos da personalização algorítmica na educação. Farhood et al. (2025) destacam que o avanço das tecnologias baseadas em inteligência artificial demanda investigações que explorem seus fundamentos conceituais e implicações educacionais. Essa perspectiva permite desenvolver reflexões consistentes sobre o fenômeno, contribuindo para o fortalecimento do campo científico.

Quanto aos objetivos, a investigação apresenta caráter exploratório e descritivo, pois procura compreender um fenômeno em expansão e sistematizar conhecimentos já produzidos. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) apontam que a personalização educacional mediada por algoritmos ainda carece de análises aprofundadas que articulem suas potencialidades e limitações. A dimensão exploratória possibilita identificar tendências emergentes, enquanto a vertente descritiva organiza e apresenta os achados de forma estruturada.

Os procedimentos técnicos adotados baseiam-se na pesquisa bibliográfica, que envolve a análise de produções científicas relevantes, como artigos, livros e documentos eletrônicos. Oliveira (2025) ressalta que o diálogo com diferentes correntes teóricas é essencial para a construção de uma compreensão crítica do fenômeno educacional. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador acessar o conhecimento acumulado, identificar lacunas e estabelecer conexões entre diferentes perspectivas.

A pesquisa também assume caráter documental ao incorporar materiais disponíveis em bases digitais e científicas, considerados fundamentais para a análise do objeto de estudo.

Agrawal et al. (2026) indicam que a produção acadêmica recente sobre personalização algorítmica tem se ampliado significativamente, exigindo critérios rigorosos de seleção das fontes. Foram consultadas plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico, priorizando estudos atualizados e de relevância reconhecida.

Após o levantamento das fontes, os materiais selecionados foram submetidos à leitura analítica, buscando identificar conceitos, categorias e problemáticas recorrentes. Farhood et al. (2025) destacam a importância da análise crítica na compreensão dos impactos das tecnologias digitais na educação, enfatizando a necessidade de interpretar os dados para além de sua dimensão superficial. Esse processo possibilita a construção de uma leitura aprofundada e reflexiva.

A organização dos dados foi realizada por meio da categorização temática, permitindo agrupar informações a partir de eixos conceituais definidos conforme os objetivos da pesquisa. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) ressaltam que a sistematização das informações é essencial para compreender a complexidade dos processos de personalização no ensino. Essa etapa contribui para estruturar a análise e dar coerência ao desenvolvimento do estudo.

O cruzamento dos dados possibilitou identificar convergências e divergências entre os estudos analisados, evidenciando diferentes abordagens sobre a personalização algorítmica na educação. Agrawal et al. (2026) apontam que a diversidade de perspectivas teóricas enriquece o debate e amplia a compreensão do fenômeno. Esse procedimento analítico favorece a construção de interpretações mais consistentes.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, articulando os achados com os referenciais teóricos selecionados. Oliveira (2025) enfatiza que a interpretação crítica constitui elemento central na produção do conhecimento, permitindo ao pesquisador estabelecer relações entre teoria e prática. Esse movimento analítico possibilita a construção de uma narrativa fundamentada e coerente.

A metodologia adotada evidencia o compromisso com o rigor acadêmico e com a produção de conhecimento relevante sobre a educação contemporânea na era da personalização algorítmica. Farhood et al. (2025) destacam que estudos qualitativos contribuem significativamente para a compreensão das transformações educacionais mediadas por tecnologias digitais.

O percurso metodológico desenvolvido permite analisar o fenômeno de maneira aprofundada, articulando diferentes dimensões e promovendo reflexões críticas sobre seus desdobramentos. Essa abordagem favorece a compreensão das interações entre tecnologia,

práticas pedagógicas e contextos sociais, evidenciando a complexidade inerente à personalização algorítmica na educação. Permite, ainda, identificar tensões, limites e potencialidades presentes nas produções científicas analisadas, ampliando o campo de interpretação. Tal construção metodológica contribui para a elaboração de análises mais consistentes, fundamentadas e sensíveis às múltiplas implicações do fenômeno investigado.

FUNDAMENTOS DA PERSONALIZAÇÃO ALGORÍTMICA NA EDUCAÇÃO
PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL
MECANISMOS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA NA EDUCAÇÃO DIGITAL
MEDIAÇÃO DOCENTE E DIMENSÃO ÉTICA NO USO DAS TECNOLOGIAS
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ERA DIGITAL

Fonte: Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira - (IA), **2026.**

4. FUNDAMENTOS DA PERSONALIZAÇÃO ALGORÍTMICA NA EDUCAÇÃO

A incorporação de algoritmos no campo educacional representa uma inflexão significativa nos modos de organização do ensino e da aprendizagem. A centralidade dos dados redefine práticas pedagógicas, deslocando o foco para processos orientados por evidências quantitativas e padrões de desempenho. Agrawal et al. (2026) destacam que a personalização algorítmica se apoia na análise de grandes volumes de dados educacionais, permitindo a adaptação contínua dos conteúdos conforme o comportamento dos estudantes. Esse movimento inaugura uma nova racionalidade pedagógica, marcada pela busca de eficiência e previsibilidade.

A inteligência artificial desempenha papel estruturante nesse cenário, operando por meio de sistemas capazes de identificar padrões e propor intervenções automatizadas. A aprendizagem passa a ser mediada por tecnologias que ajustam conteúdos em tempo real, com base em respostas e interações dos usuários. Farhood et al. (2025) evidenciam que tais sistemas ampliam a capacidade de monitoramento e personalização, redefinindo a dinâmica entre ensino e aprendizagem. A presença dessas tecnologias introduz novas possibilidades, mas também complexifica o campo educacional.

A análise de dados educacionais emerge como elemento central na construção da personalização, permitindo a identificação de trajetórias individuais de aprendizagem. Informações sobre desempenho, tempo de resposta e padrões de interação são utilizadas para orientar decisões pedagógicas automatizadas. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) apontam que essa lógica transforma o conhecimento em unidades mensuráveis, facilitando sua gestão por sistemas digitais. Esse processo, embora eficiente, pode reduzir a complexidade da experiência formativa.

A adaptação de conteúdos às necessidades individuais constitui um dos principais pilares da personalização algorítmica, sendo frequentemente associada à melhoria dos resultados educacionais. O ensino deixa de seguir um modelo uniforme e passa a considerar as particularidades de cada estudante. Agrawal et al. (2026) indicam que essa adaptação favorece a otimização dos processos de aprendizagem, tornando-os mais dinâmicos e responsivos. Contudo, essa flexibilidade depende da qualidade dos dados e dos critérios utilizados pelos algoritmos.

A fundamentação teórica da personalização algorítmica demanda uma articulação entre tecnologia e pedagogia, evitando reducionismos tecnicistas. A presença de algoritmos no ensino não substitui a necessidade de mediação humana e reflexão crítica. Oliveira (2025) ressalta que o processo educativo envolve dimensões simbólicas e sociais que não podem ser plenamente capturadas por sistemas automatizados. Essa compreensão reforça a necessidade de integrar inovação tecnológica e princípios pedagógicos consistentes.

5. PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A personalização do ensino tem sido frequentemente associada à ampliação das oportunidades educacionais, especialmente no que se refere à inclusão de sujeitos historicamente marginalizados. A possibilidade de adaptar conteúdos e ritmos de aprendizagem contribui para a construção de experiências mais acessíveis. Farhood et al. (2025) destacam que sistemas baseados em inteligência artificial permitem identificar dificuldades específicas e propor intervenções direcionadas. Esse potencial aponta para uma reconfiguração das práticas pedagógicas.

A ampliação do acesso ao conhecimento, mediada por tecnologias digitais, favorece a democratização do ensino em diferentes contextos. Plataformas educacionais possibilitam que estudantes tenham contato com conteúdos diversificados, independentemente de sua localização geográfica. Agrawal et al. (2026) indicam que a personalização contribui para reduzir barreiras de aprendizagem, ao ajustar o ensino às necessidades individuais. Esse cenário amplia horizontes, mas não elimina desigualdades estruturais.

O respeito aos ritmos de aprendizagem constitui um dos aspectos mais relevantes da personalização, permitindo que cada estudante avance conforme suas possibilidades. A superação de modelos homogêneos favorece a valorização das diferenças e a construção de trajetórias singulares. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) ressaltam que a adaptação contínua dos conteúdos pode promover maior engajamento dos estudantes. Essa abordagem redefine a experiência educacional.

A promoção da equidade no processo educativo depende da capacidade de integrar tecnologias de maneira crítica e contextualizada. A personalização, quando orientada por princípios inclusivos, pode contribuir para reduzir desigualdades. Farhood et al. (2025) observam que a eficácia dessas tecnologias está condicionada às condições de acesso e à qualidade das intervenções pedagógicas. A inclusão não se realiza automaticamente, exigindo mediação consciente.

A construção de uma educação inclusiva mediada por algoritmos exige a articulação entre inovação tecnológica e compromisso social. A presença de ferramentas digitais deve ser orientada por princípios que valorizem a diversidade e a justiça educacional. Oliveira (2025) enfatiza que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos sujeitos, considerando suas múltiplas dimensões. Esse entendimento amplia o alcance da personalização. Tal perspectiva desloca o foco de uma adaptação meramente técnica para uma abordagem que integra aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais.

6. MECANISMOS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA NA EDUCAÇÃO DIGITAL

A expansão das tecnologias digitais no campo educacional tem sido acompanhada pela intensificação de mecanismos de monitoramento e controle. A coleta contínua de dados sobre o comportamento dos estudantes permite o acompanhamento detalhado de suas trajetórias. Agrawal et al. (2026) destacam que plataformas educacionais utilizam sistemas de rastreamento para analisar interações e prever desempenhos. Esse cenário introduz novas formas de regulação.

A vigilância algorítmica opera de maneira muitas vezes invisível, influenciando decisões pedagógicas sem que os sujeitos tenham plena consciência de seus efeitos. O uso de dados para orientar o ensino pode limitar a autonomia dos estudantes. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) apontam que a personalização pode resultar em trajetórias rigidamente estruturadas, reduzindo a possibilidade de escolhas livres. Essa dinâmica exige problematização.

A padronização de comportamentos constitui outro risco associado à personalização algorítmica, uma vez que os sistemas tendem a privilegiar padrões considerados ideais. A diversidade de formas de aprender pode ser reduzida a modelos pré-estabelecidos. Farhood et al. (2025) evidenciam que a lógica algorítmica pode reforçar vieses presentes nos dados utilizados. Esse processo compromete a pluralidade.

A coleta massiva de dados educacionais levanta questões éticas relacionadas à privacidade e à segurança das informações. O armazenamento e o uso desses dados demandam regulamentação adequada. Agrawal et al. (2026) indicam que a governança dos dados constitui um dos principais desafios da educação digital. A ausência de controle institucional pode gerar consequências significativas.

A análise crítica dos mecanismos de controle é fundamental para compreender os impactos da personalização algorítmica na educação. A tecnologia não opera de forma neutra, sendo atravessada por interesses e valores. Oliveira (2025) ressalta que a educação deve preservar a autonomia dos sujeitos, mesmo em contextos altamente tecnologizados. Essa perspectiva orienta reflexões mais profundas.

7. MEDIAÇÃO DOCENTE E DIMENSÃO ÉTICA NO USO DAS TECNOLOGIAS

A mediação docente assume papel central na integração das tecnologias digitais no processo educativo, especialmente diante da crescente presença de sistemas algorítmicos. O professor atua como agente crítico, responsável por contextualizar e interpretar os recursos tecnológicos. Oliveira (2025) destaca que a mediação pedagógica envolve a construção de significados e a articulação entre teoria e prática. Essa função torna-se ainda mais relevante na contemporaneidade.

A dimensão ética do uso das tecnologias exige do educador uma postura reflexiva e consciente, capaz de problematizar os impactos das ferramentas digitais. A utilização de algoritmos no ensino implica decisões que afetam diretamente a aprendizagem. Farhood et al. (2025) evidenciam que a mediação docente é essencial para garantir práticas pedagógicas responsáveis. Esse posicionamento fortalece a qualidade do ensino.

A formação docente precisa incorporar conhecimentos relacionados às tecnologias digitais e suas implicações educacionais. A compreensão dos sistemas algorítmicos permite uma atuação mais crítica e fundamentada. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) ressaltam que o professor deve desenvolver competências que integrem aspectos técnicos e pedagógicos. Esse processo formativo amplia possibilidades de intervenção.

A atuação do professor também envolve a promoção de um uso ético das tecnologias, orientando os estudantes quanto à responsabilidade digital. A educação não se limita à transmissão de conteúdos, abrangendo a formação de sujeitos conscientes. Agrawal et al. (2026) indicam que a mediação humana é fundamental para equilibrar eficiência tecnológica e valores educacionais. Esse equilíbrio sustenta práticas mais justas.

A dimensão ética da educação digital demanda uma reflexão contínua sobre os limites e as possibilidades das tecnologias. A presença de algoritmos não elimina a necessidade de decisões humanas. Oliveira (2025) enfatiza que a educação deve preservar sua dimensão humanizadora, mesmo diante de avanços tecnológicos. Essa perspectiva orienta práticas pedagógicas mais conscientes.

8. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ERA DIGITAL

A construção de uma educação democrática na era digital envolve a articulação entre inovação tecnológica e compromisso social, considerando as múltiplas dimensões do processo educativo. A presença de algoritmos no ensino exige uma reflexão sobre os princípios que orientam sua utilização. Farhood et al. (2025) destacam que a tecnologia pode contribuir para ampliar o acesso ao conhecimento, desde que utilizada de forma crítica. Esse cenário apresenta desafios complexos.

A autonomia dos sujeitos constitui elemento central na construção de práticas educativas democráticas, sendo constantemente tensionada pela lógica da personalização algorítmica. A adaptação automatizada pode limitar a capacidade de escolha dos estudantes. Khalifeh, Santiago e Palau (2026) apontam que a personalização deve ser orientada por princípios que preservem a liberdade. Essa questão revela dilemas contemporâneos.

A justiça social no contexto educacional depende da capacidade de garantir acesso equitativo às tecnologias digitais, evitando a ampliação das desigualdades existentes. A distribuição desigual de recursos compromete a eficácia das inovações. Agrawal et al. (2026) indicam que políticas públicas são fundamentais para assegurar condições adequadas. Esse aspecto é decisivo para o futuro da educação.

Os desafios da educação digital envolvem também a necessidade de desenvolver modelos pedagógicos que integrem tecnologia e criticidade, evitando reducionismos. A inovação não deve ser compreendida como solução automática para problemas estruturais. Farhood et al. (2025) ressaltam que a qualidade do ensino depende da articulação entre diferentes dimensões. Essa compreensão amplia horizontes.

As perspectivas para a educação contemporânea apontam para a construção de práticas que conciliem personalização e autonomia, inovação e ética, tecnologia e humanização. A presença de algoritmos no ensino exige posicionamentos conscientes e fundamentados. Oliveira (2025) destaca que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos sujeitos, preservando sua singularidade. Esse horizonte orienta a construção de uma educação mais justa e inclusiva.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a personalização algorítmica, quando orientada por princípios pedagógicos consistentes, pode contribuir significativamente para a construção de uma educação mais sensível às singularidades dos estudantes. A integração entre tecnologia e prática educativa revela potencial para ampliar oportunidades de aprendizagem, respeitando ritmos, interesses e trajetórias individuais. Esse cenário aponta para uma reconfiguração do espaço educacional, no qual a inovação tecnológica assume papel estratégico na promoção de experiências formativas mais dinâmicas e significativas.

A reflexão sobre os mecanismos de controle associados às tecnologias digitais não anula seus benefícios, mas reforça a necessidade de um uso consciente e eticamente orientado. A presença de algoritmos no ensino exige vigilância crítica e compromisso com a autonomia dos sujeitos, evitando reduções simplificadoras do processo educativo. A atuação docente emerge como elemento central nesse contexto, garantindo que a mediação pedagógica preserve a dimensão humana da educação e promova relações de aprendizagem mais equitativas.

A perspectiva inclusiva, quando articulada à personalização, amplia as possibilidades de acesso e permanência no sistema educacional, especialmente para grupos historicamente marginalizados. A tecnologia, nesse sentido, pode funcionar como instrumento de

democratização do conhecimento, desde que acompanhada por políticas públicas e práticas institucionais comprometidas com a justiça social. A construção de ambientes educativos mais inclusivos depende da integração entre recursos digitais, formação docente e reconhecimento das diversidades.

O equilíbrio entre inclusão e controle configura-se como um dos principais desafios da educação contemporânea, exigindo escolhas que conciliem inovação, ética e responsabilidade social. A construção desse horizonte demanda uma visão crítica e propositiva, capaz de orientar o uso das tecnologias em favor do desenvolvimento integral dos sujeitos.

A educação reafirma seu papel transformador, consolidando-se como espaço de emancipação, diálogo e construção de futuros mais justos e plurais. Ela ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como um processo contínuo de formação humana, no qual indivíduos desenvolvem pensamento crítico, autonomia e consciência social. Ao promover a convivência entre diferentes perspectivas, a educação fortalece valores democráticos, incentiva a participação cidadã e contribui para a redução de desigualdades históricas. Assim, torna-se um instrumento essencial para a construção de sociedades mais inclusivas, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade em suas múltiplas dimensões.

REFERENCIAS

AGRAWAL, Keshav; ATHEY, Susan; KANODIA, Ayush; NATH, Shanjukta; PALIKOT, Emil. **The economics of algorithmic personalization: evidence from an educational technology platform.** 2026. DOI: https://doi.org/10.3386/w34950

FARHOOD, Helia; NYDEN, Magnus; BEHESHTI, Amin; MULLER, Samuel. **Artificial intelligence-based personalised learning in education: a systematic literature review.** Discover Artificial Intelligence, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s44163-025-00598-x.

KHALIFEH, F.; SANTIAGO, R.; PALAU, R. **Redefining personalized learning in the artificial intelligence era: an updated systematic review from 2019 to 2025.** Smart Learning Environments, 2026. DOI: https://doi.org/10.1186/s40561-026-00440-6.

OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima. **Fundamentos teóricos da educação e o papel do professor como mediador do conhecimento: um diálogo entre Freire, Vygotsky, Piaget, Wallon, Dewey, Saviani e Libâneo.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/Documents/in/Vygotskian_approach_to_early_childhood_education. Acesso em: 14 abr. 2026.

CAPÍTULO 8

Iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro: influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais dos estudantes.

Inequities in Access to Brazilian Higher Education: The Influence of Socioeconomic Context on Students' Educational Decision.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo analisa as iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro, enfatizando a influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais dos estudantes. Observa-se que as desigualdades sociais afetam diretamente as oportunidades de acesso, uma vez que estudantes de diferentes classes sociais enfrentam condições distintas de preparação acadêmica, apoio familiar e acesso a recursos educacionais. O trabalho discute como fatores como renda, escolaridade dos pais e qualidade da educação básica contribuem para a formação de trajetórias educacionais desiguais. Além disso, evidencia-se que tais condições influenciam tanto a escolha dos cursos quanto as estratégias adotadas para ingresso em universidades públicas e privadas. Embora políticas de ação afirmativa tenham ampliado o acesso de grupos historicamente excluídos, ainda persistem barreiras estruturais significativas. Conclui-se que a superação dessas iniquidades depende de políticas educacionais integradas e de maior equidade no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Ensino superior; desigualdade social; políticas educacionais; acesso à universidade; contexto socioeconômico.

ABSTRACT

This study analyzes inequities in access to Brazilian higher education, emphasizing the influence of socioeconomic context on students' educational decisions. It highlights how social inequalities directly affect access opportunities, as students from different social classes face unequal conditions regarding academic preparation, family support, and access to educational resources. The paper discusses how factors such as income, parents' educational level, and the quality of basic education contribute to unequal educational trajectories. It also shows that these conditions influence both course selection and strategies for admission to public and private universities. Although affirmative action policies have expanded access for historically excluded groups, significant structural barriers remain. The study concludes that overcoming these inequities depends on integrated educational policies and greater equity within the Brazilian educational system.

Keywords: Higher education; social inequality; educational policies; university access; socioeconomic context.

1. INTRODUÇÃO

O ingresso ao ensino superior brasileiro constitui um campo marcado por tensões históricas que revelam profundas assimetrias sociais e educacionais. A literatura evidencia que a expansão das universidades não foi acompanhada por equalização efetiva das oportunidades, mantendo padrões de estratificação que atravessam diferentes gerações de estudantes (Oliveira, 2022). O acesso às instituições de maior prestígio permanece condicionado por trajetórias escolares desiguais, nas quais o capital econômico e cultural opera como filtro silencioso na definição dos destinos acadêmicos, reforçando hierarquias já presentes na estrutura social.

As dinâmicas de seleção educacional no Brasil expõem mecanismos complexos de reprodução das desigualdades, sobretudo quando se observa a distribuição desigual de recursos entre grupos sociais distintos. Estudos indicam que a origem socioeconômica interfere não apenas na probabilidade de ingresso, mas também na forma como os estudantes interpretam suas próprias possibilidades de continuidade formativa (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Nesse contexto, escolhas aparentemente individuais revelam-se atravessadas por condições objetivas que delimitam expectativas e horizontes de futuro.

A ampliação do acesso ao ensino superior não eliminou as hierarquias internas que organizam cursos, instituições e trajetórias profissionais. Análises recentes apontam que a estratificação horizontal persiste, concentrando estudantes de maior renda em áreas mais prestigiadas e socialmente valorizadas, enquanto grupos populares tendem a ocupar cursos com menor retorno simbólico e econômico (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa distribuição desigual evidencia que a democratização quantitativa do sistema não corresponde necessariamente a uma democratização qualitativa.

No interior das instituições públicas, ainda que mais acessíveis em termos financeiros, observa-se a permanência de desigualdades que se manifestam de maneira sutil e contínua. A análise de trajetórias estudantis revela que a permanência e o desempenho acadêmico são igualmente impactados pelas condições socioeconômicas de origem, afetando a integração plena dos estudantes ao ambiente universitário (Hordonho, 2021). Tal constatação desloca o debate do simples acesso para a complexidade das experiências vividas no interior do ensino superior.

As decisões educacionais dos estudantes não podem ser compreendidas fora do conjunto de limitações materiais e simbólicas que estruturam suas trajetórias anteriores. A escolarização básica desigual produz efeitos cumulativos que influenciam o desempenho em exames de seleção e moldam percepções sobre a viabilidade de determinadas carreiras (Oliveira, 2022). O contexto familiar e comunitário atua como instância formadora de expectativas, restringindo ou ampliando os campos de possibilidade percebidos pelos jovens.

A escolha do curso superior, frequentemente tratada como resultado de preferências individuais, revela-se permeada por condicionantes sociais que orientam racionalidades práticas. Pesquisas demonstram que estudantes de diferentes estratos sociais atribuem sentidos distintos ao investimento educacional, vinculando suas escolhas a perspectivas imediatas de inserção no mercado de trabalho (Braga e Cabrito, 2024). Essa lógica evidencia como o ensino superior se inscreve em estratégias de sobrevivência e mobilidade social diferenciadas.

A desigualdade de oportunidades no acesso às universidades públicas e privadas também se expressa na capacidade desigual de preparação para processos seletivos altamente competitivos. O acesso a cursos preparatórios, materiais didáticos e redes de apoio acadêmico constitui um diferencial decisivo na trajetória dos candidatos, reforçando vantagens acumuladas ao longo da vida escolar (Hordonho, 2021). O mérito acadêmico não pode ser dissociado das condições estruturais que o tornam possível.

A presença de políticas de ação afirmativa alterou parcialmente o cenário de exclusão, introduzindo novas dinâmicas de composição social no ensino superior brasileiro. Contudo, estudos indicam que tais políticas convivem com persistentes mecanismos de diferenciação interna, que continuam a organizar hierarquias entre estudantes dentro das próprias instituições (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). A inclusão, portanto, não elimina automaticamente as desigualdades simbólicas que estruturam o espaço universitário.

As experiências de estudantes provenientes de contextos populares revelam processos contínuos de adaptação a ambientes acadêmicos marcados por códigos culturais específicos. A ausência de familiaridade com tais códigos pode produzir sentimentos de deslocamento, exigindo esforços adicionais de integração e reconhecimento institucional (Hordonho, 2021). Essa dimensão simbólica da desigualdade reforça a necessidade de compreender a universidade como espaço socialmente heterogêneo e não neutro. Tal compreensão implica reconhecer que as relações estabelecidas no ambiente acadêmico são atravessadas por diferenças de origem social, cultural e econômica que influenciam a participação dos estudantes.

A análise das iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro aponta para a centralidade do contexto socioeconômico na configuração das trajetórias educacionais. As evidências sugerem que a estrutura social não apenas influencia o acesso, mas também molda decisões, expectativas e formas de permanência no sistema educacional (Oliveira, 2022). O fenômeno, portanto, exige interpretações que ultrapassem abordagens individualizantes, incorporando dimensões estruturais que sustentam a reprodução das desigualdades ao longo do tempo.

2. DESENVOLVIMENTO

As iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro emergem de um processo histórico de organização desigual do sistema educacional, no qual a ampliação de vagas não implicou redução proporcional das distâncias sociais entre os candidatos. A literatura aponta que, mesmo em contextos de expansão institucional, persistem mecanismos de seleção que favorecem estudantes oriundos de grupos socialmente privilegiados (Oliveira, 2022). Essa permanência revela que o acesso universitário não se estrutura apenas por critérios acadêmicos formais, mas por trajetórias anteriores profundamente marcadas por desigualdades estruturais que se acumulam ao longo da vida escolar.

A distribuição desigual de oportunidades educacionais manifesta-se de maneira particularmente evidente quando se analisa a relação entre origem social e desempenho em processos seletivos altamente competitivos. Estudos demonstram que estudantes de diferentes estratos sociais não competem em condições equivalentes, uma vez que o acesso a recursos pedagógicos, ambientes de estudo e suporte familiar varia de forma significativa (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa assimetria produz efeitos duradouros na construção das expectativas individuais, influenciando a forma como os jovens interpretam suas chances de ingresso no ensino superior.

O fenômeno da estratificação horizontal no interior das universidades evidencia que o problema não se limita ao acesso, mas se estende à distribuição desigual dos estudantes entre cursos e áreas de conhecimento. Pesquisas indicam que carreiras de maior prestígio social tendem a concentrar alunos provenientes de famílias com maior capital econômico e cultural, enquanto cursos menos valorizados recebem majoritariamente estudantes de origem popular (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa configuração reforça uma hierarquia simbólica que atravessa o próprio sistema educacional, reproduzindo distinções sociais sob novas formas institucionais.

A análise das trajetórias estudantis revela que a permanência no ensino superior também é atravessada por desigualdades que se manifestam de maneira menos visível, porém igualmente determinante. A experiência universitária de estudantes oriundos de contextos vulneráveis frequentemente envolve a necessidade de conciliar estudo e trabalho, o que impacta diretamente o rendimento acadêmico e a integração institucional (Hordonho, 2021). Esse cenário evidencia que a inclusão formal não garante igualdade de condições para a continuidade da formação acadêmica.

O contexto socioeconômico exerce influência decisiva na construção das escolhas educacionais, moldando percepções sobre risco, estabilidade e retorno financeiro das profissões. A literatura sugere que estudantes de baixa renda tendem a orientar suas decisões por critérios de

sobrevivência econômica imediata, enquanto grupos mais favorecidos podem considerar trajetórias de longo prazo com maior flexibilidade (Braga e Cabrito, 2024). Essa diferença revela que a escolha do curso superior não pode ser compreendida como ato isolado de preferência individual, mas como resultado de condicionamentos sociais profundos.

A desigualdade de acesso a informações qualificadas sobre o sistema de ensino superior também desempenha papel relevante na configuração das decisões dos estudantes. Em muitos casos, jovens de famílias com menor escolaridade parental enfrentam dificuldades para compreender a estrutura dos cursos, suas exigências e possibilidades de inserção profissional, o que restringe o leque de escolhas disponíveis (Oliveira, 2022). Esse déficit informacional contribui para a reprodução de trajetórias educacionais mais restritas e menos diversificadas.

Os processos de preparação para exames de ingresso, como o ENEM, evidenciam outra dimensão da desigualdade educacional, relacionada à disponibilidade de recursos extracurriculares. O acesso a cursos preparatórios, materiais especializados e acompanhamento pedagógico estruturado configura uma vantagem decisiva para estudantes de classes mais altas, ampliando significativamente suas chances de aprovação (Hordonho, 2021). Tal condição reforça a ideia de que o desempenho acadêmico é fortemente influenciado por investimentos prévios e não apenas por esforço individual.

As políticas de ação afirmativa introduziram mudanças importantes no perfil de ingresso ao ensino superior, ampliando a presença de grupos historicamente excluídos. Entretanto, pesquisas indicam que tais políticas não eliminam as diferenças de origem, uma vez que estudantes ingressantes por cotas ainda enfrentam desafios relacionados à permanência e ao reconhecimento acadêmico (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa tensão evidencia que a democratização do acesso convive com a persistência de desigualdades estruturais no interior das instituições.

As escolhas educacionais também são moldadas por representações sociais sobre prestígio profissional e retorno econômico das carreiras, o que contribui para a concentração de determinados grupos em áreas específicas do conhecimento. Estudos mostram que cursos ligados a profissões tradicionalmente valorizadas socialmente tendem a atrair estudantes com maior capital cultural acumulado ao longo da trajetória escolar (Braga e Cabrito, 2024). Esse movimento reforça padrões de segmentação que articulam expectativas individuais e estruturas sociais mais amplas.

A permanência das iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro evidencia a complexidade do fenômeno, que não pode ser reduzido a fatores isolados. A articulação entre desigualdade social, escolarização prévia e acesso a recursos simbólicos e materiais produz um

sistema de oportunidades profundamente assimétrico (Oliveira, 2022). A compreensão desse cenário exige análise das múltiplas camadas que estruturam o percurso educacional, desde a educação básica até a escolha e permanência no ensino superior.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre as iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro e a influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais dos estudantes. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada de significados, percepções e processos sociais que atravessam o fenômeno educacional, priorizando a interpretação das relações estruturais em detrimento da mensuração quantitativa de dados (Oliveira, 2022). Nesse sentido, privilegia-se a leitura crítica de produções acadêmicas que tratam das desigualdades no acesso e permanência no ensino superior.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, uma vez que seu propósito central consiste em ampliar o conhecimento teórico sobre as desigualdades educacionais, sem a pretensão de aplicação imediata dos resultados em intervenções práticas. Esse enquadramento permite a construção de reflexões críticas sobre os mecanismos sociais que estruturam o acesso ao ensino superior no Brasil, contribuindo para o debate acadêmico no campo da educação (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). O foco recai sobre a compreensão dos processos estruturais que moldam trajetórias educacionais distintas.

Em relação aos objetivos, a investigação caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória por buscar mapear e compreender a produção científica existente sobre o tema, identificando categorias analíticas relevantes para sua interpretação. Descritiva por organizar e sistematizar as informações encontradas na literatura, permitindo a compreensão das principais dimensões que compõem o fenômeno das desigualdades educacionais (Oliveira, 2022). Esse movimento analítico possibilita uma visão mais ampla e integrada do objeto estudado.

No que se refere aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica como eixo central da investigação. Esse tipo de pesquisa fundamenta-se na análise de materiais já publicados, como artigos científicos, livros, dissertações e teses, possibilitando ao pesquisador o contato com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre o objeto estudado (Braga e Cabrito, 2024). A pesquisa bibliográfica permite compreender o estado da arte da temática e identificar lacunas no conhecimento já produzido.

A relevância da pesquisa bibliográfica reside na sua capacidade de reunir e interpretar conhecimentos já consolidados, favorecendo uma visão ampla e crítica do fenômeno investigado.

Essa abordagem permite compreender a complexidade das iniquidades educacionais a partir de diferentes olhares teóricos, respeitando a pluralidade de interpretações presentes no campo científico (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Dessa forma, constitui etapa essencial para a construção do referencial teórico da investigação.

De forma complementar, a pesquisa assume caráter documental ao utilizar produções disponíveis em bases digitais e repositórios científicos. Foram consultadas plataformas como CAPES, SciELO, Scopus, Web of Science, Google Acadêmico e Academia.edu, priorizando obras com relevância temática, atualidade e rigor metodológico (Oliveira, 2022). A seleção criteriosa dessas fontes garante a consistência e a confiabilidade do corpus analisado.

Após a seleção do material, realizou-se leitura analítica das produções, com o objetivo de identificar categorias recorrentes, convergências e divergências teóricas. Esse processo permitiu a organização das informações em eixos temáticos, facilitando a compreensão das múltiplas dimensões que envolvem o ingresso ao ensino superior e as influências do contexto socioeconômico nas trajetórias educacionais (Hordonho, 2021). Tal etapa contribuiu para a sistematização crítica do material selecionado.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática e do cruzamento entre diferentes autores, possibilitando a construção de uma síntese interpretativa das contribuições teóricas. Esse procedimento favorece a identificação de padrões e contrastes nas abordagens investigadas, permitindo uma leitura mais aprofundada das desigualdades educacionais no Brasil (Braga e Cabrito, 2024). O diálogo entre as fontes possibilita uma interpretação mais consistente do fenômeno.

Os procedimentos analíticos envolveram a comparação sistemática entre as produções selecionadas, com base em categorias definidas a partir dos objetivos da pesquisa. Esse movimento interpretativo permitiu evidenciar recorrências estruturais e especificidades presentes nos estudos analisados, ampliando a compreensão sobre o fenômeno investigado (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). A organização das categorias favoreceu a articulação dos dados teóricos.

A análise bibliográfica exige uma postura crítica e reflexiva do pesquisador, que deve ir além da reprodução das ideias encontradas nas fontes consultadas. O processo investigativo fundamenta-se no diálogo entre diferentes autores e na articulação de interpretações, buscando construir uma leitura consistente e teoricamente fundamentada sobre as iniquidades no ensino superior brasileiro (Oliveira, 2022). Tal postura garante rigor acadêmico e profundidade analítica ao estudo. Essa dinâmica exige a confrontação crítica entre perspectivas teóricas diversas, permitindo identificar convergências e tensões presentes na literatura. Ao mesmo tempo,

favorece a elaboração de interpretações mais complexas, capazes de captar as múltiplas dimensões que estruturam o fenômeno educacional investigado.

4. DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As desigualdades socioeconômicas estruturam de maneira decisiva as possibilidades de ingresso no ensino superior brasileiro, configurando um cenário no qual o acesso à universidade reflete diretamente a posição social dos estudantes. A distribuição desigual de renda condiciona o tipo de escola frequentada, o acesso a materiais didáticos e a oportunidades formativas complementares, o que repercute de forma significativa no desempenho em processos seletivos (Oliveira, 2022). Esse conjunto de fatores evidencia que o ingresso universitário não pode ser compreendido fora das condições materiais que moldam as trajetórias educacionais.

A escolaridade dos pais emerge como variável determinante na constituição das expectativas acadêmicas dos jovens, influenciando tanto o incentivo aos estudos quanto a familiaridade com o ambiente universitário. Famílias com maior capital escolar tendem a oferecer suporte mais consistente no planejamento das trajetórias educacionais, ampliando as chances de sucesso nos exames de seleção (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Esse processo reforça a reprodução de desigualdades intergeracionais no acesso ao ensino superior.

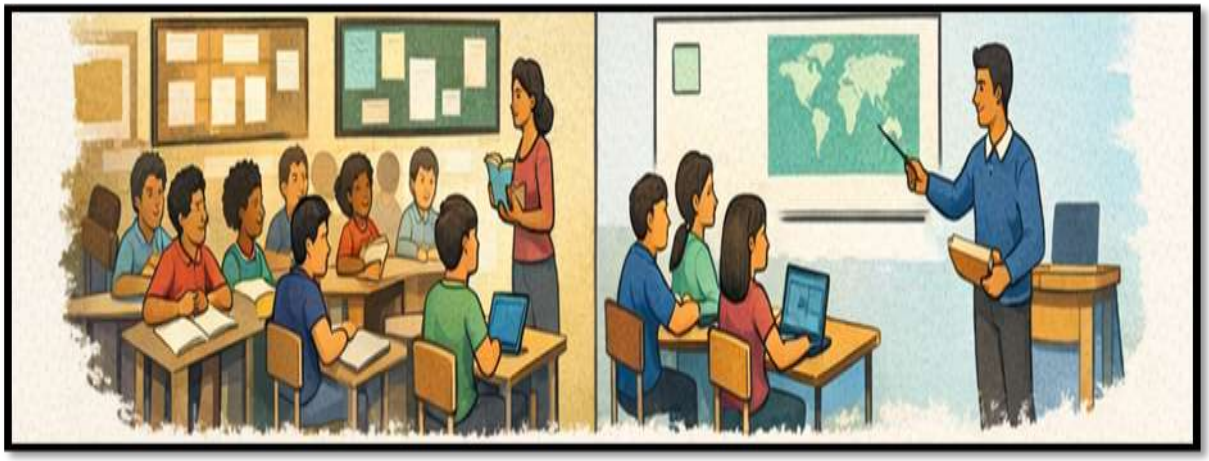
O acesso desigual a recursos educacionais, como cursos preparatórios e tecnologias de aprendizagem, intensifica as diferenças de desempenho entre candidatos de distintos estratos sociais. Estudantes de maior poder aquisitivo conseguem investir em estratégias de preparação mais diversificadas, enquanto grupos populares enfrentam limitações estruturais que reduzem suas oportunidades (Hordonho, 2021). Esse desequilíbrio aprofunda a seletividade do sistema educacional.

As desigualdades socioeconômicas também se expressam na capacidade de permanência nos processos de preparação para vestibulares e exames nacionais. A necessidade

de inserção precoce no mercado de trabalho compromete o tempo de estudo de parte significativa dos jovens de baixa renda, reduzindo seu desempenho acadêmico (Oliveira, 2022). Esse cenário evidencia a articulação entre condições econômicas e desempenho educacional.

A estrutura social brasileira, marcada por fortes assimetrias, produz um sistema educacional em que o mérito acadêmico é atravessado por desigualdades prévias (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). O acesso ao ensino superior, nesse contexto, torna-se resultado de uma combinação entre esforço individual e condições estruturais desiguais que moldam as oportunidades disponíveis.

5. O PAPEL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REPRODUÇÃO DAS INIQUIDADES EDUCACIONAIS



A educação básica ocupa posição central na reprodução das desigualdades educacionais, uma vez que constitui a base formativa sobre a qual se estruturam as trajetórias acadêmicas posteriores. A diferença na qualidade do ensino oferecido entre escolas públicas e privadas produz impactos diretos no desempenho dos estudantes em avaliações de ingresso ao ensino superior (Oliveira, 2022). Essa disparidade inicial tende a se ampliar ao longo da trajetória escolar.

A heterogeneidade na formação docente e na infraestrutura escolar contribui para a manutenção de níveis distintos de aprendizagem entre estudantes de diferentes contextos sociais. Escolas com menor investimento enfrentam dificuldades na oferta de conteúdos aprofundados, o que compromete a preparação para exames competitivos (Hordonho, 2021). Esse quadro reforça a distância entre grupos sociais no acesso à universidade.

O currículo escolar, quando aplicado de forma desigual, pode intensificar as diferenças de capital cultural entre estudantes. Aqueles que frequentam instituições mais estruturadas têm maior contato com práticas pedagógicas que favorecem o pensamento crítico e a resolução de

problemas complexos (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Esse diferencial repercute diretamente no desempenho acadêmico futuro.

A transição entre ensino médio e ensino superior revela o impacto acumulado das desigualdades presentes na educação básica. Estudantes provenientes de escolas com menor qualidade enfrentam maiores dificuldades de adaptação ao nível de exigência das universidades (Oliveira, 2022). Essa transição desigual evidencia a continuidade das disparidades educacionais.

A reprodução das iniquidades no sistema educacional brasileiro encontra na educação básica seu principal ponto de sustentação estrutural, consolidando trajetórias acadêmicas distintas desde os primeiros anos de escolarização (Braga e Cabrito, 2024). Isso ocorre porque é nessa etapa inicial que se formam as bases cognitivas, sociais e culturais que influenciam todo o percurso escolar subsequente, incluindo o desempenho, as expectativas educacionais e as possibilidades de progressão ao longo dos níveis de ensino.

As desigualdades entre escolas públicas e privadas, bem como entre redes públicas de diferentes territórios, desempenham papel central na produção dessas diferenças (Braga e Cabrito, 2024). Escolas localizadas em áreas mais vulneráveis frequentemente enfrentam limitações de infraestrutura, rotatividade docente, menor acesso a recursos pedagógicos e maior sobrecarga institucional, fatores que impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido. Em contrapartida, instituições com maior disponibilidade de recursos tendem a oferecer condições mais favoráveis ao desenvolvimento acadêmico, ampliando as distâncias entre grupos sociais desde os primeiros anos escolares.

A educação básica também reflete desigualdades extraescolares, como diferenças no capital cultural das famílias, acesso a materiais educativos, tempo disponível para acompanhamento dos estudos e condições gerais de vida (Braga e Cabrito, 2024). Essas variáveis influenciam o desempenho dos estudantes e contribuem para a consolidação de trajetórias escolares desiguais, mesmo antes de qualquer processo formal de seleção educacional.

A educação básica não pode ser compreendida apenas como uma etapa introdutória do sistema educacional, mas como um espaço decisivo de produção e reprodução de desigualdades sociais (Braga e Cabrito, 2024). Sua centralidade na estrutura educacional brasileira faz com que intervenções nesse nível sejam fundamentais para qualquer projeto consistente de redução das iniquidades educacionais. Isso se deve ao fato de que é nesse segmento que se consolidam aprendizagens essenciais, mas também onde se manifestam de forma mais evidente as diferenças de acesso a condições adequadas de ensino, apoio familiar e recursos pedagógicos. A qualidade da educação básica funciona como um filtro estrutural que influencia diretamente as possibilidades de progressão dos estudantes ao longo de toda a trajetória escolar.

A educação básica desempenha um papel determinante na formação das expectativas educacionais e dos projetos de vida dos estudantes, sendo fortemente influenciada pelo contexto social em que está inserida. Desigualdades regionais, socioeconômicas e institucionais contribuem para que diferentes grupos tenham experiências escolares distintas, o que impacta não apenas o desempenho acadêmico, mas também a autopercepção de capacidade e as aspirações em relação ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Dessa forma, investir na melhoria da educação básica implica não apenas ampliar o acesso, mas também reduzir disparidades qualitativas que se acumulam ao longo do tempo e estruturam de maneira duradoura as oportunidades sociais.

6. INFLUÊNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR NAS DECISÕES EDUCACIONAIS DOS ESTUDANTES

O contexto familiar exerce influência significativa sobre as decisões educacionais dos estudantes, especialmente no que se refere à escolha do curso e da instituição de ensino superior. A presença de familiares com maior nível de escolaridade amplia o repertório informacional disponível, favorecendo decisões mais orientadas sobre trajetórias acadêmicas (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Esse capital informacional contribui para a definição de estratégias educacionais mais consistentes.

As expectativas familiares desempenham papel estruturante na construção dos projetos de futuro dos jovens, orientando escolhas que frequentemente refletem valores e aspirações do núcleo doméstico. Em famílias de baixa renda, tais expectativas tendem a se alinhar a perspectivas de inserção rápida no mercado de trabalho (Hordonho, 2021). Esse direcionamento influencia diretamente a seleção de cursos considerados mais acessíveis ou pragmáticos.

O capital cultural familiar também interfere na familiaridade dos estudantes com o ambiente universitário e suas exigências simbólicas. A ausência de referências acadêmicas no

núcleo familiar pode gerar insegurança na tomada de decisões educacionais (Oliveira, 2022). Esse fator contribui para a limitação do horizonte de escolhas disponíveis.

O apoio doméstico, tanto emocional quanto financeiro, constitui elemento decisivo na permanência dos estudantes em processos seletivos e na continuidade dos estudos. Famílias com maior estabilidade econômica conseguem sustentar períodos mais longos de preparação para o ingresso no ensino superior (Braga e Cabrito, 2024). Esse suporte amplia as chances de sucesso acadêmico.

As decisões educacionais, nesse contexto, não se configuram como escolhas isoladas, mas como construções coletivas mediadas por relações familiares e condições sociais específicas (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Isso significa que a trajetória escolar de um indivíduo não pode ser compreendida apenas como resultado de preferências pessoais ou mérito individual, mas deve ser analisada à luz das redes de apoio, dos recursos disponíveis no ambiente doméstico e das expectativas socialmente compartilhadas no interior de cada grupo familiar.

Famílias com diferentes níveis de capital econômico e cultural tendem a organizar de maneira distinta suas estratégias educacionais, influenciando desde a escolha da escola até a continuidade dos estudos em níveis mais elevados. Fatores como ocupação dos responsáveis, escolaridade dos pais, acesso à informação e estabilidade financeira interferem diretamente nas possibilidades concretas de decisão. Em contextos de maior vulnerabilidade social, por exemplo, as escolhas educacionais frequentemente são atravessadas por restrições materiais imediatas, o que pode limitar projetos de longo prazo.

7. ESTRATIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E HIERARQUIZAÇÃO DOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS

A estratificação do ensino superior brasileiro evidencia a existência de hierarquias internas que organizam o acesso aos diferentes cursos e instituições. Cursos de maior prestígio social tendem a concentrar estudantes oriundos de famílias com maior capital econômico e

cultural, reproduzindo padrões históricos de desigualdade (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa distribuição desigual reforça a segmentação do sistema educacional.

A escolha dos cursos superiores está frequentemente associada ao potencial de retorno financeiro e simbólico, o que influencia a concentração de determinados perfis socioeconômicos em áreas específicas. Cursos tradicionalmente valorizados socialmente apresentam maior concorrência e exigem maior preparação acadêmica (Oliveira, 2022). Esse processo contribui para a manutenção de hierarquias profissionais.

As instituições de ensino superior também reproduzem desigualdades ao apresentarem diferentes níveis de prestígio, infraestrutura e reconhecimento social. Universidades mais consolidadas tendem a atrair estudantes com melhor preparação acadêmica, ampliando a seletividade do sistema (Hordonho, 2021). Esse movimento reforça a desigualdade de oportunidades.

A hierarquização dos cursos universitários impacta diretamente as expectativas profissionais dos estudantes, influenciando suas decisões ainda na educação básica. Jovens de classes populares tendem a optar por cursos com menor concorrência, ajustando suas escolhas às limitações estruturais vivenciadas (Braga e Cabrito, 2024). Essa adaptação evidencia o peso das condições sociais nas trajetórias educacionais.

A estratificação do ensino superior, portanto, não se limita ao acesso, mas se estende à organização interna do sistema universitário, consolidando desigualdades já presentes na sociedade (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Isso implica reconhecer que, mesmo após a entrada dos estudantes na universidade, persistem mecanismos que distribuem de forma desigual oportunidades, recursos e trajetórias acadêmicas, reproduzindo hierarquias sociais pré-existentes.

Um dos principais elementos dessa estratificação é a diferenciação entre tipos de instituições e cursos. Universidades públicas de maior prestígio, cursos altamente seletivos (como medicina, engenharia e direito em instituições tradicionais) e programas com maior investimento tendem a concentrar estudantes com melhor desempenho escolar prévio e maior capital econômico e cultural. Em contraste, instituições privadas de menor seletividade e cursos menos disputados frequentemente absorvem estudantes provenientes de trajetórias escolares mais precárias, o que reforça a segmentação interna do sistema.

A própria experiência universitária é marcada por desigualdades de permanência e rendimento. Estudantes de origens sociais mais vulneráveis podem enfrentar maiores dificuldades para se manter no curso, seja por necessidade de conciliar estudo e trabalho, seja por menor acesso a apoio acadêmico, redes de contato e recursos financeiros. Isso pode resultar em maiores taxas de evasão ou em trajetórias acadêmicas mais longas e intermitentes.

Diplomas não possuem o mesmo valor social e econômico de forma homogênea: sua credibilidade e retorno profissional variam conforme a instituição, o curso e o prestígio social associado a cada trajetória formativa. Assim, a estratificação do ensino superior se projeta para além da universidade, influenciando diretamente as oportunidades ocupacionais futuras. O sistema de ensino superior não atua como um espaço neutro de mobilidade social automática, mas como um campo estruturado por hierarquias internas que tendem a reproduzir e, em alguns casos, aprofundar desigualdades sociais já existentes.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

As políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior têm desempenhado papel relevante na ampliação da participação de grupos historicamente excluídos. Programas de ação afirmativa, como o sistema de cotas, contribuíram para modificar parcialmente o perfil dos estudantes nas universidades públicas (Oliveira, 2022). Essa mudança representa um avanço na democratização do acesso.

As ações afirmativas possibilitaram maior inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e de grupos sociais vulnerabilizados, alterando dinâmicas históricas de exclusão educacional. No entanto, os impactos dessas políticas ainda convivem com persistentes desigualdades estruturais (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Essa coexistência evidencia a complexidade do processo de inclusão.

A permanência dos estudantes beneficiados por políticas de acesso ainda representa um desafio significativo, especialmente diante das dificuldades socioeconômicas enfrentadas durante a trajetória universitária. A necessidade de conciliar estudo e trabalho compromete o

desempenho acadêmico de parte desses estudantes (Hordonho, 2021). Esse cenário limita os efeitos das políticas de inclusão.

Programas de financiamento estudantil e suporte institucional contribuem para reduzir parte das barreiras econômicas enfrentadas pelos estudantes de baixa renda. Contudo, tais medidas nem sempre são suficientes para eliminar desigualdades mais profundas relacionadas ao capital cultural e simbólico (Braga e Cabrito, 2024). Esse limite revela a complexidade do enfrentamento das iniquidades.

As políticas públicas, embora fundamentais, não eliminam integralmente as desigualdades educacionais, mas atuam na mitigação parcial de seus efeitos, exigindo articulação contínua com outras estratégias estruturais (Oliveira, 2022). Isso ocorre porque as desigualdades educacionais estão profundamente enraizadas em fatores socioeconômicos, culturais e territoriais que extrapolam o alcance direto das intervenções estatais no campo da educação.

Políticas como expansão do acesso, cotas, programas de permanência estudantil e financiamento educacional contribuem de forma significativa para a redução de barreiras históricas, especialmente no ingresso ao ensino superior e na ampliação da escolarização de grupos socialmente vulneráveis. No entanto, tais medidas não são suficientes para eliminar as disparidades de origem, uma vez que os estudantes chegam ao sistema educacional com diferentes níveis de preparação escolar, acesso a recursos culturais e condições materiais de estudo.

A eficácia dessas políticas depende fortemente da sua articulação com outras áreas de política social, como saúde, assistência social, transporte e renda. A ausência de suporte integrado pode limitar os efeitos das ações educacionais, especialmente no que se refere à permanência e ao desempenho dos estudantes. Por exemplo, dificuldades financeiras, insegurança alimentar e longos deslocamentos continuam sendo fatores que impactam diretamente a trajetória escolar, mesmo na presença de políticas de acesso.

Outro ponto relevante é que as políticas públicas operam dentro de estruturas sociais já hierarquizadas, o que significa que seus efeitos tendem a ser modulados pelas desigualdades pré-existentes. Assim, mesmo políticas universalistas podem produzir resultados diferenciados entre grupos sociais, caso não considerem as assimetrias de condições iniciais. Dessa forma, torna-se necessário compreender as políticas educacionais não como soluções isoladas, mas como parte de um conjunto mais amplo de ações estruturais. Sua efetividade depende da continuidade, da integração intersetorial e da capacidade de enfrentar simultaneamente múltiplas dimensões da desigualdade social, indo além da mera ampliação formal do acesso à educação.

CONCLUSÃO

As iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro evidenciam que o acesso à universidade não pode ser compreendido apenas como resultado de esforço individual ou mérito acadêmico, mas como parte de um processo profundamente condicionado por fatores socioeconômicos. O contexto social dos estudantes influencia diretamente suas trajetórias educacionais, moldando expectativas, possibilidades e decisões ao longo da escolarização. Nesse sentido, o ingresso no ensino superior reflete desigualdades estruturais que antecedem a escolha pela continuidade dos estudos.

Ao longo da análise, observa-se que as decisões educacionais são construídas de forma progressiva e coletiva, sendo fortemente influenciadas pelo ambiente familiar, pela escola e pelas condições materiais disponíveis. Elementos como renda, escolaridade dos pais, acesso à informação e qualidade da educação básica desempenham papel central na definição dos percursos escolares. Assim, estudantes de diferentes origens sociais partem de posições desiguais, o que repercute diretamente na probabilidade de acesso ao ensino superior.

A estratificação do sistema educacional contribui para a reprodução dessas desigualdades, uma vez que não apenas o acesso, mas também a permanência e a distribuição interna das oportunidades universitárias são desiguais. Instituições, cursos e trajetórias acadêmicas possuem diferentes níveis de prestígio e retorno social, o que reforça hierarquias já existentes na sociedade e limita a mobilidade social efetiva por meio da educação.

As políticas públicas desempenham um papel importante na mitigação das desigualdades, especialmente ao ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos. No entanto, seus efeitos são parciais quando não acompanhados de ações integradas que enfrentem as condições estruturais que produzem tais desigualdades. A permanência estudantil, o apoio pedagógico e a articulação com outras políticas sociais são fundamentais para a efetividade dessas iniciativas.

Outro ponto central é o papel da educação básica como base da desigualdade educacional, uma vez que é nela que se formam as diferenças iniciais de aprendizagem e desempenho. Nesse estágio, estudantes são expostos a condições educacionais bastante distintas, determinadas tanto pela infraestrutura das escolas quanto pelas desigualdades socioeconômicas presentes em seus contextos familiares. Essas diferenças iniciais não são momentâneas, mas estruturais, pois influenciam o ritmo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências fundamentais e a própria relação dos estudantes com o processo de escolarização.

As defasagens acumuladas ao longo da educação básica tendem a se perpetuar e se intensificar ao longo do tempo, influenciando diretamente as chances de ingresso no ensino

superior. Estudantes que enfrentam lacunas de aprendizagem nos primeiros anos escolares frequentemente encontram maiores dificuldades no ensino médio, etapa decisiva para o acesso à universidade. Esse acúmulo de desigualdades contribui para a construção de trajetórias escolares mais frágeis, reduzindo as possibilidades de aprovação em processos seletivos altamente competitivos.

A qualidade da educação básica é determinante para compreender as desigualdades observadas nas etapas posteriores do sistema educacional. Não se trata apenas de garantir o acesso formal à escola, mas de assegurar condições efetivas de aprendizagem que permitam o desenvolvimento pleno dos estudantes. Isso envolve investimentos em formação docente, infraestrutura escolar, materiais didáticos e políticas de apoio pedagógico, especialmente em regiões e contextos socialmente vulneráveis.

Conclui-se que a superação das iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro depende de uma abordagem ampla e estrutural, que considere a interdependência entre contexto socioeconômico, trajetória escolar e organização do sistema educacional. Reduzir tais desigualdades exige políticas contínuas e articuladas, capazes de atuar desde a educação básica até o ensino superior, promovendo não apenas o acesso, mas também condições reais de permanência e sucesso acadêmico. Somente a integração entre diferentes níveis de ensino e políticas sociais mais amplas pode romper o ciclo de reprodução das desigualdades e ampliar, de forma efetiva, as oportunidades educacionais no país.

REFERENCIAS

BRAGA, D.; CABRITO, B. **Desigualdades e acesso à educação superior: os casos dos cursos de Direito e Pedagogia da UFPA.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 49, 2024. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907143833.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C**. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional.** *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 1, 2019. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035.

HORDONHO, C. L. **Desigualdade de oportunidades no ensino superior: um estudo de caso dos estudantes da UFPE.** *Sociologias em Debate*, Santa Maria, v. 27, n. 53, 2021. DOI: https://doi.org/10.5902/2236672539885.

OLIVEIRA, A. L. M. de. **Educação superior no Brasil e desigualdades (1964–2019): entre construções e reformas.** *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2022.35110.

CAPÍTULO 9

Cooperativismo e inovação educacional na Amazônia: estratégias colaborativas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Cooperativism and Educational Innovation in the Amazon: Collaborative Strategies for Sustainable Development and Social Inclusion.

Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho

RESUMO

O estudo analisa o papel do cooperativismo e da inovação educacional na região amazônica como estratégias colaborativas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social. Evidencia-se que as cooperativas atuam como espaços de articulação comunitária, promovendo práticas educativas integradas às demandas locais, fortalecendo a autonomia econômica e social das populações tradicionais. Destaca-se que a inovação educacional, quando associada a modelos cooperativos, favorece processos de aprendizagem contextualizados, incentivando a participação coletiva e a valorização dos saberes locais. Observa-se ainda que tais iniciativas contribuem para a redução das desigualdades sociais e para o uso sustentável dos recursos naturais, alinhando educação, trabalho e cidadania. Conclui-se que o cooperativismo educacional na Amazônia constitui uma alternativa viável para promover inclusão social e desenvolvimento sustentável de forma integrada e participativa.

Palavras-chave: Cooperativismo; inovação educacional; amazônia; desenvolvimento sustentável; inclusão social.

ABSTRACT

The study analyzes the role of cooperativism and educational innovation in the Amazon region as collaborative strategies aimed at sustainable development and social inclusion. It shows that cooperatives function as spaces for community articulation, promoting educational practices integrated with local needs and strengthening the economic and social autonomy of traditional populations. It highlights that educational innovation, when associated with cooperative models, enhances contextualized learning processes, encouraging collective participation and the valorization of local knowledge. It also observes that such initiatives contribute to reducing social inequalities and promoting the sustainable use of natural resources, aligning education, work, and citizenship. The study concludes that educational cooperativism in the Amazon represents a viable alternative to foster social inclusion and sustainable development in an integrated and participatory way.

Keywords: Cooperativism; educational innovation; amazon; sustainable development; social inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica constitui um espaço de complexidade socioambiental singular, onde dinâmicas econômicas, culturais e educacionais se entrelaçam em condições de forte assimetria histórica. O cooperativismo emerge nesse cenário como prática organizativa capaz de reconfigurar relações produtivas e sociais, especialmente quando articulado a processos formativos inovadores. Ramos et al. (2022) destacam que experiências cooperativas no Amazonas têm potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais, revelando a força das articulações coletivas na transformação de realidades locais. A educação, nesse contexto, deixa de ocupar posição periférica e passa a integrar estratégias de fortalecimento comunitário, conectando saberes tradicionais e práticas contemporâneas de gestão social.

O cooperativismo pode ser compreendido como estrutura social de mediação entre necessidades coletivas e possibilidades de organização econômica solidária. Bohm e Barden (2025) analisam cooperativas como espaços de inovação e inclusão, evidenciando sua capacidade de promover rearranjos institucionais que ampliam a participação social e fortalecem vínculos comunitários. No ambiente amazônico, tais estruturas assumem relevância ampliada ao dialogar com populações historicamente marginalizadas, favorecendo a construção de alternativas de desenvolvimento baseadas na cooperação. A dimensão educativa aparece integrada a esse processo, uma vez que a aprendizagem ocorre no interior das próprias práticas coletivas de organização e trabalho.

A educação ambiental crítica adquire centralidade quando vinculada a experiências cooperativas situadas na Amazônia. Souza e Gonçalves (2020) indicam que práticas educativas desenvolvidas em cooperativas podem estimular uma compreensão mais profunda das relações entre sociedade e natureza, ultrapassando abordagens tecnicistas de sustentabilidade. Nesse cenário, o aprendizado não se restringe à transmissão de conteúdos, mas se estabelece como prática reflexiva enraizada no território. A interação entre conhecimento científico e saberes locais fortalece a construção de perspectivas mais integradas sobre o uso dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas amazônicos.

As comunidades rurais amazônicas enfrentam desafios estruturais relacionados ao acesso a políticas públicas, infraestrutura e oportunidades educacionais. Ramos et al. (2022) evidenciam que cooperativas agrícolas desempenham papel relevante na mitigação dessas limitações, ao criarem redes de apoio econômico e social que fortalecem a permanência das populações em seus territórios. A educação, quando incorporada a essas redes, amplia sua função social ao contribuir para a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente em seus contextos.

O desenvolvimento sustentável, nesse horizonte, depende de processos de organização coletiva que articulem produção, formação e participação comunitária.

O empreendedorismo social associado ao cooperativismo introduz novas perspectivas para a construção de alternativas educacionais voltadas à inclusão. Bazanini e Barroso (2021) analisam experiências com cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, demonstrando como práticas educativas podem ser integradas a iniciativas produtivas sustentáveis. Essa articulação evidencia que a aprendizagem ocorre também no fazer cotidiano, onde o trabalho coletivo se torna espaço de reflexão e transformação social. A educação assume, nesse sentido, papel estruturante na consolidação de modelos econômicos que valorizam a solidariedade e a responsabilidade socioambiental.

As cooperativas constituem ambientes propícios à inovação institucional, sobretudo quando consideradas suas dinâmicas internas de organização e tomada de decisão. Bohm e Barden (2025) ressaltam que esses espaços favorecem a experimentação de práticas inclusivas que desafiam modelos tradicionais de gestão. No contexto amazônico, essa característica adquire relevância especial, pois permite a adaptação de soluções às especificidades territoriais e culturais da região. A inovação educacional, nesse cenário, emerge como prática situada, construída a partir da interação entre sujeitos, territórios e demandas sociais concretas.

A inovação educacional na Amazônia envolve processos que ultrapassam a simples incorporação de tecnologias ou metodologias externas. Ela se materializa na criação de práticas pedagógicas que dialogam com a realidade sociocultural das comunidades locais, incorporando suas formas próprias de produção de conhecimento. Souza e Gonçalves (2020) indicam que a educação ambiental crítica em cooperativas contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na preservação dos ecossistemas. Esse movimento amplia o sentido de aprendizagem, aproximando-o de práticas de engajamento comunitário e responsabilidade coletiva.

A inclusão social aparece como eixo estruturante das experiências cooperativas e educacionais analisadas na região amazônica. Bohm e Barden (2025) apontam que cooperativas possuem potencial transformador ao promoverem participação ativa de grupos historicamente excluídos dos processos decisórios. Esse aspecto ganha maior densidade quando articulado à educação, que funciona como mediadora da ampliação de oportunidades e da construção de autonomia. A inclusão, nesse contexto, não se limita ao acesso a recursos, mas envolve a capacidade de intervenção nos processos sociais e econômicos.

A articulação entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos constitui elemento decisivo para a consolidação de práticas sustentáveis na Amazônia. Ramos et al. (2022)

evidenciam que experiências cooperativas fortalecem o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, promovendo soluções mais adequadas às realidades locais. Essa interação contribui para a construção de modelos educativos que respeitam a diversidade cultural e ambiental da região. O cooperativismo, nesse sentido, atua como ponte entre diferentes epistemologias, favorecendo a criação de práticas mais integradas e contextualizadas.

O campo de investigação sobre cooperativismo e inovação educacional na Amazônia ainda apresenta lacunas significativas, especialmente no que se refere à sistematização de estratégias colaborativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Bazanini e Barroso (2021) indicam que experiências educacionais vinculadas a práticas cooperativas podem revelar caminhos alternativos para enfrentar desigualdades estruturais. A análise dessas iniciativas permite compreender como processos formativos e organizacionais se entrelaçam na construção de sociedades mais justas. O presente estudo se insere nesse debate ao buscar compreender de que maneira tais articulações contribuem para a inclusão social e para a sustentabilidade na região amazônica.

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do cooperativismo na Amazônia revela uma trajetória marcada pela convergência entre práticas produtivas coletivas e processos formativos enraizados no território. Ramos et al. (2022) observam que a atuação de cooperativas agrícolas no Amazonas ultrapassa a dimensão econômica, alcançando impactos significativos na organização social e na sustentabilidade local. Esse movimento não se limita à gestão de recursos naturais, mas envolve a criação de dinâmicas educativas que reorganizam percepções sobre trabalho, pertencimento e responsabilidade coletiva. A formação de sujeitos sociais ocorre no interior das próprias experiências cooperativas, onde decisões partilhadas produzem aprendizagens contínuas.

A estrutura cooperativa, quando analisada sob a perspectiva da inovação institucional, evidencia sua capacidade de redefinir padrões tradicionais de participação social. Bohm e Barden (2025) destacam que cooperativas funcionam como ambientes de inovação e inclusão, nos quais a governança compartilhada amplia o acesso a oportunidades e fortalece vínculos comunitários. Na Amazônia, essa configuração adquire relevância singular, considerando a diversidade cultural e a dispersão territorial das populações. O caráter participativo dessas organizações permite que a educação se desenvolva como prática social integrada às necessidades concretas dos grupos envolvidos.

As experiências de empreendedorismo social associadas ao cooperativismo introduzem novas formas de articulação entre educação e sustentabilidade. Bazanini e Barroso (2021) analisam iniciativas vinculadas a cooperativas de reciclagem, evidenciando que o processo

educativo se materializa no cotidiano do trabalho coletivo. A aprendizagem emerge da prática, transformando resíduos em oportunidade de geração de renda e consciência ambiental. Esse tipo de organização redefine a noção de educação formal, deslocando-a para espaços de convivência produtiva e de construção de saberes aplicados.

A educação ambiental crítica, quando inserida em contextos cooperativos amazônicos, assume papel estruturante na formação de sujeitos conscientes das dinâmicas ecológicas. Souza e Gonçalves (2020) argumentam que práticas educativas em cooperativas promovem reflexões profundas sobre a relação entre sociedade e natureza. Esse processo ultrapassa a mera transmissão de informações, incorporando experiências vividas no território e práticas culturais locais. A aprendizagem se estabelece como prática dialógica, onde o conhecimento científico encontra ressonância nos saberes tradicionais das comunidades.

O desenvolvimento sustentável nas comunidades amazônicas depende da articulação entre organização produtiva e fortalecimento educacional. Ramos et al. (2022) indicam que cooperativas agrícolas desempenham função estratégica na manutenção da permanência das populações em seus territórios, ao oferecerem alternativas econômicas viáveis. Essa dinâmica contribui para a redução da vulnerabilidade social e para a ampliação da autonomia comunitária. O processo educativo, inserido nesse contexto, reforça a capacidade de gestão coletiva e a compreensão crítica das condições locais de existência.

A inovação educacional associada ao cooperativismo não se restringe à adoção de novas metodologias pedagógicas, mas envolve a ressignificação dos espaços de aprendizagem. Bohm e Barden (2025) destacam que cooperativas permitem a experimentação de práticas inclusivas que desafiam estruturas hierárquicas tradicionais. Na Amazônia, essa característica favorece a construção de modelos educacionais flexíveis, adaptados às especificidades culturais e ambientais da região. O aprendizado ocorre de maneira orgânica, mediado pela interação constante entre sujeitos e suas realidades sociais.

As práticas educativas desenvolvidas em cooperativas de reciclagem evidenciam a potência transformadora do trabalho coletivo. Bazanini e Barroso (2021) demonstram que a integração entre produção e formação gera novas possibilidades de inclusão social, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade. O processo educativo, nesse contexto, é indissociável da atividade produtiva, criando uma experiência formativa contínua. Essa interdependência entre trabalho e aprendizagem redefine os limites tradicionais da educação formal.

A sustentabilidade, quando compreendida a partir de experiências cooperativas amazônicas, adquire uma dimensão relacional que envolve práticas sociais, culturais e

econômicas. Souza e Gonçalves (2020) apontam que a educação ambiental crítica contribui para a construção de uma consciência ecológica mais ampla, enraizada no cotidiano das comunidades. Esse processo fortalece o vínculo entre população e território, promovendo uma relação mais equilibrada com os recursos naturais. A aprendizagem ambiental emerge como prática coletiva, sustentada pela vivência e pela reflexão conjunta.

As comunidades rurais da Amazônia enfrentam desafios estruturais que exigem respostas articuladas entre educação e organização social. Ramos et al. (2022) ressaltam que cooperativas desempenham papel relevante na mitigação dessas dificuldades, ao criarem redes de apoio que fortalecem a coesão comunitária. A educação, nesse contexto, atua como elemento de mediação entre necessidades imediatas e projetos de futuro. O conhecimento produzido coletivamente contribui para a elaboração de estratégias mais consistentes de desenvolvimento local.

A integração entre inovação educacional e cooperativismo evidencia um campo fértil de transformação social na Amazônia. Bohm e Barden (2025) indicam que o potencial inclusivo das cooperativas reside na capacidade de articular participação, aprendizagem e gestão compartilhada. Essa articulação produz impactos que transcendem o âmbito econômico, alcançando dimensões culturais e políticas da vida comunitária. O desenvolvimento sustentável, nesse cenário, depende da consolidação de práticas educativas que reconheçam a centralidade do território e das relações sociais na construção de alternativas coletivas.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão interpretativa dos sentidos atribuídos ao cooperativismo e à inovação educacional no contexto amazônico. Esse enfoque permite examinar fenômenos sociais complexos a partir de suas dimensões simbólicas, históricas e culturais, priorizando a profundidade analítica em detrimento da mensuração estatística. A escolha dessa perspectiva metodológica decorre da necessidade de compreender práticas educativas e organizacionais em sua complexidade, considerando interações sociais, processos formativos e dinâmicas comunitárias presentes nas cooperativas da Amazônia.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, uma vez que se orienta pela ampliação do conhecimento científico sobre o tema, sem a pretensão imediata de aplicação prática direta. O interesse central reside na construção de uma base teórica consistente capaz de sustentar futuras investigações e interpretações sobre o cooperativismo enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Esse tipo de investigação contribui para o

aprofundamento conceitual do campo, especialmente ao articular educação, sustentabilidade e organização coletiva.

No que se refere aos objetivos, o estudo assume caráter exploratório e descritivo. Exploratório por buscar maior familiaridade com a intersecção entre cooperativismo e inovação educacional na realidade amazônica, campo ainda em consolidação teórica e empírica. Descritivo ao sistematizar e apresentar as principais contribuições da literatura científica sobre práticas cooperativas, processos educativos e estratégias de desenvolvimento sustentável. Essa combinação permite mapear tendências, interpretações e lacunas presentes nas produções acadêmicas analisadas.

Os procedimentos técnicos adotados concentram-se na pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na análise de produções científicas já publicadas. Esse tipo de abordagem possibilita a reunião de conhecimentos consolidados em artigos, livros e dissertações, permitindo compreender o estado da arte sobre o tema investigado. A pesquisa bibliográfica desempenha papel central na construção do referencial teórico, ao possibilitar o diálogo crítico com autores que analisam cooperativismo e inovação educacional na Amazônia, como Bazanini e Barroso (2021), que discutem o empreendedorismo social vinculado a práticas educativas sustentáveis.

A pesquisa documental complementa o percurso metodológico ao incorporar materiais acessados em bases como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO e Google Acadêmico, priorizando publicações com rigor científico e relevância temática. Essa etapa garante maior abrangência ao corpus analisado, permitindo a inclusão de diferentes perspectivas sobre cooperativismo, educação ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Nesse contexto, estudos como o de Ramos et al. (2022) contribuem para compreender o papel das cooperativas no fortalecimento do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas.

O processo de seleção do material seguiu uma triagem inicial voltada à identificação de estudos alinhados aos objetivos da pesquisa. Após essa etapa, os textos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, com foco na identificação de conceitos recorrentes, categorias emergentes e contribuições teóricas relevantes. Essa etapa dialoga com Bohm e Barden (2025), que analisam cooperativas como espaços de inovação e inclusão, permitindo compreender tais organizações como ambientes de transformação social e educacional.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, estratégia que permitiu agrupar informações semelhantes e estabelecer relações entre diferentes produções científicas. Esse procedimento favoreceu o cruzamento de ideias, evidenciando aproximações e

distanciamentos entre autores que investigam cooperativismo, educação e sustentabilidade na Amazônia. Souza e Gonçalves (2020) contribuem para essa discussão ao evidenciarem a relevância da educação ambiental crítica em cooperativas amazônicas como prática formativa integrada ao território.

A sistematização das informações exigiu um olhar interpretativo atento às particularidades de cada produção científica, bem como às suas contribuições para o campo investigado. O confronto entre diferentes abordagens teóricas possibilitou a identificação de padrões analíticos e tensões conceituais presentes na literatura. A leitura das contribuições de Bazanini e Barroso (2021) reforça a compreensão de que práticas educativas vinculadas ao cooperativismo ampliam possibilidades de inclusão social por meio do trabalho coletivo.

A construção da narrativa metodológica fundamentou-se na articulação entre rigor analítico e sensibilidade interpretativa, buscando compreender o cooperativismo amazônico como fenômeno multidimensional. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, não se limita à compilação de dados, mas se configura como exercício crítico de leitura e interpretação das produções científicas. As contribuições de Bohm e Barden (2025) reforçam a ideia de que cooperativas operam como espaços de inovação institucional, nos quais educação e participação social se entrelaçam.

A metodologia adotada possibilita compreender o cooperativismo e a inovação educacional na Amazônia como campos interligados, cuja análise exige abordagem reflexiva e sistemática. A combinação entre pesquisa bibliográfica e documental oferece suporte consistente para a construção teórica do estudo, permitindo interpretar as práticas cooperativas como estratégias de transformação social. Nesse sentido, os trabalhos de Ramos et al. (2022) e Souza e Gonçalves (2020) consolidam a base empírica e teórica que sustenta a discussão sobre desenvolvimento sustentável e inclusão social na região amazônica.

4. HISTÓRIA EDUCACIONAL FICTICIA: A JORNADA DA COOPERATIVA JUMA

A Cooperativa Juma nasceu em uma região amazônica marcada por distâncias longas entre comunidades, acesso limitado a infraestrutura e forte dependência dos recursos da floresta. No início, suas atividades estavam centradas na extração e comercialização de produtos locais de forma pouco organizada, o que resultava em baixa renda e desperdício de matéria-prima. A realidade começou a mudar quando um grupo de moradores decidiu reorganizar o trabalho coletivo, buscando apoio técnico para transformar o modo como produziam e comercializavam.

O ponto de virada ocorreu com a chegada de consultores vinculados a uma universidade regional, que passaram a atuar junto à cooperativa em um projeto de inovação socioambiental. A

proposta consistia na implantação de um sistema de processamento de óleos vegetais movido a energia solar, aproveitando recursos naturais abundantes na região. Mais do que introduzir uma tecnologia, a iniciativa buscava construir autonomia produtiva, reduzindo custos energéticos e ampliando a capacidade de beneficiamento dos produtos da floresta.

Durante o processo de implementação, os membros da cooperativa perceberam que a inovação técnica só teria impacto real se estivesse acompanhada de formação humana e organizacional. Surgiram então oficinas de educação cooperativista, nas quais as famílias passaram a compreender melhor os princípios da gestão coletiva, da tomada de decisão compartilhada e da responsabilidade mútua. Esse aprendizado modificou a forma como o grupo lidava com conflitos internos, fortalecendo o diálogo e a confiança entre os participantes.

Paralelamente, foi desenvolvido um programa de educação financeira comunitária. Muitas famílias nunca haviam tido contato com planejamento econômico estruturado, o que dificultava a organização da renda ao longo do ano. Com o acompanhamento dos educadores, passaram a registrar receitas, planejar investimentos e compreender o ciclo produtivo dos óleos vegetais e dos frutos amazônicos. Esse processo ampliou a consciência sobre o valor agregado dos produtos e a importância da comercialização organizada.

A instalação do sistema de processamento solar representou uma transformação concreta no cotidiano da cooperativa. O óleo vegetal, antes produzido em pequena escala e com limitações técnicas, passou a ser beneficiado com maior eficiência e qualidade. A energia solar reduziu a dependência de combustíveis externos, alinhando a produção aos princípios de sustentabilidade ambiental. A tecnologia, nesse contexto, deixou de ser um elemento externo e passou a integrar a dinâmica comunitária.

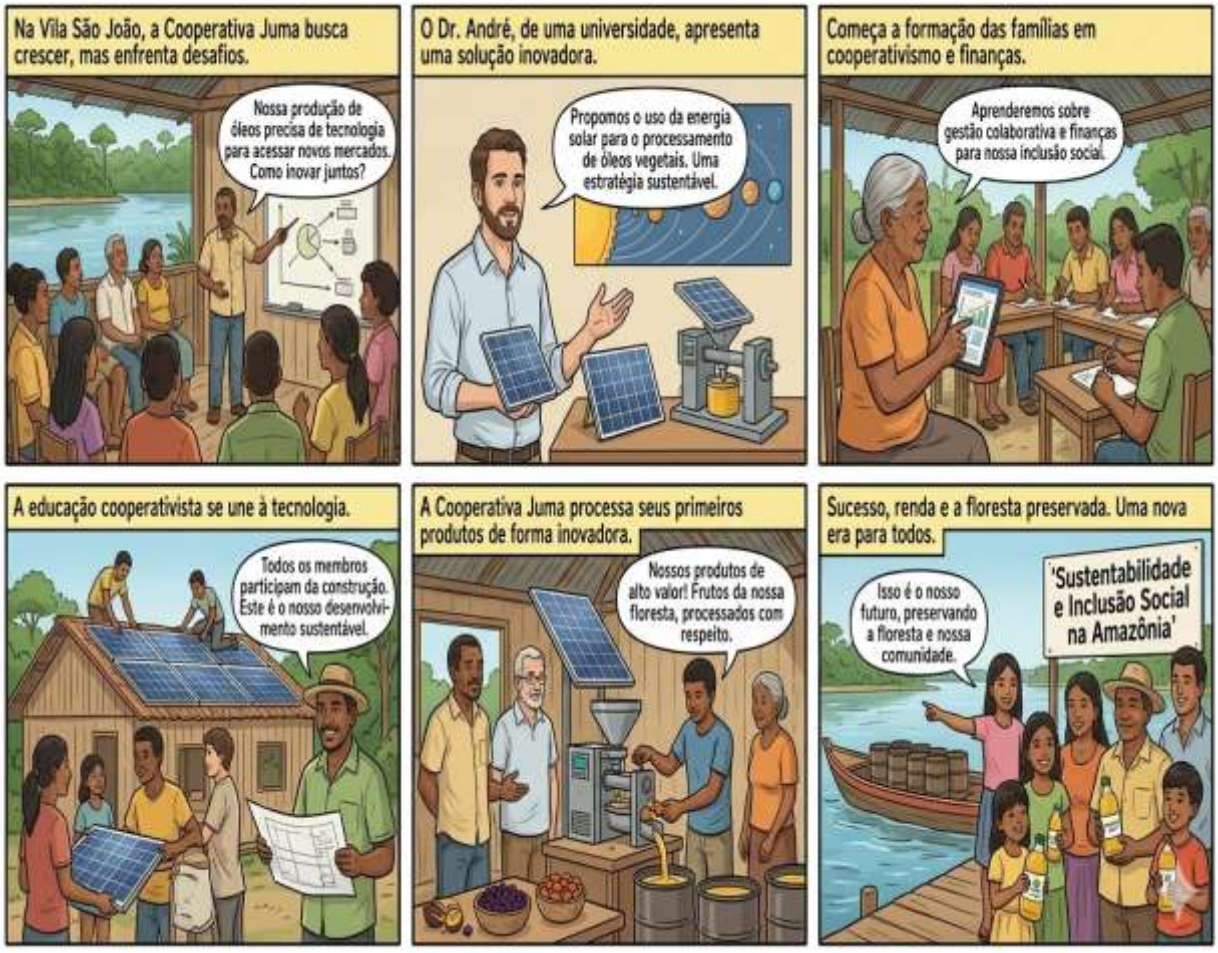
Com o fortalecimento da organização interna e a melhoria da produção, a Cooperativa Juma começou a acessar novos mercados. Produtos como açaí e tucumã, antes vendidos apenas em feiras locais, passaram a ser comercializados de forma mais estruturada, alcançando compradores de outras regiões. Esse movimento ampliou a renda das famílias e trouxe novas perspectivas econômicas, sem romper com a relação tradicional de cuidado com a floresta.

O impacto mais profundo, no entanto, ocorreu na forma como a comunidade passou a se perceber. A experiência coletiva mostrou que a cooperação não era apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um caminho de construção de autonomia. As decisões passaram a ser tomadas com maior participação, e os jovens começaram a se envolver mais ativamente nas atividades da cooperativa, enxergando ali possibilidades de futuro.

Ao longo do tempo, a Juma se consolidou como um espaço de aprendizagem contínua. A convivência entre tecnologia, educação e saberes tradicionais criou um ambiente em que

inovação não significava ruptura, mas integração. O conhecimento científico trazido pela universidade se entrelaçou com o conhecimento vivido pelas famílias, formando uma base híbrida de desenvolvimento.

A trajetória da cooperativa demonstrou que o fortalecimento comunitário não depende apenas de recursos materiais, mas da capacidade de construir relações solidárias e processos educativos consistentes. A energia solar que alimenta o sistema de produção simboliza também a energia social gerada pela cooperação, que impulsiona mudanças duradouras.


Na Vila São João, a Cooperativa Juma busca crescer, mas enfrenta desafios.
Nossa produção de óleos precisa de tecnologia para acessar novos mercados. Como inovar juntos?
O Dr. André, de uma universidade, apresenta uma solução inovadora.
Propomos o uso da energia solar para o processamento de óleos vegetais. Uma estratégia sustentável.
Começa a formação das famílias em cooperativismo e finanças.
Aprenderemos sobre gestão colaborativa e finanças para nossa inclusão social.
A educação cooperativista se une à tecnologia.
Todos os membros participam da construção. Este é o nosso desenvolvimento sustentável.
A Cooperativa Juma processa seus primeiros produtos de forma inovadora.
Nossos produtos de alto valor! Frutos da nossa floresta, processados com respeito.
Sucesso, renda e a floresta preservada. Uma nova era para todos.
Isso é o nosso futuro, preservando a floresta e nossa comunidade.
'Sustentabilidade e Inclusão Social na Amazônia'

Fonte: Carvalho e Carvalho – IA, 2026.

A história da Cooperativa Juma revela, por fim, que o desenvolvimento sustentável na Amazônia se consolida quando tecnologia, educação e organização social deixam de atuar como dimensões isoladas e passam a funcionar como partes interdependentes de um mesmo projeto coletivo. A tecnologia não se restringe a máquinas ou sistemas produtivos, mas se torna um instrumento de reorganização das relações de trabalho e de fortalecimento da autonomia comunitária. A educação, por sua vez, ultrapassa o espaço formal e se incorpora ao cotidiano das práticas cooperativas, orientando decisões, qualificando a gestão e ampliando a compreensão sobre os impactos ambientais e econômicos das escolhas produtivas. A organização social

sustenta esse movimento ao estruturar vínculos de confiança, incentivar a participação democrática e permitir que diferentes gerações compartilhem responsabilidades. Esse entrelaçamento produz uma lógica de desenvolvimento que não se apoia apenas em indicadores financeiros, mas em transformações profundas nas formas de convivência, na valorização dos saberes locais e na capacidade de a comunidade definir seus próprios rumos diante das pressões externas.

O resultado desse processo não se limita ao crescimento econômico, mas se manifesta de maneira mais ampla na recomposição das relações entre pessoas, território e natureza. A ampliação da renda das famílias ocorre de forma acompanhada pela diversificação produtiva e pela qualificação dos processos de comercialização, o que reduz a vulnerabilidade histórica associada à dependência de intermediários e mercados instáveis. Ao mesmo tempo, a preservação da floresta deixa de ser apenas um discurso e passa a integrar a lógica de sobrevivência e prosperidade da própria comunidade, que reconhece no equilíbrio ambiental a base de sua continuidade.

A valorização das pessoas que vivem da floresta se expressa no fortalecimento da autoestima coletiva, no reconhecimento do conhecimento tradicional como parte essencial da produção e na abertura de oportunidades para jovens e adultos que antes viam poucas alternativas de permanência em seu território. A Cooperativa Juma não apenas produz bens, mas também produz sentido social, reconstruindo a ideia de desenvolvimento como um processo enraizado na vida concreta da Amazônia e orientado pela capacidade de manter a floresta em pé enquanto se garante dignidade às populações que dela dependem.

5. COOPERATIVISMO COMO ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA

O cooperativismo na Amazônia configura-se como um arranjo organizacional que reorganiza relações sociais historicamente marcadas por assimetrias econômicas e dependência de intermediários externos. Bohm e Barden (2025) destacam que cooperativas funcionam como espaços de inovação institucional capazes de redefinir padrões de participação e gestão coletiva. Nesse cenário, a lógica cooperativa ultrapassa a dimensão produtiva e alcança a reorganização das formas de convivência comunitária, criando mecanismos de decisão compartilhada que ampliam a autonomia local.

A gestão democrática constitui elemento estruturante das cooperativas amazônicas, permitindo que os sujeitos envolvidos participem ativamente dos processos decisórios. Ramos et al. (2022) evidenciam que, em comunidades rurais da Amazônia, a governança cooperativa

fortalece a coesão social e amplia a capacidade de enfrentamento de desafios estruturais. Esse modelo rompe com hierarquias rígidas e promove práticas horizontais de organização, nas quais a corresponsabilidade se torna eixo central da dinâmica institucional.

A dimensão solidária do cooperativismo ultrapassa a esfera econômica e se manifesta como rede de apoio social entre os membros da comunidade. Souza e Gonçalves (2020) ressaltam que experiências cooperativas vinculadas à educação ambiental crítica fortalecem vínculos entre sociedade e território. Esse processo favorece a construção de relações baseadas na cooperação contínua, nas quais o compartilhamento de recursos e conhecimentos contribui para a sustentabilidade das práticas coletivas.

A permanência das populações em seus territórios está diretamente associada à capacidade das cooperativas de gerar condições econômicas mais estáveis. Ramos et al. (2022) apontam que a organização cooperativa reduz vulnerabilidades sociais e limita processos de migração forçada. Ao criar alternativas produtivas sustentáveis, essas organizações fortalecem o enraizamento comunitário e ampliam a segurança socioeconômica das famílias amazônicas.

A identidade territorial também é fortalecida pela atuação cooperativa, que valoriza saberes tradicionais e práticas culturais locais. Bohm e Barden (2025) indicam que cooperativas possuem potencial inclusivo ao integrar diferentes formas de conhecimento. Na Amazônia, essa integração promove o reconhecimento das comunidades como agentes ativos do desenvolvimento, reforçando vínculos culturais e ampliando a legitimidade dos modos de vida locais.

6. INOVAÇÃO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES LOCAIS

A inovação educacional na Amazônia emerge como prática que transcende o modelo tradicional de ensino formal, incorporando saberes locais e experiências comunitárias. Bazanini e Barroso (2021) destacam que processos educativos vinculados a práticas cooperativas ampliam a formação crítica e fortalecem o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a educação passa a ser compreendida como prática social enraizada no cotidiano produtivo das comunidades.

As cooperativas constituem espaços privilegiados de aprendizagem contínua, nos quais o conhecimento técnico se articula com experiências vividas. Souza e Gonçalves (2020) evidenciam que práticas de educação ambiental crítica promovem reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza. Essa integração favorece uma aprendizagem contextualizada, em que os sujeitos constroem conhecimento a partir de sua realidade socioterritorial.

A educação cooperativista desempenha papel fundamental na formação de sujeitos capazes de atuar coletivamente na gestão de seus próprios recursos. Bohm e Barden (2025) ressaltam que cooperativas funcionam como ambientes de inovação social e inclusão, onde processos formativos ocorrem de maneira colaborativa. Esse modelo educacional fortalece a autonomia dos indivíduos e amplia sua capacidade de participação nas decisões comunitárias.

A educação financeira, quando integrada ao contexto cooperativo, contribui para a organização econômica das famílias amazônicas. Ramos et al. (2022) indicam que a formação voltada à gestão coletiva de recursos fortalece a sustentabilidade das iniciativas produtivas. Esse processo permite maior compreensão dos ciclos econômicos locais e melhora a capacidade de planejamento das atividades comunitárias.

A valorização dos saberes tradicionais constitui elemento central da inovação educacional na Amazônia. Bazanini e Barroso (2021) afirmam que práticas educativas contextualizadas ampliam a relevância social do conhecimento produzido. Nesse sentido, a articulação entre saber científico e saber local fortalece identidades culturais e promove uma educação mais inclusiva e territorializada.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL COMO RESULTADOS DAS PRÁTICAS COOPERATIVAS INTEGRADAS

O desenvolvimento sustentável na Amazônia resulta da articulação entre organização social, educação e uso responsável dos recursos naturais. Ramos et al. (2022) destacam que cooperativas desempenham papel estratégico na promoção de práticas produtivas sustentáveis em comunidades rurais. Esse modelo integra dimensões econômicas, sociais e ambientais, criando alternativas de desenvolvimento mais equilibradas.

As práticas cooperativas contribuem para a geração de renda a partir da valorização de produtos da floresta, fortalecendo economias locais. Bohm e Barden (2025) apontam que cooperativas possuem potencial transformador ao promover inclusão econômica e social. Esse processo reduz desigualdades históricas e amplia o acesso a oportunidades produtivas em regiões vulneráveis.

A preservação ambiental emerge como resultado direto da reorganização das práticas produtivas comunitárias. Souza e Gonçalves (2020) indicam que a educação ambiental crítica contribui para a construção de uma consciência ecológica mais consistente. Esse movimento fortalece a relação entre comunidades e floresta, promovendo práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

A inclusão social, nesse contexto, ultrapassa a dimensão do acesso econômico e envolve participação ativa nos processos decisórios. Bazanini e Barroso (2021) evidenciam que iniciativas cooperativas ampliam a autonomia dos sujeitos e fortalecem sua inserção social. Esse processo promove maior equidade e reduz formas de exclusão historicamente presentes na região amazônica.

A integração entre sustentabilidade e inclusão social redefine o conceito de desenvolvimento na Amazônia. Ramos et al. (2022) ressaltam que o fortalecimento de redes cooperativas contribui para modelos mais justos e resilientes de organização territorial. Esse processo evidencia que o desenvolvimento sustentável depende da articulação entre práticas produtivas, educação e fortalecimento comunitário.

CONCLUSÃO

A análise do cooperativismo articulado à inovação educacional na Amazônia evidencia um campo de práticas sociais que ultrapassa a lógica convencional do desenvolvimento econômico. As experiências examinadas revelam que a organização coletiva, quando associada a processos formativos contextualizados, produz rearranjos significativos nas estruturas comunitárias. Nesse cenário, a educação deixa de ocupar posição acessória e passa a integrar o núcleo das estratégias de transformação social, influenciando diretamente a forma como as comunidades se organizam e projetam seu futuro.

O percurso investigativo também demonstra que o cooperativismo na região amazônica não pode ser compreendido apenas como mecanismo de geração de renda, mas como prática estruturante de vínculos sociais e de fortalecimento identitário. As iniciativas cooperativas em comunidades rurais contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável, ao promoverem organização produtiva alinhada às necessidades locais. Essa articulação entre produção e pertencimento territorial revela uma forma de desenvolvimento que se ancora na realidade concreta das populações amazônicas, valorizando sua permanência e sua autonomia.

A dimensão educacional assume papel decisivo nesse processo, especialmente quando orientada por perspectivas críticas e contextualizadas. Práticas de educação ambiental em cooperativas fortalecem a compreensão sobre as relações entre sociedade e natureza, promovendo maior consciência ecológica. Esse movimento formativo amplia a capacidade de interpretação dos sujeitos sobre seu próprio contexto, favorecendo práticas mais responsáveis e sustentáveis. A educação, nesse sentido, opera como instrumento de mediação entre conhecimento científico e saberes tradicionais.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da discussão refere-se à capacidade das cooperativas de promover inclusão social de forma estruturada e contínua. Experiências vinculadas ao empreendedorismo social em contextos cooperativos ampliam oportunidades de participação econômica e educacional. Essa inclusão não se restringe ao acesso a recursos materiais, mas envolve a construção de condições para que os sujeitos possam atuar de maneira ativa nos processos decisórios e produtivos de suas comunidades. Trata-se de uma inclusão que se expressa na ampliação da autonomia coletiva.

O conjunto das evidências analisadas indica que o desenvolvimento sustentável na Amazônia depende da integração entre diferentes dimensões da vida social, especialmente educação, economia e organização comunitária. A inovação institucional presente nas cooperativas possibilita a criação de modelos mais flexíveis e adaptados às realidades locais. Essa integração permite que práticas produtivas sejam orientadas por princípios de responsabilidade socioambiental, reduzindo impactos negativos e fortalecendo o uso consciente dos recursos naturais.

Observa-se que o cooperativismo associado à inovação educacional configura uma alternativa consistente para a construção de modelos de desenvolvimento mais equitativos na Amazônia. A articulação entre formação, participação coletiva e sustentabilidade gera impactos duradouros nas comunidades. O fortalecimento das redes cooperativas e dos processos educativos integrados constitui um caminho relevante para a promoção da inclusão social e da preservação ambiental na região amazônica.

REFERENCIAS

BAZANINI, Roberto; BARROSO, José Ricardo Gonzalez. **Empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável: construção de alternativas educacionais junto às cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos.** *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, v. 9, n. 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.32888/cge.v9i2.51415.

BOHM, Sandra Inês Horn; BARDEN, Júlia. **Cooperativas como espaços de inovação e inclusão: estrutura, funcionamento e potencial transformador.** *Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 3, 2025. DOI: https://doi.org/10.30681/rbegdr.v7i3.14522.

RAMOS, Johnny Markos Guedes et al**. Cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola no Amazonas.** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30479.

SOUZA, José de Moraes; GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. **Sustentabilidade e educação ambiental crítica em uma cooperativa na Amazônia.** *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.18542/nra.v8i2.9380.

CAPÍTULO 10

Entre a inovação e a proteção: Inteligência Artificial, cibersegurança, ECA Digital e a construção do marco legal da IA na interface entre tecnologia e Direito.

Between Innovation and Protection: Artificial Intelligence, Cybersecurity, the Digital Child and Adolescent Statute (ECA Digital), and the Construction of the Legal Framework for AI at the Interface between Technology and Law.

Gabriel Nascimento de Carvalho

RESUMO

O estudo analisa as intersecções entre inteligência artificial, cibersegurança e proteção de dados no processo de construção do marco legal da IA no Brasil, diante dos desafios da transformação digital contemporânea. Discute-se o equilíbrio entre inovação tecnológica e a proteção de direitos fundamentais, com ênfase na privacidade, segurança da informação e proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, conforme o ECA Digital. Evidencia-se que tecnologias inteligentes exigem respostas jurídicas para riscos como uso indevido de dados, opacidade algorítmica e vulnerabilidades cibernéticas. O Direito é apresentado como mediador entre inovação e proteção social, promovendo responsabilidade ética. Conclui-se que o marco regulatório da inteligência artificial depende de abordagem interdisciplinar e políticas públicas voltadas à segurança digital e inclusão informacional.

Palavras-chave: Inteligência artificial; cibersegurança; direito digital; eca digital; marco regulatório.

ABSTRACT

The study analyzes the intersections between artificial intelligence, cybersecurity, and data protection in the process of building the legal framework for AI in Brazil, considering the challenges of contemporary digital transformation. It discusses the need to balance technological innovation with the safeguarding of fundamental rights, emphasizing privacy, information security, and the protection of children and adolescents in the digital environment, in accordance with ECA Digital guidelines. It highlights that the advancement of intelligent technologies requires legal responses capable of addressing emerging risks such as data misuse, algorithmic opacity, and cybersecurity vulnerabilities. It argues that Law plays a central role in mediating technological progress and social protection, promoting ethical responsibility. It concludes that the consolidation of an artificial intelligence regulatory framework depends on an interdisciplinary approach and public policies focused on digital security and information inclusion.

Keywords: Artificial intelligence; cybersecurity; digital law; digital child protection; regulatory framework.

1. INTRODUÇÃO

A emergência da inteligência artificial como eixo estruturante das transformações contemporâneas redefine profundamente as bases jurídicas que sustentam a vida social digitalizada. A incorporação de sistemas algorítmicos em processos educacionais, administrativos e judiciais amplia a complexidade das relações entre tecnologia e direitos fundamentais, exigindo novas formas de interpretação normativa (Carvalho; Ischkanian, 2022). Nesse cenário, a dignidade humana permanece como fundamento incontornável das discussões sobre inovação, situando os direitos humanos como prerrogativas essenciais à existência social.

A expansão das plataformas digitais orientadas por inteligência artificial introduz dinâmicas inéditas na produção e circulação de dados em ambientes educacionais e institucionais. O uso de sistemas inteligentes para personalização do ensino e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem evidencia potencial transformador dessas tecnologias (Ischkanian et al., 2024a), ao mesmo tempo em que revela fragilidades relacionadas à privacidade e à governança informacional. A educação contemporânea passa a se estruturar em redes tecnológicas que redefinem práticas pedagógicas e relações de aprendizagem.

A cibersegurança assume papel estratégico na proteção de sistemas digitais cada vez mais complexos e interdependentes. A vulnerabilidade de dados pessoais em plataformas educacionais e jurídicas intensifica a necessidade de mecanismos normativos capazes de prevenir riscos e garantir integridade informacional (Ischkanian et al., 2024b). A Lei Geral de Proteção de Dados emerge como marco relevante na consolidação de parâmetros éticos para o uso de tecnologias digitais, exigindo leitura interdisciplinar que ultrapassa o campo técnico.

O ECA Digital projeta-se como extensão contemporânea da proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente virtual, considerando impactos cognitivos e emocionais das interações mediadas por tecnologia. O direito ao brincar e o desenvolvimento infantil ganham centralidade diante da exposição precoce a dispositivos digitais (Carvalho; Ischkanian, 2026). A regulação desse cenário exige equilíbrio entre acesso à informação, proteção de dados e prevenção de riscos associados ao ambiente digital.

As tecnologias educacionais baseadas em inteligência artificial ampliam possibilidades de personalização da aprendizagem e inclusão, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Sistemas adaptativos, realidade aumentada e ferramentas digitais reconfiguram o acesso ao conhecimento (Ischkanian et al., 2024c). A formação para o futuro digital exige competências técnicas articuladas à consciência ética sobre o uso de dados e sistemas automatizados.

O uso da inteligência artificial no campo jurídico redefine práticas tradicionais do Direito, especialmente na análise de jurisprudência e automação de processos. A incorporação de

sistemas algorítmicos amplia a eficiência institucional, mas levanta questionamentos sobre transparência, responsabilidade e controle decisório (Ischkanian et al., 2024d). O desafio central consiste na construção de um marco regulatório capaz de equilibrar inovação tecnológica e proteção de direitos fundamentais.

2.DESENVOLVIMENTO

A consolidação da inteligência artificial como infraestrutura decisória contemporânea reposiciona o Direito diante de desafios que ultrapassam a simples regulação técnica e alcançam a esfera dos direitos fundamentais. A transformação digital intensifica a interdependência entre sistemas algorítmicos e práticas sociais, exigindo que o campo jurídico ressignifique suas categorias tradicionais para lidar com ambientes computacionais dinâmicos e não totalmente transparentes. A dignidade humana permanece como eixo normativo central, sustentando a necessidade de limites éticos à automação de decisões que impactam diretamente a vida social (Carvalho; Ischkanian, 2022). Nesse contexto, a arquitetura regulatória da inteligência artificial deixa de ser periférica e passa a ocupar posição estruturante na governança contemporânea.

A expansão dos sistemas inteligentes na esfera educacional revela uma transformação profunda nos modos de produção do conhecimento, com plataformas adaptativas redefinindo processos de aprendizagem e avaliação. O uso de inteligência artificial para personalização pedagógica evidencia potencial inclusivo relevante, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, mas também expõe assimetrias de acesso e dependência tecnológica (Ischkanian et al., 2024a). A mediação algorítmica da aprendizagem desloca o papel do educador para uma posição híbrida entre curadoria pedagógica e interpretação de dados educacionais. Esse deslocamento exige reflexão crítica sobre os limites entre eficiência tecnológica e autonomia intelectual dos sujeitos envolvidos.

A cibersegurança emerge como dimensão incontornável na consolidação de ecossistemas digitais seguros, sobretudo diante da crescente circulação de dados sensíveis em redes educacionais, jurídicas e administrativas. A vulnerabilidade de sistemas interconectados amplia riscos de violação informacional e exige respostas normativas capazes de antecipar danos potenciais em vez de apenas repará-los (Ischkanian et al., 2024b). A proteção de dados pessoais ganha centralidade estratégica, articulando-se com dispositivos legais que buscam assegurar controle sobre fluxos informacionais. Nesse cenário, o Direito assume papel de mediador entre inovação tecnológica e estabilidade institucional.

A presença da inteligência artificial em decisões jurídicas introduz novas formas de racionalidade no interior do sistema de justiça, deslocando práticas interpretativas tradicionais para ambientes de análise automatizada de dados. A utilização de algoritmos para interpretação

de jurisprudência e apoio decisório amplia a eficiência operacional, mas suscita tensões relacionadas à transparência e à accountability dos sistemas computacionais (Ischkanian et al., 2024c). A opacidade algorítmica desafia princípios clássicos do Direito, como motivação das decisões e controle público dos atos estatais. Esse cenário evidencia a necessidade de construção de parâmetros normativos específicos para tecnologias decisórias.

O debate sobre o ECA Digital projeta novas exigências para a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente virtual, especialmente diante da intensificação da coleta de dados e da exposição contínua a plataformas digitais. O direito ao desenvolvimento saudável assume centralidade ao considerar os impactos cognitivos e emocionais da interação precoce com sistemas tecnológicos (Carvalho; Ischkanian, 2026). A infância digitalizada impõe ao Estado e à sociedade o desafio de equilibrar acesso à tecnologia e proteção contra riscos associados à superexposição informacional. O campo jurídico passa a incorporar dimensões neurodesenvolvimentais como parâmetro interpretativo relevante.

As tecnologias educacionais baseadas em inteligência artificial, realidade aumentada e ambientes imersivos ampliam possibilidades de inclusão e ressignificação do processo pedagógico, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A integração entre recursos digitais e práticas educacionais favorece a construção de trajetórias formativas mais flexíveis e personalizadas, embora dependa de infraestrutura adequada e políticas públicas consistentes (Ischkanian et al., 2024d). A educação mediada por tecnologia redefine não apenas o acesso ao conhecimento, mas também as formas de interação social no ambiente escolar. Esse processo reconfigura o papel das instituições educacionais como espaços de mediação tecnológica e social.

A incorporação de tecnologias digitais em larga escala também produz efeitos significativos na formação profissional contemporânea, exigindo competências que articulam saber técnico, sensibilidade ética e capacidade analítica diante de sistemas automatizados. A educação voltada para o futuro digital precisa considerar a imprevisibilidade dos mercados de trabalho impactados pela automação e pela inteligência artificial (Ischkanian et al., 2024e). A construção de trajetórias profissionais passa a depender da capacidade de adaptação contínua a ambientes tecnológicos em constante mutação. O Direito, nesse cenário, também se reconfigura como campo atravessado por tecnologias inteligentes.

A proteção de dados no ambiente educacional torna-se elemento estruturante da governança digital, especialmente diante da ampliação do uso de aplicativos e plataformas que coletam informações sensíveis de estudantes. A LGPD estabelece parâmetros fundamentais para o tratamento de dados pessoais, impondo responsabilidades a instituições públicas e privadas

(Ischkanian et al., 2024f). A consolidação de uma cultura de proteção informacional exige não apenas conformidade normativa, mas também educação digital crítica voltada à compreensão dos riscos associados ao uso de tecnologias. Esse movimento articula Direito, educação e tecnologia em uma mesma estrutura analítica.

A interface entre inteligência artificial e inclusão social evidencia potencial transformador significativo, sobretudo quando aplicada a contextos educacionais e assistivos. Ferramentas digitais voltadas ao diagnóstico de dificuldades de aprendizagem permitem intervenções pedagógicas mais precisas e contextualizadas, ampliando possibilidades de equidade educacional (Ischkanian et al., 2024g). A utilização de tecnologias assistivas também contribui para a ampliação do acesso de estudantes com deficiência, promovendo participação mais ativa nos processos de aprendizagem. Esse cenário reforça a centralidade do princípio da inclusão como diretriz normativa.

A análise jurídica da inteligência artificial no campo das decisões automatizadas evidencia a necessidade de delimitar fronteiras claras entre apoio tecnológico e substituição da atividade interpretativa humana. A automação de processos jurídicos exige mecanismos de controle que garantam legitimidade, transparência e responsabilidade institucional (Ischkanian et al., 2024h). O desafio regulatório reside na construção de um marco legal capaz de acomodar inovação sem comprometer garantias fundamentais do Estado democrático de Direito. Essa tensão estrutura o debate contemporâneo sobre governança algorítmica.

A consolidação de um marco legal da inteligência artificial depende de articulação interdisciplinar que envolva Direito, tecnologia, educação e políticas públicas de proteção social. A governança digital contemporânea exige modelos regulatórios flexíveis, capazes de responder à velocidade das transformações tecnológicas sem abdicar de princípios fundamentais (Rocha et al., 2024). A construção desse arcabouço normativo demanda compreensão profunda das implicações sociais dos sistemas inteligentes, especialmente no que se refere à privacidade, à segurança e à inclusão. O equilíbrio entre inovação e proteção emerge como eixo estruturante desse processo regulatório em desenvolvimento.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação sobre inteligência artificial, cibersegurança, ECA Digital e a construção do marco legal da IA no campo jurídico estrutura-se em abordagem qualitativa, pois privilegia a interpretação dos sentidos atribuídos às produções científicas e normativas que atravessam o fenômeno tecnológico contemporâneo. A escolha metodológica se ancora na compreensão de que o objeto analisado não se reduz a variáveis mensuráveis, exigindo leitura aprofundada das interações entre tecnologia, Direito e sociedade (Ischkanian et al., 2024). A natureza da pesquisa

é básica, voltada à ampliação do conhecimento teórico sobre as dinâmicas regulatórias da inteligência artificial, sem pretensão imediata de aplicação prática, mas com potencial de subsidiar futuras intervenções institucionais.

No que se refere aos objetivos, o estudo assume caráter exploratório e descritivo, buscando mapear a produção científica existente e delinear os principais debates que envolvem a governança da inteligência artificial. A investigação se dedica a identificar padrões argumentativos, tensões conceituais e aproximações teóricas entre cibersegurança, proteção de dados e direitos fundamentais (Carvalho; Ischkanian, 2022). A descrição detalhada desses elementos permite compreender como diferentes campos do saber articulam respostas às transformações digitais, especialmente no contexto da regulação jurídica emergente.

Os procedimentos técnicos adotados concentram-se na pesquisa bibliográfica e documental, fundamentados na análise de obras científicas, legislações, artigos e relatórios técnicos disponíveis em bases como SciELO, CAPES, Scopus e Google Acadêmico. A seleção do material ocorreu com base em critérios de atualidade, relevância temática e rigor metodológico, garantindo consistência ao corpus analisado. A leitura crítica das fontes possibilitou a identificação de convergências teóricas relacionadas ao impacto da inteligência artificial na educação, no Direito e na proteção de dados (Rocha et al., 2024).

O processo de tratamento dos dados ocorreu por meio de leitura analítica e categorização temática, permitindo organizar os conteúdos em eixos interpretativos relacionados à inovação tecnológica, segurança digital e proteção de direitos fundamentais. Essa etapa metodológica favoreceu o cruzamento de perspectivas distintas, evidenciando tanto convergências quanto tensões entre autores e áreas do conhecimento (Ischkanian et al., 2024). A sistematização das informações possibilitou construir uma leitura integrada das transformações jurídicas provocadas pela expansão da inteligência artificial.

A análise interpretativa adotada neste estudo exige postura crítica e reflexiva diante das produções examinadas, evitando reproduções descritivas e privilegiando a construção de inferências teóricas consistentes. O movimento analítico articula comparações entre diferentes referenciais, permitindo compreender como o Direito responde às pressões tecnológicas contemporâneas sem perder de vista a centralidade da dignidade humana e da proteção de direitos fundamentais (Santos et al., 2024). Essa abordagem reforça a importância de uma metodologia capaz de dialogar com a complexidade dos fenômenos digitais e suas implicações sociais, jurídicas e éticas.

4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A RECONFIGURAÇÃO DAS BASES DECISÓRIAS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO

A incorporação da inteligência artificial aos sistemas jurídicos redefine padrões tradicionais de interpretação normativa e produção decisória, deslocando o eixo da racionalidade jurídica para ambientes mediados por algoritmos. Esse movimento intensifica a complexidade das práticas institucionais, uma vez que a lógica computacional introduz formas de processamento de dados que nem sempre se alinham aos princípios clássicos da fundamentação jurídica (Ischkanian et al., 2024). A automação de análises jurisprudenciais e a utilização de sistemas preditivos ampliam a eficiência operacional, ao mesmo tempo em que tensionam conceitos como motivação das decisões e controle democrático dos atos estatais. Nesse cenário, a inteligência artificial não atua apenas como ferramenta auxiliar, mas como elemento estruturante de novas racionalidades jurídicas em formação.

A presença crescente de sistemas inteligentes no campo jurídico também provoca deslocamentos epistemológicos relevantes, especialmente no que se refere à interpretação do Direito como prática humana e argumentativa. A mediação algorítmica introduz padrões estatísticos na leitura de precedentes, criando novas formas de previsibilidade que impactam diretamente a construção argumentativa dos operadores jurídicos (Carvalho; Ischkanian, 2022). Tal transformação exige reflexão crítica sobre os limites da substituição parcial da atividade interpretativa humana por sistemas automatizados, considerando os riscos de opacidade decisória. O desafio central reside na preservação da legitimidade jurídica em um ambiente cada vez mais orientado por dados.

5. CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS COMO EIXO ESTRUTURANTE DA GOVERNANÇA DIGITAL

A expansão das infraestruturas digitais intensifica a centralidade da cibersegurança como elemento indispensável à estabilidade dos sistemas sociais contemporâneos. A circulação massiva de dados pessoais em plataformas educacionais, jurídicas e administrativas amplia a exposição a riscos cibernéticos, exigindo mecanismos sofisticados de proteção e prevenção de vulnerabilidades (Ischkanian et al., 2024). A proteção de dados deixa de ser apenas uma exigência técnica para se tornar um componente essencial da garantia de direitos fundamentais no ambiente digital. Nesse contexto, a governança informacional passa a depender de políticas integradas entre tecnologia, Direito e segurança da informação.

A consolidação de marcos regulatórios voltados à proteção de dados evidencia a necessidade de articulação entre normas jurídicas e práticas institucionais de segurança digital. A

LGPD assume papel relevante ao estabelecer diretrizes para o tratamento responsável de informações pessoais, impondo deveres de transparência e responsabilidade aos agentes públicos e privados (Rocha et al., 2024). Contudo, a complexidade dos sistemas algorítmicos contemporâneos desafia a aplicação linear dessas normas, exigindo interpretações mais dinâmicas e adaptativas. O equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção de direitos torna-se eixo central da regulação digital contemporânea.

6. ECA DIGITAL E A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE VIRTUAL

A emergência do ECA Digital reflete a necessidade de atualização normativa diante da crescente imersão de crianças e adolescentes em ambientes digitais mediados por inteligência artificial. A exposição precoce a plataformas digitais, redes sociais e sistemas algorítmicos demanda mecanismos jurídicos capazes de assegurar proteção integral em um contexto de intensificação da coleta e processamento de dados pessoais (Carvalho; Ischkanian, 2026). O ambiente virtual passa a ser compreendido como extensão do espaço de convivência social, exigindo novas formas de tutela jurídica. O Direito assume função preventiva diante de riscos relacionados ao desenvolvimento cognitivo e emocional.

A proteção infantojuvenil no ambiente digital também envolve dimensões pedagógicas e sociais, especialmente quando se consideram os impactos das tecnologias na formação subjetiva. O uso intensivo de plataformas digitais pode interferir nos processos de socialização e aprendizagem, exigindo políticas públicas que articulem educação digital crítica e segurança informacional (Ischkanian et al., 2024). A infância deixa de ser compreendida apenas como fase biológica e passa a ser analisada como construção social atravessada por dispositivos tecnológicos que modulam atenção, comportamento e vínculos interpessoais. A presença contínua de interfaces digitais produz novos modos de interação simbólica, nos quais a experiência lúdica, a linguagem e a percepção do tempo sofrem reconfigurações significativas. O ECA Digital, nesse horizonte, representa uma tentativa de reorganizar juridicamente a relação entre infância e tecnologia em um cenário de alta complexidade informacional.

A ampliação dessa perspectiva exige reconhecer que a proteção integral não se esgota em medidas restritivas, mas pressupõe a criação de ambientes digitais pedagogicamente estruturados e eticamente orientados. A mediação tecnológica no cotidiano infantil demanda estratégias institucionais que envolvam escola, família e Estado na construção de práticas formativas voltadas ao uso consciente das tecnologias.

7. HISTÓRIA INFANTOJUVENIL FICTÍCIA: PROJETO GUARDIÃO DIGITAL

Gabriel Nascimento de Carvalho

Simone Helen Drumond Ischkanian

'Entre a inovação e a proteção: Inteligência Artificial, cibersegurança, ECA Digital e a construção do marco legal da IA na interface entre tecnologia e Direito'
Na vanguarda digital...
Doutor Marcos, a IA avança rápido demais! Como inovar sem desproteger?
É o nosso maior desafio, Cláudia. O Direito precisa acompanhar o ritmo.
O perigo invisível...
Sem cibersegurança, nossas defesas legais são frágeis.
Precisamos de regras claras para proteger a infraestrutura e os dados.
CIBERATAQUE
O ECA Digital: Proteção para os mais vulneráveis...
Não podemos esquecer o ECA Digital. A IA afeta nossas crianças de formas novas.
Proteger os pequenos contra manipulação e exposição é urgente.
ECA
A interface entre tecnologia e Direito...
Aqui, no meio, é onde construímos o equilíbrio.
A lei deve guiar o desenvolvimento, não o contrário.
TECNOLOGIA: IA, big data, algoritmos
DIREITO: direitos fundamentais, ética, responsabilidade
A construção do Marco Legal da IA...
Nosso PL 2338/2023 busca exatamente isso. Um sistema de classificação de riscos.
O objetivo é uma IA centrada no ser humano e responsável.
SEGURANÇA
TRANSPARÊNCIA
Marco Legal da IA
ÉTICA
INCLUSÃO
Um futuro seguro e inovador...
Com um marco legal forte, a inovação pode prosperar com proteção.
Sim. Tecnologia e Direito, juntos, para um futuro justo para todos.

Fonte: Gabriel Nascimento de Carvalho – IA, 2026.

Na cidade de Aurora Digital, onde escolas, casas e ruas estavam conectadas por redes inteligentes, vivia Lina, uma estudante de 12 anos curiosa sobre tudo o que envolvia tecnologia. Desde cedo, ela percebia que os sistemas de inteligência artificial estavam presentes em quase tudo, desde recomendações de estudo até assistentes virtuais que organizavam tarefas do cotidiano. Na escola, os professores explicavam que aquelas tecnologias faziam parte de um novo cenário social e jurídico em construção, no qual a segurança digital e a proteção de informações pessoais tinham papel essencial. Lina não imaginava que, em breve, participaria de uma experiência que uniria aprendizado, cidadania digital e decisões coletivas sobre o uso dessas ferramentas.

Certo dia, a escola anunciou a chegada do Projeto Guardião Digital, uma iniciativa educativa voltada à proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. O sistema utilizava inteligência artificial para simular situações do cotidiano digital, ensinando os alunos a reconhecer riscos como vazamento de dados, manipulação de informações e interações inseguras em redes sociais. Lina ficou fascinada ao perceber que a tecnologia não servia apenas para

facilitar a vida, mas também para desenvolver responsabilidade e pensamento crítico. Durante as atividades, os estudantes eram convidados a refletir sobre como normas e regras estavam sendo criadas para equilibrar inovação tecnológica e proteção dos direitos fundamentais.

No meio do projeto, Lina e seus colegas foram convidados a participar de uma simulação chamada "Julgamento do Algoritmo", em que precisavam decidir se uma inteligência artificial poderia continuar tomando decisões automáticas em plataformas educacionais sem supervisão humana. A sala foi transformada em um pequeno tribunal digital, com telas exibindo dados, situações simuladas e relatos de estudantes afetados por decisões automatizadas. Cada grupo assumiu um papel diferente, alguns defendendo a eficiência da tecnologia e outros questionando seus riscos quando aplicada sem controle humano adequado. A atividade mostrava como a segurança digital e a ética estavam profundamente ligadas às escolhas tecnológicas, revelando que cada linha de código poderia impactar trajetórias reais de aprendizagem, inclusão e até exclusão de estudantes em contextos vulneráveis.

Ao final da simulação, Lina compreendeu que o futuro da tecnologia não dependia apenas de especialistas, mas também da participação consciente de cidadãos preparados para compreender seus efeitos sociais. Ela percebeu que as decisões sobre inteligência artificial envolviam muito mais do que questões técnicas, exigindo sensibilidade para entender consequências humanas, sociais e jurídicas. Enquanto os colegas discutiam os resultados do julgamento, ficou evidente que a construção de regras para o mundo digital precisava considerar proteção, inovação e responsabilidade em equilíbrio constante. Naquele momento, Lina entendeu que inovação e proteção não eram opostos, mas caminhos que precisavam caminhar juntos na construção de um mundo digital mais justo, seguro e atento à dignidade de cada pessoa.

A partir dessa reflexão, Lina passou a enxergar com mais clareza o papel da educação e da formação crítica na sociedade contemporânea. Ela percebeu que compreender a tecnologia não significava apenas utilizá-la, mas também questioná-la, analisando seus impactos sobre diferentes grupos sociais e suas possíveis implicações éticas. Esse entendimento ampliou sua percepção sobre a importância do letramento digital e da participação ativa na construção de normas que regem o ambiente virtual, especialmente em um cenário em que as fronteiras entre o humano e o tecnológico se tornam cada vez mais sutis.

Lina reconheceu que o debate sobre inteligência artificial e regulação digital não se limita aos espaços acadêmicos ou jurídicos, mas deve alcançar toda a sociedade. A experiência a levou a valorizar o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, entendendo que apenas uma abordagem interdisciplinar pode dar conta da complexidade dos desafios contemporâneos.

Assim, ela concluiu que formar cidadãos críticos e conscientes é um passo essencial para garantir que a tecnologia seja utilizada como instrumento de progresso, inclusão e justiça social.

CONCLUSÃO

A análise da interface entre inteligência artificial, cibersegurança, ECA Digital e a construção do marco legal da IA evidencia um cenário em que o Direito deixa de atuar apenas de forma reativa para assumir posição estruturante na organização da vida digital contemporânea. As transformações tecnológicas deslocam práticas sociais, reconfiguram relações institucionais e introduzem novos modos de produção de decisões automatizadas, exigindo do ordenamento jurídico capacidade de adaptação constante. A proteção de direitos fundamentais passa a depender diretamente da forma como sistemas tecnológicos são projetados, implementados e supervisionados, tornando inseparáveis as dimensões técnica e normativa.

A expansão das tecnologias baseadas em inteligência artificial revela ganhos expressivos em eficiência, personalização de serviços e ampliação do acesso à informação, mas também evidencia fragilidades relacionadas à opacidade algorítmica, ao uso intensivo de dados pessoais e às assimetrias de poder informacional. Esses elementos redefinem o conceito de segurança digital, que deixa de se restringir à proteção contra ataques externos e passa a envolver também a governança ética dos próprios sistemas inteligentes. O equilíbrio entre inovação e proteção emerge como desafio central, exigindo modelos regulatórios capazes de acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas sem comprometer garantias fundamentais.

No campo da proteção infantojuvenil, o ambiente digital assume papel ainda mais sensível, uma vez que crianças e adolescentes se tornam usuários precoces de tecnologias complexas, muitas vezes sem plena compreensão de seus riscos. A necessidade de ambientes digitais seguros implica não apenas restrições de acesso, mas também a criação de condições educativas que desenvolvam pensamento crítico e autonomia no uso das tecnologias. O ECA Digital se insere nesse contexto como tentativa de reorganizar juridicamente a infância em um cenário profundamente mediado por plataformas digitais e sistemas algorítmicos, onde aprendizagem, socialização e exposição informacional se entrelaçam de forma contínua.

A cibersegurança, por sua vez, assume dimensão estratégica na sustentação de ecossistemas digitais confiáveis, especialmente diante da crescente circulação de dados sensíveis em ambientes educacionais, jurídicos e administrativos. A proteção de dados torna-se elemento central da governança contemporânea, exigindo políticas integradas que articulem tecnologia, gestão pública e responsabilidade institucional. Nesse sentido, a consolidação de um marco regulatório para a inteligência artificial depende diretamente da capacidade de estruturar

mecanismos de prevenção de riscos, transparência nos processos automatizados e responsabilização diante de eventuais danos decorrentes do uso inadequado dessas tecnologias.

A construção do marco legal da inteligência artificial representa, portanto, um processo em permanente desenvolvimento, marcado pela necessidade de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e pela busca de equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção social. O Direito assume papel mediador nesse percurso, buscando garantir que o avanço das tecnologias não se dissocie da preservação da dignidade humana e da justiça social. Esse movimento exige uma reconfiguração das tradicionais formas de produção normativa, uma vez que os fenômenos digitais se caracterizam por dinamicidade, mutabilidade e elevada complexidade técnica. Nesse sentido, a elaboração de regras jurídicas aplicáveis à inteligência artificial não pode se limitar a respostas pontuais, mas precisa incorporar mecanismos flexíveis de atualização contínua, capazes de acompanhar a evolução dos sistemas algorítmicos e suas múltiplas aplicações sociais. A consolidação desse cenário depende da articulação contínua entre princípios éticos, normas jurídicas e práticas institucionais capazes de responder aos desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada e interconectada.

A efetividade do marco regulatório da inteligência artificial também está condicionada à capacidade de integração entre políticas públicas, instituições educacionais, setor tecnológico e sociedade civil, formando uma rede colaborativa de governança digital. A complexidade dos impactos gerados pelos sistemas inteligentes exige não apenas legislação adequada, mas também cultura social orientada à responsabilidade digital e ao uso consciente das tecnologias. Isso implica reconhecer que a regulação não se esgota no texto normativo, mas se concretiza na prática cotidiana dos agentes que interagem com essas tecnologias em diferentes níveis. Assim, o fortalecimento do marco legal depende da construção de uma consciência coletiva sobre os riscos e potencialidades da inteligência artificial, promovendo um ambiente em que inovação e proteção não sejam forças opostas, mas dimensões complementares de um mesmo projeto civilizatório.

REFERENCIAS

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond (org.). **Direitos fundamentais: educação, inclusão, moradia, tecnologias, trabalho, lazer e saúde: o futuro é para todos.** Itapiranga: Schreiben, 2022. 227 p. E-book. ISBN 978-65-5440-018-3. DOI: https://doi.org/10.29327/570321.

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Los derechos humanos son el conjunto de prerrogativas sustentadas en la dignidad humana.** Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 13. E-book. ISBN 978-65-5440-018-3. DOI: https://doi.org/10.29327/570321.

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **As tecnologias educacionais do método de portfólios educacionais SHDI, é um conceito que diz respeito à utilização de recursos para fins pedagógicos.** Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 202. E-book. ISBN 978-65-5440-018-3. DOI: https://doi.org/10.29327/570321.

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **PCD: Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 213. E-book. ISBN 978-65-5440-018-3. DOI: https://doi.org/10.29327/570321.

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O direito ao brincar na legislação brasileira e sua relevância para o neurodesenvolvimento infantil.** Jusbrasil, 2026. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br. Acesso em: 13 abr. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; SERAFIM, Natali Maria; FELISBERTO, Larissa de Sá Cardoso; FRANDELIND, Cristiane Francisca; SANTOS, Samara Mesquita dos; ALBUQUERQUE, Leônidas Carlos Santos de; MAJIWKI, Janaína Prisilla Bandeira. **Plataformas de ensino baseadas em inteligência artificial: benefícios e desafios na personalização da educação e inclusão.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 34. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; PINTO, Adélia Paiva; SANTOS, Leizane Ferreira dos; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Aplicativos para desenvolvimento de habilidades socioemocionais: qual é o impacto de apps voltados para o bem-estar mental?** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 79. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; SANTOS, Leizane Ferreira dos Santos; MELO, Vaneza Nascimento de Oliveira; SANTOS, Maria Aline Ferreira dos; BEZERRA, Solange Alves. **O papel da inteligência artificial (IA) no diagnóstico de dificuldades de aprendizagens: ferramentas que ajudam educadores a identificar e abordar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 91. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; SANTOS, Leizane Ferreira dos Santos; OLIVEIRA MELO, Vaneza Nascimento de; SANTOS, Maria Aline Ferreira dos; BEZERRA, Solange Alves. **O papel da inteligência artificial (IA) no diagnóstico de dificuldades de aprendizagens: ferramentas que ajudam educadores a identificar e abordar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades**. Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 91. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; OLIVEIRA, Ediana Maria Cacau; DAMASCENO, Monica Verônica da Silva; PRADO, María José Costa. **Realidade aumentada e realidade virtual como ferramentas pedagógicas: como essas tecnologias podem transformar a aprendizagem de conceitos abstratos e tornar-se significativa na aprendizagem e inclusão.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 22. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; PRADO, María José Costa; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Educação a distância, mobile learning e os desafios de acessibilidade digital: como superar as barreiras do ensino via dispositivos móveis em regiões carentes..** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 68. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; SOUSA, Jessé Oliveira de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias. **Direito ao esquecimento e a preservação digital: como proteger dados pessoais em um mundo cada vez mais conectado**. Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 124. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SOUSA, Jessé Oliveira de. **Tecnologia e os aspectos legais do uso de IA em decisões jurídicas: limites e possibilidades da automação no judiciário.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 135. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; SANTOS, Leizane Ferreira dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na educação e no uso de aplicativos educacionais.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 146. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SOUZA, Alcione Santos de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; MORAES, Leilma Meneses da Silva; ANDRADE, Maria Andryelle Santos; OLIVEIRA, Ediana Maria Cacau. **Educação na era da inteligência artificial: formação profissional para o futuro digital.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 56. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; SOUSA, Jessé Oliveira de; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **A inteligência artificial (IA) na análise jurídica de jurisprudência: como a IA pode auxiliar na interpretação e análise de dados jurisprudenciais em diferentes áreas do direito.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 113. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Inteligência artificial no direito: aplicações em consultoria jurídica e automação de processos..** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 177. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ROCHA, Bruna Beatriz da; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; IVANICSKA, Rebeca Freitas; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond (org.). **O futuro do trabalho e a regulação global: direito, inteligência artificial (IA), tecnologias inovadoras e a educação na construção das profissões no século XXI.** Itapiranga: Schreiben, 2024. 196 p. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; COMB, Dilani MC; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O direito ao esquecimento e a reputação online: desafios jurídicos, saúde mental, redes sociais, suas implicações jurídicas e impactos emocionais.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 157. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; COMB, Dilani MC; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Os impactos psicológicos e sociais da vigilância estatal: uma perspectiva jurídica.** Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 167. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; CEDRO, Rosana de Jesus; FELISBERTO, Larissa de Sá Cardoso; FRANDELIND, Cristiane Francisca; SANTOS, Leizane Ferreira dos; BEZERRA, Solange Alves. **Educação, inclusão e o uso de tecnologias assistivas: a inteligência artificial, o uso de apps e ferramentas digitais para facilitar o aprendizado de estudantes típicos e atípicos**. Itapiranga: Schreiben, 2024. p. 9. E-book. ISBN 978-65-5440-355-9. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

CAPÍTULO 11

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil: objetivos pedagógicos, relevância social e patamares legais na promoção de práticas educativas de qualidade.

Continuing Education of Volunteer Educators in Brazil: Pedagogical Objectives, Social Relevance, and Legal Frameworks in Promoting Quality Educational Practices.

Sandro Garabed Ischkanian

RESUMO

O estudo analisa a formação continuada de educadores voluntários no Brasil, destacando seus objetivos pedagógicos, relevância social e fundamentos legais que orientam práticas educativas de qualidade. Evidencia-se que a capacitação permanente fortalece competências didáticas, amplia o compromisso social e contribui para a inclusão educacional em diferentes contextos comunitários. A pesquisa aponta que tais formações promovem o aprimoramento de metodologias ativas e o desenvolvimento de ações educativas mais participativas. No campo jurídico, ressalta-se a importância de normativas que assegurem segurança, ética e valorização do trabalho voluntário na educação. Conclui-se que a articulação entre formação, responsabilidade social e respaldo legal é essencial.

Palavras-chave: Educação voluntária; formação docente; inclusão social; políticas educacionais.

ABSTRACT

The study analyzes the continuing education of volunteer educators in Brazil, highlighting pedagogical objectives, social relevance, and legal frameworks that guide quality educational practices. It shows that continuous training strengthens teaching competencies, expands social commitment, and supports educational inclusion in different community contexts. The research indicates that such training fosters active methodologies and more participatory educational actions. From a legal perspective, it emphasizes the importance of regulations that ensure safety, ethics, and recognition of volunteer work in education. It concludes that the integration of training, social responsibility, and legal support is essential.

Keywords: Volunteer education; teacher training; social inclusion; educational policies.

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil inscreve-se em um campo educacional marcado pela intersecção entre práticas formais e não formais de ensino, especialmente quando se observa a expansão de iniciativas comunitárias e movimentos educativos autônomos. A literatura aponta que a qualificação permanente desses agentes fortalece competências pedagógicas e amplia a capacidade de atuação em contextos sociais diversos (Ischkanian et al., 2022). Nesse cenário, o voluntariado educativo ultrapassa a ideia de assistência pontual, assumindo caráter estruturante na consolidação de experiências formativas que dialogam com necessidades locais e com a construção de repertórios didáticos inovadores.

A compreensão dos objetivos pedagógicos envolvidos nesse processo revela a centralidade de metodologias ativas e de abordagens centradas no protagonismo dos sujeitos em formação. Pesquisas indicam que tais práticas favorecem aprendizagens mais significativas ao integrar experiências práticas, reflexão crítica e mediação colaborativa (Ischkanian et al., 2023). O educador voluntário, nesse contexto, atua como facilitador de percursos formativos que valorizam a autonomia intelectual, ao mesmo tempo em que estimula a construção coletiva do conhecimento em ambientes marcados pela diversidade sociocultural.

A relevância social da formação continuada de educadores voluntários se manifesta na ampliação do acesso a experiências educativas em territórios onde o Estado apresenta limitações estruturais. Estudos sobre educação não formal demonstram que movimentos como o escotismo exercem papel relevante na promoção de valores comunitários, cidadania e responsabilidade social (Rabelo; Barreto, 2013). Essa atuação contribui para o fortalecimento de redes de solidariedade e para o desenvolvimento de práticas educativas que se inserem no cotidiano das comunidades, produzindo impactos formativos que extrapolam o espaço escolar tradicional.

No campo das práticas escoteiras e de iniciativas voluntárias, a dimensão pedagógica se articula com processos de aprendizagem experiencial, nos quais a vivência assume papel estruturante na construção do conhecimento. Pesquisas evidenciam que a educação não formal favorece a integração entre teoria e prática, promovendo experiências que estimulam competências socioemocionais e cognitivas (Oliveira, 2023). Essa perspectiva reforça a ideia de que a formação do educador voluntário precisa contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões éticas, relacionais e comunitárias.

A análise dos patamares legais que sustentam a atuação dos educadores voluntários revela a importância de marcos normativos que garantam segurança, reconhecimento e diretrizes para a prática educativa. No contexto brasileiro, a legislação educacional e as políticas de inclusão contribuem para a consolidação de parâmetros que orientam ações formativas mais

estruturadas e alinhadas a princípios de equidade social. Esse arcabouço jurídico possibilita a integração entre iniciativas voluntárias e políticas públicas, fortalecendo a legitimidade das práticas educativas desenvolvidas em diferentes espaços sociais.

A formação de adultos no escotismo constitui um exemplo expressivo de modelo educativo que articula capacitação contínua, desenvolvimento de competências e atuação comunitária. Estudos apontam que esse processo formativo se estrutura a partir de princípios de progressão pessoal, aprendizagem por desafios e desenvolvimento de liderança colaborativa (Ischkanian; Ischkanian, 2025). Nesse contexto, o educador voluntário é compreendido como agente de transformação social, cuja atuação depende de formação sistemática e de acompanhamento pedagógico permanente.

A inserção de metodologias ativas na formação de educadores voluntários reforça a necessidade de práticas pedagógicas que superem modelos transmissivos de ensino. Pesquisas indicam que abordagens inovadoras favorecem maior engajamento dos participantes e ampliam a capacidade de resolução de problemas em contextos reais de atuação (Ischkanian et al., 2022). Essa perspectiva contribui para a construção de um perfil docente mais flexível, crítico e adaptado às demandas contemporâneas da educação não formal.

A educação ambiental e comunitária desenvolvida no âmbito de movimentos voluntários também se destaca como elemento estruturante da formação continuada. Estudos sobre escotismo evidenciam que práticas educativas voltadas à sustentabilidade promovem consciência ecológica e fortalecem vínculos entre sujeitos e território (Raposo et al., 2019). Essa dimensão formativa amplia o alcance social das ações voluntárias, integrando educação, cidadania e responsabilidade ambiental em um mesmo horizonte pedagógico.

A consolidação da formação continuada de educadores voluntários depende da articulação entre diferentes campos do conhecimento, incluindo pedagogia, sociologia e direito educacional. Essa convergência possibilita compreender a complexidade das práticas educativas desenvolvidas fora do ambiente escolar formal e suas implicações sociais. A análise crítica dessas experiências revela que o voluntariado educativo se constitui como espaço legítimo de produção de saberes, exigindo políticas de formação estruturadas e coerentes com sua relevância social.

A ampliação das discussões sobre educação não formal evidencia que a formação de educadores voluntários não pode ser reduzida a processos pontuais de capacitação, mas deve ser entendida como trajetória contínua de desenvolvimento profissional e humano. Estudos indicam que essas experiências contribuem para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Silva Júnior; Borges,

2012). Nesse horizonte, a formação continuada emerge como elemento essencial para a qualidade educativa e para a efetivação de uma educação comprometida com a diversidade e com a justiça social.

2. DESENVOLVIMENTO

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil constitui um campo pedagógico atravessado por múltiplas camadas de intencionalidade educativa, nas quais o desenvolvimento de competências não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a construção de práticas reflexivas e adaptativas. Pesquisas indicam que metodologias ativas potencializam a aprendizagem significativa ao deslocar o foco do ensino para a experiência formativa do sujeito (Ischkanian et al., 2023). O educador voluntário assume posição estratégica, pois sua atuação depende de atualização constante e de capacidade de leitura crítica das demandas socioculturais que emergem nos contextos comunitários.

A consolidação dos objetivos pedagógicos da formação voluntária exige compreender o educador como mediador de processos formativos complexos, nos quais a aprendizagem se organiza a partir da interação entre teoria e prática. Estudos sobre educação inclusiva demonstram que a construção de práticas pedagógicas transformadoras depende da sensibilidade para reconhecer diferentes modos de aprender e de ensinar (Ischkanian et al., 2022). Essa perspectiva redefine o papel do voluntário, que passa a atuar como agente de articulação entre saberes formais e experiências sociais, ampliando o alcance educativo de suas ações.

A relevância social da formação continuada se evidencia na capacidade de promover inclusão educacional em territórios marcados por desigualdades estruturais. Pesquisas sobre educação não formal indicam que o escotismo, enquanto movimento educativo, desempenha papel significativo na formação cidadã e no fortalecimento de vínculos comunitários (Rabelo; Barreto, 2013). Essa dimensão social ultrapassa o espaço instrucional, alcançando práticas que contribuem para a construção de redes de solidariedade e para o desenvolvimento de competências sociais fundamentais à convivência coletiva.

No campo das práticas escoteiras, a aprendizagem baseada em experiências concretas emerge como eixo estruturante da formação de educadores voluntários. Estudos demonstram que a educação não formal favorece a integração entre ação, reflexão e construção de sentido, permitindo que o conhecimento seja internalizado a partir da vivência (Oliveira, 2023). Esse modelo pedagógico desloca a centralidade do ensino tradicional, valorizando a autonomia dos participantes e a capacidade de resolução de problemas em contextos reais.

A dimensão ambiental também se apresenta como componente formativo relevante, especialmente quando associada às práticas educativas do escotismo. Observações indicam que a

educação ambiental desenvolvida em contextos não formais contribui para a formação de sujeitos conscientes de sua relação com o território e com os recursos naturais (Raposo et al., 2019). Nesse sentido, o educador voluntário atua como mediador de processos que articulam sustentabilidade, cidadania e responsabilidade coletiva, ampliando o impacto social de suas ações pedagógicas.

A formação de adultos no escotismo revela um modelo educativo centrado na progressão pessoal e no desenvolvimento de competências ao longo da vida. Estudos institucionais destacam que esse processo formativo se estrutura por meio de desafios progressivos e de experiências colaborativas que fortalecem habilidades de liderança e cooperação (Ischkanian; Ischkanian, 2025). Essa organização pedagógica reforça a necessidade de formação contínua dos educadores voluntários, cuja atuação depende de atualização permanente e de domínio de estratégias pedagógicas diversificadas.

A avaliação das práticas educativas em contextos não formais exige abordagens flexíveis e coerentes com a natureza experiencial da aprendizagem. Análises sobre educação de adultos indicam que processos avaliativos devem considerar não apenas resultados cognitivos, mas também trajetórias formativas e desenvolvimento de competências socioemocionais (Ischkanian et al., 2025). Essa perspectiva amplia o entendimento sobre qualidade educativa, deslocando o foco de métricas rígidas para análises mais amplas sobre o impacto formativo das experiências vividas.

A inserção do educador voluntário em processos de formação continuada também se relaciona à necessidade de alinhamento com princípios de inclusão educacional. Estudos demonstram que práticas pedagógicas inclusivas demandam sensibilidade para lidar com a diversidade e capacidade de adaptação metodológica (Ischkanian et al., 2022). O voluntariado educativo se configura como espaço privilegiado de experimentação pedagógica, no qual diferentes estratégias de ensino são testadas e ressignificadas a partir das necessidades dos participantes.

A dimensão histórica do escotismo evidencia sua consolidação como prática educativa extraescolar voltada à formação integral de sujeitos. Investigações indicam que, desde sua origem, o movimento escoteiro tem desempenhado papel relevante na educação de jovens por meio de atividades estruturadas em princípios de autonomia e cooperação (Rabelo; Barreto, 2013). Essa tradição reforça a importância da formação continuada dos educadores voluntários como elemento de preservação e atualização de um modelo pedagógico consolidado historicamente.

A articulação entre educação não formal e teorias contemporâneas de aprendizagem permite compreender o escotismo como campo fértil para a inovação pedagógica. Estudos evidenciam que práticas educativas desenvolvidas em grupos escoteiros dialogam com abordagens construtivistas e socioconstrutivistas, valorizando a experiência e a interação social como bases do aprendizado (Oliveira, 2023). A formação continuada dos educadores voluntários emerge como elemento estruturante para a manutenção da qualidade educativa e para a ampliação do impacto social dessas práticas.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação sobre a formação continuada de educadores voluntários no Brasil, centrada em seus objetivos pedagógicos, relevância social e patamares legais, adota uma abordagem qualitativa**,** por privilegiar a interpretação aprofundada dos sentidos atribuídos às práticas educativas no campo da educação não formal. Conforme a literatura especializada, esse tipo de abordagem permite compreender fenômenos complexos sem reduzi-los à mensuração estatística, valorizando processos, experiências e significados construídos socialmente (Ischkanian et al., 2023). Trata-se de uma pesquisa de natureza fundamental**,** pois busca ampliar a compreensão teórica do fenômeno estudado, contribuindo para o avanço do conhecimento científico sobre formação docente voluntária e práticas educativas comunitárias.

Quanto aos objetivos**,** o estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo**,** uma vez que procura identificar categorias conceituais, mapear produções acadêmicas e descrever aspectos estruturais da formação continuada de educadores voluntários. Esse delineamento permite maior aproximação com um campo ainda em consolidação teórica, especialmente no que se refere às práticas formativas desenvolvidas no escotismo e em iniciativas educativas não formais (Oliveira, 2023). A pesquisa também assume caráter interpretativo, ao buscar compreender como diferentes autores abordam a relação entre educação, voluntariado e desenvolvimento de competências pedagógicas.

No que se refere aos procedimentos técnicos**,** optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental**,** fundamentada na análise de produções científicas já publicadas, como artigos, livros, capítulos e documentos institucionais. Esse procedimento permite sistematizar o estado do conhecimento sobre o tema e identificar convergências e lacunas teóricas no campo estudado. A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das práticas formativas a partir de referenciais consolidados, especialmente aqueles vinculados à educação não formal e ao escotismo (Rabelo; Barreto, 2013).

A pesquisa documental complementa esse processo ao incluir materiais institucionais e normativos relacionados à formação de adultos em contextos voluntários. Esse tipo de análise

possibilita observar como diretrizes pedagógicas e organizacionais estruturam a atuação dos educadores voluntários, especialmente em ambientes educativos baseados em metodologias ativas e aprendizagem experiencial (Ischkanian et al., 2022). A triangulação entre diferentes fontes amplia a consistência interpretativa e fortalece a confiabilidade dos achados.

O processo de coleta e seleção do material seguiu critérios de atualidade, pertinência temática e rigor acadêmico**,** contemplando bases como SciELO, CAPES, Web of Science e Google Acadêmico. Após essa etapa inicial, os textos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, com foco na identificação de categorias recorrentes, tensões conceituais e contribuições teóricas relevantes. Esse procedimento possibilitou o cruzamento de perspectivas distintas sobre formação docente voluntária, educação não formal e práticas pedagógicas inclusivas.

A análise dos dados ocorreu por meio de categorização temática**,** permitindo agrupar informações em eixos interpretativos relacionados à formação pedagógica, à relevância social do voluntariado e aos fundamentos legais da atuação educativa. Esse processo favorece a construção de uma narrativa científica coerente, sustentada por relações conceituais entre os estudos analisados (Raposo et al., 2019). A interpretação dos dados exigiu postura crítica e reflexiva, evitando a mera reprodução de ideias e priorizando a articulação teórica entre diferentes autores.

Destaca-se que a metodologia adotada valoriza uma leitura dialógica do fenômeno educativo, reconhecendo a complexidade da formação continuada de educadores voluntários como prática social e pedagógica em constante transformação. A articulação entre abordagens qualitativas, análise bibliográfica e estudo documental permite compreender o campo investigado em sua profundidade, evidenciando sua relevância para a consolidação de práticas educativas de qualidade e socialmente comprometidas.

4. ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES VOLUNTÁRIOS

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil, sob a perspectiva pedagógica, estrutura-se em torno da consolidação de práticas educativas capazes de articular teoria, experiência e reflexão crítica. Esse processo formativo não se limita à aquisição de conteúdos, mas envolve o desenvolvimento de competências didáticas, socioemocionais e metodológicas voltadas à atuação em contextos de educação formal e não formal. A literatura aponta que metodologias ativas potencializam a aprendizagem ao deslocar o educador para o centro do processo reflexivo, favorecendo práticas mais inclusivas e participativas (Ischkanian et

al., 2023). Nesse sentido, o voluntário assume papel de mediador do conhecimento, promovendo experiências educativas que valorizam a autonomia dos sujeitos em formação.

Outro aspecto pedagógico relevante diz respeito à aprendizagem ao longo da vida, elemento estruturante na atuação de educadores voluntários. A formação contínua possibilita a atualização constante de práticas pedagógicas, especialmente em contextos comunitários marcados por diversidade sociocultural e desafios educacionais específicos. Estudos sobre educação não formal indicam que experiências como o escotismo contribuem para o desenvolvimento de competências práticas e reflexivas, integrando vivências coletivas ao processo de aprendizagem (Oliveira, 2023). Esse modelo reforça a importância de uma formação dinâmica, sensível às transformações sociais e educacionais contemporâneas.

5. RELEVÂNCIA SOCIAL E PATAMARES LEGAIS DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES VOLUNTÁRIOS

A relevância social da formação continuada de educadores voluntários manifesta-se na ampliação do acesso à educação em territórios onde políticas públicas apresentam limitações estruturais. Esses educadores desempenham função estratégica na promoção de práticas educativas que fortalecem vínculos comunitários, estimulam a cidadania e ampliam oportunidades formativas para populações em situação de vulnerabilidade. Análises indicam que o escotismo e outras iniciativas de educação não formal contribuem significativamente para a formação ética e social de jovens, promovendo valores de cooperação e responsabilidade coletiva (Rabelo; Barreto, 2013). Nesse cenário, o voluntariado educativo ultrapassa a dimensão assistencial e assume caráter estruturante no desenvolvimento social.

No campo legal, a atuação dos educadores voluntários é sustentada por princípios normativos que asseguram reconhecimento, organização e segurança das práticas educativas. Embora não constitua profissão regulamentada de forma específica, o voluntariado educacional se insere em marcos legais que orientam sua atuação ética e sua integração com políticas educacionais mais amplas.

A formação continuada, nesse contexto, torna-se elemento fundamental para garantir qualidade pedagógica, responsabilidade institucional e proteção dos participantes envolvidos. A articulação entre relevância social e respaldo jurídico fortalece a legitimidade das práticas educativas e contribui para a consolidação de um campo formativo mais estruturado e socialmente comprometido.

CONCLUSÃO

A formação continuada de educadores voluntários no Brasil revela-se um campo estratégico para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a transformação social e com a ampliação do acesso ao conhecimento. Ao longo das análises desenvolvidas, evidencia-se que a qualificação permanente desses agentes ultrapassa o caráter técnico, alcançando dimensões éticas, culturais e cidadãs que sustentam a ação pedagógica em contextos formais e não formais. A complexidade das demandas educacionais contemporâneas exige profissionais capazes de articular saberes diversos e de responder a realidades sociais marcadas por desigualdades persistentes.

No plano pedagógico, a formação continuada contribui para a ressignificação das práticas educativas, promovendo metodologias mais participativas, inclusivas e contextualizadas. O educador voluntário, ao acessar processos formativos sistemáticos, amplia sua capacidade de planejamento, mediação e avaliação, fortalecendo o vínculo entre ensino e aprendizagem. Esse movimento formativo favorece a construção de experiências educativas mais significativas, nas quais o estudante deixa de ocupar uma posição passiva e passa a integrar ativamente a produção do conhecimento.

Sob a perspectiva social, observa-se que o trabalho dos educadores voluntários assume papel relevante na redução de desigualdades educacionais, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades estruturais. A atuação desses sujeitos amplia oportunidades de aprendizagem, fortalece redes comunitárias e contribui para a democratização do conhecimento. Ao mesmo tempo, sua presença em diferentes espaços educativos reforça a ideia de que a educação não se restringe à escola, mas se manifesta como prática social contínua e compartilhada.

A estrutura jurídica que sustenta a atuação dos educadores voluntários no Brasil não se limita à definição de parâmetros formais de funcionamento, mas se projeta como um conjunto de diretrizes que orientam a qualidade ética e pedagógica das práticas educativas. Esses marcos normativos funcionam como instrumentos de organização institucional que conferem maior segurança às ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que estabelecem responsabilidades compartilhadas entre o poder público, organizações da sociedade civil e os próprios educadores. Nesse contexto, a regulação jurídica contribui para evitar improvisações pedagógicas desarticuladas, promovendo maior coerência entre os objetivos educacionais e as necessidades sociais das comunidades atendidas.

A consolidação desses dispositivos legais também fortalece a ideia de educação como direito fundamental e como prática social estruturada, exigindo que a formação continuada dos

educadores voluntários seja compreendida como componente indispensável para a efetivação desse direito. Ao incorporar dimensões de inclusão, equidade e proteção, os marcos institucionais ampliam o alcance das ações educativas e reforçam sua legitimidade perante a sociedade. Esse movimento evidencia que a qualificação permanente desses educadores não constitui apenas uma exigência técnica, mas um compromisso ético e político com a construção de processos educativos mais justos, responsivos e adequados às transformações contemporâneas.

REFERENCIAS

ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Metodologias ativas e aprendizagem personalizada: caminhos para uma pedagogia inclusiva e transformadora.** 2023. Disponível em: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Avaliação na educação a distância e formação de adultos no escotismo.** 2025. DOI: https://doi.org/10.29327/5453622.

ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de;. ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Educação inclusiva e a formação docente para (re)pensar práticas efetivas em sala de aula.** In: *Ensino e aprendizagem: desafios e possibilidades diante das teorias e práticas inclusivas*. 2022. DOI: https://doi.org/10.29327/5132617.

ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Formação de adultos no escotismo: inovações teóricas e pedagógicas na gestão de competências.** *Material acadêmico e técnico de formação escoteira*, 2025. (Documento institucional GEJO SP-AM).

OLIVEIRA, Larissa dos Santos de. **A educação não formal escoteira dos Escoteiros do Brasil e sua relação com as teorias de aprendizagem**. *Escoteiros do Brasil*, 2023. DOI: https://doi.org/10.7770/educadi-v1n1-art1682.

RABELO, Ricardo Rocha; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **O escotismo como associação voluntária no início do século XX: prática pedagógica extra-escolar.** *Interfaces Científicas – Educação*, v. 1, n. 3, 2013. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3828.2013v1n3p33-41.

RAPOSO, Lucas Lahoni Soares; KRELLING, Allan Paul; CAVALLET, Izabel Carolina Raittz. **O movimento escoteiro e a educação ambiental: análise da presença da educação ambiental não formal em uma tropa escoteira.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 14, n. 1, 2019. DOI: https://doi.org/10.34024/revbea.2019.v14.6815.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; BORGES, Daniela Cristina. **A educação não formal e o movimento escoteiro: um estudo sobre o Grupo Escoteiro Padre Anchieta.** *Itinerarius Reflectionis*, v. 1, n. 16, 2012. DOI: https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.28345.

COLEÇÃO DE RESUMOS CIENTÍFICOS

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA.
PESQUISA QUE CONSTRÓI O FUTURO.

RIGOR CIENTÍFICO

INOVAÇÃO E IDEIAS

COLABORAÇÃO E IMPACTO

CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS

A *Coleção Resumos Cientificos* assume um papel estratégico na difusão do conhecimento científico, ao condensar ideias complexas em sínteses acessíveis, rigorosas e intelectualmente consistentes. Por meio de uma organização cuidadosa, os resumos permitem ao leitor identificar rapidamente os eixos centrais das pesquisas, favorecendo a compreensão global das temáticas abordadas e ampliando o alcance das produções acadêmicas. Essa sistematização contribui para a democratização do saber, aproximando diferentes públicos das discussões mais relevantes no campo educacional, social e científico.

A relevância da pesquisa presente na *Coleção Resumos Cientificos* se evidencia na qualidade analítica e na diversidade de abordagens contempladas, refletindo um compromisso com a excelência acadêmica e com a produção de conhecimento significativo. Cada síntese carrega em si o rigor das investigações que a originam, preservando a profundidade conceitual e a consistência metodológica. Esse cuidado garante que os resumos não sejam meras reduções, mas representações qualificadas de estudos que dialogam com os desafios contemporâneos.

Ao favorecer o acesso ágil às informações, a *Coleção Resumos Cientificos* potencializa a circulação de ideias e fortalece a construção de redes de conhecimento. Pesquisadores, educadores e gestores encontram nesse material uma ferramenta valiosa para subsidiar decisões, inspirar práticas e orientar novas investigações. A síntese bem elaborada se torna, nesse contexto, um instrumento de mediação entre a produção acadêmica e sua aplicação prática.

A excelência que caracteriza a *Coleção Resumos Cientificos* também se manifesta na sua capacidade de contribuir para a transformação social. Ao tornar o conhecimento mais acessível e inteligível, amplia-se a possibilidade de que ideias inovadoras sejam incorporadas em políticas públicas, práticas pedagógicas e iniciativas comunitárias. O saber sintetizado ganha mobilidade e impacto, alcançando diferentes contextos e promovendo mudanças concretas.

A *Coleção Resumos Cientificos* se consolida como um recurso essencial para o fortalecimento da pesquisa e para o desenvolvimento do país. Ao articular qualidade, clareza e relevância, ela reafirma o papel da produção científica como agente de transformação, capaz de iluminar caminhos, provocar reflexões e impulsionar avanços em direção a uma sociedade mais justa, crítica e desenvolvida.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian

A COR DE CADA UM: DIVERSIDADE, IDENTIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente artigo aborda a temática "A cor de cada um: diversidade, identidade e práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional contemporâneo", analisando a importância do reconhecimento das diferenças no ambiente escolar como elemento fundamental para a construção de uma educação democrática, equitativa e socialmente justa. Parte-se do entendimento de que a diversidade, em suas dimensões étnico-racial, cultural, social e identitária, constitui um componente essencial da formação humana, influenciando diretamente os processos de ensino e aprendizagem. A escola deve ser compreendida como um espaço de valorização das múltiplas identidades, promovendo o respeito às trajetórias dos estudantes e o combate às práticas discriminatórias. Destaca-se que a identidade é construída nas relações sociais e nas experiências vividas no contexto educacional, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam tais singularidades. Evidencia-se a relevância de uma educação inclusiva que ultrapasse a mera integração, garantindo participação, pertencimento e equidade para todos os alunos. **Objetivos:** Analisar a importância da diversidade e da identidade no contexto escolar contemporâneo, destacando como práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para a valorização das diferenças, o combate às desigualdades e a promoção de uma educação democrática, participativa e equitativa, além de compreender o papel do professor na mediação desses processos educativos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, baseada na análise de produções acadêmicas e documentos sobre diversidade, identidade e inclusão escolar. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica de autores da área da educação inclusiva, com interpretação teórica voltada à equidade, diversidade cultural e formação docente. **Resultados:** Os achados indicam que a valorização da diversidade no ambiente escolar favorece práticas pedagógicas mais inclusivas, ampliando a participação dos estudantes, fortalecendo identidades e reduzindo atitudes discriminatórias, embora ainda existam desafios como o racismo estrutural e a necessidade de formação docente continuada. **Conclusão:** A valorização da diversidade e da identidade no ambiente escolar é essencial para práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes, além de reforçar a importância de políticas educacionais e formação docente voltadas à equidade e inclusão no ensino básico.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A cor de cada um: diversidade, identidade e práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional contemporâneo**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811163500472bbea. Acesso em: 13 abr. 2026.

INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS DO CONHECIMENTO EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM INOVADORES.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente texto aborda a interdisciplinaridade na educação básica como uma abordagem essencial para integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas em ambientes educacionais inovadores. Diante das transformações sociais e tecnológicas, torna-se necessário superar a fragmentação do ensino tradicional, que separa os saberes em disciplinas isoladas e limita a compreensão global da realidade pelos estudantes. **Objetivos:** Analisar a importância da interdisciplinaridade na educação básica, destacando sua contribuição para a integração dos conhecimentos, o desenvolvimento de competências e a promoção de práticas pedagógicas mais significativas, dinâmicas e alinhadas às demandas contemporâneas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas sobre interdisciplinaridade e práticas pedagógicas inovadoras. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica, considerando contribuições de autores da área da educação e documentos educacionais. **Resultados:** Os resultados indicam que a interdisciplinaridade favorece a articulação entre conteúdos e metodologias, promovendo maior participação dos estudantes, desenvolvimento do pensamento crítico e aprimoramento da capacidade de resolução de problemas de forma contextualizada. Observa-se ainda que essa abordagem contribui para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, significativo e alinhado às demandas contemporâneas da educação básica. Evidencia-se também a importância do professor como mediador do processo, sendo necessário planejamento coletivo, formação continuada e uso de metodologias ativas e tecnologias educacionais, que potencializam a integração entre as áreas do conhecimento e ampliam as possibilidades pedagógicas em sala de aula. **Conclusão:** A interdisciplinaridade contribui significativamente para uma educação mais integrada, crítica e significativa, apesar de desafios como a resistência a mudanças e limitações estruturais. Sua implementação fortalece o processo de ensino-aprendizagem e favorece a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Interdisciplinaridade na educação básica: integração entre áreas do conhecimento em ambientes de aprendizagem inovadores**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811171b28cb783c8. Acesso em: 08 abr. 2026.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA MEDIADA POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: CAMINHOS PARA EQUIDADE E ACESSIBILIDADE NO ENSINO CONTEMPORÂNEO.

Idênis Glória Belchior

Introdução: O desenvolvimento da educação inclusiva mediada por tecnologias digitais no ensino contemporâneo é compreendido como um processo de transformação pedagógica que articula inovação, acessibilidade e equidade educacional, considerando as múltiplas necessidades dos estudantes e a diversidade presente nos ambientes escolares. As tecnologias digitais não se restringem ao uso instrumental, mas contribuem para a reorganização das práticas pedagógicas e das formas de interação no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, elas possibilitam novas estratégias didáticas que tornam o ensino mais dinâmico, colaborativo e centrado no estudante. Ampliam as possibilidades de mediação pedagógica, favorecendo a personalização do ensino conforme as necessidades individuais dos alunos. Outro aspecto relevante é que promovem maior participação e engajamento dos estudantes, ao incorporar diferentes linguagens e recursos multimodais no processo educativo. Dessa forma, as tecnologias digitais ressignificam o espaço escolar e fortalecem práticas mais inclusivas e inovadoras. **Objetivos:** Analisar como a educação inclusiva mediada por tecnologias digitais contribui para a promoção da equidade e da acessibilidade no ensino contemporâneo, destacando seu papel na ampliação das oportunidades de aprendizagem e na redução de barreiras educacionais. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, baseada na análise de produções acadêmicas sobre educação inclusiva e tecnologias digitais. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica, considerando contribuições de autores da área da educação e documentos educacionais contemporâneos. **Resultados:** Os resultados indicam que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de aprendizagem ao oferecer múltiplas linguagens, recursos de acessibilidade e metodologias flexíveis. Observa-se que ambientes virtuais, plataformas digitais e softwares educativos favorecem a participação de estudantes com diferentes necessidades, promovendo maior autonomia, engajamento e eliminação de barreiras físicas e comunicacionais. Evidencia-se também a importância da formação docente para o uso crítico e intencional dessas tecnologias. **Conclusão:** A educação inclusiva mediada por tecnologias digitais representa um caminho significativo para a construção de um ensino mais equitativo e acessível. Sua efetividade depende de planejamento pedagógico, formação docente contínua e investimentos em infraestrutura, fortalecendo a inclusão e a democratização do acesso à aprendizagem.

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idênis Glória. **Educação inclusiva mediada por tecnologias digitais: caminhos para equidade e acessibilidade no ensino contemporâneo**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111bfe6e18db977. Acesso em: 07 abr. 2026.

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL: FORMAÇÃO DE LEITORES EM ESPAÇOS EDUCATIVOS INOVADORES E INCLUSIVOS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente artigo aborda a temática Literatura Infantil e Juvenil: formação de leitores em espaços educativos inovadores e inclusivos, destacando suas contribuições para o desenvolvimento da leitura, da criticidade e da inclusão no contexto educacional contemporâneo. A literatura infantil e juvenil desempenha papel fundamental na formação integral dos estudantes, ampliando o repertório cultural, estimulando a imaginação e fortalecendo a linguagem oral e escrita. Além disso, contribui para o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico, permitindo que os alunos compreendam diferentes realidades e contextos sociais. Por meio das narrativas literárias, os estudantes entram em contato com valores, emoções e experiências diversas, o que favorece a construção da empatia e da sensibilidade. A leitura também auxilia na ampliação do vocabulário e na melhoria da capacidade de interpretação textual. A literatura torna-se um instrumento pedagógico essencial no processo de ensino e aprendizagem. Quando inserida em práticas educativas significativas, ela promove maior engajamento dos alunos e incentiva o hábito da leitura desde os primeiros anos escolares. **Objetivos:** Analisar a importância da literatura infantil e juvenil na formação de leitores, destacando como práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas contribuem para o desenvolvimento da leitura, da criticidade e da participação ativa dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, baseada na análise de produções acadêmicas sobre literatura infantil e juvenil, práticas pedagógicas inovadoras e inclusão educacional. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica de autores da área da educação e da literatura. **Resultados:** Os resultados indicam que a literatura infantil e juvenil, quando associada a metodologias ativas e tecnologias digitais, amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece o engajamento dos estudantes. Evidencia-se que recursos como livros interativos, contação de histórias, jogos literários e produções criativas fortalecem o interesse pela leitura e promovem maior participação. Observa-se também que a inclusão educacional, aliada à mediação docente, garante o acesso de todos os estudantes ao conhecimento literário. **Conclusão:** A literatura infantil e juvenil, integrada a práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, constitui um importante instrumento de formação de leitores críticos, autônomos e participativos, contribuindo para uma educação mais significativa, acessível e transformadora.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Literatura infantil e juvenil: formação de leitores em espaços educativos inovadores e inclusivos.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0072781116150a47e518a. Acesso em: 06 abr. 2026**.**

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOCENTES PARA A BNCC DE COMPUTAÇÃO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO AVANÇADO.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente artigo analisa as competências digitais docentes para a BNCC de Computação, com foco em uma proposta de desenvolvimento avançado voltada à formação de professores para atuação em contextos educacionais mediados por tecnologias digitais. Considera-se que a inserção da computação na educação básica exige mais do que o uso instrumental de ferramentas, demandando compreensão crítica da cultura digital, do pensamento computacional e da ética tecnológica. **Objetivos:** Analisar as competências digitais necessárias aos docentes no contexto da BNCC de Computação, destacando a importância do desenvolvimento avançado dessas habilidades para a atuação pedagógica inovadora, interdisciplinar e alinhada às demandas contemporâneas da educação. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, baseada na análise de documentos oficiais da BNCC de Computação e produções acadêmicas sobre competências digitais docentes. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica, considerando autores da área de tecnologia educacional e formação docente. **Resultados:** Os resultados indicam que as competências digitais docentes envolvem letramento digital, pensamento computacional, uso pedagógico de linguagens de programação e integração de tecnologias educacionais ao currículo. Observa-se que o pensamento computacional atua como eixo estruturante, favorecendo a resolução de problemas, a análise de padrões e a criação de algoritmos aplicados ao ensino. Destaca-se ainda a importância de metodologias ativas, cultura maker e aprendizagem baseada em projetos, que ampliam a criatividade e o protagonismo docente e discente. **Conclusão:** O desenvolvimento avançado das competências digitais docentes é essencial para a implementação da BNCC de Computação, promovendo práticas pedagógicas inovadoras, críticas e alinhadas às transformações tecnológicas, além de fortalecer uma educação mais interativa, interdisciplinar e significativa.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Competências digitais docentes para a BNCC de computação: proposta de desenvolvimento avançado.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/compete-ncias-digitais-docentes-para-a-bncc-de-computaca-o. Acesso em: 08 abr. 2026.

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente trabalho aborda a relevância da psicopedagogia institucional no contexto educacional contemporâneo, destacando suas contribuições para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem no século XXI. Analisa-se a atuação do psicopedagogo no espaço institucional, enfatizando sua mediação entre alunos, professores e família, considerando fatores cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos que influenciam o processo de aprendizagem. **Objetivos:** Analisar a importância da psicopedagogia institucional no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, destacando suas intervenções no contexto escolar e sua contribuição para a promoção de uma educação inclusiva, integradora e significativa no século XXI. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas sobre psicopedagogia institucional e dificuldades de aprendizagem. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica de autores da área da educação e da psicopedagogia. **Resultados:** Os resultados indicam que as dificuldades de aprendizagem são multifatoriais, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais, como dislexia, discalculia, TDAH, ansiedade e desmotivação. Evidencia-se que as intervenções psicopedagógicas institucionais, quando realizadas de forma preventiva e coletiva, contribuem para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se também a importância do diagnóstico institucional, do planejamento pedagógico e da formação continuada dos profissionais da educação. **Conclusão:** A psicopedagogia institucional desempenha papel fundamental no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, promovendo intervenções que favorecem a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes, além de contribuir para a melhoria das práticas educativas no contexto escolar contemporâneo.

REFERÊNCIA: AMORIM, Allyne de Moura; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Psicopedagogia institucional: intervenções no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem no século XXI.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1026386491/Psicopedagogia-institucional. Acesso em: 14 abr. 2026.

NEUROEDUCAÇÃO E ENSINO DIGITAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM (TEA) NÍVEIS DE SUPORTE 1, 2 E 3.

Rita Cristina Guimarães de Almeida
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O presente artigo destaca os principais eixos da articulação entre neuroeducação e ensino digital no Atendimento Educacional Especializado (AEE), com ênfase em estratégias inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) níveis de suporte 1, 2 e 3. Evidencia-se que a integração entre conhecimentos neurocientíficos e tecnologias digitais ressignifica o processo de ensino e aprendizagem, considerando a diversidade cognitiva, comportamental e sensorial dos estudantes. Essa articulação possibilita a construção de práticas pedagógicas mais individualizadas e alinhadas às necessidades específicas de cada aluno. Favorece a criação de estratégias mais eficazes de intervenção, baseadas no funcionamento do cérebro e nos processos de aprendizagem. As tecnologias digitais ampliam essas possibilidades ao oferecer recursos adaptativos, interativos e multimodais. Dessa forma, o ensino torna-se mais inclusivo, dinâmico e sensível às diferenças presentes no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar como a neuroeducação aliada ao ensino digital pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias inclusivas no AEE, destacando práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de estudantes com TEA em diferentes níveis de suporte. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, baseada na análise de entrevista e produções acadêmicas sobre neuroeducação, ensino digital e educação inclusiva. O estudo foi desenvolvido por meio de leitura crítica e interpretação teórica, considerando contribuições da neuropsicopedagogia e da educação especial. **Resultados:** Os resultados indicam que a compreensão dos processos neurais relacionados à atenção, memória e linguagem permite intervenções pedagógicas mais eficazes e individualizadas. Observa-se que o ensino digital favorece a personalização da aprendizagem por meio de recursos interativos, plataformas adaptativas e tecnologias assistivas, ampliando a acessibilidade e o engajamento dos estudantes. Destaca-se ainda que a previsibilidade dos ambientes digitais contribui para a redução da sobrecarga sensorial e o fortalecimento da autonomia. A mediação docente qualificada e a formação continuada são apontadas como essenciais para o sucesso das práticas inclusivas. **Conclusão:** A relação entre neuroeducação e ensino digital no AEE representa um caminho promissor para a inclusão de estudantes com TEA, promovendo aprendizagens mais significativas, acessíveis e alinhadas às demandas educacionais contemporâneas.

REFERÊNCIA: ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Neuroeducação e ensino digital no atendimento educacional especializado: estratégias inclusivas para estudantes com (TEA) níveis de suporte 1, 2 e 3**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/neu-educacao-e-ensino-digital-no-atendimento-educacional-especializado-aee. Acesso em: 15 abr. 2026.

INTERFACES ENTRE NEUROEDUCAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO FORTALECIMENTO DO AEE.

Idênis Glória Belchior

Introdução: A articulação entre neuroeducação, inteligência artificial e inclusão escolar tem se consolidado como um campo emergente de investigação voltado à compreensão dos processos de aprendizagem em sua complexidade cognitiva, emocional e social. No contexto do Atendimento Educacional Especializado, tais interfaces ampliam possibilidades de personalização do ensino e de identificação mais precisa das necessidades dos estudantes público-alvo da educação inclusiva. A presença crescente de tecnologias digitais no ambiente escolar redefine práticas pedagógicas e exige novas abordagens teóricas capazes de integrar avanços científicos e demandas educacionais contemporâneas. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da neuroeducação associadas ao uso da inteligência artificial no fortalecimento das práticas de inclusão escolar no Atendimento Educacional Especializado. Busca-se compreender de que forma essas tecnologias podem auxiliar na identificação de padrões de aprendizagem, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas personalizadas e na promoção da equidade educacional. Também pretende discutir desafios éticos, pedagógicos e institucionais envolvidos na implementação dessas ferramentas no contexto educacional. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise de produções científicas nacionais e internacionais sobre neuroeducação, inteligência artificial e educação inclusiva. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, artigos científicos, livros e documentos institucionais relacionados ao Atendimento Educacional Especializado. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática, permitindo a identificação de convergências teóricas e práticas entre os campos investigados. **Resultados:** Os achados indicam que a integração entre neuroeducação e inteligência artificial potencializa a compreensão dos processos de aprendizagem, permitindo diagnósticos mais refinados e intervenções pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais dos estudantes. Observa-se que tecnologias baseadas em inteligência artificial contribuem para a criação de ambientes de aprendizagem adaptativos, favorecendo a inclusão e a participação ativa no contexto escolar. Entretanto, também são evidenciados desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura tecnológica e às questões éticas vinculadas ao uso de dados educacionais. **Conclusão:** A convergência entre neuroeducação e inteligência artificial representa um avanço significativo para o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, ampliando as possibilidades de inclusão escolar. Contudo, sua efetivação depende de investimentos em formação continuada de professores, desenvolvimento de políticas públicas adequadas e implementação responsável das tecnologias digitais. O equilíbrio entre inovação tecnológica e compromisso pedagógico emerge como elemento central para garantir uma educação mais equitativa, acessível e sensível às singularidades dos estudantes.

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idênis Glória**. Educação inclusiva mediada por tecnologias digitais: caminhos para equidade e acessibilidade no ensino contemporâneo.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111bfe6e18db977. Acesso em: 06 abr. 2026.

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO AEE MEDIADAS PELA NEUROEDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS (TAs) PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS E SOCIOEMOCIONAIS.

Idênis Glória Belchior

Introdução: A inclusão escolar no Atendimento Educacional Especializado tem sido ressignificada a partir do avanço da neuroeducação e da ampliação do uso de tecnologias assistivas no contexto pedagógico contemporâneo. A compreensão dos processos cognitivos e socioemocionais dos estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem possibilita intervenções mais precisas e sensíveis às suas necessidades individuais. Nesse cenário, as tecnologias assistivas emergem como instrumentos mediadores fundamentais para promover autonomia, participação e aprendizagem significativa, fortalecendo práticas educativas alinhadas aos princípios da educação inclusiva. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições das tecnologias assistivas, articuladas aos conhecimentos da neuroeducação, para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais no âmbito do AEE. Busca-se identificar estratégias pedagógicas que favoreçam a personalização do ensino e a ampliação da autonomia dos estudantes, bem como discutir os impactos dessas práticas na construção de ambientes educacionais mais inclusivos e equitativos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico e documental. Foram analisadas produções científicas, livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais relacionados à neuroeducação, tecnologias assistivas e educação inclusiva. A seleção do material ocorreu com base em critérios de relevância temática, atualidade e consistência teórica. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura interpretativa e categorização temática, permitindo a identificação de contribuições e desafios presentes na literatura. **Resultados:** Os resultados evidenciam que o uso de tecnologias assistivas no AEE, fundamentado em princípios da neuroeducação, favorece o desenvolvimento de funções cognitivas como atenção, memória e raciocínio, além de contribuir para o fortalecimento de habilidades socioemocionais, como autonomia, autoestima e interação social. Observa-se que esses recursos ampliam as possibilidades de aprendizagem personalizada e promovem maior engajamento dos estudantes nas atividades pedagógicas. Entretanto, também são identificadas limitações relacionadas à formação docente e à disponibilidade de recursos tecnológicos adequados. **Conclusão:** A integração entre neuroeducação e tecnologias assistivas representa um caminho promissor para a consolidação de práticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado. Essa articulação potencializa o desenvolvimento integral dos estudantes, favorecendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também aspectos emocionais e sociais essenciais ao processo de aprendizagem. No entanto, sua efetividade depende de políticas educacionais consistentes, formação continuada de professores e investimento em infraestrutura tecnológica que assegure condições equitativas de acesso e uso.

REFERENCIA: BELCHIOR, Idênis Glória. **Tecnologias assistivas e sua contribuição para a aprendizagem de alunos com deficiência.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/928558177/Tecnologias-Assistivas-e-Sua-Contribuicao-Para-a-Aprendizagem-de-Alunos-Com-Deficiencia-Idenis-Gloria-Belchior. Acesso em: 10 abr. 2026.

NEUROEDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ESTRATÉGIAS PARA A PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO ESCOLAR.

Idênis Glória Belchior

Introdução: A interface entre neuroeducação e tecnologias digitais tem reconfigurado práticas pedagógicas no contexto do Atendimento Educacional Especializado, sobretudo ao possibilitar maior compreensão sobre os diferentes perfis cognitivos dos estudantes. Esse campo de investigação amplia o olhar sobre os processos de aprendizagem ao considerar aspectos neurológicos, emocionais e sociais como elementos indissociáveis da experiência educativa. No cenário contemporâneo, a inclusão escolar demanda abordagens mais flexíveis, capazes de respeitar ritmos e modos diversos de aprender, fortalecendo o papel das tecnologias como mediadoras do conhecimento. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da neuroeducação associada ao uso de tecnologias digitais na personalização da aprendizagem de estudantes atendidos no AEE. Busca-se compreender como esses recursos podem favorecer práticas inclusivas, potencializar o desenvolvimento cognitivo e ampliar a participação ativa dos estudantes no processo educativo. Também se propõe discutir os desafios relacionados à formação docente e à implementação dessas tecnologias no cotidiano escolar. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de produções científicas, livros e artigos acadêmicos relacionados à neuroeducação, tecnologias digitais e educação inclusiva. As fontes foram selecionadas em bases de dados acadêmicas com critérios de relevância, atualidade e consistência teórica. A análise ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática, permitindo identificar convergências conceituais e práticas no campo investigado. **Resultados:** Os resultados indicam que a integração entre neuroeducação e tecnologias digitais favorece a personalização do ensino, permitindo a adaptação de estratégias pedagógicas às necessidades individuais dos estudantes. Observa-se maior engajamento, autonomia e melhoria no desempenho cognitivo quando recursos digitais são utilizados de forma planejada no AEE. Entretanto, persistem desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, à formação continuada de professores e à necessidade de políticas educacionais mais estruturadas para sustentar essas práticas. **Conclusão:** A articulação entre neuroeducação e tecnologias digitais constitui um caminho promissor para o fortalecimento da inclusão escolar no Atendimento Educacional Especializado. Essa integração possibilita práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças cognitivas, promovendo aprendizagem significativa e equitativa. Contudo, sua efetivação depende de investimentos em formação docente, ampliação do acesso às tecnologias e consolidação de estratégias educacionais que priorizem a diversidade como princípio estruturante do processo educativo.

REFERENCIA: BELCHIOR, Idênis Glória. **Tecnologias assistivas e sua contribuição para a aprendizagem de alunos com deficiência.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/928558177/Tecnologias-Assistivas-e-Sua-Contribuicao-Para-a-Aprendizagem-de-Alunos-Com-Deficiencia-Idenis-Gloria-Belchior. Acesso em: 10 abr. 2026.

ENSINO DE LINGUAGENS NA ERA DIGITAL: INTEGRAÇÃO ENTRE METODOLOGIAS ATIVAS, TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES NO PROCESSO EDUCATIVO.

Celine Maria de Sousa Azevedo

Introdução: O ensino de linguagens na contemporaneidade passa por transformações significativas impulsionadas pela expansão das tecnologias digitais e pela reorganização dos processos educativos. Esse cenário favorece a incorporação de metodologias ativas que deslocam o estudante para o centro da aprendizagem, promovendo maior participação, autonomia e construção colaborativa do conhecimento. A articulação entre linguagens, tecnologias educacionais e práticas interdisciplinares amplia as possibilidades formativas ao integrar diferentes campos do saber em experiências pedagógicas mais dinâmicas e significativas. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar como o ensino de linguagens pode ser potencializado pela integração entre metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens interdisciplinares. Busca-se compreender de que forma essas estratégias contribuem para o desenvolvimento de competências comunicativas, críticas e digitais dos estudantes, além de investigar os desafios enfrentados pelos docentes na implementação dessas práticas inovadoras. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico e documental. Foram analisadas produções científicas, livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais relacionados ao ensino de linguagens, tecnologias educacionais e interdisciplinaridade. A seleção das fontes considerou critérios de relevância temática, atualidade e consistência teórica. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática, permitindo identificar convergências e tensões presentes na literatura. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a integração entre metodologias ativas e tecnologias educacionais favorece o engajamento dos estudantes e amplia o desenvolvimento de competências linguísticas em contextos mais contextualizados e interativos. Observa-se também que a interdisciplinaridade contribui para a construção de aprendizagens mais significativas, ao conectar o ensino de linguagens a outras áreas do conhecimento. Entretanto, desafios como formação docente insuficiente, desigualdade de acesso às tecnologias e resistência a mudanças pedagógicas ainda limitam a plena implementação dessas práticas. **Conclusão:** O ensino de linguagens na era digital exige uma reconfiguração das práticas pedagógicas, na qual metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens interdisciplinares se articulam como elementos fundamentais para a inovação educacional. Essa integração potencializa o processo de ensino e aprendizagem, promovendo maior protagonismo discente e ampliação das competências comunicativas. No entanto, sua efetivação depende de investimentos contínuos em formação docente, infraestrutura adequada e políticas educacionais que incentivem práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

REFERENCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa. **Gestão educacional: liderança e inovação.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0072781115f12bc581c8b. Acesso em: 08 abr. 2026.

INTERDISCIPLINARIDADE, EDUCAÇÃO E MULTILETRAMENTOS DIGITAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO USO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS EM SALA DE AULA.

Celine Maria de Sousa Azevedo

Introdução: A consolidação das tecnologias digitais no campo educacional tem provocado profundas transformações nas práticas pedagógicas, especialmente no ensino de linguagens e nas abordagens interdisciplinares. Esse movimento amplia o conceito de letramento ao incorporar múltiplas formas de leitura, produção e interpretação de textos em diferentes mídias. Os multiletramentos digitais emergem como resposta às demandas de uma sociedade conectada, na qual a construção do conhecimento se dá em ambientes híbridos, dinâmicos e colaborativos. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da integração entre interdisciplinaridade, educação e multiletramentos digitais no uso de tecnologias inovadoras em sala de aula. Busca-se compreender de que maneira essas práticas contribuem para o desenvolvimento de competências críticas, comunicativas e digitais dos estudantes, bem como identificar limitações estruturais e pedagógicas enfrentadas pelos educadores. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Foram analisadas produções científicas, artigos acadêmicos e documentos educacionais relacionados aos multiletramentos digitais, interdisciplinaridade e tecnologias educacionais. A seleção das fontes ocorreu com base em critérios de relevância, atualidade e consistência teórica. Os dados foram interpretados por meio de leitura analítica e categorização temática, permitindo identificar convergências e desafios presentes na literatura. **Resultados:** Os resultados indicam que o uso de tecnologias inovadoras favorece práticas pedagógicas mais interativas e colaborativas, ampliando o engajamento dos estudantes e promovendo aprendizagens mais significativas. A interdisciplinaridade contribui para a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, fortalecendo a compreensão crítica dos conteúdos. Contudo, persistem desafios relacionados à formação docente, à desigualdade de acesso às tecnologias e à necessidade de maior planejamento pedagógico para o uso efetivo dos multiletramentos digitais. **Conclusão:** A consistência entre interdisciplinaridade, educação e multiletramentos digitais representa um caminho promissor para a inovação educacional. Essa articulação potencializa o desenvolvimento de competências essenciais para a sociedade contemporânea, promovendo uma aprendizagem mais dinâmica, crítica e inclusiva. Entretanto, sua consolidação depende de investimentos em formação docente, infraestrutura tecnológica adequada e políticas educacionais que incentivem práticas pedagógicas transformadoras.

REFERÊNCIA:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa. **Aprendizagem colaborativa e desenvolvimento integral: aplicações das teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon em sala de aula.** 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/923659745/Aprendizagem-Colaborativa-e-Desenvolvimento-Integral-Por-Celine-Maria-Azevedo. Acesso em: 07 abr. 2026.

LINGUAGENS E TECNOLOGIAS INOVADORAS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.

Celine Maria de Sousa Azevedo

Introdução: A educação contemporânea tem passado por transformações significativas impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela necessidade de metodologias mais ativas e centradas no estudante. Nesse contexto, as linguagens e tecnologias inovadoras desempenham um papel fundamental ao promover práticas interdisciplinares que favorecem a construção do conhecimento de forma mais significativa. Inspiradas em teorias como as de Piaget, Vygotsky e Wallon, essas abordagens valorizam a interação social, a mediação pedagógica e o desenvolvimento integral do aluno, contribuindo para uma aprendizagem mais dinâmica e contextualizada. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar o uso de linguagens e tecnologias inovadoras no ambiente escolar, destacando suas contribuições para práticas interdisciplinares e para o desenvolvimento da aprendizagem significativa. Busca-se também compreender como essas ferramentas podem potencializar a participação ativa dos estudantes e favorecer a construção colaborativa do conhecimento. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, baseada em obras e artigos científicos sobre educação, tecnologias digitais e teorias da aprendizagem. Foram analisadas contribuições de autores como Piaget, Vygotsky e Wallon, além de pesquisas recentes sobre metodologias ativas, uso de tecnologias educacionais e práticas interdisciplinares em sala de aula. **Resultados:** Os resultados indicam que o uso de tecnologias educacionais, como plataformas digitais, recursos multimídia e ambientes virtuais de aprendizagem, contribui significativamente para o engajamento dos estudantes. Observa-se também que práticas interdisciplinares favorecem a construção de conexões entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo maior compreensão dos conteúdos. Além disso, a mediação pedagógica baseada na interação social fortalece o processo de aprendizagem significativa, conforme proposto pelas teorias construtivistas e sociointeracionistas. **Conclusão:** A integração de linguagens e tecnologias inovadoras na educação contemporânea é essencial para promover uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Quando aliadas a práticas interdisciplinares, essas ferramentas ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, estimulando o protagonismo dos estudantes e o desenvolvimento integral. Dessa forma, torna-se fundamental investir na formação docente e na infraestrutura tecnológica das escolas para garantir a efetividade dessas práticas.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa. **Aprendizagem colaborativa e desenvolvimento integral: aplicações das teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon em sala de aula.** 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/923659745/Aprendizagem-Colaborativa-e-Desenvolvimento-Integral-Por-Celine-Maria-Azevedo. Acesso em: 10 abr. 2026.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA PRÁTICA DOCENTE INCLUSIVA.

Francisca Araújo da Silva

Introdução: A inclusão escolar na educação infantil exige práticas pedagógicas que garantam o acesso e a participação de todas as crianças no processo de aprendizagem. Nesse contexto, a tecnologia assistiva surge como um importante recurso para promover a autonomia, a comunicação e o desenvolvimento de crianças com deficiência ou necessidades educacionais específicas. No entanto, sua utilização ainda enfrenta desafios significativos no ambiente escolar, especialmente relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos e à infraestrutura das instituições. Ao mesmo tempo, essas tecnologias representam possibilidades concretas de inovação pedagógica e fortalecimento da educação inclusiva. **Objetivos: Analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na** utilização da tecnologia assistiva na educação infantil inclusiva, bem como identificar as possibilidades pedagógicas que esses recursos oferecem para promover a inclusão e a aprendizagem significativa das crianças. **Materiais e Métodos:** Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em livros, artigos científicos e produções acadêmicas sobre educação inclusiva, tecnologia assistiva e prática docente. Foram analisadas contribuições teóricas que discutem a formação de professores, a acessibilidade no ambiente escolar e o uso de recursos tecnológicos como apoio ao processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. **Resultados:** Os resultados indicam que um dos principais desafios para o uso da tecnologia assistiva é a insuficiência de formação docente específica, o que limita a aplicação adequada desses recursos em sala de aula. Além disso, a falta de infraestrutura e de materiais tecnológicos nas escolas também dificulta a implementação de práticas inclusivas. Por outro lado, observa-se que, quando utilizados de forma adequada, os recursos de tecnologia assistiva favorecem a participação ativa das crianças, promovem a comunicação alternativa e ampliam as possibilidades de aprendizagem, contribuindo para uma educação mais inclusiva e significativa. **Conclusão:** A tecnologia assistiva possui um papel fundamental na promoção da inclusão na educação infantil, mas sua efetividade depende diretamente da formação docente e das condições estruturais das escolas. Apesar dos desafios existentes, as possibilidades de inovação pedagógica são amplas, permitindo práticas mais acessíveis, interativas e centradas no desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, é essencial investir em políticas públicas, capacitação docente e recursos tecnológicos para fortalecer a educação inclusiva.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva: favorecendo a inclusão escolar.** Porto Alegre: CEDI, 2013.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS COMO MEDIADORAS DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA.

Francisca Araújo da Silva

Introdução: A educação infantil inclusiva busca garantir o direito de todas as crianças ao acesso, participação e aprendizagem no ambiente escolar. Nesse contexto, as tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental ao atuarem como mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social e motor das crianças com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Recursos como comunicação alternativa, materiais adaptados e softwares educativos contribuem para a ampliação das possibilidades de interação e aprendizagem, promovendo maior autonomia e inclusão no espaço escolar. **Objetivos:** Analisar como as tecnologias assistivas podem atuar como mediadoras da aprendizagem na educação infantil inclusiva, destacando suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção de práticas pedagógicas mais acessíveis e significativas. **Materiais e Métodos:** O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e documentos acadêmicos sobre educação inclusiva e tecnologia assistiva. Foram analisadas produções teóricas de autores que discutem o uso de recursos tecnológicos no processo educativo, com foco na mediação pedagógica e no desenvolvimento infantil na perspectiva inclusiva. **Resultados:** Os resultados indicam que as tecnologias assistivas contribuem significativamente para a mediação da aprendizagem, facilitando a comunicação, a participação e o desenvolvimento das crianças na educação infantil. Observa-se que recursos como sistemas de comunicação alternativa, brinquedos adaptados e softwares educativos promovem maior engajamento e interação em sala de aula. Além disso, essas tecnologias favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras, ampliando as possibilidades de inclusão e aprendizagem significativa. **Conclusão: A**s tecnologias assistivas desempenham um papel essencial na educação infantil inclusiva, atuando como ferramentas mediadoras que potencializam o processo de ensino-aprendizagem. Sua utilização contribui para a autonomia e o desenvolvimento integral das crianças, desde que sejam acompanhadas de formação docente adequada e planejamento pedagógico inclusivo. Dessa forma, fortalecem-se práticas educacionais mais equitativas e acessíveis.

REFERÊNCIA:

CORREA, Ygor; MORO, Tatiele Bolson; VALENTINI, Carla Beatris. **Tecnologia assistiva na educação inclusiva.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp. 4, 2021.

LIMA, A. C.; ULBRICHT, V. R. **O uso de tecnologia assistiva: fator relevante aos processos de ensino e de aprendizagem de alunos com deficiência visual.** Educere et Educare, v. 18, n. 45, p. 578–596, 2023.

MELO SILVA, Maria Gilnária Gomes. **Tecnologia assistiva na educação: conceito, evolução e perspectivas para uma escola inclusiva e dialógica.** Revista Educação Inclusiva (REIN), v. 10, n. 1, p. 170–181, 2025.

FORMAÇÃO DOCENTE E O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA.

Francisca Araújo da Silva

Introdução: A educação infantil inclusiva demanda práticas pedagógicas que garantam o acesso, a participação e a aprendizagem de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, a tecnologia assistiva constitui um recurso essencial para promover a inclusão e favorecer o desenvolvimento integral. No entanto, a efetividade do seu uso está diretamente relacionada à formação docente, tanto inicial quanto continuada. O preparo profissional do professor é determinante para a escolha adequada, adaptação e aplicação desses recursos no ambiente escolar, contribuindo para práticas pedagógicas mais acessíveis e significativas. **Objetivos:** Analisar a importância da formação docente para o uso adequado da tecnologia assistiva na educação infantil inclusiva, destacando como o preparo profissional influencia a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento das crianças. **Materiais e Métodos:** O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em livros, artigos científicos e documentos acadêmicos sobre formação docente, educação inclusiva e tecnologia assistiva. Foram analisadas produções teóricas que discutem o papel do professor na mediação pedagógica e na utilização de recursos tecnológicos voltados à inclusão escolar. **Resultados:** Os resultados indicam que a formação docente é um fator essencial para a efetiva utilização da tecnologia assistiva na educação infantil inclusiva. Observa-se que professores com formação específica apresentam maior segurança e criatividade na adaptação de recursos pedagógicos, favorecendo a participação das crianças no processo de aprendizagem. Por outro lado, a falta de formação adequada limita o uso desses recursos e compromete a qualidade da inclusão. Evidencia-se também que a formação continuada contribui para a atualização profissional e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inovadoras e acessíveis. **Conclusão:** A formação docente é fundamental para a implementação eficaz da tecnologia assistiva na educação infantil inclusiva. O investimento em formação inicial e continuada possibilita aos professores maior domínio sobre os recursos disponíveis, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas. Assim, fortalecer a formação docente é essencial para garantir uma educação mais equitativa e de qualidade para todas as crianças.

REFERÊNCIA:

CORREA, Ygor; MORO, Tatiele Bolson; VALENTINI, Carla Beatris. **Tecnologia assistiva na educação inclusiva.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp. 4, 2021.

LIMA, A. C.; ULBRICHT, V. R. **O uso de tecnologia assistiva: fator relevante aos processos de ensino e de aprendizagem de alunos com deficiência visual.** Educere et Educare, v. 18, n. 45, p. 578–596, 2023.

CORES E RAÇAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS E PELO RECONHECIMENTO CULTURAL DAS DESCENDÊNCIAS.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Natalina Farias Ribeiro
Hevelin Katana Farias Ribeiro
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A discussão sobre cores e raças no Brasil envolve um processo histórico marcado por desigualdades sociais, culturais e econômicas que se consolidaram desde o período colonial. A formação da sociedade brasileira foi profundamente influenciada pela escravização de povos africanos e pela marginalização de populações indígenas, resultando em estruturas sociais que ainda refletem desigualdades raciais. Compreender a construção histórica da luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das diferentes descendências é fundamental para analisar os avanços e desafios na promoção da justiça social e da equidade racial no país. **Objetivos:** Analisar criticamente a construção histórica das relações raciais no Brasil, destacando a luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das diferentes descendências, bem como os impactos dessas questões na sociedade contemporânea. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e obras que discutem as relações raciais no Brasil, a formação social do país e os movimentos de luta por igualdade racial. Foram analisadas contribuições teóricas e históricas que abordam a construção social da identidade racial e os processos de exclusão e resistência ao longo do tempo. **Resultados:** Os resultados indicam que a construção das relações raciais no Brasil está diretamente ligada a um histórico de desigualdades estruturais que ainda persistem na sociedade contemporânea. Observa-se que, apesar dos avanços legais e sociais na promoção da igualdade racial, ainda existem desafios relacionados ao racismo estrutural, à desigualdade de oportunidades e ao reconhecimento pleno das identidades culturais. Por outro lado, destaca-se o fortalecimento dos movimentos sociais e culturais que lutam pela valorização das descendências africanas e indígenas, promovendo maior visibilidade e conscientização social. **Conclusão:** A luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das diferentes descendências no Brasil é um processo contínuo e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Embora tenham ocorrido avanços significativos, ainda é necessário enfrentar as desigualdades estruturais e fortalecer políticas públicas que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade cultural.

REFERÊNCIA: FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al**. Cores e raças no Brasil: uma análise crítica sobre a construção histórica da luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das descendências.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://archive.org/details/cores-e-rac-as-no-brasil_202511. Acesso em: 10 abr. 2026

CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: SABERES, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Rosimery Mendes Rodrigues

Introdução: A cultura negra no Brasil constitui um elemento fundamental na formação histórica, social e cultural do país, influenciando diretamente a construção das identidades e dos saberes populares. No campo educacional, a promoção de uma educação antirracista se torna essencial para combater preconceitos, valorizar as contribuições afro-brasileiras e fortalecer o pertencimento dos estudantes negros. A escola assume um papel central na desconstrução de estereótipos e na promoção de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade étnico-racial. **Objetivos:** Analisar a importância da cultura negra na construção de saberes e identidades, destacando o papel da educação antirracista na promoção do pertencimento e na valorização da diversidade no ambiente escolar. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e produções acadêmicas que abordam a cultura negra, a educação antirracista e as relações étnico-raciais no Brasil. Foram analisadas contribuições teóricas de autores que discutem identidade, diversidade cultural e práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. **Resultados:** Os resultados indicam que a valorização da cultura negra no ambiente escolar contribui significativamente para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Observa-se que práticas pedagógicas antirracistas promovem maior conscientização sobre a diversidade cultural e ajudam a combater atitudes discriminatórias. Além disso, o reconhecimento dos saberes afro-brasileiros favorece o sentimento de pertencimento e o respeito às diferenças. **Conclusão:** A educação antirracista é fundamental para a valorização da cultura negra e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao incorporar saberes e identidades afro-brasileiras no currículo escolar, promove-se o respeito à diversidade e o fortalecimento do pertencimento dos estudantes, contribuindo para a formação cidadã e crítica.

REFERÊNCIA: FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al. **Cultura negra e educação antirracista: saberes, identidades e pertencimento.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/146191515/CULTURA_NEGRA_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_ANTIRRACISTA_SABERES_IDENTIDADES_E_PERTENCIMENTO. Acesso em: 11 abr. 2026.

RAÇAS E RESPEITO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas

Introdução: A discussão sobre raças e respeito é fundamental para compreender as relações sociais e os desafios da convivência em uma sociedade marcada pela diversidade étnico-racial. O respeito às diferenças raciais envolve o reconhecimento da dignidade de todos os grupos sociais, bem como o combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades históricas. A educação desempenha um papel essencial na formação de valores, atitudes e práticas que promovam a igualdade e a valorização da diversidade. **Objetivos:** Analisar a importância do respeito às diferentes raças na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, destacando o papel da educação na promoção da equidade racial e no combate ao racismo. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e documentos acadêmicos sobre relações étnico-raciais, diversidade cultural e educação antirracista. Foram analisadas contribuições teóricas que discutem a construção social das identidades raciais e estratégias pedagógicas para o respeito à diversidade. **Resultados:** Os resultados indicam que o respeito às diferentes raças é um fator essencial para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da convivência harmoniosa. Observa-se que práticas educativas que valorizam a diversidade contribuem para a conscientização dos estudantes sobre o racismo e fortalecem atitudes de respeito e empatia. Além disso, evidencia-se que a ausência de discussões sobre o tema na escola pode reforçar preconceitos e desigualdades. **Conclusão:** O respeito às raças é indispensável para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. A educação tem papel central nesse processo, ao promover valores de respeito, inclusão e valorização da diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos. Nesse sentido, o ambiente escolar torna-se um espaço privilegiado para o enfrentamento de preconceitos historicamente enraizados, possibilitando o diálogo, a reflexão e a desconstrução de estereótipos que ainda persistem nas relações sociais. A promoção da igualdade racial na educação não se limita a conteúdos teóricos, mas deve estar presente nas práticas pedagógicas, nas relações interpessoais e nas políticas institucionais. Ao valorizar diferentes identidades, culturas e trajetórias, a escola contribui para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para o reconhecimento da riqueza da diversidade humana. Dessa forma, educar para o respeito às raças significa também educar para a cidadania, para a justiça social e para a convivência democrática.

REFERÊNCIA:

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al. **Cultura negra e educação antirracista: saberes, identidades e pertencimento.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/146191515/CULTURA_NEGRA_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_ANTIRRACISTA_SABERES_IDENTIDADES_E_PERTENCIMENTO. Acesso em: 11 abr. 2026.

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al**. Cores e raças no Brasil: uma análise crítica sobre a construção histórica da luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das descendências.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://archive.org/details/cores-e-racas-no-brasil_202511. Acesso em: 10 abr. 2026

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS DIGITAIS E CULTURA DAS RAÇAS: CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas

Introdução: A relação entre educação, tecnologias digitais e cultura das raças tem se tornado cada vez mais relevante no contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pelo acesso ampliado à informação. As tecnologias digitais oferecem novas possibilidades para a valorização das culturas étnico-raciais, permitindo a disseminação de conhecimentos, histórias e identidades que muitas vezes foram invisibilizadas. Na educação, esses recursos podem contribuir significativamente para a promoção de uma prática pedagógica mais inclusiva, crítica e antirracista. **Objetivos:** Analisar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas na educação para valorizar a cultura das diferentes raças, promovendo a inclusão, o respeito à diversidade e o combate ao racismo no ambiente escolar. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e produções acadêmicas sobre educação, tecnologias digitais e relações étnico-raciais. Foram analisadas contribuições teóricas que discutem o uso de recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas para a valorização da cultura afro-brasileira, indígena e de outras identidades raciais. **Resultados:** Os resultados indicam que o uso de tecnologias digitais na educação contribui para ampliar o acesso a conteúdos sobre culturas étnico-raciais, favorecendo a construção de uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Observa-se que recursos como vídeos, plataformas digitais, jogos educativos e redes sociais podem fortalecer a valorização da diversidade cultural e estimular o pensamento crítico dos estudantes. Além disso, essas ferramentas ajudam a combater estereótipos e preconceitos ao promover representações mais positivas e inclusivas das diferentes raças. **Conclusão:** A integração entre educação, tecnologias digitais e cultura das raças é fundamental para a construção de uma prática pedagógica mais inclusiva e antirracista. O uso consciente das tecnologias no ambiente escolar contribui para a valorização da diversidade étnico-racial, fortalecendo o respeito, a identidade e o pertencimento dos estudantes.

REFERÊNCIA:

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al. **Cultura negra e educação antirracista: saberes, identidades e pertencimento.** Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/146191515/CULTURA_NEGRA_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_ANTIRRACISTA_SABERES_IDENTIDADES_E_PERTENCIMENTO. Acesso em: 11 abr. 2026.

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos et al**. Cores e raças no Brasil: uma análise crítica sobre a construção histórica da luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das descendências.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://archive.org/details/cores-e-racas-no-brasil_202511. Acesso em: 10 abr. 2026.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATUAÇÃO COMO MODERADORA VOLUNTÁRIA NO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

Introdução: O presente relato de experiência descreve a atuação como moderadora voluntária em um curso de capacitação em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A formação docente para a inclusão é fundamental para garantir práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. A atuação em ambientes formativos contribui não apenas para o apoio organizacional e pedagógico do curso, mas também para o aprofundamento dos conhecimentos sobre educação inclusiva, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas acessíveis. **Objetivos:** Relatar a experiência de atuação como moderadora voluntária no curso de capacitação em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, destacando as contribuições dessa vivência para a formação profissional, o desenvolvimento de competências pedagógicas e a compreensão das práticas inclusivas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, baseado na vivência prática durante a mediação e acompanhamento das atividades do curso de capacitação. As ações incluíram o apoio aos participantes, organização de discussões em fóruns, mediação de interações, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem. Também foram utilizados registros pessoais de observação e participação ao longo do curso. **Resultados:** A experiência demonstrou que a atuação como moderadora contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades como comunicação, mediação pedagógica, organização e trabalho colaborativo. Observou-se maior compreensão sobre os desafios enfrentados por professores na implementação da educação inclusiva, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias assistivas e à adaptação de práticas pedagógicas. A interação com os participantes possibilitou o compartilhamento de experiências e o fortalecimento de uma visão mais ampla sobre a importância da inclusão escolar. **Conclusão:** A atuação como moderadora voluntária em um curso de capacitação em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi uma experiência enriquecedora, que contribuiu tanto para o desenvolvimento profissional quanto para a ampliação do entendimento sobre práticas inclusivas. A vivência reforça a importância da formação continuada e do trabalho colaborativo na construção de uma educação mais inclusiva, acessível e de qualidade para todos.

REFERÊNCIA:

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Unidade I – Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.** Uberlândia: UFU, 2025. (Arquivo pessoal da Autora) Acesso em: 10 abr. 2026.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Unidade II – Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.** Uberlândia: UFU, 2025. (Arquivo pessoal da Autora) Acesso em: 10 abr. 2026.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Unidade III – Atendimento Educacional Especializado.** Uberlândia: UFU, 2025. (Arquivo pessoal da Autora) Acesso em: 10 abr. 2026.

FORMAÇÃO CONTINUADA E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA MODERADORA VOLUNTÁRIA EM CURSOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

Introdução: A formação continuada de professores é um elemento essencial para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar. Na perspectiva da Educação Especial inclusiva, esses processos formativos contribuem para o aprimoramento de saberes docentes, especialmente no que se refere ao atendimento às diferenças e à promoção da aprendizagem de todos os estudantes. A atuação de moderadores voluntários em cursos de capacitação desempenha um papel importante, pois favorece a mediação das interações, o acompanhamento das atividades e o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem em ambientes virtuais de formação. **Objetivos:** Relatar e analisar a experiência como moderadora voluntária em um curso de capacitação em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, destacando a importância da formação continuada de professores e o papel da mediação pedagógica no processo formativo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um relato de experiência fundamentado em uma abordagem qualitativa, construído a partir da atuação como moderadora voluntária em um curso de formação continuada voltado à Educação Especial na perspectiva inclusiva. A vivência envolveu a mediação de debates em fóruns virtuais, o acompanhamento sistemático das interações entre os cursistas, além do apoio na organização e encaminhamento das atividades pedagógicas propostas ao longo da formação. Também fez parte da atuação o estímulo à participação colaborativa e ao engajamento dos participantes no ambiente virtual de aprendizagem. Para a construção deste relato, foram considerados registros de observação e reflexões produzidas durante o desenvolvimento do processo formativo, permitindo uma análise mais sensível e contextualizada da experiência vivida. **Resultados:** A experiência evidenciou de forma significativa que a atuação da moderadora voluntária foi essencial para o fortalecimento das interações entre os participantes e para a qualificação do desenvolvimento das atividades do curso. Sua mediação pedagógica atuou como elemento facilitador do diálogo, promovendo a construção coletiva do conhecimento e ampliando a profundidade das discussões sobre práticas inclusivas. A vivência destacou a relevância da sua contribuição ativa, demonstrando que a autora fez diferença no processo formativo ao incentivar a participação, organizar os fluxos de interação e favorecer um ambiente colaborativo de aprendizagem. Esse envolvimento possibilitou uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelos docentes na implementação da Educação Inclusiva, ao mesmo tempo em que reforçou a importância da formação continuada como ferramenta de transformação e qualificação da prática pedagógica. **Conclusão:** A experiência como moderadora voluntária em curso de capacitação na área de Educação Especial na perspectiva inclusiva foi significativa para o desenvolvimento profissional e para a compreensão do papel da mediação pedagógica na formação docente. A formação continuada mostra-se fundamental para o aprimoramento das práticas inclusivas, e a atuação colaborativa em ambientes virtuais contribui para a construção de uma educação mais reflexiva, acessível e inclusiva.

REFERÊNCIA:

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Unidade I – Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.** Uberlândia: UFU, 2025. (Arquivo pessoal da Autora) Acesso em: 10 abr. 2026.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Unidade II – Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.** Uberlândia: UFU, 2025. (Arquivo pessoal da Autora) Acesso em: 10 abr. 2026.

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DA CULTURA LEITORA NA COMUNIDADE EDUCATIVAINTRODUÇÃO.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

Introdução: A gestão escolar democrática constitui um princípio fundamental para a organização e o funcionamento das instituições de ensino, promovendo a participação coletiva de todos os atores envolvidos no processo educativo. Nesse contexto, a consolidação da cultura leitora na comunidade educativa torna-se um objetivo essencial, uma vez que a leitura é uma prática que amplia o repertório cultural, crítico e social dos estudantes. Assim, estratégias institucionais bem planejadas, aliadas à participação da comunidade escolar, contribuem para o fortalecimento do hábito da leitura e para a formação de sujeitos mais reflexivos e autônomos. **Objetivos:** Analisar como a gestão escolar democrática pode contribuir para a implementação de estratégias institucionais voltadas à consolidação da cultura leitora na comunidade educativa, destacando ações que incentivem o hábito da leitura no ambiente escolar. **Materiais e Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e documentos educacionais que tratam da gestão escolar democrática, práticas pedagógicas e incentivo à leitura. Foram analisadas contribuições teóricas que discutem o papel da escola, da gestão e da comunidade educativa na promoção da cultura leitora. **Resultados:** Os resultados indicam que a gestão escolar democrática favorece a implementação de práticas coletivas voltadas ao incentivo da leitura, promovendo a participação ativa de professores, estudantes, famílias e comunidade. Observa-se que estratégias institucionais como projetos de leitura, rodas de conversa, feiras literárias e bibliotecas escolares fortalecem o interesse dos estudantes pelos livros. A integração entre escola e comunidade contribui para a valorização da leitura como prática social e cultural. **Conclusão:** A gestão escolar democrática desempenha um papel essencial na consolidação da cultura leitora na comunidade educativa, pois promove a participação ativa de professores, estudantes, famílias e demais membros da comunidade escolar nas decisões e práticas pedagógicas. Quando aliada a estratégias institucionais participativas e bem estruturadas, como projetos de incentivo à leitura, feiras literárias e rodas de leitura, amplia o acesso aos diferentes gêneros textuais e estimula o prazer pela leitura no cotidiano escolar. Contribui significativamente para a formação de leitores críticos, autônomos e engajados, capazes de interpretar e refletir sobre diferentes realidades sociais. Dessa forma, fortalece o processo educativo como um todo, tornando a escola um espaço mais democrático, inclusivo e formador de cidadãos conscientes.

REFERÊNCIA:

BACELAR, L. P. **O papel do Conselho Escolar para a democratização da gestão**. Fortaleza: UEC, 2008.

HORA, D. L. **Gestão educacional democrática**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

O IMPACTO DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

Samuel Ferreira

Introdução: O acesso ao ensino superior no Brasil ainda é fortemente atravessado por desigualdades sociais e econômicas que interferem diretamente nas oportunidades educacionais dos estudantes. A renda familiar, por exemplo, exerce influência decisiva na trajetória escolar, uma vez que estudantes de baixa renda enfrentam maiores dificuldades relacionadas ao acesso a recursos didáticos, cursos preparatórios e apoio educacional. A qualidade da educação básica recebida também varia de forma significativa entre diferentes grupos sociais, o que impacta o desempenho acadêmico e reduz as chances de ingresso em universidades públicas e privadas. Essas desigualdades não são apenas circunstanciais, mas refletem uma estrutura social historicamente construída, que ainda limita a mobilidade educacional e a igualdade de oportunidades. Muitos estudantes precisam conciliar estudo e trabalho, o que compromete seu rendimento e dificulta a continuidade dos estudos em níveis mais elevados. Compreender esse cenário é fundamental para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, capazes de reduzir barreiras sociais e ampliar o acesso ao ensino superior de forma mais equitativa e democrática. **Objetivos:** Analisar como o contexto socioeconômico interfere no acesso ao ensino superior brasileiro, destacando desigualdades educacionais e seus impactos na trajetória estudantil. Busca-se também compreender como essas condições afetam o desempenho escolar ao longo da vida acadêmica. Outro ponto é identificar fatores que dificultam a permanência dos estudantes no ensino superior. Pretende-se discutir possíveis caminhos para a redução dessas desigualdades. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em artigos, livros e dados educacionais sobre desigualdade social e educação superior no Brasil. Foram analisadas produções acadêmicas recentes sobre acesso à universidade. Também foram considerados relatórios de instituições educacionais. A análise buscou identificar padrões recorrentes nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes. **Resultados:** Os resultados indicam que estudantes de baixa renda enfrentam maiores dificuldades de acesso, menor preparo acadêmico e restrições financeiras que limitam sua permanência no ensino superior. Observa-se também que há desigualdade na qualidade da educação básica recebida. Muitos estudantes precisam conciliar trabalho e estudo. Isso compromete o desempenho acadêmico e reduz oportunidades. **Conclusão:** As desigualdades socioeconômicas ainda são determinantes no acesso à universidade, sendo necessárias políticas públicas mais inclusivas. Essas políticas devem garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência dos estudantes. A ampliação de bolsas e auxílios estudantis é essencial. Torna-se possível reduzir as disparidades educacionais.

REFERÊNCIA:

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional.** Tempo Social, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035

INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NAS ESCOLHAS DE CARREIRA E INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.

Samuel Ferreira

Introdução: As escolhas profissionais dos estudantes brasileiros são frequentemente influenciadas por fatores socioeconômicos, que limitam ou direcionam o acesso a determinadas áreas do conhecimento. A realidade financeira das famílias interfere diretamente nas decisões educacionais. Muitos estudantes optam por cursos mais curtos ou de menor custo. Isso demonstra como a desigualdade impacta o futuro profissional. **Objetivos:** Investigar como as condições econômicas influenciam a escolha de cursos e o ingresso no ensino superior. Também busca compreender os fatores que levam à limitação de escolhas profissionais. Analisar a relação entre renda e prestígio dos cursos escolhidos. Discutir os impactos dessas escolhas na mobilidade social. **Materiais e Métodos:** Estudo bibliográfico qualitativo com base em pesquisas sobre orientação vocacional e desigualdade educacional. Foram analisados artigos científicos da área de educação e sociologia. Também foram consideradas pesquisas sobre mercado de trabalho. A análise permitiu identificar tendências nas escolhas dos estudantes**. Resultados:** Observa-se que estudantes de menor renda tendem a optar por cursos mais acessíveis financeiramente e de menor duração, geralmente relacionados a instituições públicas ou formações técnicas que permitem inserção mais rápida no mercado de trabalho. Essa escolha, muitas vezes, não está ligada apenas ao interesse pessoal, mas às condições materiais que exigem retorno financeiro mais imediato. Em contrapartida, estudantes com maior poder aquisitivo possuem maior liberdade de escolha, podendo considerar cursos mais longos, caros e prestigiados, sem a mesma pressão econômica para inserção rápida no mercado. Esse cenário evidencia uma desigualdade de oportunidades que vai além do acesso ao ensino superior, atingindo também a qualidade e o tipo de formação escolhida. O prestígio social associado a determinadas áreas do conhecimento influencia fortemente essas decisões, reforçando hierarquias profissionais e sociais já existentes. Além disso, a ausência ou fragilidade da orientação vocacional adequada nas escolas contribui para escolhas menos informadas, limitando o potencial dos estudantes de refletirem sobre suas reais aptidões e interesses. O contexto socioeconômico acaba moldando não apenas o ingresso na universidade, mas também o próprio percurso formativo e profissional dos indivíduos. **Conclusão:** As condições socioeconômicas moldam significativamente as decisões de carreira, reforçando desigualdades no acesso às profissões de maior prestígio. Isso limita a mobilidade social dos estudantes. Políticas de orientação educacional podem minimizar esse impacto. Assim, é possível ampliar as possibilidades de escolha profissional.

REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação superior no Brasil e desigualdades (1964–2019): entre construções e reformas.** Revista de Ciências do Estado, v. 7, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2022.35110.

DESIGUALDADE SOCIAL E INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.

Samuel Ferreira

Introdução: A desigualdade social no Brasil influencia diretamente as decisões educacionais dos estudantes, afetando não apenas o ingresso no ensino superior, mas também a permanência e a continuidade dos estudos ao longo da trajetória acadêmica. Essa realidade é resultado de um processo histórico e estrutural que consolidou diferenças profundas entre grupos sociais, especialmente no que se refere ao acesso a recursos educacionais, culturais e econômicos. Dessa forma, estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores dificuldades para alcançar níveis mais elevados de escolarização, o que limita suas oportunidades de ascensão social. O acesso à educação de qualidade ainda não é uma realidade equitativa no país, o que impacta diretamente o futuro dos jovens e suas possibilidades de escolha profissional. As políticas públicas e educacionais voltadas à democratização do ensino superior representam avanços importantes nesse cenário, ao buscarem reduzir desigualdades e ampliar o acesso às universidades. No entanto, ainda persistem desafios significativos relacionados à permanência estudantil, infraestrutura educacional e apoio financeiro, o que reforça a necessidade de ações mais amplas e eficazes para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática. **Objetivos:** Analisar os fatores econômicos que interferem nas decisões educacionais dos estudantes brasileiros. Também compreender como essas desigualdades afetam o acesso ao ensino superior. Além disso, identificar os principais obstáculos enfrentados pelos jovens. Por fim, discutir estratégias de inclusão educacional. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica qualitativa baseada em estudos sociológicos e educacionais sobre estratificação social. Foram utilizados artigos acadêmicos e livros da área. Também foram analisadas políticas públicas educacionais. O objetivo foi compreender o impacto social na educação. **Resultados:** Identifica-se que a necessidade de trabalho precoce e a falta de recursos financeiros são fatores que limitam o acesso à universidade. Muitos estudantes abandonam os estudos por questões econômicas. Além disso, há desigualdade no acesso a recursos educacionais. Isso afeta diretamente o desempenho escolar. **Conclusão:** A desigualdade social permanece como um dos principais obstáculos à democratização do ensino superior no Brasil, limitando o acesso de estudantes de baixa renda e dificultando a permanência na universidade. Esse cenário exige políticas públicas mais eficazes e contínuas, que não apenas ampliem o ingresso, mas também garantam condições reais de permanência, como bolsas, auxílios e apoio acadêmico. A ampliação do acesso e da permanência é essencial para promover maior equidade educacional. É possível reduzir desigualdades estruturais e favorecer uma formação mais justa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIA:

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **Da desigualdade à democratização do acesso à universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 11, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64898

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E TRAJETÓRIAS ESCOLARES.

Samuel Ferreira

Introdução: As trajetórias escolares dos estudantes brasileiros são fortemente influenciadas pelas condições de vida, que impactam diretamente o desempenho acadêmico e as possibilidades de acesso ao ensino superior. Elementos como renda familiar, qualidade da moradia, acesso a recursos tecnológicos e oportunidades educacionais fora da escola exercem papel decisivo na construção do percurso escolar. O acesso à cultura, como leitura, atividades extracurriculares e ambientes de aprendizagem estimulantes, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e para o sucesso escolar. Outro fator essencial é o apoio familiar, que pode influenciar tanto a motivação quanto a continuidade dos estudos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Quando esses fatores não estão presentes de forma equilibrada, surgem desigualdades desde a educação básica, comprometendo o rendimento dos estudantes ao longo do tempo. Tais desigualdades acabam se refletindo no acesso ao ensino superior, reforçando ciclos de exclusão educacional e social que dificultam a mobilidade e a igualdade de oportunidades. **Objetivos:** Compreender a relação entre trajetória escolar e contexto socioeconômico no ingresso à universidade. Também analisar como fatores sociais influenciam o desempenho escolar. Além disso, identificar desigualdades ao longo da vida acadêmica. Propor reflexões sobre equidade educacional. **Materiais e Métodos:** Estudo qualitativo de caráter bibliográfico, com análise de produções acadêmicas e dados educacionais. Foram utilizados relatórios educacionais e artigos científicos. A pesquisa buscou compreender padrões de desigualdade. A análise foi feita de forma interpretativa. **Resultados:** Evidencia-se que estudantes com melhores condições socioeconômicas apresentam maior continuidade nos estudos e melhor desempenho acadêmico. Já estudantes de baixa renda enfrentam mais dificuldades. Isso inclui falta de recursos e apoio pedagógico. Consequentemente, há maior evasão escolar. **Conclusão:** O contexto de vida dos estudantes exerce um papel determinante na construção de suas trajetórias educacionais, influenciando diretamente o desempenho escolar, a permanência nos estudos e as possibilidades de ingresso no ensino superior. Fatores como renda familiar, condições de moradia, acesso a recursos tecnológicos e oportunidades culturais impactam significativamente o desenvolvimento acadêmico. Estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores desafios para alcançar níveis mais elevados de escolarização. Torna-se essencial a implementação de políticas de equidade que visem ampliar o acesso ao ensino universitário de forma mais justa e inclusiva. Essas políticas devem considerar as diferentes realidades sociais dos estudantes, garantindo condições adequadas para o ingresso e permanência no ensino superior. O apoio estudantil, por meio de bolsas, auxílios financeiros e programas de assistência, é fundamental para reduzir as barreiras econômicas que dificultam a continuidade dos estudos. O fortalecimento da educação básica é uma medida indispensável para reduzir as desigualdades educacionais de forma estrutural e duradoura. Investir na qualidade do ensino desde os primeiros anos escolares contribui para uma formação mais sólida e igualitária, preparando melhor os estudantes para os desafios acadêmicos futuros. A combinação entre apoio estudantil e melhoria da educação básica representa um caminho eficaz para a redução das desigualdades e a democratização do acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIA: SOBREIRA, Diogo Brito; ARAUJO, Jair Andrade de. **Inequality of educational opportunity and the performance gap between private and public schools in Brazil.** Economia Aplicada, v. 27, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea183129

BARREIRAS SOCIOECONÔMICAS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS.

Samuel Ferreira

Introdução: O ingresso no ensino superior no Brasil é atravessado por barreiras socioeconômicas que limitam significativamente as oportunidades educacionais de grande parte da população. Essas barreiras estão relacionadas principalmente às condições financeiras das famílias, à qualidade desigual da educação básica e ao acesso restrito a recursos educacionais complementares. Estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores dificuldades para competir em igualdade de condições nos processos seletivos para a universidade. Essas desigualdades são históricas e estruturais, estando profundamente enraizadas na formação social e econômica do país. Elas afetam de maneira mais intensa os estudantes de baixa renda, que muitas vezes precisam conciliar estudo e trabalho ou até mesmo interromper sua trajetória escolar por falta de condições materiais. Há uma diferença significativa entre as oportunidades oferecidas em contextos urbanos e rurais, onde o acesso à infraestrutura educacional, tecnologia e preparação acadêmica é ainda mais limitado. A desigualdade de oportunidade no acesso ao ensino superior entre os meios urbano e rural das diferentes regiões brasileiras evidencia a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e territorialmente sensíveis. A superação dessas barreiras exige investimentos em educação básica de qualidade, ampliação de programas de apoio estudantil e fortalecimento de ações que reduzam as disparidades regionais. Torna-se possível avançar em direção a um sistema educacional mais justo, democrático e acessível a todos. **Objetivos:** Analisar as principais barreiras e oportunidades relacionadas ao acesso ao ensino superior. Também identificar fatores que dificultam a entrada na universidade. Discutir políticas de acesso educacional. Por fim, propor caminhos para maior inclusão. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica qualitativa baseada em estudos sobre políticas educacionais e desigualdade social. Foram analisadas publicações acadêmicas recentes. Também foram considerados documentos oficiais da educação. A análise buscou compreender os desafios estruturais. **Resultados:** As principais barreiras incluem baixa renda, falta de apoio familiar, desigualdade na educação básica e custos indiretos da formação superior. Isso reduz as chances de ingresso. Há dificuldade de permanência. Programas de apoio ainda são insuficientes. **Conclusão:** Mesmo com o avanço de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, persistem entraves estruturais que ainda limitam sua efetiva democratização no Brasil. Tais dificuldades estão diretamente relacionadas às desigualdades sociais, econômicas e regionais, que influenciam as chances de ingresso e continuidade dos estudos na universidade. Muitos estudantes enfrentam condições desfavoráveis desde a educação básica, o que repercute em todo o seu percurso acadêmico. Diante disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em educação e consolidar políticas de inclusão mais abrangentes e eficazes. Essas ações devem garantir suporte não apenas para o ingresso, mas também para a permanência dos estudantes no ensino superior, reduzindo taxas de evasão e ampliando oportunidades reais de formação. Dessa forma, contribui-se para a construção de um sistema educacional mais equitativo, inclusivo e socialmente justo

REFERÊNCIA: TABOSA, Francisco José Silva et al. **Desigualdade de oportunidade no acesso ao ensino superior nos meios urbano e rural das regiões brasileiras.** Revista Econômica do Nordeste, v. 56, n. 3, 2025. DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2025.1661.

TECNOLOGIAS DIGITAIS, PROTEÇÃO DE DADOS E INCLUSÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS ÉTICOS E LEGAIS NO AMBIENTE ESCOLAR.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: O uso crescente das tecnologias digitais na educação tem transformado as práticas pedagógicas, ampliando o acesso ao conhecimento e promovendo novas formas de aprendizagem. No entanto, esse avanço também traz desafios relacionados à proteção de dados dos estudantes e à garantia de uma inclusão digital segura. Surgem questões éticas e legais que precisam ser consideradas pelas instituições escolares. A escola passa a ser um espaço que exige responsabilidade digital e consciência sobre o uso das informações dos alunos. **Objetivos:** Analisar os desafios éticos e legais do uso de tecnologias digitais na educação, com foco na proteção de dados e na inclusão educacional segura. Também busca compreender como as instituições escolares lidam com a privacidade dos estudantes. Outro objetivo é identificar riscos do uso inadequado de plataformas digitais. Além disso, discutir estratégias de proteção e conscientização digital. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em artigos científicos, legislações sobre proteção de dados e estudos sobre tecnologias educacionais. Foram analisadas produções acadêmicas recentes sobre inclusão digital. Também foram consideradas leis como a LGPD e legislações complementares de proteção infantil no ambiente digital. A análise buscou relacionar teoria e prática educacional. **Resultados:** Observa-se que muitas escolas ainda não possuem estrutura adequada para garantir segurança digital. Também há desconhecimento sobre leis de proteção de dados, o que pode expor estudantes a riscos. O uso de plataformas digitais cresce rapidamente sem formação adequada dos professores. Isso aumenta a vulnerabilidade das informações escolares. **Conclusão:** É essencial investir em formação docente e em políticas de segurança digital para garantir uma educação tecnológica ética, inclusiva e alinhada às demandas contemporâneas. Os professores precisam estar preparados para utilizar ferramentas digitais de forma consciente, compreendendo também os riscos relacionados ao uso de dados e plataformas educacionais. A ausência dessa preparação pode comprometer a qualidade do processo educativo e a segurança das informações dos estudantes. A proteção de dados deve ser tratada como prioridade dentro das instituições de ensino, exigindo protocolos claros e práticas responsáveis no uso de tecnologias. É fundamental conscientizar toda a comunidade escolar, incluindo alunos, famílias e gestores, sobre a importância da privacidade digital e do uso seguro das informações. Dessa forma, promove-se uma educação mais segura, responsável e comprometida com princípios éticos no ambiente digital.

REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF.

PAULA, Gabriel Sousa de et al. **A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seus efeitos na internet: implicações legais e desafios para a privacidade digital.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 6, 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19644

NEURODIREITO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: O neurodireito surge como um campo inovador e interdisciplinar que busca compreender as relações entre o direito, a mente humana e o avanço das tecnologias contemporâneas. Essa área de estudo propõe reflexões sobre como as descobertas da neurociência podem influenciar normas jurídicas, especialmente em contextos nos quais a tecnologia atua diretamente sobre comportamentos, decisões e processos cognitivos. Trata-se de um campo ainda em consolidação, mas que já provoca importantes debates sobre privacidade mental, autonomia e proteção da integridade psíquica dos indivíduos. No campo educacional, o neurodireito se relaciona diretamente com a proteção cognitiva dos estudantes diante do uso crescente de ferramentas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. Ele amplia a discussão sobre os impactos das tecnologias no cérebro humano, considerando aspectos como atenção, memória, aprendizagem e possíveis sobrecargas cognitivas. Esse campo contribui para reflexões éticas fundamentais sobre o uso responsável da tecnologia na educação, reforçando a necessidade de equilíbrio entre inovação digital e preservação do desenvolvimento saudável dos processos de aprendizagem. **Objetivos:** Investigar a relação entre neurodireito, tecnologias educacionais e proteção cognitiva no contexto da educação inclusiva. Também busca compreender os impactos das tecnologias no aprendizado. Outro objetivo é analisar aspectos éticos do uso digital. Discutir a proteção dos processos mentais dos estudantes. **Materiais e Métodos:** Estudo bibliográfico qualitativo com análise de produções acadêmicas sobre neurodireito, neuroeducação e tecnologia na aprendizagem. Foram utilizados artigos científicos e pesquisas recentes sobre privacidade e tecnologia. A análise foi interpretativa e interdisciplinar. **Resultados:** Verifica-se que o uso excessivo de tecnologias sem mediação adequada pode impactar a atenção e o processamento cognitivo dos estudantes. Também há riscos de sobrecarga mental. A ausência de orientação pedagógica pode prejudicar a aprendizagem. **Conclusão:** O neurodireito contribui significativamente para reflexões éticas sobre o uso de tecnologias na educação, especialmente ao destacar a necessidade de proteger o desenvolvimento cognitivo dos estudantes em ambientes digitais. Ao considerar a interação entre mente humana e sistemas tecnológicos, esse campo amplia o debate sobre limites, responsabilidades e impactos do uso intensivo de ferramentas digitais no processo de aprendizagem. Dessa forma, ele fortalece a ideia de que o avanço tecnológico deve estar aliado à preservação da integridade mental e ao bem-estar dos educandos. O neurodireito reforça a importância do uso consciente das ferramentas digitais, incentivando práticas pedagógicas que evitem excessos e estimulem o equilíbrio no processo educativo. O uso indiscriminado de tecnologias pode comprometer aspectos como atenção, concentração e construção do conhecimento, exigindo uma abordagem mais crítica e planejada por parte dos educadores. O campo também destaca a necessidade de uma formação docente mais sólida para lidar com os desafios da era digital. A mediação pedagógica torna-se elemento central nesse contexto, pois é por meio dela que o professor orienta o uso adequado das tecnologias, promovendo aprendizagens significativas e seguras. Essa mediação contribui para que os recursos digitais sejam utilizados de forma estratégica, potencializando o ensino sem prejudicar o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. O neurodireito se apresenta como um importante referencial para uma educação mais ética, equilibrada e responsável.

REFERÊNCIA: MENOLLI, André et al. **Conformidade com os requisitos legais de privacidade de dados: um estudo sobre técnicas de anonimização.** *arXiv*, 2025.

DIREITOS DIGITAIS E INCLUSÃO ESCOLAR.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: Os direitos digitais têm se tornado fundamentais na sociedade contemporânea, especialmente no contexto educacional, onde o uso de plataformas digitais, sistemas de gestão de aprendizagem e redes de comunicação é cada vez mais constante. Essa realidade exige uma nova compreensão sobre privacidade, segurança da informação e responsabilidade no uso de dados pessoais. No ambiente escolar, essas questões ganham ainda mais relevância, pois envolvem diretamente estudantes, professores e instituições em um ecossistema digital em expansão. A proteção de dados torna-se um elemento central para garantir a segurança das informações dos estudantes, prevenindo usos indevidos e assegurando maior transparência no tratamento das informações pessoais. Além disso, a equidade educacional também passa a ser um ponto essencial, uma vez que o acesso desigual às tecnologias pode ampliar as disparidades já existentes entre diferentes grupos sociais. Os direitos digitais não se limitam apenas à proteção individual, mas também à promoção de justiça social no acesso à educação. Torna-se necessário fortalecer políticas públicas e institucionais que garantam o uso ético e seguro das tecnologias no ambiente educacional. Isso inclui a formação de professores, a conscientização da comunidade escolar e a implementação de práticas que assegurem o cumprimento das legislações de proteção de dados. Os direitos digitais contribuem para a construção de uma educação mais inclusiva, segura e democrática.**Objetivos:** Analisar como os direitos digitais e a legislação contribuem para a proteção de dados e a equidade educacional. Também busca compreender a aplicação das normas de privacidade. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica baseada em leis, artigos acadêmicos e estudos sobre inclusão digital e governança da informação. **Resultados:** Identifica-se que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um avanço significativo no fortalecimento da proteção dos estudantes, ao estabelecer normas claras sobre o tratamento de dados pessoais no ambiente digital e educacional. No entanto, apesar desse progresso legal, ainda existem desafios importantes relacionados à sua aplicação prática nas escolas, especialmente no que se refere à adaptação das rotinas institucionais e à capacitação dos profissionais da educação para lidar com essas exigências. Muitas instituições de ensino ainda não possuem uma governança de dados estruturada, o que dificulta o controle adequado das informações coletadas, armazenadas e compartilhadas no ambiente escolar. Essa ausência de organização pode gerar vulnerabilidades, expondo estudantes a riscos relacionados à privacidade e ao uso indevido de seus dados pessoais. A falta de padronização nos procedimentos internos contribui para a fragilidade na implementação efetiva da legislação. **Conclusão:** A efetivação dos direitos digitais é essencial para garantir inclusão, segurança e responsabilidade no ambiente escolar. A consolidação de práticas de governança de dados, aliada à formação contínua de educadores e gestores, é fundamental para assegurar o cumprimento da LGPD. Assim, fortalece-se um ambiente educacional mais ético, protegido e alinhado às demandas da sociedade digital contemporânea.

REFERÊNCIA: SILVA, G. S.; SENA, M. C. **Governança da informação e tecnologias educacionais: impactos da LGPD.** *Congresso Nacional de Educação*, 2025.

NEUROPLANEJAMENTO CLÍNICO EM TRANSTORNOS DO DESENVOLVIMENTO: ESTRATÉGIAS PARA INTERVENÇÃO PRECOCE.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Sygride Nascimento de Carvalho

Introdução: Os direitos digitais têm se consolidado como um elemento essencial na sociedade contemporânea, especialmente no campo educacional, onde o uso de tecnologias digitais cresce de forma acelerada. Plataformas virtuais de ensino, sistemas de gestão de aprendizagem e ferramentas de comunicação online ampliam as possibilidades pedagógicas, mas também impõem novos desafios relacionados à privacidade, à segurança da informação e ao uso ético dos dados pessoais. No ambiente escolar, essas questões tornam-se ainda mais sensíveis, pois envolvem diretamente estudantes em processo de desenvolvimento, exigindo maior cuidado na proteção de suas informações. A desigualdade no acesso às tecnologias evidencia a necessidade de garantir equidade educacional, evitando que a exclusão digital aprofunde disparidades sociais já existentes. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua contribuição para a proteção de dados pessoais e para a promoção da equidade no acesso às tecnologias. Busca-se também compreender como a legislação vigente orienta práticas mais seguras e éticas no ambiente escolar. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, baseado na análise de legislações, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de artigos científicos, livros e estudos voltados à inclusão digital, governança da informação e educação. A abordagem é qualitativa, permitindo a interpretação crítica dos dados e a compreensão das implicações dos direitos digitais na educação. **Resultados:** Os resultados indicam que a consolidação dos direitos digitais representa um avanço significativo na proteção dos dados de estudantes e profissionais da educação. A LGPD estabelece diretrizes claras para o tratamento de informações pessoais, promovendo maior transparência e responsabilidade institucional. No entanto, observam-se desafios relevantes na aplicação prática dessas normas, como a ausência de políticas estruturadas de governança de dados em muitas instituições de ensino e a insuficiente capacitação de educadores e gestores. **Conclusão:** A efetivação dos direitos digitais no contexto educacional é fundamental para garantir um ambiente seguro, ético e inclusivo. A proteção de dados pessoais, aliada à promoção da equidade no acesso às tecnologias, contribui para a construção de uma educação mais democrática e alinhada às demandas da sociedade digital.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Sygride Nascimento de. **Neuroplanejamento clínico em transtornos do desenvolvimento: estratégias para intervenção precoce.** Clube de Atores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/145635654/NEUROPLANEJAMENTO_CL%C3%8DNICO_EM_TRANSTORNOS_DO_DESENVOLVIMENTO_ESTRAT%C3%89GIAS_PARA_INTERVEN%C3%87%C3%83O_PRECOCE. Acesso em: 10 abr. 2026.

PEDOFILIA: O LOBO MAU DA INFÂNCIA.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: Os direitos digitais assumem um papel cada vez mais relevante na sociedade contemporânea, especialmente no contexto educacional, onde o uso de tecnologias digitais é crescente e constante. Ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas educacionais e redes de comunicação ampliam o acesso ao conhecimento, mas também expõem estudantes a riscos relacionados à privacidade, segurança da informação e uso indevido de dados pessoais. Torna-se fundamental discutir a proteção digital, sobretudo de crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis a ameaças como a exposição indevida de dados e crimes virtuais. Além disso, a desigualdade no acesso às tecnologias reforça a necessidade de promover equidade educacional, garantindo que todos tenham acesso seguro e responsável às ferramentas digitais. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua contribuição para a proteção de dados pessoais e para a segurança de crianças e adolescentes no ambiente digital. Busca-se também compreender como a legislação e a conscientização podem contribuir para a prevenção de riscos e promoção da equidade no acesso à educação. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas aos direitos digitais, proteção de dados e segurança infantil no ambiente virtual. Foram utilizados estudos que abordam a relação entre educação, tecnologia e proteção de direitos fundamentais. **Resultados:** Os resultados evidenciam que os direitos digitais são fundamentais para a construção de um ambiente educacional seguro e ético. A legislação vigente contribui significativamente para a proteção de dados e prevenção de crimes digitais, especialmente aqueles que afetam crianças e adolescentes. No entanto, ainda existem desafios relacionados à aplicação prática dessas normas, como a falta de preparo das instituições de ensino, ausência de políticas eficazes de segurança da informação e necessidade de maior conscientização da comunidade escolar. Também se observa que a exclusão digital continua sendo um obstáculo para a efetivação da equidade educacional, limitando o acesso pleno às oportunidades de aprendizagem. **Conclusão:** A consolidação dos direitos digitais no ambiente educacional é essencial para garantir segurança, inclusão e responsabilidade no uso das tecnologias. A proteção de crianças e adolescentes no meio digital deve ser prioridade, exigindo ações integradas entre escola, família e sociedade. Investir na formação de educadores, na implementação de políticas institucionais e na conscientização sobre os riscos digitais é fundamental para promover um ambiente educacional mais seguro e equitativo. Os direitos digitais tornam-se um instrumento indispensável para assegurar uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea, protegendo indivíduos e fortalecendo a cidadania digital. Sua efetivação contribui para o desenvolvimento de competências críticas e éticas no uso das tecnologias, preparando os estudantes para uma participação consciente no ambiente virtual. Além disso, favorece a construção de práticas pedagógicas mais seguras e inclusivas, garantindo o respeito à privacidade e à dignidade humana. Dessa forma, consolida-se um cenário educacional mais justo, responsável e comprometido com os princípios democráticos na era digital..

REFERÊNCIA: CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Pedofilia: o lobo mau da infância.** 2024. JusDireito. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br. Acesso em: 10 abr. 2026.

A EVOLUÇÃO DAS NORMAS DA "ABNT": OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Ederson da Silva e Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Elaine Gemima Santos de Souza
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: Os direitos digitais têm se consolidado como um elemento essencial no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante da crescente utilização de tecnologias digitais no ensino superior. O avanço das plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e sistemas de produção acadêmica exige uma nova compreensão sobre privacidade, segurança da informação e uso ético dos dados. Paralelamente, a evolução das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) contribui para a padronização e qualidade da produção científica, promovendo maior clareza, organização e credibilidade nos trabalhos acadêmicos. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua relação com a proteção de dados, segurança da informação e qualidade da produção acadêmica. Busca-se também compreender como a evolução das normas da ABNT impacta a escrita científica e a formação acadêmica no ensino superior. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, legislações sobre direitos digitais e documentos relacionados às normas da ABNT. Foram utilizados estudos que discutem a padronização da produção acadêmica, a governança da informação e os desafios da educação digital, permitindo uma reflexão crítica sobre o tema. **Resultados:** Os resultados indicam que os direitos digitais desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional seguro, ético e inclusivo. A proteção de dados pessoais contribui para a segurança dos estudantes e para a integridade das informações acadêmicas. Ao mesmo tempo, a evolução das normas da ABNT tem promovido avanços significativos na padronização e qualidade da produção científica, facilitando a comunicação do conhecimento e garantindo maior credibilidade aos trabalhos acadêmicos. No entanto, ainda existem desafios, como a dificuldade de adaptação dos estudantes às constantes atualizações normativas e a necessidade de maior capacitação para o uso adequado das tecnologias digitais. **Conclusão:** A consolidação dos direitos digitais, aliada à evolução das normas da ABNT, é essencial para o fortalecimento da educação superior no contexto contemporâneo. Esses elementos contribuem para a construção de um ambiente acadêmico mais seguro, organizado e ético.

REFERÊNCIA: SILVA, Ederson da Silva e; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A evolução das normas da ABNT: os impactos na produção acadêmica e científica no contexto da educação superior.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/128249774/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DAS_NORMAS_DA_ABNT_OS_IMPACTOS_NA_PRODU%C3%87%C3%83O_ACAD%C3%8AMICA_E_CIENT%C3%8DFICA_NO_CONTEXTO_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_SUPERIOR. Acesso em: 10 abr. 2026.

COMO OS CONTOS DE FADAS REFLETEM ARQUÉTIPOS, MEDOS E DESEJOS DO INCONSCIENTE HUMANO.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento Carvalho
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Genilde do Nascimento Alves Monteiro
José Fernandes Góis

Introdução: Os contos de fadas, presentes em diversas culturas ao longo da história, desempenham um papel significativo na formação simbólica e emocional dos indivíduos. Essas narrativas vão além do entretenimento, pois refletem arquétipos universais, medos e desejos que fazem parte do inconsciente humano. No contexto educacional contemporâneo, especialmente em ambientes mediados por tecnologias digitais, torna-se relevante compreender como esses elementos simbólicos podem contribuir para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A análise dos contos de fadas permite identificar padrões psicológicos que influenciam a construção da subjetividade e da identidade. **Objetivos:** Analisar como os contos de fadas refletem arquétipos, medos e desejos do inconsciente humano, destacando sua relevância no processo educacional. Busca-se também compreender a importância dessas narrativas na formação emocional e simbólica dos indivíduos, especialmente no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de obras teóricas da psicologia, especialmente da psicologia analítica, além de estudos sobre literatura infantil e educação. Foram examinados artigos científicos, livros e produções acadêmicas que abordam a relação entre contos de fadas, arquétipos e desenvolvimento humano. **Resultados:** Os resultados indicam que os contos de fadas funcionam como instrumentos simbólicos que expressam conteúdos do inconsciente coletivo, permitindo que medos, conflitos e desejos sejam representados de forma acessível. Arquétipos como o herói, a sombra, o mentor e a figura materna aparecem com frequência nessas narrativas, auxiliando no processo de compreensão emocional e enfrentamento de desafios internos. No contexto educacional, essas histórias contribuem para o desenvolvimento da imaginação, da empatia e da capacidade crítica dos estudantes. Além disso, possibilitam a mediação de temas complexos, como medo, perda, superação e identidade, de maneira lúdica e significativa. **Conclusão:** A análise dos contos de fadas evidencia sua importância como ferramenta pedagógica e psicológica, capaz de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos. Ao refletirem arquétipos, medos e desejos do inconsciente humano, essas narrativas contribuem para a construção da identidade e para o fortalecimento emocional.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; MONTEIRO, Genilde do Nascimento Alves; GÓIS, José Fernandes. **Como os contos de fadas refletem arquétipos, medos e desejos do inconsciente humano.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143267223/COMO_OS_CONTOS_DE_FADAS_REFLETEM_ARQU%C3%89TIPOS_MEDOS_E_DESEJOS_DO_INCONSCIENTE_HUMANO. Acesso em: 10 abr. 2026.

5 PASSOS PARA ENCONTRAR O SEU PROPÓSITO NA VIDA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Giane Demo
Genilde do Nascimento Alves Monteiro
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Adriana Alves de Lima
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: Os direitos digitais têm se tornado cada vez mais relevantes no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante da intensificação do uso de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Ambientes virtuais, plataformas educacionais e redes digitais ampliam o acesso ao conhecimento, mas também trazem desafios relacionados à privacidade, à segurança da informação e ao uso ético dos dados pessoais. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como os direitos digitais contribuem para a formação integral dos indivíduos, promovendo não apenas o acesso à informação, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica, ética e responsável no uso das tecnologias. Assim como reflexões sobre propósito e desenvolvimento pessoal orientam indivíduos em suas trajetórias de vida, os direitos digitais orientam práticas seguras e conscientes no ambiente educacional. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua contribuição para a proteção de dados, segurança da informação e promoção da equidade no acesso às tecnologias. Busca-se também compreender como esses direitos contribuem para a formação de cidadãos críticos e conscientes no ambiente digital. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de produções acadêmicas, legislações e estudos relacionados aos direitos digitais, educação e uso de tecnologias. Foram considerados textos que abordam o desenvolvimento humano, a ética digital e a construção de competências necessárias para a atuação no mundo contemporâneo. **Resultados:** Os resultados indicam que os direitos digitais desempenham um papel essencial na construção de um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e ético. A proteção de dados pessoais e o uso responsável das tecnologias contribuem para a segurança dos estudantes e para a qualidade das práticas pedagógicas. A promoção da equidade no acesso às tecnologias possibilita a redução de desigualdades educacionais, ampliando oportunidades de aprendizagem. No entanto, ainda existem desafios relacionados à implementação efetiva desses direitos, como a necessidade de formação adequada de educadores, o desenvolvimento de políticas institucionais e a conscientização da comunidade escolar sobre o uso responsável das tecnologias. **Conclusão:** A efetivação dos direitos digitais no contexto educacional é indispensável para garantir segurança, inclusão e qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Esses direitos contribuem para a formação de indivíduos mais conscientes, responsáveis e preparados para atuar na sociedade digital. Investir em políticas públicas, capacitação profissional e práticas pedagógicas alinhadas às demandas tecnológicas é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; DEMO, Giane; MONTEIRO, Genilde do Nascimento Alves; DRUMOND, Eliana; LIMA, Adriana Alves de; CARVALHO, Silvana Nascimento de**. 5 passos para encontrar o seu propósito na vida.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/906471326/5-Etapas-Para-Encontrar-o-Seu. Acesso em: 10 abr. 2026.

SEGREDOS PARA PERMANECER PERSISTENTE NO SEU CAMINHO PARA O SUCESSO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Michele Garcia
Genilde do Nascimento Alves Monteiro
Neusa Venditte
Marcos José Souza da Silva
Jardson Balica Monteiro

Introdução: Os direitos digitais assumem um papel central no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante da crescente incorporação de tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem. O uso de plataformas educacionais, ambientes virtuais e redes digitais amplia o acesso ao conhecimento, mas também evidencia desafios relacionados à privacidade, à segurança da informação e ao uso ético dos dados pessoais. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender a importância da proteção de dados e da promoção da cidadania digital, garantindo que estudantes e educadores utilizem as tecnologias de forma consciente e segura. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua contribuição para a proteção de dados pessoais, segurança da informação e promoção da equidade no acesso às tecnologias. Busca-se também compreender como esses direitos favorecem a formação de cidadãos críticos e responsáveis no ambiente digital. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas aos direitos digitais, educação e ética no uso das tecnologias. Foram considerados estudos que abordam a governança da informação, inclusão digital e desenvolvimento de competências no contexto educacional. **Resultados:** Os resultados evidenciam que os direitos digitais são fundamentais para a construção de um ambiente educacional mais seguro, ético e inclusivo. A proteção de dados pessoais contribui para a segurança dos estudantes, enquanto o uso consciente das tecnologias fortalece práticas pedagógicas mais responsáveis. A promoção da equidade no acesso às ferramentas digitais amplia as oportunidades educacionais, reduzindo desigualdades. No entanto, persistem desafios, como a necessidade de formação contínua de educadores, implementação de políticas institucionais eficazes e conscientização da comunidade escolar sobre os riscos e responsabilidades no ambiente digital. **Conclusão:** A efetivação dos direitos digitais no contexto educacional é indispensável para garantir qualidade, segurança e inclusão no processo de ensino-aprendizagem. A construção de uma cultura digital responsável exige persistência, investimento em formação e desenvolvimento de políticas públicas e institucionais. Os direitos digitais consolidam-se como um elemento essencial para a formação de indivíduos críticos, éticos e preparados para atuar na sociedade contemporânea, contribuindo para uma educação mais democrática e alinhada às demandas do mundo digital.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; GARCIA, Michele; MONTEIRO, Genilde do Nascimento Alves; VENDITTE, Neusa; SILVA, Marcos José Souza da; MONTEIRO, Jardson Balica. **Segredos para permanecer persistente no seu caminho para o sucesso.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111bbf86bf22160. Acesso em: 10 abr. 2026.

ESPELHO DA ALMA: A PSICOLOGIA POR TRÁS DOS CONTOS DE FADAS – AMPLIANDO A VISÃO DO EU, DO OUTRO E DO NÓS NA EXPERIÊNCIA SIMBÓLICA DOS CONTOS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: Os contos de fadas constituem narrativas simbólicas que atravessam gerações, desempenhando um papel significativo na formação psicológica e cultural dos indivíduos. Sob a perspectiva da psicologia analítica, especialmente a partir de Carl Gustav Jung, essas histórias revelam arquétipos universais, medos e desejos presentes no inconsciente coletivo. Os contos funcionam como "espelhos da psique", permitindo a expressão simbólica de conflitos internos e processos de desenvolvimento humano. No contexto educacional contemporâneo, essas narrativas assumem relevância ao contribuir para a formação emocional, social e crítica dos sujeitos, ampliando a compreensão do "eu", do "outro" e do "nós" por meio da experiência simbólica. **Objetivos:** Analisar como os contos de fadas refletem arquétipos, medos e desejos do inconsciente humano, destacando sua importância no desenvolvimento psicológico e educacional. Busca-se também compreender como essas narrativas contribuem para a construção da identidade e das relações sociais no ambiente educacional. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada em estudos da psicologia analítica, psicanálise e literatura infantil. Foram analisados artigos científicos e produções acadêmicas que discutem a função simbólica dos contos de fadas e sua aplicação no contexto educacional e terapêutico. A metodologia envolveu a interpretação teórica dos conceitos de arquétipo, inconsciente coletivo e simbolismo. **Resultados:** Os resultados evidenciam que os contos de fadas representam instrumentos simbólicos que possibilitam a externalização de conteúdos psíquicos profundos. Essas narrativas apresentam estruturas recorrentes, como a jornada do herói, a presença da sombra e figuras arquetípicas que refletem conflitos internos e processos de transformação. Estudos indicam que os contos possuem relevância tanto na infância quanto na vida adulta, sendo utilizados inclusive em contextos terapêuticos para auxiliar na elaboração emocional e no enfrentamento de desafios psicológicos.. **Conclusão:** A análise dos contos de fadas como "espelho da alma" evidencia sua importância na compreensão dos aspectos profundos da psique humana. Ao refletirem arquétipos, medos e desejos do inconsciente, essas narrativas contribuem significativamente para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos indivíduos.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Espelho da alma: a psicologia por trás dos contos de fadas – ampliando a visão do eu, do outro e do nós na experiência simbólica dos contos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143336935/COMO_OS_CONTOS_DE_FADAS_REFLETEM_ARQU%C3%89TIPOS_MEDOS_E_DESEJOS_DO_INCONSCIENTE_HUMANO. Acesso em: 10 abr. 2026.

VYGOTSKY E A AVALIAÇÃO FORMATIVA: ESTRATÉGIAS NEUROPSICOPEDAGÓGICAS PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Juliana Balta Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A teoria de Lev Vygotsky tem exercido grande influência no campo educacional, especialmente no que se refere à compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Ao enfatizar a interação social, a mediação pedagógica e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), Vygotsky propõe que o aprendizado ocorre de forma colaborativa e contextualizada. A avaliação formativa surge como uma prática essencial, pois permite acompanhar o desenvolvimento do estudante ao longo do processo educativo, oferecendo intervenções adequadas. **Objetivos:** Analisar a contribuição da teoria de Vygotsky e da avaliação formativa para o desenvolvimento da aprendizagem, destacando estratégias neuropsicopedagógicas que potencializam o desempenho cognitivo e educacional dos estudantes. Busca-se também compreender como essas abordagens favorecem práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, obras teóricas e estudos sobre a teoria de Vygotsky, avaliação formativa e neuropsicopedagogia. Foram considerados trabalhos que discutem a mediação pedagógica, a ZDP e estratégias de intervenção voltadas para dificuldades de aprendizagem. **Resultados:** Os resultados indicam que a avaliação formativa, aliada à teoria de Vygotsky, contribui significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem. A avaliação contínua permite identificar o nível real de conhecimento do estudante e orientar intervenções pedagógicas que favoreçam o avanço para níveis mais complexos de aprendizagem. A relação com a ZDP evidencia que o acompanhamento constante e a mediação adequada são fundamentais para potencializar o desenvolvimento cognitivo. A neuropsicopedagogia oferece estratégias que consideram aspectos cognitivos, emocionais e sociais, promovendo um ensino mais personalizado e eficaz. A integração dessas abordagens fortalece práticas educacionais que respeitam as individualidades dos alunos e estimulam o desenvolvimento pleno. **Conclusão:** A articulação entre a teoria de Vygotsky, a avaliação formativa e as estratégias neuropsicopedagógicas evidencia um caminho promissor para a melhoria da qualidade educacional. Essas abordagens contribuem para um ensino mais inclusivo, dinâmico e centrado no estudante, promovendo o desenvolvimento integral e a superação de dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Vygotsky e a avaliação formativa: estratégias neuropsicopedagógicas para potencializar a aprendizagem.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144048541/VYGOTSKY_E_A_AVALIACAO_FORMATIVA_ESTRATEGIAS_NEUROPSICOPEDAGOGICAS_PARA_POTENCIALIZAR_A_APRENDIZAGEM. Acesso em: 10 abr. 2026.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA GRADUAÇÃO: POTENCIALIZANDO O DIREITO À EDUCAÇÃO E INOVANDO O ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI COM TECNOLOGIAS DIGITAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS RANSFORMADORAS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Lucas Serrão da Silva
José Maria Oliveira Araújo Júnior
David de Almeida Simões
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Regina Daucia de Oliveira Braga
Samara Mesquita dos Santos
Celine Maria de Souza Azevedo
Evelyn Noelia Seixas Solorzano
Ana Luzia Amaro dos Santos

Introdução: A Educação a Distância (EaD) na graduação tem se consolidado como uma importante estratégia para ampliar o acesso ao ensino superior no século XXI, promovendo a democratização do conhecimento por meio do uso de tecnologias digitais. Essa modalidade rompe barreiras geográficas, sociais e econômicas, possibilitando que um número maior de estudantes tenha acesso à formação acadêmica. No entanto, o avanço da EaD também evidencia a necessidade de garantir os direitos digitais no contexto educacional, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais, à segurança da informação e ao uso ético das tecnologias. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como esses direitos contribuem para a construção de práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais na Educação a Distância na graduação, destacando sua contribuição para a proteção de dados, segurança da informação e promoção do direito à educação. Busca-se também compreender como as tecnologias digitais e as práticas pedagógicas transformadoras impactam a qualidade do ensino superior. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas à Educação a Distância, direitos digitais e inovação no ensino superior. Foram considerados estudos que abordam inclusão digital, governança da informação, metodologias ativas e práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. **Resultados:** Os resultados indicam que a Educação a Distância, aliada ao uso de tecnologias digitais, contribui significativamente para a ampliação do acesso ao ensino superior, promovendo maior inclusão educacional. Os direitos digitais desempenham papel fundamental nesse processo, garantindo a proteção das informações dos estudantes, a segurança no uso das plataformas digitais e a transparência no tratamento de dados. As práticas pedagógicas inovadoras favorecem a autonomia do estudante, o desenvolvimento de competências digitais e a construção de um aprendizado mais dinâmico e colaborativo. No entanto, ainda existem desafios, como a desigualdade no acesso à internet, a necessidade de capacitação digital e a implementação efetiva de políticas de proteção de dados nas instituições de ensino. Observa-se que a EaD também fortalece a flexibilização do ensino, permitindo que estudantes conciliem estudos com trabalho e outras responsabilidades, ampliando as oportunidades de permanência e conclusão dos cursos. A utilização de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e ensino híbrido, potencializa o engajamento discente e estimula o pensamento crítico. Além disso, o uso de recursos digitais interativos, como fóruns,

videoaulas e ambientes virtuais colaborativos, contribui para a construção coletiva do conhecimento e para o desenvolvimento de habilidades essenciais no século XXI. Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas institucionais voltadas à governança de dados e à segurança da informação. Muitas instituições ainda enfrentam dificuldades na implementação de práticas eficazes que assegurem o cumprimento das legislações vigentes, o que pode comprometer a confiança dos usuários e a integridade das informações acadêmicas. Nesse sentido, torna-se imprescindível investir na formação continuada de docentes e gestores, capacitando-os para o uso seguro e ético das tecnologias digitais no ambiente educacional. Destaca-se que a superação dos desafios relacionados à inclusão digital exige ações articuladas entre governo, instituições de ensino e sociedade. Investimentos em infraestrutura tecnológica, ampliação do acesso à internet de qualidade e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão digital são fundamentais para garantir que os benefícios da Educação a Distância sejam efetivamente democratizados. A consolidação da EaD, aliada à garantia dos direitos digitais, contribui para a construção de um sistema educacional mais equitativo, inovador e alinhado às demandas da sociedade contemporânea. **Conclusão:** A Educação a Distância na graduação representa um avanço significativo na promoção do direito à educação, especialmente quando associada ao uso responsável e ético das tecnologias digitais. A garantia dos direitos digitais é essencial para assegurar um ambiente educacional seguro, inclusivo e de qualidade. Investir em infraestrutura tecnológica, formação de educadores e políticas institucionais eficazes é fundamental para fortalecer essa modalidade de ensino. Os direitos digitais tornam-se um elemento indispensável para a consolidação de práticas educacionais inovadoras, contribuindo para uma educação superior mais democrática, acessível e alinhada às exigências do século XXI. A adoção de ferramentas digitais precisa estar acompanhada de estratégias que promovam a inclusão, respeitem a diversidade e assegurem a equidade no acesso ao conhecimento. A proteção dos dados pessoais dos estudantes deve ser tratada como prioridade, garantindo transparência e responsabilidade no uso das informações no ambiente virtual de aprendizagem. A formação continuada dos profissionais da educação torna-se essencial para que possam atuar de forma eficaz em ambientes digitais, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e centradas no estudante. É importante ressaltar que a consolidação da Educação a Distância depende de esforços conjuntos entre políticas públicas, iniciativas institucionais e engajamento da comunidade acadêmica. A ampliação do acesso à internet de qualidade, o investimento em tecnologias educacionais e a implementação de normas claras de proteção de dados são elementos fundamentais para garantir a sustentabilidade dessa modalidade. Os direitos digitais não apenas sustentam a segurança do ambiente educacional, mas também impulsionam a construção de uma educação mais inclusiva, participativa e alinhada às transformações da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Lucas Serrão da; ARAÚJO JÚNIOR, José Maria Oliveira; SIMÕES, David de Almeida; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SANTOS, Samara Mesquita dos; AZEVEDO, Celine Maria de Souza; SOLORZANO, Evelyn Noelia Seixas; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos. **A educação a distância na graduação: potencializando o direito à educação e inovando o ensino superior no século XXI com tecnologias digitais e práticas pedagógicas transformadoras.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126535482/A_EDUCA%C3%87%C3%83O_A_DIST%C3%82NCIA_NA_GRADUA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 10 abr. 2026.

A ARTE COMO RECURSO DE EXPRESSÃO EMOCIONAL E AUTOCONHECIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: A arte no contexto escolar constitui um importante instrumento de expressão emocional e de desenvolvimento do autoconhecimento, especialmente em uma sociedade marcada pelo uso intensivo das tecnologias digitais. No ambiente educacional contemporâneo, os estudantes são constantemente expostos a estímulos digitais, o que amplia as possibilidades de aprendizagem, mas também impõe desafios relacionados à privacidade, segurança da informação e uso ético das tecnologias. Os direitos digitais emergem como fundamentais para garantir um ambiente seguro e inclusivo, permitindo que a arte seja utilizada como meio de expressão sem comprometer a integridade e a proteção dos dados dos indivíduos. A integração entre arte, educação e direitos digitais contribui para uma formação mais sensível, crítica e consciente. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando-os com o uso da arte como recurso de expressão emocional e autoconhecimento. Busca-se compreender como a proteção de dados, a segurança digital e o uso ético das tecnologias favorecem práticas pedagógicas mais inclusivas e humanizadas. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, produções acadêmicas e legislações relacionadas aos direitos digitais, educação e práticas artísticas no ambiente escolar. Foram considerados estudos que abordam o desenvolvimento emocional, o uso de narrativas simbólicas e a contribuição da arte para a formação integral dos estudantes, permitindo uma reflexão crítica sobre o tema. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a arte, quando inserida no contexto educacional, favorece o desenvolvimento emocional, a criatividade e o autoconhecimento dos estudantes. Atividades como desenho, pintura, música e contação de histórias possibilitam a externalização de sentimentos e a elaboração de conflitos internos. Estudos apontam que narrativas simbólicas, como contos e expressões artísticas, auxiliam no desenvolvimento emocional, promovendo empatia, autoestima e capacidade de lidar com medos e frustrações. A arte contribui para o fortalecimento das relações sociais e para a construção de uma aprendizagem mais significativa. **Conclusão:**A articulação entre arte, educação e direitos digitais revela-se fundamental para a construção de um ambiente escolar mais humanizado, seguro e inclusivo. A arte potencializa o desenvolvimento emocional e o autoconhecimento, enquanto os direitos digitais garantem a proteção e o uso ético das tecnologias no processo educativo.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **A arte como recurso de expressão emocional e autoconhecimento no contexto escolar.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144001145/A_ARTE_COMO_RECURSO_DE_EXPRESS%C3%83O_EMOCIONAL_E_AUTOCONHECIMENTO_NO_CONTEXTO_ESCOLAR. Acesso em: 10 abr. 2026.

AUTONOMIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM PILAR ESSENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.

Rita de Cássia Florentino
Olga Ennela Bastos Cardoso
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A Educação a Distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade relevante no ensino superior, especialmente por favorecer a flexibilidade e o acesso ampliado ao conhecimento. A autonomia do aluno emerge como um elemento central para a construção da aprendizagem significativa, uma vez que o estudante assume papel ativo em seu processo formativo. Paralelamente, no cenário educacional contemporâneo, marcado pela intensa presença das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir segurança, privacidade e uso ético das informações. A relação entre autonomia discente e direitos digitais evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que promovam tanto a independência do estudante quanto a proteção de seus dados e identidade no ambiente virtual. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os com a autonomia do aluno na Educação a Distância e sua contribuição para a construção da aprendizagem significativa. Busca-se também compreender como esses elementos favorecem a formação de sujeitos críticos, responsáveis e protagonistas do próprio aprendizado. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, produções acadêmicas e legislações relacionadas à Educação a Distância, autonomia do estudante e direitos digitais. Foram considerados estudos sobre aprendizagem significativa, teoria sociointeracionista e autogerenciamento da aprendizagem, permitindo uma reflexão crítica sobre o tema. **Resultados:** Os resultados indicam que a autonomia do aluno é um fator determinante para o sucesso da aprendizagem na Educação a Distância, uma vez que o estudante precisa desenvolver habilidades de organização, disciplina e autogerenciamento dos estudos. A aprendizagem significativa ocorre quando o aluno relaciona novos conhecimentos com suas experiências prévias, reorganizando e ampliando sua compreensão de mundo. A EaD exige uma mudança de paradigma, na qual o aluno deixa de ser passivo e assume o protagonismo no processo educativo, tornando-se responsável pela construção do próprio conhecimento. A proteção de dados pessoais, a segurança das plataformas educacionais e a transparência no uso das informações são aspectos fundamentais para assegurar a confiança dos estudantes no ambiente virtual. No entanto, desafios como a falta de preparo para o estudo autônomo, dificuldades de acesso às tecnologias e ausência de políticas eficazes de proteção de dados ainda impactam a efetividade da EaD. **Conclusão:** A autonomia do aluno na Educação a Distância constitui um pilar essencial para a construção da aprendizagem significativa, pois possibilita o desenvolvimento de competências cognitivas, críticas e reflexivas. Entretanto, essa autonomia precisa ser acompanhada pela garantia dos direitos digitais, assegurando um ambiente educacional seguro, ético e inclusivo.

REFERÊNCIA: FLORENTINO, Rita de Cássia; CARDOSO, Olga Ennela Bastos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Autonomia do aluno na educação a distância: um pilar essencial para a construção da aprendizagem significativa.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127014996/AUTONOMIA_DO_ALUNO_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O_A_DIST%C3%82NCIA_UM_PILAR_ESSENCIAL_PARA_A_CONSTRU%C3%87%C3%83O_DA_APRENDIZAGEM_SIGNIFICATIVA. Acesso em: 10 abr. 2026.

A CONTRIBUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DA FLUÊNCIA LEITORA EM CRIANÇAS BILÍNGUES.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Idênis Glória Belchior
Juliana Balta Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A consciência fonológica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da leitura, especialmente em contextos bilíngues, nos quais as crianças precisam lidar com diferentes sistemas linguísticos. Essa habilidade metalinguística envolve a capacidade de reconhecer, segmentar e manipular os sons da fala, sendo essencial para a aquisição da fluência leitora. No contexto educacional contemporâneo, marcado pelo uso intensivo de tecnologias digitais, os direitos digitais também ganham destaque, pois garantem a proteção dos dados dos estudantes e o uso ético das ferramentas digitais no processo de aprendizagem. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os ao desenvolvimento da consciência fonológica e da fluência leitora em crianças bilíngues. Busca-se também compreender como práticas pedagógicas mediadas por tecnologias podem favorecer a aprendizagem de forma ética e segura. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e estudos sobre consciência fonológica, alfabetização bilíngue e direitos digitais. Foram considerados estudos recentes que discutem o papel da consciência fonológica no desenvolvimento da leitura e a utilização de recursos tecnológicos no ambiente educacional. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a consciência fonológica é uma habilidade essencial para o processo de alfabetização, pois permite que a criança compreenda a relação entre sons e letras, facilitando o desenvolvimento da leitura. Em contextos bilíngues, essa habilidade torna-se ainda mais relevante, uma vez que auxilia na transição entre diferentes sistemas linguísticos e fortalece a aprendizagem inicial da leitura. Práticas pedagógicas que utilizam jogos, atividades lúdicas e recursos digitais mostram-se eficazes no desenvolvimento dessa habilidade, promovendo maior engajamento e aprendizagem significativa. A inserção de tecnologias digitais no processo educativo exige atenção aos direitos digitais dos estudantes. A coleta e o uso de dados em plataformas educacionais devem ocorrer de forma ética e transparente, garantindo a privacidade e a segurança das informações. **Conclusão:** A consciência fonológica é um elemento central no desenvolvimento da fluência leitora em crianças bilíngues, contribuindo significativamente para o sucesso na alfabetização e na aprendizagem linguística.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; BELCHIOR, Idênis Glória; FERREIRA, Juliana Balta; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A contribuição da consciência fonológica no desenvolvimento da fluência leitora em crianças bilíngues.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144080492/A_CONTRIBUI%C3%87%C3%83O_DA_CONSCI%C3%8ANCIA_FONOL%C3%93GICA_NO_DESENVOLVIMENTO_DA_FLU%C3%8ANCIA_LEITORA_EM_CRIAN%C3%87AS_BIL%C3%8DNGUES. Acesso em: 10 abr. 2026.

CONEXÕES QUE TRANSFORMAM: A CONTRIBUIÇÃO DAS NEUROCIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA UMA ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA E SIGNIFICATIVA.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Eliane Aparecida da Silva Santos
Nívea Maria Costa Vieira
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A alfabetização no contexto contemporâneo tem sido profundamente influenciada pelas contribuições das neurociências e pelo avanço das tecnologias digitais, possibilitando práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas. A compreensão dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita permite a elaboração de estratégias mais eficazes, respeitando as particularidades de cada estudante. Paralelamente, o uso de recursos digitais amplia as possibilidades de ensino, tornando o aprendizado mais dinâmico e interativo. Nesse cenário, os direitos digitais assumem papel fundamental, garantindo a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das tecnologias no ambiente educacional. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando-os com as contribuições das neurociências e das tecnologias digitais para uma alfabetização inclusiva e significativa. Busca-se compreender como essas áreas se inter-relacionam para promover práticas pedagógicas mais eficazes, seguras e humanizadas. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas relacionadas às neurociências, alfabetização, tecnologias digitais e direitos digitais. Foram considerados estudos que abordam o funcionamento do cérebro no processo de aprendizagem, o uso de ferramentas digitais na educação e a importância da proteção de dados no ambiente escolar. **Resultados:** Os resultados evidenciam que as contribuições das neurociências permitem uma compreensão mais aprofundada dos processos de aprendizagem, favorecendo a elaboração de estratégias pedagógicas que respeitam o ritmo e as necessidades individuais dos estudantes. A utilização de tecnologias digitais, como aplicativos educativos, jogos interativos e plataformas de ensino, potencializa o desenvolvimento de habilidades cognitivas e linguísticas, promovendo maior engajamento e aprendizagem significativa. **Conclusão:** A integração entre neurociências, tecnologias digitais e direitos digitais representa um avanço significativo para a promoção de uma alfabetização inclusiva e significativa. Enquanto as neurociências contribuem para a compreensão dos processos de aprendizagem, as tecnologias ampliam as possibilidades pedagógicas, tornando o ensino mais acessível e interativo. Contudo, a efetivação dos direitos digitais é indispensável para garantir a segurança, a privacidade e o uso ético dessas ferramentas.

REFERÊNCIA: SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; SANTOS, Eliane Aparecida da Silva; VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Conexões que transformam: a contribuição das neurociências e das tecnologias digitais para uma alfabetização inclusiva e significativa.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/853063726/A-CONTRIBUICAO-DAS-NEUROCIENCIAS-E-DAS-TECNOLOGIAS-DIGITAIS. Acesso em: 10 abr. 2026.

A EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES NEUROPSICOPEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH).

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Neusa Venditte
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: As intervenções neuropsicopedagógicas têm se mostrado essenciais no desenvolvimento da aprendizagem de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), especialmente em contextos educacionais mediados por tecnologias digitais. Essas intervenções integram conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, possibilitando a elaboração de estratégias personalizadas que atendem às necessidades específicas de cada estudante. Ao considerar aspectos como atenção, memória, funções executivas e regulação emocional, tais práticas contribuem significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico e da adaptação escolar. O uso de recursos digitais, como aplicativos educativos, jogos interativos e plataformas de aprendizagem, potencializa os resultados das intervenções, tornando o processo mais dinâmico, motivador e acessível. Essas ferramentas favorecem o engajamento do aluno, estimulam a autonomia e auxiliam na organização das atividades, aspectos frequentemente desafiadores para crianças com TDAH. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os às intervenções neuropsicopedagógicas no atendimento de crianças com TDAH. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre neuropsicopedagogia, TDAH, educação digital e proteção de dados. **Resultados:** Os resultados indicam que intervenções baseadas em estratégias cognitivas e comportamentais favorecem a atenção, o autocontrole e o desempenho acadêmico. O uso de tecnologias digitais potencializa essas práticas, tornando-as mais dinâmicas e acessíveis. No entanto, destaca-se a necessidade de garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados e o uso ético das plataformas educacionais. **Conclusão:** As intervenções neuropsicopedagógicas são eficazes no desenvolvimento da aprendizagem de crianças com TDAH, especialmente quando associadas às tecnologias digitais. Contudo, a garantia dos direitos digitais é indispensável para promover um ambiente educacional seguro, inclusivo e ético, reforçando a importância do tema na educação contemporânea.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A eficácia das intervenções neuropsicopedagógicas no desenvolvimento do processo de aprendizagem de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143428419/A_efic%C3%A1cia_das_interven%C3%A7%C3%B5es_neuropsicopedag%C3%B3gicas_no_processo_de_aprendizagem_de_crian%C3%A7as_com_TDAH. Acesso em: 10 abr. 2026.

ENTRE SONHOS E DESAFIOS: A DETERMINAÇÃO DE QUEM NUNCA DESISTE E ALCANÇA O SUCESSO EM SEUS OBJETIVOS.

Lucas Serrão da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A trajetória entre sonhos e desafios evidencia a importância da determinação e da persistência na construção do sucesso pessoal e educacional. No contexto contemporâneo, marcado pela presença constante das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir um ambiente educacional seguro e ético. A persistência não se limita apenas ao esforço individual, mas também está relacionada às condições oferecidas pelo ambiente educacional. O acesso a recursos tecnológicos, plataformas digitais e conteúdos online amplia as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os estudantes desenvolvam autonomia e protagonismo em suas trajetórias. No entanto, para que essas oportunidades sejam efetivas, é necessário assegurar que o uso das tecnologias ocorra de forma responsável, respeitando princípios éticos e garantindo a proteção das informações pessoais dos usuários. Os direitos digitais contribuem diretamente para a construção de um espaço educacional mais inclusivo e equitativo, no qual todos os estudantes possam exercer seu direito à aprendizagem com segurança. A promoção da privacidade, da proteção de dados e da liberdade de expressão no ambiente digital fortalece a confiança dos usuários e favorece o engajamento no processo educativo. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à construção da persistência e do sucesso na trajetória acadêmica dos estudantes. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação, cultura digital, persistência e direitos digitais no ambiente educacional. **Resultados:** Os resultados indicam que a persistência é um fator determinante para o alcance de objetivos, permitindo que indivíduos superem desafios e aprendam com erros ao longo do processo. No contexto educacional digital, essa característica é potencializada pelo uso de tecnologias que ampliam o acesso ao conhecimento e favorecem a autonomia do estudante. Entretanto, o uso dessas ferramentas exige a garantia dos direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e a segurança das informações no ambiente virtual. **Conclusão:** A determinação e a persistência são essenciais para a conquista do sucesso, especialmente em ambientes educacionais mediados por tecnologias digitais. Contudo, a efetivação dos direitos digitais é indispensável para garantir uma educação segura, inclusiva e ética, reforçando sua relevância na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: SILVA, Lucas Serrão da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Entre sonhos e desafios: a determinação de quem nunca desiste e alcança o sucesso em seus objetivos.** 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/898269423/A-Forca-Da-Perseveranca-Nunca-Desistir-Dos-Proprios-Sonhos. Acesso em: 10 abr. 2026

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E FONOAUDIOLÓGICO NA INTERVENÇÃO PRECOCE NO AMBIENTE CLÍNICO PARA CRIANÇAS COM TEA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Cindi Carvalho Silva
Regina Daucia de Oliveira Braga
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A intervenção precoce em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para promover o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e social. O acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico assume papel essencial, especialmente quando associado ao uso de tecnologias digitais. Assim, os direitos digitais tornam-se relevantes para garantir um ambiente seguro, ético e inclusivo no processo terapêutico e educacional. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os ao acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce de crianças com TEA. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre TEA, intervenção precoce, práticas psicopedagógicas, fonoaudiologia e direitos digitais aplicados à educação e à saúde. **Resultados:** Os resultados indicam que a atuação integrada entre psicopedagogia e fonoaudiologia favorece significativamente o desenvolvimento da linguagem, da interação social e das habilidades cognitivas em crianças com TEA. A intervenção precoce possibilita maior plasticidade cerebral, ampliando as chances de progresso no processo de aprendizagem. O uso de tecnologias digitais, como aplicativos terapêuticos e recursos interativos, potencializa as intervenções, tornando-as mais dinâmicas e acessíveis. Entretanto, é fundamental garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das informações das crianças. **Conclusão:** O acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce é essencial para o desenvolvimento integral de crianças com TEA. A garantia dos direitos digitais fortalece esse processo, promovendo segurança, inclusão e qualidade nas práticas terapêuticas e educacionais, evidenciando a relevância do tema na contemporaneidade. A atuação interdisciplinar possibilita intervenções mais precisas, respeitando as necessidades individuais de cada criança e potencializando suas habilidades cognitivas, comunicativas e sociais. O uso de recursos digitais, quando aplicado de forma ética e segura, amplia as possibilidades de estimulação e acompanhamento contínuo. A proteção de dados e a privacidade tornam-se fundamentais para assegurar a confiança das famílias e profissionais envolvidos. Dessa forma, consolida-se uma abordagem mais humanizada, eficaz e alinhada às demandas atuais da educação e da saúde.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; SILVA, Cindi Carvalho; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A importância do acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico na intervenção precoce no ambiente clínico para crianças com TEA.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127115147/A_IMPORT%C3%82NCIA_DO_ACOMPANHAMENTO_PSICOPEDAG%C3%93GICO_E_FONOAUDIOL%C3%93GICO_NA_INTERVEN%C3%87%C3%83O_PRECOCE. Acesso em: 10 abr. 2026.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb

Introdução: A importância histórica de Zumbi dos Palmares está diretamente relacionada à luta contra a escravidão e à construção da identidade brasileira. Símbolo de resistência, sua trajetória contribui para o fortalecimento da consciência negra e para a valorização da cultura afro-brasileira. No contexto educacional contemporâneo, mediado por tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir acesso seguro, ético e inclusivo ao conhecimento. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os ao legado histórico de Zumbi e à construção da identidade e da consciência crítica dos estudantes. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos históricos, educacionais e sociais, além de produções acadêmicas sobre cultura afro-brasileira e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que Zumbi dos Palmares representa um marco na resistência negra, sendo símbolo da luta pela liberdade e igualdade racial. Sua liderança no Quilombo dos Palmares evidencia a organização social e cultural dos povos afrodescendentes, contribuindo para a construção da identidade brasileira. No ambiente educacional atual, as tecnologias digitais ampliam o acesso a esses conhecimentos, promovendo maior conscientização histórica e social. Entretanto, é fundamental garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados, o acesso equitativo à informação e o uso ético das plataformas educacionais. **Conclusão:** O legado de Zumbi dos Palmares é fundamental para a valorização da cultura afro-brasileira e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A efetivação dos direitos digitais fortalece o acesso ao conhecimento e promove uma educação mais inclusiva, crítica e democrática, evidenciando a importância do tema na formação cidadã contemporânea.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; AMARO, Ana Luzia; COMB, Dilani da Cruz MC. **A importância histórica de Zumbi e o legado da consciência negra na construção da identidade brasileira.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144701366/A_IMPORT%C3%82NCIA_HIST%C3%93RICA_DE_ZUMBI_E_O_LEGADO_DA_CONSCI%C3%8ANCIA_NEGRA_NA_CONSTRU%C3%87%C3%83O_DA_IDENTIDADE_BRASILEIRA. Acesso em: 10 abr. 2026.

INCLUSÃO DIGITAL E (IA) NO ACESSO À GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DE TECNOLOGIAS COM FOCO NAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Celine Maria de Souza Azevedo
Francisca Araújo da Silva
Natali Maria Serafim
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Silvia Drumond de Carvalho

Introdução: A inclusão digital e o uso da Inteligência Artificial (IA) têm transformado o acesso à educação superior no Brasil, ampliando oportunidades para populações em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir equidade, segurança e acesso ético às tecnologias educacionais. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à inclusão digital e ao uso da IA no acesso à graduação e pós-graduação no Brasil. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre inclusão digital, inteligência artificial, educação superior e legislações relacionadas aos direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que a inclusão digital, aliada ao uso da IA, contribui significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior, permitindo maior alcance de estudantes de diferentes contextos sociais. Ferramentas digitais e plataformas inteligentes favorecem a personalização da aprendizagem, ampliam o acesso a conteúdos e reduzem barreiras geográficas. Entretanto, persistem desafios relacionados à desigualdade no acesso à internet, à falta de infraestrutura tecnológica e à exclusão digital. Os direitos digitais são essenciais para garantir a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das tecnologias, assegurando que os benefícios da IA sejam distribuídos de forma justa. **Conclusão:** Conclui-se que a inclusão digital e o uso da IA representam avanços significativos na democratização da educação superior no Brasil. Contudo, a efetivação dos direitos digitais é indispensável para garantir uma educação inclusiva, segura e equitativa, reforçando sua importância na construção de uma sociedade mais justa e alinhada às demandas contemporâneas.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; AZEVEDO, Celine Maria de Souza; SILVA, Francisca Araújo da; SERAFIM, Natali Maria; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; CARVALHO, Silvia Drumond de. **Inclusão digital e (IA) no acesso à graduação e pós-graduação no Brasil: a democratização do acesso à educação de qualidade por meio de tecnologias com foco nas populações em situação de vulnerabilidade.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/160929230/a-inclusao-digital-e-o-uso-da-inteligencia-artificial. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INCLUSÃO E (AEE): DESAFIOS, PERSPECTIVAS, TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, METODOLOGIAS DIFERENCIADAS PARA AS CAPACITAÇÕES CONTÍNUAS DOS PROFISSIONAIS E PAPEL DA FAMÍLIA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Bruna Silva Felix
Tatiana Coelho
Giane Demo
Wanessa Delgado da Silva Ronque
Francisca Araújo da Silva
Rita Cristina Guimarães de Almeida
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanain

Introdução: A inclusão educacional, especialmente por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem se consolidado como um direito fundamental, promovendo o acesso equitativo à aprendizagem para estudantes com necessidades específicas. No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir um ambiente educacional inclusivo, seguro e ético. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando-os aos desafios e perspectivas do AEE, às tecnologias assistivas, às metodologias diferenciadas e ao papel da família no processo inclusivo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação inclusiva, AEE, tecnologias assistivas, formação continuada de profissionais e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que o AEE desempenha papel fundamental na promoção da inclusão escolar, oferecendo suporte pedagógico especializado e contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes. O uso de tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas favorece a acessibilidade e a participação ativa no processo de aprendizagem. A formação contínua dos profissionais da educação é essencial para a efetividade dessas práticas, assim como o envolvimento da família, que fortalece o acompanhamento e o desenvolvimento dos estudantes. No entanto, a inserção de tecnologias digitais exige a garantia dos direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das ferramentas educacionais. **Conclusão:** A inclusão por meio do AEE é essencial para a construção de uma educação equitativa e de qualidade. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, acessibilidade e ética no uso das tecnologias. Assim, destaca-se a importância de políticas públicas, formação profissional e participação familiar para consolidar uma educação inclusiva alinhada às demandas contemporâneas.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FELIX, Bruna Silva; COELHO, Tatiana; DEMO, Giane; RONQUE, Wanessa Delgado da Silva; SILVA, Francisca Araújo da; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A inclusão e (AEE): desafios, perspectivas, tecnologias assistivas, metodologias diferenciadas para as capacitações contínuas dos profissionais e papel da família.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126641318/A_INCLUS%C3%83O_E_AEE_. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES: ESTRATÉGIAS PARA O SÉCULO XXI.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A educação socioemocional tem ganhado destaque no contexto educacional contemporâneo por contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Em uma sociedade marcada pelo avanço das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir um ambiente educacional seguro, ético e inclusivo, favorecendo a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para os desafios do século XXI. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à influência da educação socioemocional no desenvolvimento integral dos estudantes. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação socioemocional, desenvolvimento humano, tecnologias digitais e direitos digitais aplicados à educação. **Resultados:** Os resultados indicam que a educação socioemocional contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades como empatia, autocontrole, colaboração e tomada de decisão, impactando positivamente o desempenho acadêmico e as relações interpessoais. Essas competências são fundamentais para que os estudantes enfrentem desafios contemporâneos com equilíbrio emocional e pensamento crítico. O uso de tecnologias digitais potencializa essas práticas, ampliando o acesso ao conhecimento e promovendo metodologias mais interativas. Contudo, esse cenário exige a garantia dos direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das ferramentas educacionais. **Conclusão:** A educação socioemocional é um elemento essencial para a formação integral dos estudantes, promovendo não apenas o sucesso acadêmico, mas também o bem-estar pessoal e social. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, inclusão e ética no uso das tecnologias. Dessa forma, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação mais humanizada, crítica e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A influência da educação socioemocional no desenvolvimento integral dos estudantes: estratégias para o século XXI.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892029710/Artigo-a-Influencia-Da-Educacao-Socioemocional-No-Desenvolvimento-Integral-Dos-Estudantes. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INFLUÊNCIA DO NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL NA APRENDIZAGEM DA LEITURA: UM ESTUDO LONGITUDINAL EM CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS DIVERSOS.

Vanessa Tullio
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Delvina Dias de Carvalho Sousa
Regina Daucia de Oliveira Braga
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: O neurodesenvolvimento infantil desempenha papel fundamental na aprendizagem da leitura, especialmente nos primeiros anos de escolarização. Fatores cognitivos, emocionais e sociais influenciam diretamente esse processo, sendo ainda mais relevantes em contextos socioeconômicos diversos. No cenário educacional contemporâneo, marcado pelo uso crescente de tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e equitativo. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à influência do neurodesenvolvimento infantil na aprendizagem da leitura em diferentes contextos socioeconômicos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre neurodesenvolvimento, alfabetização, desigualdade social e direitos digitais na educação. **Resultados:** Os resultados indicam que o desenvolvimento adequado das funções cognitivas, como atenção, memória e linguagem, é determinante para a aquisição da leitura. Crianças inseridas em contextos socioeconômicos vulneráveis podem apresentar maiores desafios, devido à limitação de estímulos e recursos educacionais. Nesse contexto, o uso de tecnologias digitais pode contribuir para ampliar o acesso ao conhecimento, oferecendo ferramentas interativas que favorecem o aprendizado. Entretanto, a efetividade dessas estratégias depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso equitativo à internet, a proteção de dados e o uso ético das plataformas educacionais. **Conclusão:** O neurodesenvolvimento infantil é essencial para a aprendizagem da leitura, sendo influenciado por fatores sociais e tecnológicos. A garantia dos direitos digitais é indispensável para promover equidade, segurança e qualidade na educação, evidenciando sua relevância na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O acesso a recursos digitais de forma igualitária contribui para reduzir desigualdades educacionais e ampliar oportunidades de aprendizagem. A proteção de dados e a utilização ética das tecnologias fortalecem a confiança no ambiente educacional digital. Dessa forma, consolida-se uma educação mais inclusiva, inovadora e alinhada às demandas contemporâneas.

REFERÊNCIA: TULLIO, Vanessa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SOUSA, Delvina Dias de Carvalho; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A influência do neurodesenvolvimento infantil na aprendizagem da leitura: um estudo longitudinal em contextos socioeconômicos diversos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892031162/A-Influencia-Do-Neurodesenvolvimento-Infantil-Na-Aprendizagem-Da-Leitura. Acesso em: 10 abr. 2026.

CONTOS DE FADAS E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA: EMOÇÕES, IMAGINAÇÃO, ESCRITA E RELAÇÕES AFETIVAS.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: Os contos de fadas desempenham um papel significativo no desenvolvimento integral da criança, contribuindo para a formação emocional, cognitiva e social. Por meio de narrativas simbólicas, essas histórias estimulam a imaginação, a criatividade e a construção de valores, além de favorecerem o desenvolvimento da linguagem e da escrita. No contexto educacional contemporâneo, permeado pelo uso de tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir um ambiente seguro e ético para o acesso a esses conteúdos. Os contos de fadas possibilitam que a criança compreenda conflitos internos e externos, auxiliando na elaboração de emoções como medo, insegurança e esperança. Essas narrativas também favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, ao estimular a interpretação e a reflexão sobre diferentes situações e comportamentos. No ambiente digital, o acesso a livros eletrônicos, vídeos e aplicativos amplia as formas de contato com essas histórias, tornando a aprendizagem mais dinâmica e interativa. Entretanto, é imprescindível que esse acesso ocorra de maneira responsável, assegurando a proteção de dados, a privacidade e a integridade das crianças no ambiente virtual. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os ao uso dos contos de fadas no desenvolvimento emocional, imaginativo e linguístico das crianças. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre literatura infantil, desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas e direitos digitais na educação. **Resultados:** Os resultados indicam que os contos de fadas contribuem significativamente para o desenvolvimento emocional das crianças, permitindo a elaboração de sentimentos como medo, insegurança e coragem. Estimulam a imaginação e a criatividade, favorecendo a produção escrita e o desenvolvimento da linguagem. As relações afetivas também são fortalecidas, uma vez que as histórias promovem empatia e compreensão social. No ambiente digital, esses benefícios são ampliados pelo acesso a diferentes mídias e recursos interativos. No entanto, é essencial garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das plataformas educacionais. **Conclusão:** Os contos de fadas são ferramentas valiosas para o desenvolvimento integral da criança. A garantia dos direitos digitais fortalece esse processo, promovendo segurança, inclusão e qualidade no uso das tecnologias, evidenciando sua importância na educação contemporânea.

REFERÊNCIA: SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Contos de fadas e o desenvolvimento integral da criança: emoções, imaginação, escrita e relações afetivas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143335151/CONTOS_DE_FADAS_E_O_DESENVOLVIMENTO_INTEGRAL_DA_CRIAN%C3%87A_EMO%C3%87%C3%95ES_IMAGINA%C3%87%C3%83O_ESCRITA_E_RELA%C3%87%C3%95ES_AFETIVAS. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES E EMPRESAS PARA FORMAR PROFISSIONAIS MAIS PREPARADOS PARA AS NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
David de Almeida Simões
Diogo Rafael da Silva
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A integração entre graduação, pós-graduação e mercado de trabalho tem se tornado essencial no contexto contemporâneo, marcado por rápidas transformações tecnológicas e novas exigências profissionais. As parcerias entre universidades e empresas contribuem para a formação de profissionais mais preparados, alinhando teoria e prática. Nesse cenário, os direitos digitais assumem papel fundamental para garantir segurança, ética e transparência no uso das tecnologias educacionais e profissionais. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à integração entre formação acadêmica e demandas do mercado de trabalho. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação superior, mercado de trabalho, inovação, parcerias institucionais e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que a aproximação entre universidades e empresas favorece a construção de competências técnicas e socioemocionais, ampliando a empregabilidade dos estudantes. Programas de estágio, projetos de pesquisa aplicada e formação continuada contribuem para o desenvolvimento de habilidades alinhadas às demandas do mercado. O uso de tecnologias digitais potencializa esse processo, permitindo maior acesso a conteúdos, experiências práticas e redes de colaboração. No entanto, a intensificação do uso dessas tecnologias exige a garantia dos direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das informações no ambiente acadêmico e profissional. **Conclusão:**
A integração entre graduação, pós-graduação e mercado de trabalho é fundamental para a formação de profissionais mais qualificados e adaptáveis às mudanças contemporâneas. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, equidade e ética no uso das tecnologias. Dessa forma, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação superior mais inovadora, inclusiva e alinhada às demandas do século XXI.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SIMÕES, David de Almeida; SILVA, Diogo Rafael da; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **A integração entre graduação, pós-graduação e mercado de trabalho: parcerias entre universidades e empresas para formar profissionais mais preparados para as novas demandas do mercado de trabalho.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126829165/A_INTEGRA%C3%87%C3%83O_ENTRE_GRADUA%C3%87%C3%83O_P%C3%93S_GRADUA%C3%87%C3%83O_E_MERCADO_DE_TRABALHO. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INTELIGÊNCIA MEDIDA: LIMITAÇÕES E POTENCIAL DO (QI) COMO INDICADOR DE CAPACIDADE COGNITIVA.

Idenis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Sandro Grabed Ischkanian
Neusa Venditte
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A mensuração da inteligência por meio do Quociente de Inteligência (QI) tem sido amplamente utilizada como indicador de capacidade cognitiva ao longo do tempo. No entanto, sua aplicação no contexto educacional contemporâneo exige uma análise crítica, especialmente diante das transformações digitais. Os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir um uso ético, seguro e equitativo das informações educacionais. É necessário considerar que os dados gerados por avaliações cognitivas devem ser protegidos contra usos indevidos e interpretações reducionistas. A transparência nos processos de coleta e análise dessas informações fortalece a confiança entre instituições e estudantes. Outro aspecto relevante é a necessidade de evitar a rotulação de indivíduos com base apenas em indicadores numéricos, promovendo uma visão mais ampla da inteligência. O uso responsável das tecnologias contribui para práticas educacionais mais justas e inclusivas. Dessa forma, os direitos digitais atuam como base para a construção de um ambiente educacional mais ético, seguro e alinhado às demandas contemporâneas. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os às limitações e potencialidades do QI como indicador de capacidade cognitiva. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre avaliação da inteligência, psicologia cognitiva, educação e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que o QI é uma ferramenta útil para avaliar habilidades específicas, como raciocínio lógico, memória e resolução de problemas, mas não abrange a totalidade da inteligência humana, que inclui aspectos emocionais, sociais e criativos. Fatores ambientais, culturais e educacionais influenciam significativamente o desempenho nos testes, evidenciando suas limitações. No contexto digital, plataformas educacionais e sistemas de avaliação ampliam o uso desses indicadores, tornando essencial a garantia dos direitos digitais, como a proteção de dados, a privacidade e a transparência no uso das informações dos estudantes. **Conclusão:** Embora o QI apresente potencial como ferramenta de avaliação cognitiva, suas limitações exigem uma abordagem mais ampla e contextualizada da inteligência. A efetivação dos direitos digitais é indispensável para assegurar práticas educacionais éticas, inclusivas e seguras, destacando a importância do tema na educação contemporânea.

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idenis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Sandro Grabed; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A inteligência medida: limitações e potencial do (QI) como indicador de capacidade cognitiva.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811199964c9e4a8c. Acesso em: 06 abr. 2026.

A MEDIAÇÃO DO ENSINO ENTRE COGNIÇÃO, EMOÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON.

Elda Lúcia Freitas Campos
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Introdução: A mediação do ensino envolve a articulação entre cognição, emoção e interação social, elementos fundamentais no processo de aprendizagem. As contribuições teóricas de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon oferecem bases sólidas para compreender o desenvolvimento humano de forma integrada. No contexto educacional contemporâneo, permeado pelas tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir práticas pedagógicas éticas, seguras e inclusivas. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os às perspectivas de Piaget, Vygotsky e Wallon sobre cognição, emoção e interação social. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos da psicologia da educação, teorias do desenvolvimento humano e legislações sobre direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que Piaget enfatiza o desenvolvimento cognitivo por meio da interação do sujeito com o meio, enquanto Vygotsky destaca o papel da interação social e da mediação no processo de aprendizagem. Já Wallon integra cognição, emoção e movimento, compreendendo o desenvolvimento como um processo global e dinâmico. Essas abordagens evidenciam que a aprendizagem ocorre de forma integrada e contextualizada. No ambiente digital, as tecnologias ampliam as possibilidades de interação, colaboração e construção do conhecimento. No entanto, é fundamental garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das plataformas educacionais. **Conclusão:** A mediação do ensino, fundamentada nas perspectivas de Piaget, Vygotsky e Wallon, contribui significativamente para uma aprendizagem mais significativa e humanizada. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, inclusão e ética no uso das tecnologias. Dessa forma, destaca-se a importância do tema na construção de uma educação contemporânea mais crítica, integrada e alinhada às necessidades da sociedade atual.

REFERÊNCIA: CAMPOS, Elda Lúcia Freitas; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; VENDITTE, Neusa. **A mediação do ensino entre cognição, emoção e interação social: perspectivas de Piaget, Vygotsky e Wallon.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/922917908/A-Mediacao-Do-Ensino-Entre-Cognicao-Emocao-e-Interacao-Social-Perspectivas-de-Piaget-Vygotsky-e-Wallon. Acesso em: 10 abr. 2026.

A PEDAGOGIA DO DIÁLOGO DE PAULO FREIRE E OS PROCESSOS COGNITIVOS DA APRENDIZAGEM.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A pedagogia do diálogo proposta por Paulo Freire destaca-se como uma abordagem crítica e humanizadora do processo educativo, valorizando a interação, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva dialoga diretamente com os processos cognitivos da aprendizagem, ao considerar o estudante como sujeito ativo. No contexto educacional contemporâneo, mediado por tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir práticas pedagógicas éticas, inclusivas e seguras. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando-os à pedagogia do diálogo de Paulo Freire e aos processos cognitivos da aprendizagem. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre a pedagogia freireana, teorias cognitivas da aprendizagem e direitos digitais na educação. **Resultados:** Os resultados indicam que a pedagogia do diálogo promove o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da consciência social dos estudantes. Ao valorizar a troca de saberes e a problematização da realidade, essa abordagem contribui para a construção de aprendizagens significativas. Os processos cognitivos são potencializados quando o estudante participa ativamente do processo educativo, estabelecendo conexões entre conhecimento e experiência. No ambiente digital, as tecnologias ampliam as possibilidades de diálogo e interação, por meio de plataformas colaborativas e recursos multimodais. Entretanto, é fundamental assegurar os direitos digitais, garantindo a proteção de dados, a privacidade e o uso ético das tecnologias educacionais. **Conclusão:** A pedagogia do diálogo de Paulo Freire contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, promovendo segurança, inclusão e ética no uso das tecnologias. Evidencia-se a importância do tema na construção de uma educação democrática, participativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea. Além disso, o uso consciente das tecnologias digitais amplia os espaços de diálogo e colaboração, permitindo a construção coletiva do conhecimento. A mediação pedagógica, nesse contexto, torna-se mais dinâmica e interativa, favorecendo a autonomia do estudante. Também é fundamental garantir o acesso equitativo às ferramentas digitais, reduzindo desigualdades educacionais. A formação continuada de educadores contribui para o uso crítico e responsável dessas tecnologias.

REFERÊNCIA: SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **A pedagogia do diálogo de Paulo Freire e os processos cognitivos da aprendizagem.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0078471023359276df5da. Acesso em: 10 abr. 2026.

A PSICOPEDAGOGIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Simone Cordeiro Lopes Acelino

Introdução: A psicopedagogia tem se consolidado como uma importante ferramenta de inclusão e desenvolvimento na educação infantil, especialmente no contexto de estudantes com necessidades educacionais específicas. No cenário educacional contemporâneo, marcado pela presença das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir práticas educativas seguras, éticas e inclusivas, contribuindo para a equidade no acesso à aprendizagem. A atuação psicopedagógica possibilita a identificação precoce de dificuldades, promovendo intervenções mais eficazes e personalizadas. Além disso, o uso de recursos digitais amplia as estratégias pedagógicas, favorecendo o engajamento e a participação das crianças no processo educativo. A integração entre família, escola e profissionais especializados fortalece o acompanhamento do desenvolvimento infantil. Também é essencial garantir a proteção de dados e a privacidade dos estudantes no ambiente digital. A formação continuada dos educadores contribui para o uso consciente das tecnologias. Dessa forma, consolida-se uma educação mais inclusiva, humanizada e alinhada às demandas contemporâneas. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à atuação da psicopedagogia na promoção da inclusão e do desenvolvimento infantil, com foco nos desafios e possibilidades na rede municipal de Fortaleza. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre psicopedagogia, educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que a psicopedagogia desempenha papel essencial na identificação das dificuldades de aprendizagem e na elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas. O AEE, quando articulado com a sala de aula regular, favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, promovendo maior autonomia e participação escolar. Na rede municipal de Fortaleza, observa-se um avanço nas políticas inclusivas, com ampliação de salas de recursos e profissionais especializados, fortalecendo o processo de inclusão. No entanto, ainda persistem desafios, como a necessidade de formação continuada dos docentes e a insuficiência de recursos pedagógicos. Os direitos digitais são fundamentais para assegurar o uso ético das tecnologias, a proteção de dados e o acesso equitativo às ferramentas educacionais. **Conclusão:** A psicopedagogia é um instrumento essencial para a promoção da inclusão e do desenvolvimento na educação infantil. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, acessibilidade e qualidade no uso das tecnologias. Dessa forma, evidencia-se a importância do tema na construção de uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às demandas contemporâneas.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; ACELINO, Simone Cordeiro Lopes. **A psicopedagogia como ferramenta de inclusão e desenvolvimento na educação infantil: uma análise bibliográfica sobre desafios e possibilidades na rede municipal de Fortaleza.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127198914/A_PSICOPEDAGOGIA_COMO_FERRAMENTA_DE_INCLUS%C3%83O_E_DESENVOLVIMENTO_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O_INFANTIL. Acesso em: 10 abr. 2026.

RELAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E O DESEMPENHO ACADÊMICO EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Juliana Balta Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Grupo mães de Autistas

Introdução: As funções executivas, como atenção, memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, desempenham papel fundamental no desempenho acadêmico de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No contexto educacional contemporâneo, marcado pela crescente utilização de tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir práticas pedagógicas seguras, inclusivas e éticas, favorecendo o desenvolvimento integral desses estudantes. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à influência das funções executivas no desempenho acadêmico de crianças com TEA. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre neuropsicologia, educação inclusiva, funções executivas, TEA e direitos digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que déficits nas funções executivas podem impactar diretamente o desempenho acadêmico de crianças com TEA, dificultando a organização, o planejamento e a execução de tarefas escolares. Intervenções pedagógicas e neuropsicopedagógicas adequadas contribuem para o desenvolvimento dessas habilidades, promovendo maior autonomia e participação no ambiente escolar. O uso de tecnologias digitais, como aplicativos educacionais e recursos interativos, tem se mostrado eficaz no estímulo das funções executivas, oferecendo suporte personalizado e dinâmico. No entanto, é fundamental garantir os direitos digitais, assegurando a proteção de dados, a privacidade e o uso ético dessas ferramentas, especialmente considerando a vulnerabilidade desse público. **Conclusão:** As funções executivas são determinantes para o desempenho acadêmico de crianças com TEA, sendo essencial o uso de estratégias pedagógicas inclusivas e mediadas por tecnologias. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo segurança, acessibilidade e equidade. Dessa forma, destaca-se a importância do tema na construção de uma educação inclusiva, ética e alinhada às demandas contemporâneas. O planejamento pedagógico deve considerar as necessidades individuais dos estudantes, promovendo intervenções personalizadas e eficazes. O uso de recursos digitais interativos contribui para o desenvolvimento da atenção, da memória e da organização das tarefas. A formação continuada dos educadores é fundamental para a aplicação adequada dessas estratégias. A participação da família também fortalece o acompanhamento do processo de aprendizagem. A proteção de dados e a privacidade dos estudantes devem ser asseguradas no uso das tecnologias.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; CARVALHO, Silvana Nascimento de; GRUPO MÃES DE AUTISTAS. **Relação entre as funções executivas e o desempenho acadêmico em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143342937/A_RELA%C3%87%C3%83O_ENTRE_AS_FUN%C3%87%C3%95ES_EXECUTIVAS_E_O_DESEMPENHO_ACAD%C3%8AMICO_EM_CRIAN%C3%87AS_COM_TRANSTORNO_DO_ESPECTRO_AUTISTA_TEA. Acesso em: 10 abr. 2026.

RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E PROCESSOS DE LETRAMENTO EM ADOLESCENTES DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Delvina Dias de Carvalho Souza

Introdução: A relação entre saúde mental e processos de letramento em adolescentes de comunidades periféricas é um tema relevante no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante das desigualdades sociais e do avanço das tecnologias digitais. A adolescência é um período marcado por intensas transformações emocionais e cognitivas, podendo aumentar a vulnerabilidade a problemas como ansiedade, estresse e depressão. Os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir acesso seguro, ético e equitativo à informação e à educação. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à saúde mental e aos processos de letramento em adolescentes de comunidades periféricas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre saúde mental, letramento em saúde, desigualdades sociais e direitos digitais aplicados à educação. **Resultados:** Os resultados indicam que a saúde mental influencia diretamente os processos de letramento, uma vez que dificuldades emocionais podem comprometer a concentração, a motivação e o desempenho escolar. O letramento em saúde mental é considerado uma ferramenta essencial para promover o bem-estar psicológico e reduzir estigmas. Em contextos periféricos, fatores como vulnerabilidade social, acesso limitado a recursos educacionais e desigualdade digital intensificam esses desafios. O uso de tecnologias digitais pode contribuir para ampliar o acesso à informação e a práticas educativas, mas exige a garantia dos direitos digitais, assegurando proteção de dados, privacidade e acesso equitativo às plataformas educacionais. **Conclusão:** A promoção da saúde mental e do letramento em adolescentes de comunidades periféricas é fundamental para o desenvolvimento educacional e social. Nesse contexto, é essencial reconhecer os desafios enfrentados por esses jovens, como a desigualdade de oportunidades, a vulnerabilidade social e a falta de acesso a recursos adequados. A escola e a comunidade desempenham um papel central na oferta de apoio emocional e na construção de habilidades críticas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos. A efetivação dos direitos digitais fortalece esse processo, garantindo inclusão, segurança e equidade no acesso às tecnologias. O uso responsável e crítico da internet permite que esses adolescentes ampliem seus horizontes, acessem informações de qualidade e participem ativamente da sociedade digital. Dessa forma, políticas públicas e iniciativas sociais tornam-se indispensáveis para assegurar que tais direitos sejam respeitados e promovidos. Evidencia-se a importância do tema na construção de uma educação mais justa, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idênis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; SOUZA, Delvina Dias de Carvalho. **Relação entre saúde mental e processos de letramento em adolescentes de comunidades periféricas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://saudementaleeducação.academia.edu. Acesso em: 10 abr. 2026.

A RELEVÂNCIA DA ESCRITA À MÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ENTRE 1 E 7 ANOS E SUAS ETAPAS FORMATIVAS.

Nívea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Fabiane Bandeira Viana
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Maria Gleicy Gurgel Correia Batista
Aneilza Santos Duarte
Maria Alessandra da Costa Corrêa
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A escrita à mão desempenha papel fundamental no desenvolvimento infantil entre 1 e 7 anos, período marcado pela formação de habilidades cognitivas, motoras e linguísticas. Estudos apontam que essa prática estimula áreas cerebrais ligadas à memória, atenção e organização do pensamento, sendo mais eficaz do que a digitação em fases iniciais. No contexto educacional contemporâneo, entretanto, a crescente digitalização impõe a necessidade de conciliar práticas tradicionais com os direitos digitais, garantindo acesso equitativo às tecnologias sem comprometer o desenvolvimento integral da criança. **Objetivos:** Analisar a relevância da escrita manual no desenvolvimento infantil e discutir a importância dos direitos digitais no contexto educacional atual, considerando suas contribuições para a aprendizagem e inclusão. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre desenvolvimento infantil, alfabetização e cultura digital. Foram analisados artigos científicos e produções acadêmicas que abordam a escrita à mão e o uso de tecnologias na educação. **Resultados:** Os estudos indicam que a escrita manual favorece a coordenação motora fina, a memorização e o raciocínio lógico, além de contribuir para a alfabetização efetiva. Paralelamente, os direitos digitais ampliam o acesso ao conhecimento, promovendo inclusão e participação social. Contudo, o uso excessivo de tecnologias pode impactar negativamente habilidades fundamentais, exigindo equilíbrio pedagógico. **Conclusão:** Conclui-se que a integração entre escrita à mão e tecnologias digitais é essencial para uma educação equilibrada e inclusiva. Valorizar práticas tradicionais, aliadas à garantia dos direitos digitais, contribui para o desenvolvimento integral da criança e para a formação de cidadãos críticos e preparados para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VIANA, Fabiane Bandeira; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; BATISTA, Maria Gleicy Gurgel Correia; DUARTE, Aneilza Santos; CORRÊA, Maria Alessandra da Costa; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A relevância da escrita à mão no desenvolvimento infantil entre 1 e 7 anos e suas etapas formativas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://archive.org/details/a-relevancia-da-escrita-a-mao-no-desenvolvimento-infantil-entre-1-e-7-anos-e-suas-etapas-formativas. Acesso em: 08 abr. 2026.

A RELEVÂNCIA DAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM E DAS NEUROCIÊNCIAS NA ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONSTRUTIVISMO, APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, EXPERIENCIAL E MULTISSENSORIAL.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Bruna Silva Felix
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Giane Demo
Thamirys Patricia Ramos da Costa
Regina Daucia de Oliveira Braga
Ediana Maria Cacau Oliveira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A alfabetização contemporânea tem sido profundamente influenciada pelas teorias de aprendizagem e pelas contribuições das neurociências, que ampliam a compreensão sobre como o cérebro aprende. Abordagens como o construtivismo, a aprendizagem significativa, experiencial e multissensorial demonstram que o processo de aquisição da leitura e escrita ocorre de forma ativa, contextualizada e integrada às experiências do sujeito. Nesse cenário, também se destaca a importância dos direitos digitais, que asseguram acesso equitativo às tecnologias educacionais, ampliando possibilidades de aprendizagem no contexto atual. **Objetivos:** Analisar a relevância das teorias de aprendizagem e das neurociências na alfabetização, articulando suas contribuições com a promoção dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de produções acadêmicas sobre alfabetização, neurociências e teorias da aprendizagem. Foram consultadas obras que discutem o construtivismo, a aprendizagem significativa, experiencial e multissensorial, além de estudos sobre inclusão digital na educação. **Resultados:** Os estudos indicam que o construtivismo favorece a construção ativa do conhecimento, enquanto a aprendizagem significativa promove a conexão entre novos conteúdos e saberes prévios. A abordagem experiencial e multissensorial potencializa a retenção e compreensão, estimulando diferentes áreas cerebrais. **Conclusão:** A integração entre teorias de aprendizagem, neurociências e direitos digitais é fundamental para uma alfabetização mais eficaz, inclusiva e significativa. Esse conjunto de conhecimentos fortalece práticas pedagógicas inovadoras e promove uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea, destacando a importância do tema para o desenvolvimento educacional.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FELIX, Bruna Silva; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; DEMO, Giane; COSTA, Thamirys Patricia Ramos da; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; OLIVEIRA, Ediana Maria Cacau; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A relevância das teorias de aprendizagem e das neurociências na alfabetização: uma análise do construtivismo, aprendizagem significativa, experiencial e multissensorial.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126951371/A_RELEV%C3%82NCIA_DAS_TEORIAS_DE_APRENDIZAGEM_E_DAS_NEUROCI%C3%8ANCIAS_NA_ALFABETIZA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 11 abr. 2026.

A TEORIA SOCIOCULTURAL DE VYGOTSKY APLICADA À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: PERSPECTIVAS NEUROPSICOPEDAGÓGICAS.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Juliana Balta Ferreira
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A teoria sociocultural de Lev Vygotsky contribui significativamente para a compreensão do processo de aprendizagem na inclusão de alunos com necessidades especiais, ao enfatizar a mediação social, a linguagem e a interação como elementos centrais do desenvolvimento humano. Nesse contexto, as perspectivas neuropsicopedagógicas ampliam essa visão ao integrar conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia. No cenário educacional contemporâneo, os direitos digitais também se tornam fundamentais, pois garantem acesso equitativo às tecnologias e favorecem práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes. **Objetivos:** Analisar a aplicação da teoria sociocultural de Vygotsky na inclusão de alunos com necessidades especiais, articulando suas contribuições com as perspectivas neuropsicopedagógicas e com a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre a teoria de Vygotsky, educação inclusiva, neuropsicopedagogia e direitos digitais. Foram selecionadas fontes que discutem práticas pedagógicas inclusivas e o papel das tecnologias na educação especial. **Resultados:** Os estudos indicam que a teoria de Vygotsky, especialmente o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, favorece práticas inclusivas ao valorizar a mediação pedagógica e a interação social. As perspectivas neuropsicopedagógicas reforçam a necessidade de estratégias individualizadas, considerando o funcionamento cognitivo e emocional do aluno. Os direitos digitais ampliam o acesso ao conhecimento e promovem a equidade educacional, possibilitando o uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados que fortalecem a aprendizagem inclusiva. **Conclusão:** A integração entre a teoria sociocultural de Vygotsky, as contribuições da neuropsicopedagogia e a garantia dos direitos digitais é essencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Essa articulação fortalece práticas pedagógicas mais humanas, acessíveis e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento integral de alunos com necessidades especiais e destacando a relevância do tema no contexto educacional contemporâneo.

REFERÊNCIA: OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **A teoria sociocultural de Vygotsky aplicada à inclusão de alunos com necessidades especiais: perspectivas neuropsicopedagógicas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143998961/A_TEORIA_SOCIOCULTURAL_DE_VYGOTSKY_APLICADA_%C3%80_INCLUS%C3%83O_DE_ALUNOS_COM_NECESSIDADES_ESPECIAIS_PERSPECTIVAS. Acesso em: 05 abr. 2026.

A APLICAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Andreia de Lima Aragão Teixeira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Lucas Serrão da Silva
Neusa Venditte
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem se consolidado como uma abordagem eficaz no processo de inclusão escolar no Brasil, especialmente no atendimento a estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento. Fundamentada em princípios científicos do comportamento, a ABA busca promover aprendizagens funcionais e significativas. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também assumem relevância, pois ampliam o acesso a recursos tecnológicos, favorecendo intervenções mais inclusivas, personalizadas e acessíveis, além de fortalecerem a equidade no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar a aplicação da ABA no contexto da inclusão escolar no Brasil, destacando sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem e articulando sua relevância com a garantia dos direitos digitais no cenário educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre ABA, inclusão escolar e direitos digitais. Foram analisadas fontes que abordam práticas educacionais baseadas em evidências e o uso de tecnologias assistivas no processo inclusivo. **Resultados:** Os estudos indicam que a ABA contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e comunicativas, promovendo maior autonomia dos estudantes. Sua aplicação sistemática permite intervenções individualizadas e baseadas em dados. Paralelamente, os direitos digitais ampliam o acesso a ferramentas tecnológicas, favorecendo o uso de softwares educativos e recursos digitais que potencializam a aprendizagem inclusiva e o acompanhamento pedagógico. **Conclusão:** A integração da ABA com os direitos digitais fortalece práticas educacionais inclusivas e eficazes. Essa articulação contribui para a construção de um ambiente escolar mais acessível, equitativo e centrado nas necessidades individuais dos alunos, evidenciando a importância do tema no contexto educacional contemporâneo.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; TEIXEIRA, Andreia de Lima Aragão; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; SILVA, Lucas Serrão da; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed**. A aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto da inclusão escolar no Brasil.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126449126/ABA_AN%C3%81LISE_DO_COMPORTAMENTO_APLICADA. Acesso em: 10 abr. 2026.

ABA e TEACCH®: como abordagens estruturadas para ensinar habilidades de comunicação, socialização e aprendizagem em crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Tatiana Coelho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: As abordagens ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e TEACCH® são amplamente utilizadas no atendimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por favorecerem o desenvolvimento de habilidades de comunicação, socialização e aprendizagem. Ambas se baseiam em práticas estruturadas e individualizadas, que respeitam as especificidades do neurodesenvolvimento. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também se destacam, pois ampliam o acesso a tecnologias assistivas e recursos pedagógicos digitais que potencializam a inclusão e a participação desses estudantes no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar a contribuição das abordagens ABA e TEACCH® no ensino de crianças com TEA, destacando sua importância para o desenvolvimento de habilidades essenciais e relacionando-as à relevância dos direitos digitais na educação inclusiva contemporânea. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos e produções acadêmicas sobre ABA, TEACCH®, Transtorno do Espectro Autista e direitos digitais. Foram selecionadas fontes que abordam práticas pedagógicas estruturadas e o uso de tecnologias educacionais inclusivas. **Resultados:** Os estudos indicam que a ABA contribui para o ensino de habilidades por meio da análise e reforço do comportamento, enquanto o TEACCH® organiza o ambiente de aprendizagem de forma visual e estruturada, favorecendo a autonomia. Ambas as abordagens demonstram eficácia no desenvolvimento da comunicação e socialização. Além disso, os direitos digitais permitem o uso de tecnologias assistivas, softwares educativos e recursos visuais digitais que ampliam a acessibilidade e a aprendizagem de crianças com TEA. **Conclusão:** A integração das abordagens ABA e TEACCH® com os direitos digitais fortalece práticas educacionais inclusivas e eficazes para crianças com TEA. Essa articulação promove maior autonomia, desenvolvimento de habilidades e inclusão social, destacando a importância do tema no contexto educacional contemporâneo.

REFERÊNCIA: COELHO, Tatiana; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **ABA e TEACCH®: como abordagens estruturadas para ensinar habilidades de comunicação, socialização e aprendizagem em crianças com Transtorno do Espectro Autista.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143979341/ABA_e_TEACCH_como_abordagens_estruturadas_para_ensinar_habilidades_de_comunica%C3%A7%C3%A3o_socializa%C3%A7%C3%A3o_e_aprendizagem_em_crian%C3%A7as_com_Transtorno_do_Espectro_Autista. Acesso em: 10 abr. 2026.

ABAYOMI: A ANCESTRALIDADE POR MEIO DA ARTE DOS RETALHOS, SABERES E MEMÓRIAS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Rosimery Mendes Rodrigues
Ana Maria Bárbara Lima
Silvana Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte
Celine Maria de Sousa Azevedo
Fabiane Bandeira Viana
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A arte das bonecas Abayomi representa uma importante expressão da ancestralidade afro-brasileira, sendo confeccionada tradicionalmente a partir de retalhos de tecido, sem o uso de costura ou cola. Essa prática carrega significados históricos, culturais e educativos, transmitindo saberes e memórias das populações africanas escravizadas. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também se tornam fundamentais, pois possibilitam a divulgação, preservação e acesso a manifestações culturais por meio de plataformas digitais, fortalecendo a valorização da diversidade cultural na educação. **Objetivos:** Analisar a relevância da arte das Abayomi como expressão de ancestralidade e cultura, destacando sua importância educativa e relacionando-a à contribuição dos direitos digitais na preservação e disseminação de saberes culturais no contexto contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de produções acadêmicas, artigos e estudos sobre cultura afro-brasileira, arte Abayomi e direitos digitais. Foram consideradas fontes que abordam práticas pedagógicas culturais e o uso de tecnologias na educação. **Resultados:** Os estudos indicam que a produção das bonecas Abayomi contribui para o resgate da identidade cultural, fortalecimento da autoestima e valorização da ancestralidade afrodescendente. No ambiente escolar, essa prática favorece o ensino interdisciplinar e o reconhecimento da diversidade cultural. Os direitos digitais ampliam o acesso a conteúdos educativos, permitindo a divulgação de práticas culturais em ambientes virtuais, o que contribui para sua preservação e valorização social. **Conclusão:** A integração entre a arte Abayomi e os direitos digitais fortalece a educação cultural e inclusiva, promovendo o reconhecimento da ancestralidade afro-brasileira e ampliando o acesso ao conhecimento por meio das tecnologias. Esse diálogo entre tradição e inovação evidencia a importância do tema para uma educação mais crítica, diversa e contemporânea.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; RODRIGUES, Rosimery Mendes; LIMA, Ana Maria Bárbara; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; VIANA, Fabiane Bandeira; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Abayomi: a ancestralidade por meio da arte dos retalhos, saberes e memórias.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144353061/ABAYOMI_A_ANCESTRALIDADE_POR_MEIO_DA_ARTE_DOS_RETALHOS_SABERES_E_MEM%C3%93RIAS. Acesso em: 08 abr. 2026.

A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, INOVAÇÕES NA EDUCAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO E NEUROCIÊNCIAS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Regina Daucia de Oliveira Braga

Introdução: A pós-graduação stricto sensu desempenha papel essencial na produção de conhecimento científico e na inovação educacional, especialmente nas áreas de alfabetização e neurociências. Essas áreas investigam os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem, contribuindo para práticas pedagógicas mais eficazes e fundamentadas. A pesquisa acadêmica avançada possibilita a construção de metodologias inovadoras que aprimoram a qualidade do ensino e da formação docente. O aprofundamento teórico e prático proporcionado por esses programas favorece a integração entre ciência e educação, permitindo a aplicação de evidências neurocientíficas no cotidiano escolar. Isso resulta em intervenções mais precisas e adaptadas às necessidades dos estudantes. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais tornam-se indispensáveis, pois garantem acesso democrático às tecnologias, ampliando possibilidades de pesquisa, ensino e inclusão no ambiente acadêmico e escolar. Eles também fortalecem a autonomia dos sujeitos na construção do conhecimento, promovendo maior equidade no uso das ferramentas digitais. A articulação entre pesquisa avançada, inovação educacional e inclusão digital contribui significativamente para o desenvolvimento de uma educação mais crítica, acessível e alinhada às demandas da sociedade atual. **Objetivos:** Analisar a importância das inovações na educação a partir da articulação entre alfabetização e neurociências na pós-graduação stricto sensu, destacando a relevância dos direitos digitais no fortalecimento dos processos formativos contemporâneos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre alfabetização, neurociências e educação superior stricto sensu. Foram consideradas fontes recentes que discutem inovação educacional, formação docente e integração tecnológica no ensino. **Resultados:** Os estudos indicam que a integração entre alfabetização e neurociências na pós-graduação contribui para a compreensão aprofundada dos processos de aprendizagem, permitindo o desenvolvimento de metodologias mais eficazes e baseadas em evidências. A neurociência educacional auxilia na identificação de como o cérebro aprende, favorecendo intervenções pedagógicas mais assertivas. Os direitos digitais ampliam o acesso a bases de dados, plataformas de pesquisa e ferramentas tecnológicas, fortalecendo a produção científica e a inclusão acadêmica no ensino superior. **Conclusão:** A articulação entre alfabetização, neurociências e pós-graduação stricto sensu representa um avanço significativo na inovação educacional, promovendo práticas pedagógicas mais eficientes e fundamentadas cientificamente. Os direitos digitais são fundamentais para garantir acesso equitativo ao conhecimento e fortalecer a democratização da educação. Evidencia-se a importância do tema para o desenvolvimento de uma educação contemporânea mais inclusiva, científica e tecnologicamente integrada.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira. **A pós-graduação stricto sensu, inovações na educação: alfabetização e neurociências.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126632921/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O_E_NEUROCI%C3%8ANCIAS_INOVA%C3%87%C3%95ES_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 14 abr. 2026.

ALFABETIZAÇÃO E NEUROCIÊNCIA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Lucas Serrão da Silva
Regina Daucia de Oliveira Braga
Silvana Nascimento de Carvalho
Milca Ruiz da Silva

Introdução: A alfabetização, quando analisada sob a perspectiva das neurociências, revela-se como um processo complexo que envolve múltiplas áreas cerebrais responsáveis pela linguagem, memória e cognição. Essa abordagem permite compreender como o cérebro aprende a ler e escrever, favorecendo práticas pedagógicas mais eficazes e baseadas em evidências. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais assumem papel essencial, pois garantem o acesso equitativo às tecnologias, ampliando as possibilidades de aprendizagem, pesquisa e inclusão no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar a relação entre alfabetização e neurociência, destacando suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem e evidenciando a importância dos direitos digitais na educação contemporânea. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre alfabetização, neurociências e inclusão digital. Foram selecionadas fontes que discutem o funcionamento cerebral no processo de aprendizagem e o uso de tecnologias educacionais. **Resultados:** Os estudos indicam que a neurociência contribui para a compreensão dos mecanismos cerebrais envolvidos na alfabetização, permitindo a criação de estratégias pedagógicas mais eficientes e adaptadas às necessidades dos estudantes. Evidencia-se que a aprendizagem é potencializada por estímulos multissensoriais e pela repetição significativa. Paralelamente, os direitos digitais ampliam o acesso a recursos tecnológicos, plataformas educacionais e ferramentas interativas, promovendo inclusão e equidade no processo educativo. **Conclusão:** A articulação entre alfabetização e neurociência, aliada à garantia dos direitos digitais, fortalece práticas educacionais mais inclusivas, inovadoras e eficazes. Essa integração permite compreender melhor como os estudantes aprendem, possibilitando intervenções pedagógicas mais precisas e fundamentadas em evidências científicas. Além disso, favorece o uso de metodologias ativas que respeitam os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Os direitos digitais, por sua vez, asseguram o acesso equitativo às tecnologias educacionais, ampliando as oportunidades de aprendizagem e reduzindo desigualdades sociais. Essa democratização do acesso contribui para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e participativos no ambiente escolar e na sociedade. A união entre ciência, educação e tecnologia potencializa o processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior engajamento dos alunos e melhores resultados educacionais. Essa integração contribui para o desenvolvimento integral do aluno e evidencia a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais justa, acessível e alinhada às demandas da sociedade atual.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Lucas Serrão da; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; SILVA, Milca Ruiz da. **Alfabetização e neurociência.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126449303/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O_E_NEUROCI%C3%8ANCIAS. Acesso em: 12 abr. 2026.

ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS: ENTRE ESPELHOS E SOMBRAS — UMA CARTOGRAFIA DA MENTE FRAGMENTADA COM AIWS, SÍNDROME DE FREGOLI, SÍNDROME DE COTARD, PSICOLOGIA DA MÃO ALIENÍGENA E DELÍRIO DE EKBOM.

Aneilza Santos Duarte
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Hevelin Katana Farias Ribeiro
Gabriel Nascimento de Carvalho
Dilani da Cruz MC Comb
Ana Luzia Amaro

Introdução: A relação entre narrativas literárias e fenômenos psicopatológicos tem sido utilizada como recurso de análise interdisciplinar, permitindo compreender distorções perceptivas e identitárias associadas a síndromes raras como AIWS, Fregoli, Cotard, mão alienígena e delírio de Ekbom. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais tornam-se fundamentais ao possibilitar acesso a informações científicas seguras, tecnologias de aprendizagem e inclusão acadêmica, fortalecendo a formação crítica e ética dos estudantes. **Objetivos:** Analisar a intersecção entre manifestações neuropsicológicas descritas na literatura e sua representação simbólica na obra em questão, destacando a relevância dos direitos digitais na promoção do acesso à informação científica, inclusão educacional e desenvolvimento de competências críticas no ambiente contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de produções acadêmicas, artigos e obras literárias que abordam síndromes neuropsiquiátricas e suas representações culturais. Foram consideradas fontes digitais científicas, reforçando o papel dos direitos digitais no acesso democrático ao conhecimento e na disseminação de informações confiáveis atualizadas e seguras. **Resultados:** Os resultados indicam que a análise interdisciplinar dessas síndromes, quando associada a referenciais culturais como a obra literária, favorece a compreensão de distorções perceptivas e identitárias. Observa-se que o acesso a conteúdos digitais qualificados contribui para a formação acadêmica crítica, ampliando a compreensão sobre saúde mental. Os direitos digitais fortalecem a democratização do conhecimento e a inclusão educacional, especialmente em ambientes de aprendizagem mediados por tecnologia. **Conclusão:** A articulação entre estudos neuropsicológicos, representações literárias e direitos digitais contribui para a formação crítica e inclusiva. O acesso digital qualificado é essencial para a democratização do conhecimento e para a construção de uma educação contemporânea mais ética, acessível e comprometida com a diversidade cognitiva.

REFERÊNCIA: DUARTE, Aneilza Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; MC COMB, Dilani da Cruz; AMARO, Ana Luzia. **Alice no País das Maravilhas: entre espelhos e sombras — uma cartografia da mente fragmentada com AIWS, Síndrome de Fregoli, Síndrome de Cotard, psicologia da mão alienígena e delírio de Ekbom**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144967185/ALICE_NO_PAIS_DAS_MARAVILHAS_ENTRE_ESPELHOS_E_SOMBRAS_2025. Acesso em: 08 abr. 2026.

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS NO CÓRTEX PRÉ-FRONTAL, CEREBELO E AMÍGDALA EM DIFERENTES NÍVEIS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve alterações neurobiológicas que impactam o funcionamento de diferentes regiões cerebrais, incluindo o córtex pré-frontal, o cerebelo e a amígdala. Essas estruturas estão relacionadas a funções executivas, coordenação motora, processamento emocional e interação social. Estudos indicam que alterações estruturais e funcionais nessas áreas podem contribuir para déficits na comunicação e no comportamento adaptativo, característicos do espectro autista. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais tornam-se fundamentais ao garantir acesso a tecnologias assistivas, recursos educacionais inclusivos e informações científicas qualificadas, promovendo aprendizagem mais equitativa e acessível. **Objetivos:** Analisar as alterações estruturais e funcionais no córtex pré-frontal, cerebelo e amígdala em diferentes níveis do TEA, destacando suas implicações neuropsicológicas e a importância dos direitos digitais na promoção da inclusão educacional contemporânea. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, revisões integrativas e estudos neurocientíficos sobre o TEA. Foram consultadas fontes que investigam conectividade cerebral, neuroimagem funcional e implicações cognitivas e comportamentais associadas ao transtorno, além de literatura sobre inclusão digital na educação. **Resultados:** Os estudos evidenciam que o TEA está associado a alterações na conectividade entre regiões cerebrais, incluindo o córtex pré-frontal, amígdala e cerebelo, afetando processos de regulação emocional, planejamento e resposta social. Observa-se redução ou disfunção na comunicação entre essas áreas, impactando o processamento sensorial e cognitivo. Tais alterações variam conforme o nível de suporte do indivíduo, influenciando diretamente suas habilidades adaptativas. Paralelamente, os direitos digitais ampliam o acesso a tecnologias assistivas, softwares educacionais e recursos de comunicação alternativa, favorecendo a inclusão e o desenvolvimento de habilidades funcionais no ambiente escolar. **Conclusão:** As alterações estruturais e funcionais no córtex pré-frontal, cerebelo e amígdala desempenham papel central nas manifestações do TEA, impactando cognição, emoção e interação social. A integração entre conhecimento neurocientífico e direitos digitais é essencial para promover práticas educacionais inclusivas, acessíveis e eficazes, evidenciando a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais equitativa e humanizada.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Alterações estruturais e funcionais no córtex pré-frontal, cerebelo e amígdala em diferentes níveis do transtorno do espectro autista.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/905507099/Alteracoes-Estruturais-e-Funcionais-No-Cortex-Pre-frontal-Cerebelo-e-Amigdala-Em-Diferen. Acesso em: 10 abr. 2026.

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS ÉTICOS E POTENCIAL PARA A PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A inteligência artificial (IA) tem transformado profundamente o campo educacional, possibilitando a personalização do ensino e a criação de ambientes de aprendizagem mais adaptativos e eficientes. Contudo, seu uso também levanta desafios éticos relacionados à privacidade, à proteção de dados e à equidade no acesso às tecnologias. Nesse cenário, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir uma educação contemporânea segura, inclusiva e democrática. **Objetivos:** Analisar as aplicações da inteligência artificial na educação, destacando seu potencial para a personalização do ensino e discutindo os desafios éticos associados, bem como a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre inteligência artificial na educação, ética digital e personalização do ensino. Foram selecionadas fontes que abordam o impacto das tecnologias emergentes nos processos educativos e na formação docente. **Resultados:** Os estudos indicam que a inteligência artificial contribui significativamente para a personalização do ensino, permitindo a adaptação de conteúdos às necessidades individuais dos estudantes e promovendo maior engajamento e autonomia. No entanto, também se identificam desafios éticos importantes, como o uso responsável de dados, a transparência dos algoritmos e o risco de desigualdade digital. Nesse contexto, os direitos digitais garantem o uso seguro e equitativo das tecnologias, fortalecendo a inclusão e a proteção dos usuários no ambiente educacional. **Conclusão:** A inteligência artificial possui grande potencial para transformar a educação por meio da personalização do ensino, mas deve ser utilizada com responsabilidade ética e social. A garantia dos direitos digitais é essencial para assegurar uma educação mais justa, inclusiva e segura, evidenciando a importância do tema no contexto educacional contemporâneo.

REFERÊNCIA: VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Aplicações da inteligência artificial na educação: desafios éticos e potencial para a personalização do ensino.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/136878531/APLICA%C3%87%C3%95ES_DA_INTELIG%C3%8ANCIA_ARTIFICIAL_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O_DESAFIOS_%C3%89TICOS_E_POTENCIAL_PARA_A_PERSONALIZA%C3%87%C3%83O_DO_ENSINO. Acesso em: 15 abr. 2026.

APLICAÇÕES DO NEUROPLANEJAMENTO NA REABILITAÇÃO COGNITIVA DE PACIENTES INCLUSOS.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: O neuroplanejamento constitui uma abordagem interdisciplinar que integra conhecimentos da neurociência, psicologia e educação, visando otimizar processos de reabilitação cognitiva em pacientes inclusos. Essa estratégia considera as particularidades neurológicas e comportamentais de cada indivíduo, promovendo intervenções mais eficazes e personalizadas. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais desempenham papel essencial ao garantir acesso a tecnologias assistivas, recursos terapêuticos digitais e ambientes virtuais de aprendizagem inclusivos, fortalecendo a equidade no processo de reabilitação e ensino. **Objetivos:** Analisar as aplicações do neuroplanejamento na reabilitação cognitiva de pacientes inclusos, destacando suas contribuições para o desenvolvimento de funções cognitivas e sua relação com a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre neuroplanejamento, reabilitação cognitiva e inclusão. Foram utilizadas fontes que abordam intervenções neuropsicológicas e o uso de tecnologias digitais no processo de reabilitação e aprendizagem. **Resultados:** Os estudos indicam que o neuroplanejamento contribui significativamente para a melhoria de funções cognitivas como memória, atenção e linguagem, por meio de intervenções estruturadas e individualizadas. Observa-se que a utilização de estratégias baseadas em evidências favorece a plasticidade cerebral e a adaptação funcional dos pacientes inclusos. Paralelamente, os direitos digitais ampliam o acesso a plataformas de reabilitação digital, softwares terapêuticos e recursos educacionais inclusivos, promovendo maior autonomia e participação social dos indivíduos. **Conclusão:** Conclui-se que o neuroplanejamento é uma ferramenta essencial na reabilitação cognitiva de pacientes inclusos, contribuindo para a melhoria das funções cognitivas e da qualidade de vida. A integração com os direitos digitais potencializa esse processo, garantindo acesso equitativo às tecnologias e fortalecendo práticas inclusivas. Assim, evidencia-se a importância do tema para uma educação e reabilitação mais acessível, humanizada e contemporânea.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Aplicações do neuroplanejamento na reabilitação cognitiva de pacientes inclusos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/145633224/APLICA%C3%87%C3%95ES_DO_NEUROPLANEJAMENTO_NA_REABILITA%C3%87%C3%83O_COGNITIVA_DE_PACIENTES_INCLUSOS Acesso em: 09 abr. 2026.

APRENDIZAGEM COLABORATIVA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: APLICAÇÕES DAS TEORIAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON EM SALA DE AULA.

Celine Maria de Sousa Azevedo

Introdução: A aprendizagem colaborativa, fundamentada nas contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon, compreende o processo educativo como uma construção ativa, social e integrada, na qual o aluno participa de forma significativa na produção do conhecimento. Piaget destaca o desenvolvimento cognitivo por estágios, Vygotsky enfatiza a mediação social e a Zona de Desenvolvimento Proximal, enquanto Wallon valoriza a integração entre afetividade, motricidade e cognição no desenvolvimento humano. Os direitos digitais tornam-se essenciais no contexto educacional contemporâneo, pois garantem acesso equitativo às tecnologias, favorecendo a colaboração, a inclusão e a ampliação das experiências de aprendizagem em sala de aula. **Objetivos:** Analisar a aplicação das teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon na aprendizagem colaborativa e no desenvolvimento integral dos estudantes, destacando a importância dos direitos digitais como suporte para práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas na educação contemporânea. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e estudos acadêmicos sobre teorias do desenvolvimento e aprendizagem, com foco em Piaget, Vygotsky e Wallon, além de produções recentes sobre direitos digitais e educação colaborativa. Foram selecionadas fontes que discutem práticas pedagógicas ativas, interação social e uso de tecnologias educacionais. **Resultados:** Os estudos indicam que a aprendizagem colaborativa potencializa o desenvolvimento integral ao promover interação entre pares, mediação docente e construção compartilhada do conhecimento. Piaget contribui ao evidenciar a importância da ação do sujeito sobre o objeto; Vygotsky reforça o papel da interação social e da linguagem; e Wallon destaca a influência das emoções no processo de aprendizagem. Os direitos digitais ampliam o acesso a ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas colaborativas e recursos interativos, promovendo inclusão, participação ativa e equidade educacional. **Conclusão:** A articulação entre as teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon fortalece a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento integral dos estudantes, ao integrar dimensões cognitivas, sociais e afetivas de forma indissociável no processo educativo. Essa integração permite compreender o aluno como um sujeito ativo, que constrói o conhecimento por meio da interação com o meio, com os pares e com as experiências emocionais vivenciadas no cotidiano escolar.A garantia dos direitos digitais potencializa esse processo ao assegurar acesso democrático às tecnologias, promovendo igualdade de oportunidades no uso de recursos educacionais digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. Além disso, contribui para o desenvolvimento de competências digitais essenciais à formação cidadã no século XXI.O uso responsável e inclusivo das tecnologias favorece práticas pedagógicas mais inovadoras, interativas e significativas, ampliando as possibilidades de colaboração entre estudantes e professores.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa. **Aprendizagem colaborativa e desenvolvimento integral: aplicações das teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon em sala de aula.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144160045/APRENDIZAGEM_COLABORATIVA_E_DESENVOLVIMENTO_INTEGRAL_APLICA%C3%87%C3%95ES_DAS_TEORIAS_DE_PIAGET_VYGOTSKY_E_WALLON_EM_SALA_DE_AULA. Acesso em: 13 abr. 2026.

DA ESCOLA PARA A UNIVERSIDADE E DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA: TRANSFORMANDO O ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DE METODOLOGIAS DE PROJETOS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Thamirys Patricia Ramos da Costa
Ederson da Silva e Silva
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho

Introdução: A articulação entre escola e universidade, mediada por metodologias de projetos, tem se consolidado como uma estratégia inovadora para transformar o ensino e a aprendizagem. Essa abordagem promove a integração entre teoria e prática, favorecendo a construção ativa do conhecimento em diferentes níveis educacionais. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais desempenham papel essencial ao garantir acesso equitativo às tecnologias, ampliando possibilidades de pesquisa, colaboração e inovação pedagógica em ambos os espaços formativos. **Objetivos:** Analisar como as metodologias de projetos contribuem para a integração entre escola e universidade, destacando sua relevância para o ensino e a aprendizagem e relacionando-as à importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre metodologias ativas, aprendizagem por projetos e integração entre educação básica e ensino superior. Foram consideradas fontes que abordam também o impacto dos direitos digitais na educação. **Resultados:** Os estudos indicam que as metodologias de projetos favorecem o protagonismo dos estudantes, estimulando a investigação, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo. A integração entre escola e universidade fortalece a formação crítica e prática dos alunos, promovendo maior articulação entre diferentes níveis de ensino. Os direitos digitais ampliam o acesso a plataformas educacionais, ferramentas de pesquisa e ambientes virtuais colaborativos, potencializando a aprendizagem e a inovação pedagógica. **Conclusão:** A articulação entre metodologias de projetos e a integração entre escola e universidade contribui significativamente para a transformação do ensino e da aprendizagem. Os direitos digitais são fundamentais nesse processo, pois garantem acesso democrático às tecnologias e fortalecem práticas educacionais mais inclusivas, inovadoras e colaborativas. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais integrada e dinâmica.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; COSTA, Thamirys Patricia Ramos da; SILVA, Ederson da Silva e; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de. **Da escola para a universidade e da universidade para a escola: transformando o ensino e aprendizagem por meio de metodologias de projetos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126906207/APRENDIZAGEM_POR_MEIO_DE_METODOLOGIAS_DE_PROJETOS. Acesso em: 12 abr. 2026.

ALFABETIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A CONSCIÊNCIA FONÊMICA E A CORRESPONDÊNCIA ENTRE LETRAS E SONS.

Ana Maria Barbara Lima
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Nivea Maria Costa Vieira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte

Introdução:A alfabetização constitui um processo complexo que envolve a compreensão do sistema alfabético, especialmente por meio do desenvolvimento da consciência fonêmica e da correspondência entre letras e sons. Essas habilidades são fundamentais para que a criança compreenda que a linguagem escrita representa os sons da fala, favorecendo a leitura e a escrita de forma significativa. Estudos demonstram que a consciência fonológica e fonêmica é um dos principais preditores do sucesso na alfabetização inicial, pois permite a segmentação e manipulação dos sons da fala. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais tornam-se essenciais, pois ampliam o acesso a recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e ambientes interativos de aprendizagem, promovendo inclusão e equidade no processo educativo. **Objetivos:** Analisar estratégias pedagógicas para fortalecer a consciência fonêmica e a correspondência entre letras e sons, destacando a importância desses processos na alfabetização e relacionando-os à relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e estudos acadêmicos sobre alfabetização, consciência fonológica e fonêmica. Foram selecionadas fontes que discutem práticas pedagógicas de instrução fônica, atividades lúdicas e o uso de tecnologias digitais no ensino da leitura e escrita. **Resultados:** Os estudos indicam que estratégias como segmentação de fonemas, jogos de rimas, atividades de aliteração e uso de letras móveis contribuem significativamente para o desenvolvimento da consciência fonêmica e da relação entre grafemas e fonemas. Essas práticas favorecem a compreensão do princípio alfabético e melhoram o desempenho em leitura e escrita. Os direitos digitais ampliam o acesso a ferramentas interativas, aplicativos educacionais e plataformas de aprendizagem, fortalecendo o processo de alfabetização e promovendo maior engajamento dos estudantes. **Conclusão:** O fortalecimento da consciência fonêmica e da correspondência entre letras e sons é essencial para uma alfabetização eficaz e significativa. A integração de estratégias pedagógicas estruturadas com o uso de tecnologias digitais, garantidas pelos direitos digitais, potencializa o processo de ensino-aprendizagem. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais inclusiva, acessível e alinhada às demandas da sociedade atual.

REFERÊNCIA: LIMA, Ana Maria Barbara; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; VIEIRA, Nivea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa. **Alfabetização: estratégias para fortalecer a consciência fonêmica e a correspondência entre letras e sons.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/914195646/Artigo-Estrategias-Para-Fortalecer-a-Consciencia-Fonemica-e-a-Correspondencia-Entre-Letras-e-Sons. Acesso em: 10 abr. 2026.

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES: ESTRATÉGIAS PARA O SÉCULO XXI.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A educação socioemocional tem se consolidado como um componente essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes no século XXI, ao promover competências como empatia, autorregulação, cooperação e tomada de decisão responsável. Essas habilidades são fundamentais para a formação de sujeitos críticos e preparados para lidar com os desafios contemporâneos. No cenário educacional atual, os direitos digitais também se destacam, pois garantem acesso equitativo às tecnologias, favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas, interativas e significativas. **Objetivos:** Analisar a influência da educação socioemocional no desenvolvimento integral dos estudantes, destacando estratégias pedagógicas para o século XXI e relacionando sua importância à garantia dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre educação socioemocional, competências do século XXI e inclusão digital. Foram selecionadas fontes que discutem práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral do estudante. **Resultados:** Os estudos indicam que a educação socioemocional contribui significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico, da convivência escolar e da saúde emocional dos estudantes. Estratégias como rodas de conversa, aprendizagem cooperativa e resolução de conflitos favorecem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Os direitos digitais ampliam o acesso a ferramentas tecnológicas e ambientes virtuais de aprendizagem, promovendo inclusão, engajamento e novas formas de interação pedagógica. **Conclusão:** A educação socioemocional desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, equilibrados e preparados para os desafios da sociedade contemporânea. A integração com os direitos digitais fortalece esse processo ao garantir acesso democrático às tecnologias e ampliar as possibilidades de aprendizagem. Assim, evidencia-se a importância do tema para uma educação mais humana, inclusiva e inovadora.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de**. A influência da educação socioemocional no desenvolvimento integral dos estudantes: estratégias para o século XXI.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892029710/Artigo-a-Influencia-Da-Educacao-Socioemocional-No-Desenvolvimento-Integral-Dos-Estudantes. Acesso em: 14 abr. 2026.

A PEDAGOGIA CONTEMPORÂNEA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO NO SÉCULO XXI.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Lucas Serrão da Silva
Leizane Ferreira dos Santos
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte

Introdução: A pedagogia contemporânea, no século XXI, caracteriza-se pela integração entre inovação tecnológica, metodologias ativas e novas formas de organização do processo de ensino e aprendizagem. Os direitos digitais emergem como elemento fundamental para garantir acesso, participação e equidade no uso das tecnologias educacionais. Além disso, contribuem para a formação de cidadãos críticos e preparados para atuar em uma sociedade cada vez mais digitalizada e interconectada, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e democráticas. **Objetivos:** Analisar as implicações da pedagogia contemporânea para o ensino no século XXI, destacando a importância dos direitos digitais como ferramenta de inclusão, inovação e democratização do conhecimento no contexto educacional atual. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre pedagogia contemporânea, tecnologias educacionais e direitos digitais. Foram utilizadas fontes que discutem a transformação do ensino a partir das metodologias ativas e da cultura digital na educação. **Resultados:** Os estudos indicam que a pedagogia contemporânea promove maior protagonismo do estudante, aprendizagem colaborativa e uso significativo das tecnologias digitais. Observa-se que a integração de recursos tecnológicos potencializa práticas pedagógicas inovadoras e personalizadas, ampliando o engajamento dos alunos. Contudo, também se evidencia que a exclusão digital ainda é um desafio relevante, o que reforça a necessidade de políticas que assegurem direitos digitais e acesso igualitário às ferramentas educacionais. **Conclusão:** A pedagogia contemporânea representa uma transformação significativa no ensino do século XXI, ao incorporar metodologias inovadoras e tecnologias digitais no processo educativo. Esse movimento amplia o papel do professor, que passa a atuar como mediador do conhecimento, incentivando a autonomia e o protagonismo dos estudantes. As práticas pedagógicas tornam-se mais dinâmicas, interativas e centradas na resolução de problemas reais, favorecendo aprendizagens mais significativas. Os direitos digitais são essenciais para garantir inclusão, equidade e acesso democrático ao conhecimento, assegurando que todos os estudantes possam utilizar recursos tecnológicos de forma segura e eficiente. Além disso, contribuem para reduzir desigualdades educacionais, promovendo oportunidades mais justas de aprendizagem em diferentes contextos sociais. A integração entre pedagogia contemporânea e direitos digitais fortalece a construção de ambientes educacionais mais colaborativos, acessíveis e inovadores.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Lucas Serrão da; SANTOS, Leizane Ferreira dos; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa. **A pedagogia contemporânea e suas implicações para o ensino no século XXI.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/126449447/ARTIGO_A_PEDAGOGIA_CONTEMPOR%C3%82NEA_E_SUAS_IMPLICA%C3%87%C3%95ES_PARA_O_ENSINO_NO_S%C3%89CULO_XXI. Acesso em: 06 abr. 2026.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS NEUROCIÊNCIAS PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: ENTENDENDO COMO O CÉREBRO APRENDE A LER E ESCREVER.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nivea Maria Costa Vieira
Regina Daucia de Oliveira Braga
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos

Introdução: A neurociência tem contribuído significativamente para a compreensão do processo de alfabetização, ao investigar como o cérebro aprende a ler e escrever por meio da plasticidade neural e da integração entre áreas responsáveis pela linguagem, memória e percepção. Estudos evidenciam que a leitura não é uma habilidade inata, mas um processo construído a partir da reorganização de circuitos cerebrais, especialmente nas regiões temporais, parietais e frontais. Nesse contexto, os direitos digitais tornam-se fundamentais no cenário educacional contemporâneo, pois garantem acesso equitativo a recursos tecnológicos, ampliando possibilidades de aprendizagem, inclusão e inovação pedagógica. **Objetivos:** Analisar as contribuições das neurociências para o processo de alfabetização, compreendendo como o cérebro aprende a ler e escrever, e destacar a importância dos direitos digitais na promoção de uma educação inclusiva, acessível e alinhada às demandas contemporâneas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e estudos acadêmicos sobre neurociência da leitura, alfabetização e inclusão digital. Foram selecionadas fontes que abordam a plasticidade cerebral, os processos cognitivos da leitura e o impacto das tecnologias digitais na educação.**Resultados:** Os estudos indicam que a alfabetização envolve a adaptação de redes neurais responsáveis pela decodificação de símbolos, sons e significados, demonstrando a importância da plasticidade cerebral no aprendizado da leitura e escrita. Observa-se que métodos que fortalecem a consciência fonológica e a correspondência grafema-fonema favorecem maior eficiência na aprendizagem. Os direitos digitais ampliam o acesso a plataformas educacionais, softwares interativos e recursos multimodais, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas e personalizadas. **Conclusão:** As neurociências oferecem bases sólidas para compreender como ocorre a alfabetização, evidenciando o papel essencial da plasticidade cerebral no desenvolvimento da leitura e escrita. A integração com os direitos digitais potencializa esse processo ao garantir acesso democrático às tecnologias e fortalecer a inclusão educacional. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais equitativa, inovadora e acessível.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nivea Maria Costa; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos. **As contribuições das neurociências para o processo de alfabetização: entendendo como o cérebro aprende a ler e escrever.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/142995697/AS_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_DAS_NEUROCI%C3%8ANCIAS_PARA_O_PROCESSO_DE_ALFABETIZA%C3%87%C3%83O_ENTENDENDO_COMO_O_C%C3%89REBRO_APRENDE_A_LER_E_ESCREVER. Acesso em: 10 abr. 2026.

BENEFÍCIOS DO ENSINO SISTEMÁTICO DA RELAÇÃO FONEMA-GRAFEMA NO PROCESSO DE LEITURA.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Nivea Maria Costa Vieira
Silvana Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Introdução: O ensino sistemático da relação fonema-grafema constitui uma base essencial para o desenvolvimento da leitura, pois possibilita que o estudante compreenda a correspondência entre sons da fala e suas representações gráficas. Essa abordagem favorece a consolidação do princípio alfabético, contribuindo para a fluência leitora e a compreensão textual. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais tornam-se fundamentais ao garantir acesso a recursos tecnológicos e ferramentas educacionais que potencializam o processo de alfabetização e promovem inclusão e equidade no ensino. **Objetivos:** Analisar os benefícios do ensino sistemático da relação fonema-grafema no processo de leitura, destacando sua importância para a alfabetização e relacionando-a à relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre alfabetização, ensino da leitura e consciência fonológica. Foram selecionadas fontes que discutem metodologias fônicas e o uso de tecnologias digitais no processo educativo. **Resultados:** Os estudos indicam que o ensino sistemático da relação fonema-grafema contribui significativamente para a eficiência da leitura, especialmente nas fases iniciais da alfabetização. Essa abordagem fortalece a decodificação de palavras, melhora a precisão leitora e reduz dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura. Os direitos digitais ampliam o acesso a plataformas educacionais, aplicativos interativos e recursos multimodais, favorecendo práticas pedagógicas mais dinâmicas e inclusivas. **Conclusão:** O ensino sistemático da relação fonema-grafema é fundamental para o desenvolvimento da leitura e da alfabetização eficaz. A integração com os direitos digitais potencializa esse processo ao garantir acesso equitativo às tecnologias educacionais, promovendo uma aprendizagem mais inclusiva, acessível e significativa. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais eficiente e democrática.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; VIEIRA, Nivea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa. **Benefícios do ensino sistemático da relação fonema-grafema no processo de leitura.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143890247/BENEF%C3%8DCIOS_DO_ENSINO_SISTEM%C3%81TICO_DA_RELA%C3%87%C3%83O_FONEMA_GRAFEMA_NO_PROCESSO_DE_LEITURA. Acesso em: 15 abr. 2026.

CULTURA, CONTEXTO SOCIAL E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: APLICAÇÕES DO PENSAMENTO DE VYGOTSKY.

Celine Maria de Sousa Azevedo

Introdução: O pensamento de Vygotsky destaca a centralidade da cultura e das interações sociais no desenvolvimento humano, compreendendo a aprendizagem como um processo mediado por instrumentos culturais e pela linguagem. Nesse contexto, a educação transformadora ganha destaque ao considerar o estudante como sujeito ativo inserido em um meio histórico-social. No cenário educacional contemporâneo, os direitos digitais assumem papel essencial ao garantir acesso equitativo às tecnologias, promovendo inclusão, participação e democratização do conhecimento em ambientes escolares cada vez mais conectados. **Objetivos:** Analisar a relação entre cultura, contexto social e educação transformadora a partir das contribuições de Vygotsky, destacando a importância dos direitos digitais para a promoção de uma educação inclusiva e alinhada às demandas do século XXI. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre a teoria sociocultural de Vygotsky, mediação pedagógica e inclusão digital. Foram utilizadas fontes que abordam a interação entre cultura, aprendizagem e tecnologias digitais na educação contemporânea. **Resultados:** Os estudos indicam que, segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social e da mediação cultural, sendo a linguagem um elemento central nesse processo. Observa-se que ambientes educacionais colaborativos potencializam a aprendizagem ao favorecer trocas entre pares e mediação docente. Os direitos digitais ampliam o acesso a recursos tecnológicos e plataformas de aprendizagem, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e interativas, alinhadas à cultura digital contemporânea. **Conclusão:** A articulação entre cultura, contexto social e educação transformadora, com base no pensamento de Vygotsky, contribui para uma compreensão mais ampla do processo de aprendizagem como fenômeno social e mediado. O conhecimento deixa de ser visto como algo individual e passa a ser entendido como resultado das interações entre sujeitos, mediadas pela linguagem, pelos signos culturais e pelas experiências compartilhadas no ambiente escolar. Essa perspectiva reforça o papel do professor como mediador, responsável por criar situações de aprendizagem que estimulem a colaboração, o diálogo e a construção coletiva do saber, valorizando as vivências socioculturais dos estudantes. A garantia dos direitos digitais é fundamental nesse cenário, pois assegura inclusão, equidade e participação ativa dos estudantes em um mundo cada vez mais tecnológico e interconectado. O acesso democrático às ferramentas digitais possibilita novas formas de aprendizagem, ampliando oportunidades educacionais e reduzindo desigualdades sociais. Além disso, favorece práticas pedagógicas inovadoras, que integram recursos multimídia, plataformas interativas e ambientes virtuais de aprendizagem. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais democrática, acessível e transformadora, capaz de formar sujeitos críticos, autônomos e plenamente inseridos na sociedade digital.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa. **Cultura, contexto social e educação transformadora: aplicações do pensamento de Vygotsky.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://archive.org/details/aprendizagem-colaborativa-e-desenvolvimento-integral-por-celine-maria-azevedo. Acesso em: 16 abr. 2026.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NEURODIVERSIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E SURDEZ NO CONTEXTO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nivea Maria Costa Vieira
Idenis Gloria de Souza de Melo
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos
Andreia de Lima Aragão Teixeira

Introdução: A educação inclusiva, fundamentada na perspectiva da neurodiversidade, busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades, como no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e surdez. Nesse contexto, as práticas pedagógicas aliadas às tecnologias assistivas tornam-se fundamentais para promover a equidade educacional. Os direitos digitais assumem papel central ao assegurar o acesso democrático às tecnologias, possibilitando comunicação, aprendizagem e inclusão efetiva no ambiente escolar e universitário. **Objetivos:** Analisar as contribuições das práticas pedagógicas inclusivas e das tecnologias assistivas no atendimento a estudantes com TEA e surdez, destacando a importância dos direitos digitais no fortalecimento da educação inclusiva no contexto escolar e universitário. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre educação inclusiva, neurodiversidade, tecnologias assistivas e direitos digitais. Foram selecionadas fontes que abordam estratégias pedagógicas inclusivas e o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem. **Resultados:** Os estudos indicam que as tecnologias assistivas, como softwares de comunicação alternativa, legendas automáticas e recursos visuais adaptados, contribuem significativamente para o processo de aprendizagem de estudantes com TEA e surdez. Essas ferramentas favorecem a autonomia, a interação social e o desempenho acadêmico. Além disso, os direitos digitais ampliam o acesso a esses recursos, garantindo inclusão, participação e redução de barreiras comunicacionais no ambiente educacional. **Conclusão:** A integração entre práticas pedagógicas inclusivas, neurodiversidade e tecnologias assistivas é essencial para o desenvolvimento de uma educação mais equitativa e acessível. Os direitos digitais são fundamentais nesse processo, pois asseguram o acesso democrático às tecnologias e fortalecem a inclusão de estudantes com TEA e surdez. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais justa, acessível e inclusiva.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nivea Maria Costa; MELO, Idenis Gloria de Souza de; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos; TEIXEIRA, Andreia de Lima Aragão. **Educação inclusiva e neurodiversidade: práticas pedagógicas e tecnologias assistivas no atendimento a estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) e surdez no contexto escolar e universitário.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0078471028b8e5cb16612. Acesso em: 10 abr. 2026.

INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS INTEGRATIVAS NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES E RESULTADOS CLÍNICOS.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Juliana Balta Ferreira
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos
Giane Demo
Cintia Aparecida Nogueira dos Santos

Introdução: As intervenções terapêuticas integrativas no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm se consolidado como práticas essenciais para promover o desenvolvimento global desses indivíduos. Abordagens multidisciplinares, que envolvem áreas como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e educação, permitem uma atuação mais abrangente e eficaz. Os direitos digitais são fundamentais no cenário educacional contemporâneo, pois garantem o acesso a tecnologias assistivas e recursos digitais que ampliam as possibilidades de comunicação, aprendizagem e inclusão. **Objetivos:** Analisar as contribuições das intervenções terapêuticas integrativas e multidisciplinares no atendimento a crianças com TEA, destacando seus resultados clínicos e a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre intervenções terapêuticas no TEA, práticas multidisciplinares e inclusão digital. Foram utilizadas fontes que abordam resultados clínicos e o uso de tecnologias assistivas no desenvolvimento infantil. **Resultados:** Os estudos indicam que as intervenções terapêuticas integrativas contribuem significativamente para a melhoria da comunicação, da interação social e do comportamento adaptativo em crianças com TEA. A atuação multidisciplinar favorece a personalização das estratégias terapêuticas, potencializando os resultados clínicos. Além disso, os direitos digitais ampliam o acesso a tecnologias assistivas, aplicativos educacionais e recursos de comunicação alternativa, promovendo maior autonomia e inclusão no processo terapêutico e educacional. **Conclusão:** As intervenções terapêuticas integrativas, aliadas à atuação multidisciplinar, são fundamentais para o desenvolvimento de crianças com TEA, promovendo avanços significativos em suas habilidades cognitivas, sociais e comunicativas. A garantia dos direitos digitais fortalece esse processo ao assegurar acesso equitativo às tecnologias, evidenciando a importância do tema para uma educação e saúde mais inclusivas, acessíveis e contemporâneas.

REFERÊNCIA: SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos; DEMO, Giane; SANTOS, Cintia Aparecida Nogueira dos. **Intervenções terapêuticas integrativas no atendimento a crianças com transtorno do espectro autista: abordagens multidisciplinares e resultados clínicos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0078471020b4a5aecdf74. Acesso em: 11 abr. 2026.

METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM PERSONALIZADA: CAMINHOS PARA UMA PEDAGOGIA INCLUSIVA E TRANSFORMADORA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Juliana Balta Ferreira
Nivea Maria Costa Vieira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: As metodologias ativas e a aprendizagem personalizada representam uma mudança significativa na pedagogia contemporânea, ao colocarem o estudante como protagonista do processo educativo. Essa abordagem valoriza ritmos individuais, experiências prévias e interações sociais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. No cenário atual, os direitos digitais são fundamentais, pois garantem acesso equitativo às tecnologias educacionais, possibilitando a personalização do ensino e a inclusão de todos os estudantes em ambientes digitais de aprendizagem. **Objetivos:** Analisar as contribuições das metodologias ativas e da aprendizagem personalizada para uma pedagogia inclusiva e transformadora, destacando a importância dos direitos digitais no fortalecimento do ensino no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre metodologias ativas, personalização da aprendizagem e tecnologias educacionais. Foram selecionadas fontes que discutem o uso de recursos digitais e práticas pedagógicas inovadoras voltadas à inclusão e ao protagonismo discente. **Resultados:** Os estudos indicam que as metodologias ativas favorecem maior engajamento dos estudantes, desenvolvimento da autonomia e construção colaborativa do conhecimento. A aprendizagem personalizada permite adaptar conteúdos e estratégias às necessidades individuais, promovendo melhores resultados educacionais. Os direitos digitais ampliam o acesso a plataformas interativas, recursos multimídia e ambientes virtuais, fortalecendo a inclusão e a equidade no processo educativo. **Conclusão:** As metodologias ativas e a aprendizagem personalizada são fundamentais para uma pedagogia inclusiva e transformadora, pois promovem o protagonismo do estudante e a adaptação do ensino às suas necessidades. A garantia dos direitos digitais potencializa esse processo ao assegurar acesso democrático às tecnologias e ampliar as possibilidades de aprendizagem. Assim, evidencia-se a importância do tema para a construção de uma educação contemporânea mais inovadora, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade digital.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; VIEIRA, Nivea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Metodologias ativas e aprendizagem personalizada: caminhos para uma pedagogia inclusiva e transformadora.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/136876088/METODOLOGIAS_ATIVAS_E_APRENDIZAGEM_PERSONALIZADA_CAMINHOS_PARA_UMA_PEDAGOGIA_INCLUSIVA_E_TRANSFORMADORA. Acesso em: 16 abr. 2026.

METODOLOGIAS ATIVAS E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM COLABORATIVA E CULTURA DIGITAL NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR.

Ederson da Silva e Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nívea Maria Costa Vieira
Elaine Gemima Santos
Juliana Balta Ferreira
Wilson Bezerra dos Santos

Introdução: No contexto da educação contemporânea, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir o uso ético, seguro e crítico das tecnologias no ambiente escolar. As metodologias ativas, aliadas à inovação pedagógica e à cultura digital, promovem práticas educacionais mais participativas, favorecendo o protagonismo discente e o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, como autonomia, colaboração e pensamento crítico. Nesse cenário, compreender os direitos digitais é indispensável para uma formação cidadã integral. **Objetivos:** Analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, destacando sua relação com metodologias ativas, aprendizagem colaborativa e cultura digital na educação básica e superior. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos e publicações sobre metodologias ativas, inovação pedagógica e direitos digitais na educação. Foram analisadas produções acadêmicas recentes que discutem o uso de tecnologias educacionais e estratégias colaborativas de aprendizagem. **Resultados:** Os estudos indicam que a integração dos direitos digitais ao processo educativo fortalece a cidadania digital, promove o uso responsável das tecnologias e amplia o engajamento dos estudantes. Além disso, metodologias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos e cultura maker favorecem a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de competências digitais, éticas e sociais. **Conclusão:** Os direitos digitais são essenciais para a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade em rede, pois asseguram o acesso, a liberdade de expressão, a privacidade e o uso ético das tecnologias no ambiente educacional. Nesse sentido, sua compreensão ultrapassa o domínio técnico, envolvendo também dimensões sociais, culturais e políticas da cidadania digital. Ao serem incorporados ao processo formativo, contribuem para que estudantes desenvolvam consciência sobre suas práticas online, reconhecendo riscos, responsabilidades e possibilidades de atuação no espaço virtual de forma segura e reflexiva. Sua integração às metodologias ativas potencializa a inovação pedagógica e qualifica os processos de ensino e aprendizagem, uma vez que favorece experiências mais significativas, colaborativas e contextualizadas. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e cultura maker tornam-se ainda mais efetivas quando articuladas aos direitos digitais, promovendo participação ativa dos estudantes e uso crítico das tecnologias.

REFERÊNCIA: SILVA, Ederson da Silva e; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nívea Maria Costa; SANTOS, Elaine Gemima; FERREIRA, Juliana Balta; SANTOS, Wilson Bezerra dos. **Metodologias Ativas e Inovação Pedagógica: Estratégias de Aprendizagem Colaborativa e Cultura Digital no Desenvolvimento de Competências na Educação Básica e Superior.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/. Acesso em: 12 abr. 2026.

NEUROCIÊNCIA, NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA MATURIDADE CEREBRAL PARA A APRENDIZAGEM DA LEITURA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nivea Maria Costa Vieira
Regina Daucia de Oliveira Braga
Damião de Souza Santos
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos

Introdução: A alfabetização é um processo complexo que envolve o desenvolvimento de múltiplas áreas cerebrais, sendo diretamente influenciado pela maturidade do sistema nervoso central. A neurociência tem contribuído significativamente para a compreensão de como o cérebro infantil aprende a ler, destacando a importância da plasticidade neural e das fases do neurodesenvolvimento. Estudos recentes evidenciam que a aprendizagem da leitura depende da integração entre funções cognitivas, linguísticas e socioemocionais, as quais se desenvolvem progressivamente na infância. **Objetivos:** Analisar a relação entre neurodesenvolvimento infantil, maturidade cerebral e o processo de alfabetização, destacando as contribuições da neurociência para a compreensão da aprendizagem da leitura. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos e publicações acadêmicas sobre neurociência, alfabetização e desenvolvimento infantil. Foram selecionadas obras que discutem o funcionamento cerebral e os processos cognitivos envolvidos na aquisição da leitura. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que a alfabetização está diretamente relacionada à maturação de áreas cerebrais responsáveis pelo processamento da linguagem, memória e atenção. A neuroplasticidade desempenha papel central, permitindo que o cérebro se adapte aos estímulos da leitura. Além disso, evidenciou-se que práticas pedagógicas adequadas, alinhadas ao nível de desenvolvimento infantil, favorecem significativamente a aprendizagem da leitura e reduzem dificuldades no processo de alfabetização. **Conclusão:** A maturidade cerebral é um fator determinante para o sucesso da alfabetização, sendo essencial considerar o neurodesenvolvimento infantil na elaboração de práticas pedagógicas. A neurociência contribui para uma educação mais eficaz ao evidenciar que a aprendizagem da leitura ocorre de forma progressiva e depende da integração entre desenvolvimento biológico e estímulos educacionais adequados. Dessa forma, o tema é de extrema importância para a construção de estratégias educacionais mais inclusivas, eficientes e baseadas em evidências científicas, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem na infância.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nivea Maria Costa; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SANTOS, Damião de Souza; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos. *Neurociência, Neurodesenvolvimento Infantil e Alfabetização***: A Importância da Maturidade Cerebral para a Aprendizagem da Leitura.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892029707/Artigo-Neurociencias-Neurodesenvolvimento-Infantil-e-Alfabetizacao. Acesso em: 12 abr. 2026.

O PAPEL DA GESTÃO PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES EDUCACIONAIS, TECNOLÓGICOS, INOVADORES E INCLUSIVOS.

Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Delvina Carvalho
Denizete Cabrini de Oliveira
Luciana Tavares Bastos

Introdução: A gestão pedagógica desempenha papel central na organização de ambientes educacionais contemporâneos, especialmente diante da crescente integração das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir o uso ético, seguro e inclusivo das tecnologias, promovendo uma educação mais democrática e alinhada às demandas da sociedade em rede. A construção de ambientes inovadores depende diretamente de práticas gestoras que valorizem a inclusão e a cidadania digital. **Objetivos:** Analisar a importância da gestão pedagógica na criação de ambientes educacionais tecnológicos, inovadores e inclusivos, destacando a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica de produções acadêmicas sobre gestão pedagógica, inovação educacional e direitos digitais. Foram analisados estudos que abordam práticas de gestão voltadas à integração tecnológica e à promoção de ambientes inclusivos de aprendizagem. **Resultados:** Os resultados indicam que a gestão pedagógica eficiente é essencial para implementar práticas educacionais inovadoras, promovendo o uso consciente das tecnologias digitais. Observou-se que a incorporação dos direitos digitais fortalece a participação dos estudantes, amplia o acesso ao conhecimento e contribui para a construção de ambientes mais colaborativos e inclusivos. A atuação da gestão escolar é determinante para orientar práticas pedagógicas alinhadas às competências digitais e às necessidades contemporâneas. **Conclusão:** A gestão pedagógica é um elemento estratégico na construção de ambientes educacionais inovadores, tecnológicos e inclusivos, pois atua diretamente na organização, mediação e qualificação dos processos de ensino e aprendizagem. Em um cenário educacional marcado pela transformação digital, cabe à gestão pedagógica articular recursos, metodologias e práticas que favoreçam o uso consciente das tecnologias, garantindo que elas sejam incorporadas de forma significativa ao cotidiano escolar. A liderança pedagógica assume o papel de promover uma cultura institucional baseada na inovação, na colaboração e na valorização das potencialidades de cada estudante. Ao integrar os direitos digitais às práticas educativas, promove-se uma formação mais crítica, participativa e alinhada às exigências da era digital, fortalecendo a cidadania e o uso responsável das tecnologias da informação e comunicação. Essa integração contribui para que estudantes e educadores compreendam não apenas o acesso às ferramentas digitais, mas também suas responsabilidades éticas no ambiente virtual, incluindo aspectos como segurança, privacidade e respeito nas interações online.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Delvina; OLIVEIRA, Denizete Cabrini de; BASTOS, Luciana Tavares. **O Papel da Gestão Pedagógica na Construção de Ambientes Educacionais, Tecnológicos, Inovadores e Inclusivos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007847102fb0a7a8f5d03. Acesso em: 11 abr. 2026.

OS DESAFIOS DA IDENTIFICAÇÃO DE TEXTOS GERADOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E CIENTÍFICOS.

Nivea Maria Costa Vieira
Elaine Gemima Santos de Souza
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: Os desafios da identificação de textos gerados por inteligência artificial em contextos educacionais e científicos têm se intensificado com a expansão das tecnologias generativas. Nesse cenário, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir transparência, autoria, privacidade e uso ético da informação. A educação contemporânea demanda estratégias que assegurem integridade acadêmica, criticidade e responsabilidade no uso de ferramentas digitais, promovendo práticas pedagógicas seguras e confiáveis sociais. **Objetivos:** Analisar os desafios da identificação de textos gerados por inteligência artificial no contexto educacional e científico, destacando a importância dos direitos digitais na promoção da ética, da transparência e da integridade acadêmica, bem como suas implicações para práticas pedagógicas contemporâneas responsáveis digitais. **Materiais e Métodos:** Método qualitativo baseado em revisão bibliográfica de artigos científicos e documentos sobre inteligência artificial direitos digitais e integridade acadêmica Foram analisadas publicações recentes que discutem detecção de textos automatizados ética digital e práticas educacionais A análise interpretativa permitiu compreender impactos da IA generativa na educação e na produção científica contemporânea e desafios institucionais relacionados à avaliação acadêmica e confiabilidade digital. **Resultados:** Os resultados indicam que a identificação de textos gerados por inteligência artificial ainda representa um grande desafio para instituições educacionais e científicas. Observa-se que ferramentas automáticas não são totalmente precisas, exigindo avaliação humana crítica. Os direitos digitais emergem como fundamentais para garantir transparência, autoria e uso responsável da IA, além de orientar políticas institucionais de integridade acadêmica e ética na produção do conhecimento científico responsável. **Conclusão:** Conclui-se que a identificação de textos gerados por inteligência artificial é um desafio crescente na educação e na ciência. Os direitos digitais são essenciais para garantir ética, transparência e integridade acadêmica, fortalecendo práticas educacionais mais seguras e responsáveis na contemporaneidade.

REFERÊNCIA: VIEIRA, Nívea Maria Costa; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Os Desafios da Identificação de Textos Gerados por Inteligência Artificial em Contextos Educacionais e Científicos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/130358625/Os_desafios_da_identifica%C3%A7%C3%A3o_de_textos_gerados_por_intelig%C3%AAncia_artificial_em_contextos_educacionais_e_cient%C3%ADficos. Acesso em: 10 abr. 2026.

PASSO A PASSO PARA IMPLEMENTAR O MÉTODO FÔNICO EM SALA DE AULA.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Nívea Maria Costa Vieira
Silvana Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Introdução: O método fônico constitui uma abordagem sistemática de alfabetização que prioriza a relação entre fonemas e grafemas, favorecendo a decodificação da leitura de maneira estruturada e progressiva. Essa metodologia parte do princípio de que a compreensão dos sons da fala e sua associação direta com as letras é essencial para o desenvolvimento da competência leitora. Ao trabalhar de forma explícita a correspondência entre som e símbolo, o método possibilita que a criança construa bases sólidas para a leitura e escrita, reduzindo dificuldades comuns no processo inicial de alfabetização. Além disso, contribui para o fortalecimento da atenção auditiva, da percepção fonológica e da capacidade de segmentação das palavras.Sua implementação em sala de aula contribui significativamente para o desenvolvimento da consciência fonológica e para a aquisição progressiva da leitura e escrita em crianças da educação básica. Ao ser aplicada de forma sistemática e planejada, essa abordagem permite que os estudantes avancem gradualmente na compreensão do sistema alfabético, consolidando habilidades essenciais para a fluência leitora. O papel do professor é fundamental nesse processo, pois ele atua como mediador, organizando atividades lúdicas, sequências didáticas e práticas de reforço que estimulam a participação ativa dos alunos. **Objetivos:** Analisar o passo a passo de implementação do método fônico em sala de aula, destacando estratégias pedagógicas, atividades de consciência fonêmica e o papel do professor no processo de alfabetização inicial. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, com base em estudos sobre alfabetização fônica. O passo a passo inclui diagnóstico inicial, ensino sistemático de sons, associação fonema-grafema, prática de leitura guiada e atividades de reforço contínuo. Além disso, recomenda-se a utilização de jogos fonéticos, leitura compartilhada e avaliação diagnóstica periódica, permitindo intervenções pedagógicas mais precisas. O professor atua como mediador, organizando sequências didáticas graduais e estimulando a participação ativa dos alunos no processo de alfabetização. Esse processo favorece a aprendizagem significativa e o desenvolvimento contínuo da leitura. Além disso, fortalece a autonomia do estudante no reconhecimento dos padrões linguísticos em contextos de alfabetização inicial escolar. **Resultados:** Observa-se que a aplicação do método fônico favorece maior fluência na leitura, ampliação do vocabulário e redução de dificuldades de alfabetização. Os estudantes apresentam melhor compreensão da relação entre sons e letras, o que acelera o processo de aprendizagem. **Conclusão:** O método fônico é essencial para o desenvolvimento da alfabetização eficaz, pois fortalece a consciência fonológica e a autonomia na leitura. Sua aplicação sistemática contribui para melhores resultados educacionais e para a consolidação da base alfabetizadora.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; VIEIRA, Nívea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa. **Passo a Passo para Implementar o Método Fônico em Sala de Aula.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143871142/PASSO_A_PASSO_PARA_IMPLEMENTAR_O_M%C3%89TODO_F%C3%94NICO_EM_SALA_DE_AULA. Acesso em: 12 abr. 2026.

SALA DE AULA INVERTIDA, APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS E CULTURA MAKER COMO VETORES DE TRANSFORMAÇÃO EDUCACIONAL.

Elda Lúcia Freitas Campos
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nívea Maria Costa Vieira
Wilson Bezerra dos Santos
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: As metodologias ativas, como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos (ABP) e a cultura maker, têm se consolidado como importantes vetores de transformação educacional. No contexto contemporâneo, essas abordagens são fortalecidas pelos direitos digitais, que asseguram o uso ético, seguro e responsável das tecnologias. Assim, promovem uma educação mais participativa, crítica e alinhada às demandas da sociedade digital. **Objetivos:** Analisar a contribuição da sala de aula invertida, da ABP e da cultura maker como estratégias inovadoras de ensino, destacando a importância dos direitos digitais no fortalecimento de práticas educacionais contemporâneas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada em estudos sobre metodologias ativas e cultura digital. Foram analisadas publicações acadêmicas que abordam o uso de tecnologias educacionais, práticas colaborativas e o papel dos direitos digitais na mediação do ensino e aprendizagem. As informações foram interpretadas de forma descritiva e analítica. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a sala de aula invertida favorece a autonomia dos estudantes, enquanto a ABP promove resolução de problemas reais e a cultura maker estimula a criatividade e o pensamento crítico. A integração dos direitos digitais nesses processos fortalece o uso consciente das tecnologias, amplia o engajamento dos alunos e contribui para ambientes de aprendizagem mais inclusivos e inovadores. **Conclusão:** Essas metodologias ativas, aliadas aos direitos digitais, são fundamentais para a transformação educacional, pois promovem uma aprendizagem mais significativa, colaborativa e alinhada às exigências da era digital. Ao colocarem o estudante como protagonista do processo de aprendizagem, essas abordagens incentivam a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas complexos, competências indispensáveis no século XXI. Os direitos digitais asseguram que o uso das tecnologias ocorra de maneira ética, segura e responsável, garantindo a proteção de dados, o respeito à autoria intelectual e a promoção de um ambiente virtual saudável e democrático. A integração entre metodologias ativas e direitos digitais fortalece a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e inovadoras, uma vez que possibilita o acesso equitativo ao conhecimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e digitais. A aprendizagem colaborativa, característica dessas metodologias, é potencializada pelo uso consciente das tecnologias, favorecendo a troca de experiências, a criatividade e a construção coletiva do saber.

REFERÊNCIA: CAMPOS, Elda Lúcia Freitas; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nívea Maria Costa; SANTOS, Wilson Bezerra dos; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Sala de Aula Invertida, Aprendizagem Baseada em Projetos e Cultura Maker como Vetores de Transformação Educacional.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso em: 10 abr. 2026.

TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DA "OAB" POR PALAVRAS-CHAVE: ESTRATÉGIAS PARA UM RACIOCÍNIO JURÍDICO EFICIENTE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A preparação para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) exige o desenvolvimento de competências de interpretação e raciocínio jurídico eficiente, uma vez que a prova demanda não apenas o domínio teórico do conteúdo jurídico, mas também a capacidade de aplicá-lo a situações práticas. Nesse cenário, o candidato precisa aprimorar habilidades de leitura analítica, identificação de elementos centrais do enunciado e tomada de decisão rápida e fundamentada, o que torna o estudo estratégico um diferencial significativo no desempenho. Nesse contexto, a técnica de resolução por palavras-chave se destaca como estratégia que otimiza a leitura e compreensão das questões, permitindo ao estudante identificar rapidamente os pontos essenciais do enunciado e as normas jurídicas pertinentes. Essa abordagem contribui para a redução do tempo de resolução e para o aumento da precisão nas respostas, favorecendo um raciocínio jurídico mais objetivo e estruturado. O uso dessa técnica estimula o desenvolvimento de uma leitura direcionada, na qual o foco recai sobre termos jurídicos relevantes, conectando-os ao conhecimento previamente adquirido. Embora não esteja diretamente relacionada aos direitos digitais, o uso de recursos tecnológicos e o acesso a ambientes digitais de aprendizagem evidenciam a importância da formação crítica no contexto educacional contemporâneo, onde a informação circula de forma rápida e dinâmica. Plataformas digitais, bancos de questões online e simulados interativos ampliam as possibilidades de estudo, tornando o processo mais acessível e personalizado. Dessa forma, a integração entre métodos tradicionais de estudo e ferramentas digitais contribui para uma preparação mais eficiente, autônoma e alinhada às exigências do cenário educacional e profissional atual. **Objetivos:** Analisar a eficácia da técnica de resolução de questões por palavras-chave no desenvolvimento do raciocínio jurídico, destacando sua contribuição para o desempenho em exames jurídicos e sua relação com práticas educacionais mediadas por tecnologias digitais. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica de materiais sobre metodologias de estudo para o Exame da OAB. Foram analisados artigos e publicações acadêmicas que abordam estratégias de leitura dinâmica, interpretação jurídica e uso de técnicas cognitivas aplicadas à resolução de questões. A análise priorizou a identificação de padrões de aprendizagem eficientes. **Resultados:** Os resultados indicam que a técnica de palavras-chave contribui significativamente para a agilidade na interpretação das questões, melhorando o desempenho dos candidatos. Observa-se que o uso de estratégias cognitivas aliadas a ferramentas digitais de estudo potencializa a organização do pensamento jurídico e facilita a identificação de conteúdos relevantes. **Conclusão:** A técnica de resolução por palavras-chave é uma estratégia eficiente para o desenvolvimento do raciocínio jurídico, contribuindo para a preparação de candidatos ao Exame da OAB. Sua aplicação, associada a práticas educacionais contemporâneas e recursos digitais, reforça a importância de métodos inovadores de aprendizagem. O tema é essencial para a formação de profissionais mais críticos, preparados e adaptados às exigências do cenário jurídico atual.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Técnicas de Resolução de Questões da "OAB" por Palavras-Chave: Estratégias para um Raciocínio Jurídico Eficiente.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/130101437/ARTIGO_TECNICA_DE_RESOLU%C3%87%C3%83O_POR_PALAVRAS_CHAVE_OAB. Acesso em: 11 abr. 2026.

TECNOLOGIA, INCLUSÃO E PSICOMOTRICIDADE: RECURSOS DIGITAIS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Nívea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Francisca Araújo da Silva
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A integração entre tecnologia, inclusão e psicomotricidade tem se tornado fundamental no contexto educacional contemporâneo, especialmente no apoio ao desenvolvimento infantil. Os recursos digitais, quando utilizados de forma pedagógica, ampliam as possibilidades de aprendizagem e favorecem o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional das crianças. Nesse cenário, os direitos digitais assumem papel essencial ao garantir o acesso equitativo, o uso seguro e a mediação ética das tecnologias no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar a importância dos recursos digitais no apoio ao desenvolvimento psicomotor infantil, destacando o papel da inclusão e dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, baseada na análise de estudos sobre tecnologia educacional, psicomotricidade e inclusão digital. Foram examinadas publicações acadêmicas que abordam o uso de recursos digitais no desenvolvimento infantil, considerando práticas pedagógicas inclusivas e o papel da mediação docente no processo de ensino-aprendizagem. **Resultados:** Os resultados indicam que o uso de tecnologias digitais contribui significativamente para o desenvolvimento psicomotor das crianças, favorecendo coordenação motora, atenção e interação social. Observa-se também que recursos como jogos educativos, aplicativos interativos e ambientes digitais inclusivos ampliam o engajamento dos alunos e promovem aprendizagens mais significativas. Os direitos digitais garantem que essas práticas ocorram de forma ética, segura e acessível. **Conclusão:** A articulação entre tecnologia, inclusão e psicomotricidade é essencial para o desenvolvimento infantil integral, pois possibilita a integração de diferentes dimensões do aprendizado, como o cognitivo, o motor, o social e o emocional. Nesse contexto, os recursos digitais assumem um papel pedagógico relevante ao oferecer experiências interativas que estimulam a coordenação motora, a percepção espacial e a autonomia das crianças. Quando planejadas de forma intencional e mediadas pelo educador, essas ferramentas contribuem para o fortalecimento de habilidades fundamentais ao processo de aprendizagem, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil e promovendo práticas pedagógicas mais dinâmicas e acessíveis. Os direitos digitais fortalecem práticas educacionais mais justas, seguras e inclusivas, ao garantirem que todas as crianças tenham acesso equitativo às tecnologias e possam utilizá-las de forma ética e responsável. Eles também asseguram a proteção de dados, a privacidade e o uso consciente dos ambientes virtuais, aspectos fundamentais no contexto educacional atual.

REFERÊNCIA: VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Tecnologia, Inclusão e Psicomotricidade: Recursos Digitais no Apoio ao Desenvolvimento Infantil.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892029720/Tecnologia-Inclusao-e-Psicomotricidade-Recursos-Digitais. Acesso em: 09 abr. 2026.

TRANSTORNOS DE LINGUAGEM E APRENDIZAGEM: INTERFACE ENTRE FONOAUDIOLOGIA E PEDAGOGIA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Damião de Souza Santos
Francisca Araujo da Silva
Nívea Maria Costa Vieira

Introdução: Os transtornos de linguagem e aprendizagem representam desafios significativos no contexto educacional contemporâneo, exigindo uma atuação interdisciplinar entre fonoaudiologia e pedagogia. A identificação precoce dessas dificuldades é fundamental para garantir intervenções eficazes, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos estudantes. Os direitos digitais também se tornam relevantes, pois asseguram o acesso a tecnologias assistivas e recursos educacionais digitais inclusivos. **Objetivos:** Analisar a interface entre fonoaudiologia e pedagogia no enfrentamento dos transtornos de linguagem e aprendizagem, destacando a importância dos direitos digitais no apoio às práticas educacionais inclusivas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada na análise de artigos científicos e estudos sobre transtornos de linguagem, aprendizagem e práticas interdisciplinares. Foram considerados trabalhos que abordam a atuação conjunta entre fonoaudiólogos e educadores, bem como o uso de tecnologias digitais no processo de intervenção pedagógica. **Resultados:** Os resultados indicam que a articulação entre fonoaudiologia e pedagogia contribui significativamente para a identificação e intervenção precoce dos transtornos de linguagem e aprendizagem. Observa-se que o uso de recursos digitais, como softwares de linguagem e plataformas educacionais, potencializa o desenvolvimento das habilidades comunicativas. Os direitos digitais garantem o acesso equitativo a essas tecnologias, promovendo inclusão e suporte pedagógico mais eficiente. **Conclusão:** A integração entre fonoaudiologia e pedagogia é essencial para o atendimento adequado de estudantes com transtornos de linguagem e aprendizagem, pois permite uma abordagem interdisciplinar mais completa e eficaz. Essa articulação possibilita a identificação precoce das dificuldades comunicativas e cognitivas, favorecendo intervenções mais direcionadas e individualizadas. Enquanto a pedagogia atua diretamente no processo de ensino e aprendizagem, a fonoaudiologia contribui com avaliações e estratégias específicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Essa cooperação fortalece o planejamento educacional, promovendo práticas mais sensíveis às necessidades dos estudantes e ampliando as chances de progresso acadêmico. Os direitos digitais fortalecem práticas inclusivas ao garantirem acesso equitativo a recursos tecnológicos, softwares educativos e ferramentas de apoio à aprendizagem, especialmente importantes para estudantes com dificuldades de linguagem.

REFERÊNCIA: DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; SANTOS, Damião de Souza; SILVA, Francisca Araújo da; VIEIRA, Nívea Maria Costa. **Transtornos de Linguagem e Aprendizagem: Interface entre Fonoaudiologia e Pedagogia.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/142994721/TRANSTORNOS_DE_LINGUAGEM_E_APRENDIZAGEM_INTERFACE_ENTRE_FONOAUDIOLOGIA_E_PEDAGOGIA. Acesso em: 16 abr. 2026.

AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA AVALIATIVA QUE PROMOVA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E A INCLUSÃO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: A avaliação formativa e somativa desempenha papel central na educação contemporânea, contribuindo de maneira significativa para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. A avaliação formativa caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo do estudante ao longo do processo educativo, permitindo ao professor identificar dificuldades, ajustar estratégias pedagógicas e oferecer devolutivas que favoreçam o desenvolvimento progressivo das aprendizagens. Já a avaliação somativa tem como finalidade verificar os resultados alcançados ao final de um ciclo de ensino, atribuindo indicadores de desempenho que auxiliam na análise global do processo educativo. Os direitos digitais ganham relevância ao possibilitar o uso de plataformas tecnológicas que ampliam o acesso, a personalização e a transparência das práticas avaliativas. Ferramentas digitais, como ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas de gestão educacional e recursos de avaliação online, tornam o processo mais dinâmico, interativo e acessível a diferentes perfis de estudantes. Tais recursos permitem a coleta e análise de dados educacionais em tempo real, favorecendo intervenções pedagógicas mais precisas e inclusivas. **Objetivos:** Analisar a importância da avaliação formativa e somativa na promoção da aprendizagem significativa e inclusiva, destacando o papel dos direitos digitais no fortalecimento das práticas avaliativas contemporâneas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica de artigos acadêmicos sobre avaliação educacional, metodologias ativas e uso de tecnologias digitais. Foram analisadas produções que discutem práticas avaliativas inovadoras e a incorporação de ferramentas digitais no acompanhamento do desempenho escolar. **Resultados:** Os resultados indicam que a avaliação formativa favorece o acompanhamento contínuo da aprendizagem, permitindo intervenções pedagógicas mais eficazes. Já a avaliação somativa contribui para a mensuração dos resultados educacionais. A integração dos direitos digitais possibilita o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, feedback automatizado e maior acessibilidade, promovendo processos avaliativos mais inclusivos, transparentes e dinâmicos. **Conclusão:** A articulação entre avaliação formativa e somativa, aliada aos direitos digitais, fortalece práticas educacionais mais justas e eficazes. Essa integração contribui para a construção de uma aprendizagem significativa, centrada no estudante e orientada pela inclusão. O tema é de extrema importância para o desenvolvimento de uma educação contemporânea mais democrática, inovadora e equitativa.

REFERÊNCIA: ISHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Avaliação Formativa e Somativa na Educação Contemporânea: Caminhos para uma Prática Avaliativa que Promova a Aprendizagem Significativa e a Inclusão.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/892029723/Artigos-Avaliacao-Formativa-e-Somativa-Na-Educacao-Contemporanea. Acesso em: 11 abr. 2026.

AS CONTRIBUIÇÕES DE JEAN PIAGET PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA: FASES, APRENDIZAGENS E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS.

Diogo Rafael da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
Wilson Bezerra dos Santos

Introdução: As contribuições de Jean Piaget são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento global da criança, especialmente no que se refere às fases do desenvolvimento cognitivo e aos processos de aprendizagem, que ocorrem de forma progressiva e estruturada ao longo da infância. Sua teoria destaca estágios como o sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal, evidenciando que cada fase possui características específicas que influenciam diretamente a forma como a criança compreende o mundo. O desenvolvimento cognitivo não é visto como algo passivo, mas como um processo dinâmico, no qual a criança constrói ativamente seu conhecimento a partir da interação com o ambiente físico e social. Sua teoria evidencia que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito em interação com o meio, valorizando a experiência, a exploração e a resolução de problemas como elementos centrais da aprendizagem. Essa perspectiva tem implicações diretas na prática pedagógica, uma vez que orienta o professor a atuar como mediador, organizando situações de aprendizagem que respeitem o nível de desenvolvimento de cada criança. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também se destacam ao garantir o acesso seguro e equitativo às tecnologias, ampliando possibilidades de aprendizagem e inclusão. **Objetivos:** Analisar as contribuições de Jean Piaget para o desenvolvimento infantil, destacando suas implicações pedagógicas e a relevância dos direitos digitais na educação contemporânea. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada em estudos sobre a teoria piagetiana e suas aplicações na educação. Foram analisados artigos acadêmicos que abordam as fases do desenvolvimento cognitivo infantil, bem como o uso de tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem. **Resultados:** Os resultados indicam que a teoria de Piaget contribui significativamente para a prática pedagógica, permitindo a adequação do ensino às fases de desenvolvimento da criança. Observa-se que a integração de recursos digitais potencializa a aprendizagem ativa, respeitando o ritmo individual dos estudantes. Os direitos digitais asseguram o uso ético, seguro e inclusivo das tecnologias, favorecendo a equidade educacional e o acesso ao conhecimento. **Conclusão:** As contribuições de Jean Piaget permanecem essenciais para a compreensão do desenvolvimento infantil e para a prática pedagógica contemporânea. A articulação entre sua teoria e os direitos digitais fortalece uma educação mais inclusiva, interativa e significativa.

REFERÊNCIA: SILVA, Diogo Rafael da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SANTOS, Wilson Bezerra dos. **As Contribuições de Jean Piaget para a Compreensão do Desenvolvimento Global da Criança: Fases, Aprendizagens e Implicações Pedagógicas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/188505584/as-contribuicoes-de-jean-piaget-para-a-compreensao-do-desenvolvimento-global-da-. Acesso em: 12 abr. 2026.

AS FASES DO DESENHO INFANTIL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E TERAPEUTICA: LEITURA SIMBÓLICA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA INFÂNCIA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: O desenho infantil constitui uma importante forma de expressão simbólica, permitindo compreender aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança de maneira ampla e significativa. Por meio das representações gráficas, a criança externaliza sentimentos, percepções e experiências vividas, muitas vezes ainda não plenamente verbalizadas. Assim, o desenho torna-se um recurso valioso para a observação do desenvolvimento global, revelando níveis de maturidade psicológica, organização espacial e capacidade de representação simbólica do mundo ao seu redor. As fases do desenho refletem o desenvolvimento da coordenação motora fina, da percepção visual e da construção progressiva da identidade infantil, evidenciando a evolução das habilidades cognitivas e expressivas ao longo do crescimento. Cada etapa, desde os rabiscos iniciais até representações mais estruturadas, indica avanços importantes no desenvolvimento neuropsicomotor e emocional da criança. O desenho também pode ser utilizado como ferramenta de avaliação psicológica e terapêutica, auxiliando profissionais na identificação de possíveis dificuldades e na elaboração de intervenções mais adequadas. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também se destacam ao possibilitar o uso de recursos tecnológicos seguros e inclusivos que ampliam as formas de expressão e avaliação infantil. **Objetivos:** Analisar as fases do desenho infantil como instrumento de avaliação psicológica e terapêutica, destacando sua contribuição para a construção da identidade na infância e a relevância dos direitos digitais no contexto educacional atual. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada em estudos sobre psicologia do desenvolvimento, expressão gráfica infantil e práticas terapêuticas. Foram analisadas publicações que abordam a interpretação simbólica do desenho infantil e o uso de tecnologias digitais no acompanhamento do desenvolvimento infantil. **Resultados:** Os resultados indicam que o desenho infantil permite identificar emoções, percepções e estágios do desenvolvimento psicológico da criança. Observa-se que a leitura simbólica dos desenhos contribui para diagnósticos mais precisos e intervenções terapêuticas eficazes. O uso de recursos digitais amplia as possibilidades de registro, análise e acompanhamento do desenvolvimento infantil, promovendo maior acessibilidade e inclusão no processo avaliativo. **Conclusão:** As fases do desenho infantil são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento psicológico e da construção da identidade na infância. A integração dos direitos digitais nesse contexto fortalece práticas avaliativas mais inclusivas, seguras e inovadoras. Dessa forma, o tema é de extrema importância para a promoção de uma educação e uma atuação terapêutica mais sensível, moderna e humanizada.

REFERÊNCIA: ISHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **As Fases do Desenho Infantil como Instrumento de Avaliação Psicológica e Terapêutica: Leitura Simbólica e Construção da Identidade na Infância.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/893288589/As-Fases-Do-Desenho-Infantil-Como-Instrumento-de-Avaliacao-Psicologica-e-Terapeutica. Acesso em: 13 abr. 2026.

AUTONOMIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM PILAR ESSENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.

Rita de Cássia Florentino
Olga Ennela Bastos Cardoso
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A autonomia do aluno na Educação a Distância (EaD) constitui um elemento central para a construção da aprendizagem significativa, especialmente no contexto educacional contemporâneo, marcado pela expansão das tecnologias digitais e pela crescente flexibilização dos modelos de ensino. Nesse cenário, o estudante deixa de ser um sujeito passivo e passa a assumir o protagonismo do próprio processo de aprendizagem, exigindo habilidades como organização, disciplina, autorregulação e capacidade de buscar informações de forma crítica. A EaD, portanto, demanda uma postura ativa do discente, que precisa gerenciar seu tempo, interagir com ambientes virtuais e construir conhecimento de maneira independente, porém orientada pedagogicamente. Os direitos digitais assumem papel fundamental ao garantir acesso equitativo às plataformas educacionais, proteção de dados pessoais, privacidade e uso ético das tecnologias no ambiente virtual de aprendizagem. Eles asseguram que todos os estudantes possam participar do processo educacional em condições justas, independentemente de suas realidades socioeconômicas ou limitações de acesso tecnológico. Além disso, promovem segurança informacional e fortalecem a confiança nas interações digitais, aspectos essenciais para a efetividade da EaD. **Objetivos:** Analisar a importância da autonomia do aluno na Educação a Distância como pilar da aprendizagem significativa, destacando a relevância dos direitos digitais na promoção de práticas educacionais contemporâneas mais inclusivas e eficazes. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada na análise de artigos acadêmicos sobre Educação a Distância, metodologias ativas e direitos digitais. Foram considerados estudos que abordam o desenvolvimento da autonomia discente, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem e as implicações pedagógicas da mediação tecnológica no processo educativo. **Resultados:** Os resultados indicam que a autonomia do aluno é fortalecida na EaD por meio do uso de plataformas digitais que permitem maior flexibilidade, autogestão do tempo e personalização do aprendizado. Observa-se que os direitos digitais ampliam o acesso às tecnologias educacionais e garantem condições mais equitativas de participação. Além disso, promovem maior segurança, privacidade e inclusão, favorecendo a construção de uma aprendizagem mais significativa e centrada no estudante. **Conclusão:** A autonomia discente é um pilar essencial para o sucesso da Educação a Distância, contribuindo diretamente para a aprendizagem significativa. A integração dos direitos digitais nesse processo fortalece a inclusão, a equidade e a qualidade educacional. Dessa forma, o tema é de extrema importância para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, responsáveis e alinhadas às demandas da sociedade digital.

REFERÊNCIA: FLORENTINO, Rita de Cássia; CARDOSO, Olga Ennela Bastos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Autonomia do Aluno na Educação a Distância: Um Pilar Essencial para a Construção da Aprendizagem Significativa**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127014996/AUTONOMIA_DO_ALUNO_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O_A_DIST%C3%82NCIA_UM_PILAR_ESSENCIAL_PARA_A_CONSTRU%C3%87%C3%83O_DA_APRENDIZAGEM_SIGNIFICATIVA. Acesso em: 11 abr. 2026.

ATIVIDADES LÚDICAS PARA EXPLORAR SONS INICIAIS, MEDIAIS E FINAIS DAS PALAVRAS.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Nívea Maria Costa Vieira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: As atividades lúdicas voltadas à exploração dos sons iniciais, mediais e finais das palavras desempenham papel fundamental no processo de alfabetização, contribuindo para o desenvolvimento da consciência fonológica das crianças. Essa habilidade é essencial para a compreensão do sistema alfabético e para a aquisição da leitura e escrita. No contexto educacional contemporâneo, os direitos digitais também se destacam ao possibilitar o uso de recursos tecnológicos interativos que ampliam as estratégias pedagógicas e favorecem práticas inclusivas e inovadoras. **Objetivos:** Analisar a importância das atividades lúdicas na identificação e exploração dos sons iniciais, mediais e finais das palavras, destacando sua contribuição para a alfabetização e a relevância dos direitos digitais no processo educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada em estudos sobre alfabetização, consciência fonológica e metodologias lúdicas de ensino. Foram analisadas publicações acadêmicas que abordam práticas pedagógicas voltadas à exploração sonora das palavras, bem como o uso de tecnologias digitais e recursos interativos no processo de ensino-aprendizagem. As atividades incluem jogos fonológicos, brincadeiras de segmentação sonora, uso de cartões ilustrados e aplicativos educacionais. **Resultados:** Os resultados indicam que as atividades lúdicas favorecem significativamente o desenvolvimento da consciência fonológica, facilitando a identificação dos sons iniciais, mediais e finais das palavras. Observa-se maior engajamento dos estudantes, melhoria na percepção auditiva e avanço no processo de alfabetização. O uso de recursos digitais potencializa essas práticas, tornando-as mais dinâmicas, acessíveis e interativas, além de promover inclusão e participação ativa dos alunos. **Conclusão:** As atividades lúdicas são essenciais para o desenvolvimento da consciência fonológica e para o sucesso do processo de alfabetização. A integração dos direitos digitais fortalece práticas pedagógicas inovadoras, garantindo acesso a recursos tecnológicos que ampliam as possibilidades de aprendizagem. O tema é de extrema importância para a construção de uma educação mais inclusiva, significativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA:BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nívea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **Atividades Lúdicas para Explorar Sons Iniciais, Mediais e Finais das Palavras.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143996278/ATIVIDADES_LUDICAS_PARA_EXPLORAR_SONS_INICIAIS_MEDIAIS_E_FINAIS_DAS_PALAVRAS. Acesso em: 13 abr. 2026.

AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES EDUCATIVAS: MEDINDO IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIOEMOCIONAL E FUNCIONAL DE CRIANÇAS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A avaliação de intervenções educativas constitui um campo essencial para compreender os impactos das práticas pedagógicas no desenvolvimento integral das crianças, especialmente em contextos educacionais inclusivos. Esse processo envolve a análise de dimensões cognitivas, socioemocionais e funcionais, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades específicas dos estudantes. No cenário contemporâneo, os direitos digitais também se destacam ao garantir o uso ético, seguro e acessível de tecnologias educacionais, ampliando possibilidades de acompanhamento, intervenção e inclusão no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar os impactos das intervenções educativas no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e funcional de crianças em contextos inclusivos, destacando a importância dos direitos digitais na qualificação das práticas avaliativas contemporâneas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, baseada na análise de estudos científicos sobre avaliação educacional, inclusão escolar e desenvolvimento infantil. Foram considerados artigos que abordam intervenções pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional, além do uso de tecnologias digitais como ferramentas de monitoramento e avaliação. A análise enfatizou abordagens descritivas e interpretativas dos dados. **Resultados:** Os resultados indicam que intervenções educativas bem estruturadas promovem avanços significativos no desenvolvimento cognitivo, como atenção, memória e resolução de problemas, além de melhorias socioemocionais, como empatia, autorregulação e interação social. Em relação ao desenvolvimento funcional, observa-se maior autonomia e participação dos estudantes em atividades escolares. Estudos recentes reforçam que práticas inclusivas associadas ao uso de tecnologias digitais ampliam a eficácia das intervenções e favorecem o acompanhamento contínuo da aprendizagem. **Conclusão:** A avaliação de intervenções educativas é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade, permitindo a compreensão do desenvolvimento integral das crianças. Os direitos digitais fortalecem esse processo ao garantir acesso, segurança e equidade no uso das tecnologias educacionais. Dessa forma, o tema é de extrema importância para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes, humanizadas e alinhadas às demandas da educação contemporânea.

REFERÊNCIA: FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de**. Avaliação de Intervenções Educativas: Medindo Impactos no Desenvolvimento Cognitivo, Socioemocional e Funcional de Crianças em Contextos Educacionais Inclusivos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007847102842bb88a6057. Acesso em: 10 abr. 2026.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E CAMINHOS FUTUROS.

Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A avaliação na Educação a Distância (EaD) constitui um dos elementos mais complexos e essenciais do processo educativo contemporâneo, especialmente diante da expansão das tecnologias digitais e da necessidade de novas formas de mediação pedagógica que consigam acompanhar as transformações sociais e educacionais em curso. Nesse modelo, a aprendizagem ocorre em ambientes virtuais que exigem do estudante maior autonomia, disciplina e capacidade de organização, ao mesmo tempo em que demandam do professor novas estratégias de acompanhamento e intervenção pedagógica. A avaliação deixa de ser apenas um momento pontual e passa a ser compreendida como um processo contínuo, dinâmico e formativo, integrado às atividades desenvolvidas ao longo do percurso acadêmico. Os direitos digitais assumem papel fundamental ao garantir acesso equitativo às plataformas educacionais, proteção de dados pessoais, privacidade e uso ético das tecnologias. A avaliação, nesse formato educacional, precisa ir além da simples verificação de resultados finais, incorporando estratégias formativas que considerem o percurso do estudante, suas interações no ambiente virtual de aprendizagem, sua participação em atividades colaborativas e o desenvolvimento progressivo de competências cognitivas, socioemocionais e digitais. Dessa forma, a EaD se consolida como um espaço educacional mais flexível, inclusivo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea digitalizada. **Objetivos:** Analisar os principais desafios e possibilidades da avaliação na Educação a Distância, destacando os caminhos futuros e a importância dos direitos digitais na construção de práticas avaliativas mais inclusivas, éticas e eficazes no contexto educacional contemporâneo. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, fundamentada em estudos sobre Educação a Distância, avaliação educacional e tecnologias digitais. Foram analisadas produções acadêmicas que discutem modelos avaliativos formativos e somativos, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem e as implicações da digitalização do ensino. A abordagem interpretativa permitiu compreender os impactos das tecnologias no processo avaliativo e suas relações com a inclusão educacional. **Resultados:** Os estudos indicam que a avaliação na EaD enfrenta desafios significativos, como a garantia de autenticidade, a adaptação de instrumentos avaliativos e a necessidade de maior interação entre professores e estudantes. Por outro lado, as possibilidades incluem o uso de plataformas digitais, feedback contínuo e avaliações personalizadas, que favorecem o acompanhamento da aprendizagem. Também se observa que os direitos digitais fortalecem a equidade no acesso às ferramentas tecnológicas e contribuem para a segurança e transparência dos processos avaliativos. **Conclusão:** A avaliação na Educação a Distância apresenta desafios relevantes, mas também amplia possibilidades inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem. Os direitos digitais são fundamentais para garantir práticas avaliativas mais justas, seguras e inclusivas, fortalecendo a qualidade da educação mediada por tecnologias. Dessa forma, o tema é de extrema importância para a construção de uma educação contemporânea mais democrática, eficiente e alinhada às exigências da sociedade digital.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **A Avaliação na Educação a Distância: Desafios, Possibilidades e Caminhos Futuros.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/878632820/Avaliacao-Na-Educacao-Ead-Sandro-Garabed-Ischkanian. Acesso em: 16 abr. 2026.

AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES EDUCATIVAS: IMPACTOS POSITIVOS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIOEMOCIONAL E FUNCIONAL DE ESTUDANTES NO CONTEXTO ESCOLAR.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas

Introdução: A avaliação de intervenções educativas no contexto escolar constitui um instrumento fundamental para a compreensão dos impactos das práticas pedagógicas no desenvolvimento integral dos estudantes, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades específicas ao longo do processo de aprendizagem. Essa avaliação não se limita à mensuração de resultados, mas envolve uma análise contínua e sistemática das estratégias pedagógicas utilizadas, contribuindo para a reorientação do ensino e para a melhoria da qualidade educacional. Dessa forma, torna-se um elemento essencial para a construção de práticas mais eficazes, inclusivas e centradas no estudante. No cenário educacional contemporâneo, marcado pela intensificação do uso de tecnologias digitais, os direitos digitais assumem papel central ao garantir acesso equitativo, segurança da informação, privacidade e uso ético dos recursos tecnológicos. Esses direitos asseguram que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de participação nos processos educativos mediados por tecnologias, independentemente de suas condições sociais ou econômicas. Além disso, promovem a proteção de dados pessoais e a conscientização sobre o uso responsável das plataformas digitais, fortalecendo uma cultura de cidadania digital no ambiente escolar. **Objetivos:** Analisar os impactos positivos das intervenções educativas no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e funcional dos estudantes no contexto escolar, destacando a importância dos direitos digitais na promoção de uma educação inclusiva, segura e de qualidade. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, baseada na análise de artigos científicos e produções acadêmicas sobre avaliação educacional, intervenções pedagógicas e direitos digitais. Foram considerados estudos que abordam o desenvolvimento integral dos estudantes e o uso de tecnologias digitais no ambiente escolar. A análise foi realizada de forma descritiva e interpretativa, permitindo compreender a relação entre práticas pedagógicas e resultados educacionais. **Resultados:** Os resultados indicam que as intervenções educativas bem estruturadas promovem melhorias significativas no desenvolvimento cognitivo, como atenção, memória e resolução de problemas, além de avanços socioemocionais relacionados à empatia, autorregulação e convivência social. No aspecto funcional, observa-se maior autonomia e participação ativa dos estudantes nas atividades escolares. Os direitos digitais contribuem para ampliar o acesso às tecnologias educacionais, favorecendo práticas mais inclusivas, interativas e eficazes no processo de aprendizagem. **Conclusão:** A avaliação de intervenções educativas é essencial para promover o desenvolvimento integral dos estudantes no contexto escolar. A integração dos direitos digitais fortalece práticas pedagógicas mais justas, seguras e inovadoras, ampliando as possibilidades de aprendizagem e inclusão. O tema é de extrema importância para a construção de uma educação contemporânea mais equitativa, eficaz e alinhada às demandas da sociedade digital.

REFERÊNCIA: SILVA, João Pedro da; SANTOS, Maria Eduarda Lopes dos. **Avaliação de Intervenções Educativas: Impactos no Desenvolvimento Cognitivo, Socioemocional e Funcional de Estudantes no Contexto Escolar.** 2025. Disponível em: https://www.exemploacademico.edu.br/artigo-avaliacao-intervencoes-educativas. Acesso em: 16 abr. 2026.

BELL HOOKS (1952–2021) E A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E CRÍTICA ÀS ESTRUTURAS SOCIAIS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A educação contemporânea encontra-se profundamente atravessada pelas tecnologias digitais, o que exige novas reflexões sobre direitos, ética e práticas pedagógicas. À luz do pensamento de Bell Hooks, que compreende a educação como prática de liberdade e transformação social, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir equidade, participação e emancipação no ambiente educacional. A mediação pedagógica deve considerar não apenas o acesso às tecnologias, mas também a formação crítica dos sujeitos frente às estruturas sociais que se reproduzem no espaço digital. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo discutir a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, relacionando-os à perspectiva crítica de educação como prática de liberdade. Busca-se analisar como esses direitos contribuem para a promoção da cidadania digital, da inclusão e da justiça social no processo de ensino-aprendizagem. **Materiais e Métodos:** A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, baseada em produções acadêmicas recentes sobre direitos digitais, educação crítica e inclusão digital. Foram analisados textos teóricos e documentos normativos que tratam da proteção de dados, do acesso à informação e do uso ético das tecnologias no ambiente educacional. **Resultados:** Os resultados evidenciam que os direitos digitais são fundamentais para assegurar condições equitativas de aprendizagem, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. A garantia de acesso à internet, a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão são elementos centrais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas democráticas. Além disso, observou-se que a ausência de políticas educacionais voltadas à cidadania digital pode reforçar exclusões e limitar a autonomia dos estudantes. A perspectiva de Bell Hooks contribui para compreender a educação digital como espaço de resistência e construção de consciência crítica. **Conclusão:** Os direitos digitais desempenham papel central na consolidação de uma educação contemporânea comprometida com a liberdade, a equidade e a transformação social. Incorporar essa temática nas práticas pedagógicas é fundamental para formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de atuar de maneira ética no ambiente digital. Assim, reforça-se a importância de políticas públicas e ações educacionais que garantam o pleno exercício desses direitos, promovendo uma educação verdadeiramente emancipadora.

REFERÊNCIA: FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Bell Hooks (1952–2021) e a educação como prática de liberdade e crítica às estruturas sociais.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/924645587/Bell-Hooks-e-a-Educacao-Como-Pratica-de-Liberdade-e-Critica-As-Estruturas-Sociais-Juliana-Balta-Ferreira. Acesso em: 10 abr. 2026.

(NEURO) PSICOPEDAGOGIA E OS FATORES RELEVANTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A (neuro)psicopedagogia tem se consolidado como um campo essencial para compreender os processos de aprendizagem, especialmente no contexto da educação inclusiva. Ao integrar conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, essa área contribui para a identificação de fatores cognitivos, emocionais e sociais que influenciam o desenvolvimento dos estudantes. No cenário contemporâneo, marcado pela presença das tecnologias digitais, os direitos digitais emergem como dimensão fundamental para garantir equidade, acessibilidade e participação plena no processo educativo, especialmente para alunos com necessidades específicas. **Objetivos:** O presente texto tem como objetivo analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando-os com os pressupostos da (neuro)psicopedagogia e da educação inclusiva. Busca-se compreender como esses direitos contribuem para a promoção de práticas pedagógicas acessíveis, seguras e inclusivas. **Materiais e Métodos:** A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em estudos recentes sobre (neuro)psicopedagogia, inclusão escolar e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos normativos que abordam o uso de tecnologias digitais na educação e a garantia de direitos fundamentais no ambiente virtual. **Resultados:** Os resultados indicam que os direitos digitais são fundamentais para assegurar condições adequadas de aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles que necessitam de recursos pedagógicos diferenciados. A acessibilidade digital, a proteção de dados e o uso ético das tecnologias são aspectos essenciais para promover a inclusão. Observou-se que ferramentas digitais, quando utilizadas de forma consciente e mediada, potencializam o desenvolvimento cognitivo e a autonomia dos alunos. No entanto, a ausência de políticas eficazes e de formação docente adequada pode limitar esses benefícios e ampliar desigualdades educacionais. **Conclusão:** A integração entre (neuro)psicopedagogia, educação inclusiva e direitos digitais é indispensável para a construção de um ambiente educacional mais equitativo e acessível. Garantir os direitos digitais significa promover não apenas o acesso às tecnologias, mas também o uso crítico, seguro e inclusivo desses recursos. Dessa forma, destaca-se a importância de investimentos em políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas que assegurem o pleno desenvolvimento de todos os estudantes no contexto digital contemporâneo.

REFERÊNCIA: FRAGA, Eliane de Oliveira. **Tecnologias assistivas digitais na educação inclusiva: aplicações para estudantes com necessidades educacionais especiais.** 2025. DOI.org/10.63391/a2k94g34.

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO: O USO DE RECURSOS DIGITAIS ASSISTIVOS NO APOIO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A inovação pedagógica, aliada ao uso de recursos digitais assistivos, tem ampliado significativamente as possibilidades de inclusão no contexto educacional contemporâneo. Estudantes com necessidades educacionais especiais passam a contar com ferramentas que favorecem o acesso ao conhecimento, respeitando suas especificidades cognitivas, sensoriais e motoras. Os direitos digitais assumem papel fundamental, pois garantem não apenas o acesso às tecnologias, mas também a sua utilização de forma ética, segura e inclusiva. Assim, pensar a educação inclusiva implica considerar a integração entre práticas pedagógicas inovadoras e a garantia desses direitos. Destaca-se que a incorporação de tecnologias assistivas digitais no ambiente escolar contribui para a personalização do ensino, permitindo que os conteúdos sejam adaptados às necessidades individuais dos estudantes. Recursos como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, aplicativos de comunicação alternativa e ambientes virtuais acessíveis favorecem a participação ativa dos alunos, promovendo maior autonomia e engajamento no processo de aprendizagem. A educação contemporânea deve ser compreendida como um espaço em constante transformação, no qual a tecnologia, aliada a práticas pedagógicas inovadoras e ao respeito aos direitos digitais, desempenha papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e democrática. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância dos direitos digitais no contexto da educação inclusiva, destacando o papel das tecnologias assistivas digitais no apoio ao processo de aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais. Busca-se também refletir sobre como tais recursos contribuem para a promoção da equidade e da autonomia dos educandos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Foram analisados estudos acadêmicos, livros e documentos que abordam a relação entre tecnologias assistivas, inclusão educacional e direitos digitais. A investigação priorizou autores que discutem práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas voltadas à acessibilidade e à democratização do ensino. **Resultados:** Os resultados indicam que o uso de tecnologias assistivas digitais potencializa o processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior participação e engajamento dos estudantes. Ferramentas como leitores de tela, aplicativos de comunicação alternativa e plataformas adaptativas contribuem para a superação de barreiras educacionais. Entretanto, observou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso à internet de qualidade, a proteção de dados pessoais e a formação adequada de professores para o uso dessas tecnologias. A ausência desses elementos pode comprometer a inclusão e perpetuar desigualdades. **Conclusão:** A articulação entre inovação pedagógica, tecnologias assistivas digitais e direitos digitais é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Garantir esses direitos significa promover não apenas o acesso às ferramentas tecnológicas, mas também assegurar condições equitativas de aprendizagem. Destaca-se a importância de políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a inclusão, a acessibilidade e o respeito às diferenças, consolidando um ambiente educacional mais justo e democrático.

REFERÊNCIA: GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva na educação: recursos acessíveis para a inclusão escolar.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, n. 3, p. 429-444, 2009. DOI.org/10.1590/S1413-65382009000300010.

VOLTA ÀS AULAS COM EMPATIA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: ACOLHENDO PROFESSORES E ALUNOS PARA UM ANO DE SUCESSO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho

Introdução: O retorno às aulas no contexto educacional contemporâneo exige mais do que a retomada de conteúdos curriculares; demanda sensibilidade, empatia e o desenvolvimento da inteligência emocional para acolher professores e alunos. Em um cenário marcado pela intensificação do uso das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir um ambiente educacional seguro, inclusivo e respeitoso. A integração entre acolhimento emocional e cidadania digital contribui para a construção de relações pedagógicas mais humanas, éticas e democráticas. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional atual, articulando-os com práticas de acolhimento baseadas na empatia e na inteligência emocional. Busca-se compreender como esses elementos favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de um ambiente escolar mais inclusivo. **Materiais e Métodos:** A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre educação emocional, direitos digitais e práticas pedagógicas contemporâneas. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que discutem o uso ético das tecnologias e a importância do acolhimento no processo de ensino-aprendizagem. **Resultados:** Os resultados indicam que a promoção da empatia e da inteligência emocional, aliada à garantia dos direitos digitais, contribui significativamente para o bem-estar e o engajamento dos estudantes. A criação de ambientes virtuais seguros, o respeito à privacidade, o combate ao cyberbullying e o acesso equitativo às tecnologias são fatores que fortalecem a confiança e a participação ativa dos alunos. Além disso, professores que desenvolvem competências socioemocionais conseguem mediar conflitos com mais eficácia e promover interações mais positivas, potencializando o aprendizado. **Conclusão:** A articulação entre empatia, inteligência emocional e direitos digitais é fundamental para o sucesso do processo educativo no contexto atual. Garantir esses direitos e promover o acolhimento no ambiente escolar são ações indispensáveis para a formação de sujeitos críticos, éticos e emocionalmente equilibrados. Assim, destaca-se a importância de investir em práticas pedagógicas que integrem tecnologia, inclusão e desenvolvimento humano, contribuindo para uma educação mais justa e significativa.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Volta às aulas com empatia e inteligência emocional: acolhendo professores e alunos para um ano de sucesso.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/127074290/BRASIL_VOLTA_%C3%80S_AULAS_COM_EMPATIA_E_INTELIG%C3%8ANCIA_EMOCIONAL. Acesso em: 10 abr. 2026.

OS ‘PECADOS DA LÍNGUA’ E A VIRTUDE DA PALAVRA: ÉTICA, LINGUAGEM E RESPONSABILIDADE DISCURSIVA NO ENSINO SUPERIOR.

Samuel Ferreira

Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A linguagem ocupa papel central na construção do conhecimento e nas relações acadêmicas, especialmente no ensino superior. A expressão “pecados da língua” remete aos usos inadequados da linguagem, como a desinformação, a agressividade verbal e a falta de ética discursiva, enquanto a “virtude da palavra” destaca o uso responsável, consciente e formativo da comunicação. No contexto educacional contemporâneo, marcado pela presença constante das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para orientar práticas comunicativas éticas e seguras. Dessa forma, refletir sobre linguagem e responsabilidade discursiva implica considerar também o respeito à privacidade, à liberdade de expressão e à integridade dos sujeitos no ambiente virtual. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância dos direitos digitais no ensino superior, articulando-os com a ética da linguagem e a responsabilidade discursiva. Busca-se compreender como o uso consciente da palavra, mediado por tecnologias digitais, pode contribuir para a formação crítica e cidadã dos estudantes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre linguagem, ética, educação superior e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos normativos que discutem o uso das tecnologias na educação, bem como a construção de práticas discursivas responsáveis no ambiente acadêmico. **Resultados:** Os resultados evidenciam que os direitos digitais desempenham papel essencial na promoção de uma comunicação ética no ensino superior. A garantia da liberdade de expressão, associada ao respeito mútuo e à veracidade das informações, contribui para um ambiente acadêmico mais democrático. Além disso, a proteção de dados pessoais, o combate à desinformação e a prevenção de práticas como o cyberbullying são aspectos fundamentais para assegurar a integridade dos sujeitos. Observou-se também que a formação dos estudantes deve incluir o desenvolvimento de competências críticas relacionadas ao uso da linguagem nos meios digitais, favorecendo a construção de discursos responsáveis e conscientes. **Conclusão:** A articulação entre ética, linguagem e direitos digitais é indispensável para a consolidação de práticas educativas mais justas e responsáveis no ensino superior. Promover a “virtude da palavra” no ambiente digital significa incentivar o respeito, a responsabilidade e a consciência crítica no uso da linguagem. Destaca-se a importância de integrar os direitos digitais às práticas pedagógicas, contribuindo para a formação de indivíduos éticos, participativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea. As instituições de ensino devem fomentar espaços de diálogo que valorizem a escuta, o pensamento crítico e o uso responsável das tecnologias, promovendo uma cultura acadêmica pautada na ética e no respeito mútuo. A inserção dos direitos digitais no processo educativo amplia a compreensão dos estudantes sobre seu papel na sociedade conectada, incentivando práticas comunicativas mais conscientes e responsáveis. Ao desenvolver competências relacionadas à cidadania digital, como o respeito à diversidade, a verificação de informações e a proteção de dados pessoais, o ensino superior contribui para a formação integral dos sujeitos.

REFERÊNCIA: CASSANA, Mônica Ferreira. **Discurso, autoria e efeitos de sentido na escrita acadêmica.** Revista Horizontes de Linguística Aplicada**,** v. 23, n. 2, 2023. DOI.10.26512/rhla.v23i2.53436.

A TRADUÇÃO DA BÍBLIA PARA O PORTUGUÊS: DESAFIOS LINGUÍSTICOS E O USO DE FIGURAS DE LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO TEOLÓGICO.

Samuel Ferreira

Simone Helen Drumond Ischkanian

Introdução: A tradução da Bíblia para o português constitui um processo complexo que envolve não apenas a transposição linguística, mas também a interpretação cultural, histórica e teológica dos textos originais. As Escrituras, redigidas em hebraico, aramaico e grego, apresentam uma riqueza de sentidos que exige do tradutor sensibilidade quanto ao uso de figuras de linguagem, como metáforas, parábolas e simbolismos. No contexto educacional contemporâneo, marcado pela ampliação do acesso a conteúdos digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir que esses textos sejam disponibilizados de forma ética, acessível e respeitosa. A relação entre tradução bíblica, linguagem e direitos digitais amplia o debate sobre o uso responsável da informação no ambiente educacional. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar os desafios linguísticos presentes na tradução da Bíblia para o português, destacando o papel das figuras de linguagem na construção do sentido teológico. Busca-se discutir a importância dos direitos digitais na disseminação desses conteúdos no contexto educacional contemporâneo, promovendo acesso democrático e uso ético das informações. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre tradução bíblica, linguística aplicada, teologia e direitos digitais. Foram analisados textos acadêmicos, versões traduzidas da Bíblia e documentos que tratam da circulação de conteúdos religiosos em ambientes digitais. A metodologia também considerou reflexões sobre práticas pedagógicas que utilizam textos bíblicos como recurso educativo. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a tradução da Bíblia envolve desafios significativos, especialmente no que se refere à preservação do sentido original diante das diferenças linguísticas e culturais. As figuras de linguagem desempenham papel central na construção do significado teológico, exigindo interpretações cuidadosas para evitar distorções. No ambiente digital, a ampla disponibilidade dessas traduções favorece o acesso ao conhecimento, mas também levanta questões relacionadas aos direitos digitais, como a autoria, a fidelidade textual e o uso responsável das informações. Observou-se que a ausência de critérios éticos na disseminação desses conteúdos pode comprometer a compreensão adequada dos textos sagrados. **Conclusão:** A tradução da Bíblia para o português é um processo que exige rigor linguístico, sensibilidade teológica e responsabilidade ética, especialmente no contexto digital. A garantia dos direitos digitais é fundamental para assegurar que esses conteúdos sejam acessados, compartilhados e utilizados de forma consciente e respeitosa. Dessa forma, destaca-se a importância de integrar reflexões sobre linguagem, tradução e direitos digitais no ambiente educacional, promovendo uma formação crítica e ética dos estudantes diante da diversidade de informações disponíveis.

REFERÊNCIA: NIDA, Eugene A.; TABER, Charles R. **The theory and practice of translation.** Leiden: Brill, 1982.

IMPACTO DAS INTERAÇÕES SOCIAIS MEDIADAS POR BRINCADEIRAS ESTRUTURADAS NO DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO DE CRIANÇAS AUTISTAS DE 4 ANOS.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: O desenvolvimento comunicativo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos principais desafios no campo da educação inclusiva. Nesse contexto, as interações sociais mediadas por brincadeiras estruturadas configuram-se como estratégias pedagógicas eficazes para estimular a linguagem, a socialização e o desenvolvimento cognitivo. Paralelamente, no cenário educacional contemporâneo, marcado pela crescente inserção das tecnologias digitais, os direitos digitais assumem papel essencial para garantir o acesso equitativo, seguro e inclusivo aos recursos educacionais. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das interações sociais mediadas por brincadeiras estruturadas no desenvolvimento comunicativo de crianças autistas de 4 anos, relacionando essa prática à importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como essas dimensões contribuem para a inclusão e o desenvolvimento integral da criança. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação inclusiva, desenvolvimento infantil, autismo e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos que abordam o uso de estratégias lúdicas no processo educativo e a garantia de acesso e uso ético das tecnologias digitais. A investigação também considerou práticas pedagógicas voltadas ao estímulo da comunicação em crianças com TEA. **Resultados: A**s brincadeiras estruturadas promovem avanços significativos no desenvolvimento comunicativo de crianças autistas, favorecendo a interação social, a expressão verbal e não verbal e o engajamento nas atividades. Essas práticas, quando associadas ao uso de recursos digitais acessíveis, potencializam ainda mais o processo de aprendizagem. Contudo, evidenciou-se que a efetividade dessas estratégias depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso à internet, a disponibilidade de tecnologias adaptadas e a proteção de dados das crianças. **Conclusão:** A integração entre brincadeiras estruturadas, práticas inclusivas e direitos digitais é fundamental para o desenvolvimento comunicativo de crianças autistas no contexto educacional atual. Garantir esses direitos significa ampliar oportunidades de aprendizagem e promover a equidade no acesso aos recursos educacionais.

REFERÊNCIA: SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; RODRIGUES, Rosimery Mendes; CARVALHO, Eliana Drumond de. **Impacto das interações sociais mediadas por brincadeiras estruturadas no desenvolvimento comunicativo de crianças autistas de 4 anos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/145212712/BRINCADEIRAS_ESTRUTURADAS_NO_DESENVOLVIMENTO_COMUNICATIVO_DE_CRIANCAS_AUTISTAS_DE_4_ANOS. Acesso em: 08 abr. 2026.

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS COMO INSTRUMENTOS DE INTERAÇÃO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIAL E EMOCIONAL.

Diogo Rafael da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
Wilson Bezerra dos Santos

Introdução: Os brinquedos e as brincadeiras desempenham papel essencial no desenvolvimento infantil, especialmente na educação infantil, ao promoverem experiências significativas de interação e aprendizagem. Por meio do brincar, a criança desenvolve habilidades cognitivas, sociais e emocionais, construindo conhecimentos de forma lúdica e contextualizada. No cenário contemporâneo, marcado pela presença crescente das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir que o acesso a esses recursos ocorra de maneira equitativa, segura e inclusiva. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância dos brinquedos e das brincadeiras como instrumentos de interação e aprendizagem na educação infantil, articulando essa perspectiva com a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como essas dimensões contribuem para o desenvolvimento integral da criança. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação infantil, ludicidade, desenvolvimento infantil e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que discutem o papel do brincar no processo de aprendizagem e a importância da inclusão digital desde a infância. **Resultados:** O uso de brinquedos e brincadeiras favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, estimulando a criatividade, a comunicação e a interação com o outro. Quando associados a recursos digitais adequados, esses instrumentos potencializam ainda mais o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e acessível. Entretanto, observou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso a tecnologias apropriadas, a mediação pedagógica qualificada e a proteção da privacidade das crianças. **Conclusão:** Os brinquedos e as brincadeiras, aliados ao uso consciente das tecnologias digitais, constituem elementos fundamentais para a promoção de uma educação infantil inclusiva e de qualidade. A garantia dos direitos digitais é essencial para assegurar que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de aprendizagem significativas e seguras.

REFERÊNCIA: SILVA, Diogo Rafael da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SANTOS, Wilson Bezerra dos. **Brinquedos e brincadeiras como instrumentos de interação e aprendizagem na educação infantil: contribuições para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/129120309/BRINQUEDOS_E_BRINCADEIRAS_COMO_INSTRUMENTOS_DE_INTERA%C3%87%C3%83O_E_APRENDIZAGEM_NA_EDUCA%C3%87%C3%83O_INFANTIL_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_PARA_O_DESENVOLVIMENTO_COGNITIVO_SOCIAL_E_EMOCIONAL. Acesso em: 08 abr. 2026.

CADERNO DE ATIVIDADES COM BRINCADEIRAS PARA FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Adelia Paiva Pinto
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral

Introdução: O uso de cadernos de atividades com brincadeiras na educação infantil constitui uma estratégia pedagógica relevante para a promoção da formação integral das crianças. A ludicidade favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, permitindo que o aprendizado ocorra de forma significativa e contextualizada. No cenário educacional contemporâneo, marcado pela crescente inserção das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para assegurar o acesso equitativo, seguro e inclusivo aos recursos educacionais. A integração entre práticas lúdicas tradicionais e ferramentas digitais amplia as possibilidades de ensino, exigindo uma abordagem pedagógica que valorize tanto o brincar quanto o uso consciente das tecnologias. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância do uso de cadernos de atividades com brincadeiras na educação infantil, articulando essa prática com a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como essas estratégias contribuem para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção da inclusão educacional. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação infantil, ludicidade, desenvolvimento infantil e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que discutem o papel das atividades lúdicas no processo de aprendizagem, bem como a importância do acesso e do uso ético das tecnologias digitais na educação. A investigação também considerou práticas pedagógicas que integram recursos impressos e digitais. **Resultados:** Os resultados indicam que os cadernos de atividades com brincadeiras contribuem significativamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças, estimulando a criatividade, a interação e a autonomia. Quando associados ao uso de tecnologias digitais, esses recursos ampliam as possibilidades de aprendizagem, tornando o ensino mais dinâmico e acessível. No entanto, observou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso a dispositivos tecnológicos, a conectividade de qualidade e a proteção dos dados das crianças. A ausência desses fatores pode comprometer a inclusão e limitar o desenvolvimento pleno dos alunos. **Conclusão:** A integração entre cadernos de atividades lúdicas e recursos digitais é fundamental para a promoção de uma educação infantil inclusiva e de qualidade. A garantia dos direitos digitais é essencial para assegurar que todas as crianças tenham acesso a experiências de aprendizagem seguras, equitativas e significativas. Dessa forma, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que valorizem o brincar e o uso responsável das tecnologias, contribuindo para a formação integral dos sujeitos e para a construção de uma educação mais justa e democrática.

REFERÊNCIA: PINTO, Adelia Paiva; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira. **Caderno de atividades com brincadeiras para formação integral na educação infantil.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/923884404/Caderno-de-Atividades-Construindo-Saberes-Com-Brincadeiras-o-Ludico-Na-Formacao-Integral-Na-Educacao-Infantil. Acesso em: 08 abr. 2026.

CENÁRIOS DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DIVERSIDADE DE SABERES NA CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: Os cenários da infância e da educação no Brasil são marcados por uma ampla diversidade de saberes, culturas e realidades sociais que influenciam diretamente a construção pedagógica. Nesse contexto, a educação contemporânea precisa considerar não apenas as especificidades do desenvolvimento infantil, mas também as transformações provocadas pela inserção das tecnologias digitais no cotidiano das crianças. Os direitos digitais emergem, portanto, como elemento essencial para garantir o acesso equitativo, seguro e inclusivo às ferramentas tecnológicas, contribuindo para a formação integral dos sujeitos desde a infância. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, articulando essa discussão com a diversidade de saberes na construção pedagógica na educação infantil. Busca-se compreender como a garantia desses direitos pode favorecer práticas educativas mais inclusivas, democráticas e culturalmente sensíveis. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação infantil, diversidade cultural, práticas pedagógicas e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que abordam a relação entre tecnologia, infância e inclusão. A investigação também considerou reflexões sobre a construção de práticas pedagógicas que valorizem diferentes saberes e promovam o uso ético das tecnologias. **Resultados:** A valorização da diversidade de saberes na educação infantil contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas. A inserção das tecnologias digitais, quando mediada de forma consciente, amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece a participação ativa das crianças. No entanto, evidenciou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso à internet, a disponibilidade de recursos tecnológicos adequados e a proteção dos dados das crianças. A ausência desses direitos pode reforçar desigualdades e limitar o desenvolvimento pleno dos estudantes. **Conclusão:** A integração entre diversidade de saberes, práticas pedagógicas inclusivas e direitos digitais é fundamental para a construção de uma educação infantil de qualidade no Brasil. Garantir esses direitos significa promover equidade, inclusão e respeito às diferenças desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idênis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Cenários da infância e da educação no Brasil: diversidade de saberes na construção pedagógica.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/130303138/CEN%C3%81RIOS_DA_INF%C3%82NCIA_E_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_NO_BRASIL_DIVERSIDADE_DE_SABERES_NA_CONSTRU%C3%87%C3%83O_PEDAG%C3%93GICA. Acesso em: 07 abr. 2026.

CHAPEUZINHO VERMELHO E CHAPEUZINHOS COLORIDOS: EXPLORANDO O IMAGINÁRIO INFANTIL E O APRENDIZADO ATRAVÉS DA FANTASIA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Introdução: As narrativas infantis, como *Chapeuzinho Vermelho* e suas releituras contemporâneas, desempenham papel fundamental no desenvolvimento do imaginário infantil e na construção de aprendizagens significativas. Ao explorar versões como "Chapeuzinhos coloridos", amplia-se a possibilidade de interpretação, criatividade e inclusão, permitindo que diferentes perspectivas culturais e sociais sejam contempladas. No contexto educacional contemporâneo, marcado pela presença das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir o acesso equitativo, seguro e ético a esses conteúdos, favorecendo experiências educativas mais inclusivas e diversificadas. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância do uso de narrativas lúdicas no desenvolvimento infantil, articulando essa prática com a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como a fantasia e o imaginário, aliados ao uso consciente das tecnologias, contribuem para a formação integral das crianças. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre literatura infantil, desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que abordam o papel da fantasia no processo de aprendizagem, bem como o uso de recursos digitais na educação infantil. A investigação também considerou práticas pedagógicas que utilizam narrativas como ferramenta de ensino. **Resultados:** O uso de histórias como *Chapeuzinho Vermelho* e suas adaptações favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, estimulando a imaginação, a linguagem e a capacidade de interpretação. Quando integradas a recursos digitais, essas narrativas ampliam as possibilidades de interação e aprendizagem, tornando o processo educativo mais dinâmico e atrativo. No entanto, observou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso a conteúdos de qualidade, a proteção da privacidade e o uso ético das tecnologias. A ausência desses elementos pode comprometer a segurança e a inclusão no ambiente educacional. **Conclusão:** A utilização de narrativas infantis, aliada ao uso consciente das tecnologias digitais, é fundamental para promover uma educação inclusiva, criativa e significativa. A garantia dos direitos digitais assegura que essas experiências ocorram de forma segura, equitativa e acessível a todas as crianças. Dessa forma, destaca-se a importância de integrar fantasia, educação e tecnologia nas práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento integral e para a formação de sujeitos críticos e conscientes na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa. **Chapeuzinho Vermelho e Chapeuzinhos coloridos: explorando o imaginário infantil e o aprendizado através da fantasia.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143806704/CHAPEUZINHO_VERMELHO_E_CHAPEUZINHOS_COLORIDOS. Acesso em: 13 abr. 2026.

COMO O CÉREBRO APRENDE: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROCIÊNCIA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Giane Demo
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A compreensão de como o cérebro aprende tem sido amplamente aprofundada por estudos nas áreas da pedagogia, psicopedagogia e neurociência, contribuindo significativamente para a melhoria das práticas pedagógicas. Esses campos evidenciam que o processo de aprendizagem envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais, sendo influenciado por estímulos adequados e contextos significativos. No cenário educacional contemporâneo, marcado pela intensa presença das tecnologias digitais, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir o acesso equitativo, seguro e ético aos recursos educacionais, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da pedagogia, psicopedagogia e neurociência para a prática pedagógica, articulando essas perspectivas com a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como essas áreas podem contribuir para a construção de práticas educativas mais inclusivas e eficazes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre aprendizagem, neurociência, educação e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que discutem o funcionamento do cérebro no processo de aprendizagem e o impacto das tecnologias digitais no ambiente educacional. A investigação também considerou práticas pedagógicas que integram recursos tecnológicos ao ensino. **Resultados:** A integração entre conhecimentos da neurociência, psicopedagogia e pedagogia favorece a criação de estratégias de ensino mais eficazes, respeitando o ritmo e as necessidades individuais dos estudantes. A utilização de recursos digitais, quando mediada de forma consciente, potencializa o aprendizado ao oferecer estímulos variados e interativos. No entanto, observou-se que a efetividade dessas práticas depende da garantia dos direitos digitais, como o acesso à tecnologia, a conectividade de qualidade e a proteção dos dados dos estudantes. A ausência desses direitos pode comprometer a inclusão e limitar o desenvolvimento das potencialidades cognitivas. **Conclusão:** A articulação entre pedagogia, psicopedagogia, neurociência e direitos digitais é essencial para a construção de uma educação contemporânea mais inclusiva, ética e eficaz. Garantir esses direitos significa proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento pleno dos estudantes, respeitando suas individualidades e promovendo o uso consciente das tecnologias..

REFERÊNCIA: BELCHIOR, Idênis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Como o cérebro aprende: contribuições da pedagogia, psicopedagogia e neurociência para a prática pedagógica.** Clube de Autores,2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143368865/COMO_O_C%C3%89REBRO_APRENDE. Acesso em: 10 abr. 2026.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES: COMO RECONHECER TALENTOS EM ALUNOS COM DIFICULDADES ASSOCIADAS.

Marizuza Ribeiro Paixão
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: O reconhecimento de talentos em alunos com dificuldades associadas constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea, especialmente no contexto da educação inclusiva. Muitos estudantes apresentam habilidades cognitivas, criativas ou socioemocionais significativas que não são evidenciadas por meio de avaliações tradicionais, sendo frequentemente obscurecidas por dificuldades de aprendizagem, transtornos ou fatores emocionais. **Objetivos:** Analisar os desafios e as potencialidades no reconhecimento de talentos em alunos com dificuldades associadas, articulando essa discussão com a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como práticas inclusivas e o uso de tecnologias podem favorecer o desenvolvimento integral desses estudantes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação inclusiva, altas habilidades, dificuldades de aprendizagem e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos e materiais acadêmicos que discutem estratégias de identificação de talentos, bem como o uso de ferramentas digitais no processo educativo. A investigação considerou abordagens que valorizam avaliações multimodais e práticas pedagógicas diferenciadas. **Resultados:** Os resultados indicam que o reconhecimento de talentos em alunos com dificuldades exige uma abordagem holística, que considere aspectos cognitivos, criativos e socioemocionais. A literatura aponta que o desempenho acadêmico tradicional nem sempre reflete o verdadeiro potencial do estudante, sendo necessário utilizar estratégias diversificadas de avaliação e observação. Práticas pedagógicas inclusivas, como o uso de atividades diferenciadas e o acompanhamento individualizado, contribuem para a valorização das potencialidades dos alunos. Os direitos digitais desempenham papel fundamental ao garantir acesso a tecnologias educacionais, plataformas interativas e recursos adaptativos que favorecem a aprendizagem e a expressão das habilidades. **Conclusão:** Reconhecer talentos em alunos com dificuldades associadas requer uma mudança de paradigma educacional, baseada na valorização das diferenças e no uso de práticas inclusivas e inovadoras. A integração dos direitos digitais nesse processo é essencial para ampliar oportunidades, promover equidade e garantir que todos os estudantes tenham condições de desenvolver suas potencialidades.

REFERÊNCIA: PAIXÃO, Marizuza Ribeiro; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **Desafios e potencialidades: como reconhecer talentos em alunos com dificuldades associadas.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/128662539/DESAFIOS_E_POSSIBILIDADES_DA_INCLUSAO_ESCOLAR_DE_ALUNOS_COM_AUTISMO_1. Acesso em: 09 abr. 2026.

COMPETÊNCIAS DO FUTURO PARA A GRADUAÇÃO E PÓSGRADUAÇÃO: QUAIS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS OS ALUNOS PRECISAM DESENVOLVER PARA SE DESTACAR NO MERCADO DE TRABALHO GLOBALIZADO E TECNOLOGICAMENTE AVANÇADO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
José Maria Oliveira Júnior
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: No contexto de um mercado de trabalho globalizado e tecnologicamente avançado, a formação acadêmica em nível de graduação e pós-graduação demanda o desenvolvimento de competências que ultrapassam o domínio técnico. Habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz e letramento digital tornam-se essenciais para a atuação profissional contemporânea. Os direitos digitais assumem papel central, pois garantem o acesso equitativo às tecnologias, a proteção de dados e o uso ético das informações, aspectos fundamentais para a formação de profissionais preparados para os desafios da sociedade digital. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as competências necessárias para a formação de estudantes no ensino superior, articulando essas habilidades com a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se compreender como essas competências contribuem para a inserção qualificada no mercado de trabalho. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre educação superior, competências do século XXI e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que discutem a formação acadêmica voltada para o desenvolvimento de habilidades técnicas e socioemocionais, bem como o impacto das tecnologias digitais no processo educativo. **Resultados:** O desenvolvimento de competências digitais, aliado a habilidades socioemocionais, é essencial para a formação de profissionais capazes de atuar em ambientes complexos e dinâmicos. O domínio das tecnologias, associado ao pensamento crítico e à ética, favorece a tomada de decisões responsáveis e a inovação. Nesse contexto, os direitos digitais desempenham papel fundamental ao assegurar o acesso às ferramentas tecnológicas, a segurança da informação e a liberdade de expressão. **Conclusão:** A formação acadêmica voltada para o desenvolvimento de competências do futuro deve integrar conhecimentos técnicos, habilidades socioemocionais e a compreensão dos direitos digitais. Garantir esses direitos é essencial para promover uma educação mais inclusiva, ética e alinhada às demandas do mercado de trabalho contemporâneo.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; OLIVEIRA JÚNIOR, José Maria; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Competências do futuro para a graduação e pós-graduação: quais habilidades e competências os alunos precisam desenvolver para se destacar no mercado de trabalho globalizado e tecnologicamente avançado**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/819368680/Competencias-Do-Futuro. Acesso em: 10 abr. 2026.

COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM, FALA, ESCRITA E GESTOS: DISTINÇÕES CONCEITUAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E DEMAIS CONTEXTOS DA INCLUSÃO.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Natalina Farias Ribeiro

Introdução: A comunicação humana manifesta-se por diferentes formas, incluindo linguagem verbal, escrita e gestual, sendo fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos. No caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas dimensões comunicativas assumem ainda maior relevância, pois muitas vezes a fala não é o principal meio de expressão. Compreender as distinções entre comunicação, linguagem, fala, escrita e gestos é essencial para promover práticas educacionais inclusivas. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as distinções conceituais entre comunicação, linguagem, fala, escrita e gestos, destacando sua importância para a inclusão de pessoas com TEA. Busca-se discutir o papel dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, especialmente no que se refere à acessibilidade e à inclusão. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos sobre linguagem, inclusão educacional, autismo e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, livros e documentos educacionais que abordam as múltiplas formas de comunicação e o uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem. A investigação também considerou práticas pedagógicas inclusivas mediadas por recursos digitais. **Resultados:** A compreensão das diferentes formas de comunicação é fundamental para promover a inclusão de pessoas com TEA, uma vez que permite a utilização de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais. Recursos como sistemas de comunicação alternativa, aplicativos digitais e ferramentas visuais ampliam as possibilidades de expressão e interação. Os direitos digitais desempenham papel essencial ao garantir o acesso a essas tecnologias, bem como a proteção dos dados e o uso ético das informações. Observou-se que a ausência desses direitos pode limitar a participação plena dos estudantes e comprometer seu desenvolvimento. **Conclusão:** A articulação entre comunicação, inclusão e direitos digitais é fundamental para a construção de uma educação mais acessível e equitativa. Garantir o acesso a diferentes formas de expressão e às tecnologias digitais contribui para o desenvolvimento integral de pessoas com TEA e outros contextos de inclusão.

REFERÊNCIA: AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; RIBEIRO, Natalina Farias. **Comunicação, linguagem, fala, escrita e gestos: distinções conceituais e sua importância para a inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e demais contextos da inclusão.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144835729/COMUNICACAO_LINGUAGEM_FALA_ESCRITA_E_GESTOS. Acesso em: 10 abr. 2026.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA COMO BASE PARA A ALFABETIZAÇÃO EFETIVA.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Idênis Glória Belchior
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: A alfabetização efetiva constitui um dos pilares fundamentais do processo educacional, sendo a consciência fonológica um elemento essencial para o desenvolvimento da leitura e da escrita. No contexto contemporâneo, marcado pela presença constante das tecnologias digitais, torna-se indispensável ampliar essa discussão para incluir os direitos digitais como parte integrante da formação cidadã. A escola, enquanto espaço de aprendizagem e socialização, precisa garantir não apenas o acesso ao conhecimento linguístico, mas também o uso ético, seguro e consciente das tecnologias digitais, promovendo uma educação alinhada às demandas da sociedade atual. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da consciência fonológica como base para a alfabetização efetiva, articulando-a com a relevância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo. Busca-se também refletir sobre como a integração entre linguagem, tecnologia e cidadania digital pode contribuir para uma formação mais crítica, inclusiva e significativa dos estudantes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de estudos relacionados à alfabetização, consciência fonológica e direitos digitais na educação. Foram analisadas produções acadêmicas, documentos educacionais e legislações que abordam o uso das tecnologias no ambiente escolar. A análise interpretativa permitiu relacionar os conceitos teóricos com práticas pedagógicas contemporâneas. **Resultados:** Os resultados indicam que a consciência fonológica desempenha papel central na alfabetização, facilitando a compreensão dos sons da linguagem e sua relação com a escrita. Paralelamente, observou-se que os direitos digitais são fundamentais para garantir o uso responsável das tecnologias no processo educativo. A integração entre esses dois campos contribui para uma aprendizagem mais completa, que envolve tanto o domínio da linguagem quanto a formação para a cidadania digital. **Conclusão:** A articulação entre consciência fonológica e direitos digitais representa um avanço significativo para a educação contemporânea. Ao integrar habilidades linguísticas e competências digitais, a escola fortalece o processo de alfabetização e prepara os estudantes para atuar de forma crítica e responsável na sociedade digital. Dessa forma, evidencia-se a importância de uma educação que valorize simultaneamente o desenvolvimento cognitivo, linguístico e cidadão, promovendo uma formação integral e alinhada às exigências do mundo atual.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira et al. **Consciência fonológica como base para a alfabetização efetiva**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143940824/CONSCIENCIA_FONOLOGICA_COMO_BASE_PARA_A_ALFABETIZACAO_EFETIVA. Acesso em: 09 abr. 2026.

CONTOS DE FADAS: UM PORTAL PARA A APRENDIZAGEM EMOCIONAL E COGNITIVA À LUZ DA NEUROCIÊNCIA.

Regina Daucia de Oliveira Braga
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Fabiane Bandeira Viana
Amanda Nunes da Silva
Aida Greice Ramos da Silva
Idênis Glória Belchior
Francisca Araújo da Silva

Introdução: Os contos de fadas, tradicionalmente utilizados na educação infantil e nos primeiros anos escolares, constituem instrumentos pedagógicos relevantes para o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes. À luz da neurociência, essas narrativas favorecem a construção de significados, estimulam a imaginação e contribuem para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. No contexto educacional contemporâneo, marcado pela intensa presença das tecnologias digitais, torna-se fundamental associar essas práticas narrativas à compreensão dos direitos digitais, garantindo que o uso de recursos tecnológicos ocorra de forma ética, segura e educativa. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos contos de fadas para a aprendizagem emocional e cognitiva sob a perspectiva da neurociência, relacionando essa abordagem à importância dos direitos digitais no ambiente educacional contemporâneo. Busca-se também compreender como a integração entre narrativas clássicas e tecnologias digitais pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de estudos sobre neurociência aplicada à educação, contos de fadas e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, obras pedagógicas e documentos que abordam o uso das tecnologias digitais na educação, permitindo uma reflexão interdisciplinar sobre o tema. **Resultados:** Os contos de fadas exercem papel significativo no desenvolvimento emocional, favorecendo a empatia, a identificação simbólica e a compreensão de valores sociais. Do ponto de vista cognitivo, estimulam a memória, a linguagem e a criatividade. **Conclusão:** Os contos de fadas, quando analisados à luz da neurociência, representam uma poderosa ferramenta pedagógica para o desenvolvimento integral dos estudantes. A articulação entre práticas narrativas e o respeito aos direitos digitais fortalece uma educação contemporânea mais ética, inclusiva e significativa. Dessa forma, destaca-se a importância de integrar tradição e tecnologia no processo educativo, garantindo uma formação que contemple aspectos emocionais, cognitivos e digitais de maneira equilibrada e transformadora.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira et al. **Contos de fadas: um portal para a aprendizagem emocional e cognitiva à luz da neurociência**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/937528490/Contos-de-Fadas-Um-Portal-Para-a-Aprendizagens. Acesso em: 10 abr. 2026.

CULTURA MAKER E DESENVOLVIMENTO DE ROBÔS SUSTENTÁVEIS: INTEGRANDO RECICLAGEM E TECNOLOGIA PARA UM FUTURO MAIS VERDE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Ischkanian
Wilson Bezerra dos Santos
Celine Maria de Sousa Azevedo
Silvana Nascimento de Carvalho
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Neusa Venditte
Rosimery Mendes Rodrigues
Idênis Glória Belchior
Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho

Introdução: A cultura maker tem se consolidado como uma abordagem educacional inovadora que incentiva a criatividade, a experimentação e a resolução de problemas por meio da prática. No contexto contemporâneo, o desenvolvimento de robôs sustentáveis, integrando reciclagem e tecnologia, surge como uma estratégia pedagógica alinhada às demandas ambientais e tecnológicas da sociedade. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição da cultura maker para o desenvolvimento de robôs sustentáveis, destacando a integração entre reciclagem e tecnologia. Busca-se também refletir sobre a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, especialmente no uso de ferramentas tecnológicas em práticas pedagógicas inovadoras. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de estudos sobre cultura maker, robótica educacional, sustentabilidade e direitos digitais. **Resultados:** A cultura maker contribui significativamente para o desenvolvimento de competências como criatividade, colaboração e pensamento crítico. O uso de materiais recicláveis na construção de robôs favorece a consciência ambiental e a sustentabilidade. **Conclusão:** A integração entre cultura maker, robótica sustentável e direitos digitais representa um avanço significativo para a educação contemporânea. Essa abordagem promove uma aprendizagem mais ativa, crítica e sustentável, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; SANTOS, Wilson Bezerra dos; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; VENDITTE, Neusa; RODRIGUES, Rosimery Mendes; BELCHIOR, Idênis Glória; RIBEIRO DOS SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Magalhães; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Cultura maker e desenvolvimento de robôs sustentáveis: integrando reciclagem e tecnologia para um futuro mais verde**.Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/928679522/Cultura-Maker-e-Desenvolvimento-de-Robos-Sustaveis-Integrando-Reciclagem-e-Tecnologia-Para-Um-Futuro-Mais-Verde. Acesso em: 20 abr. 2026.

CULTURA MAKER, MATERIAIS ADAPTADOS E ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS: (TEACCH), (ABA) E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Fabiane Bandeira Viana
Regina Daucia de Oliveira Braga
Amanda Nunes da Silva
Aida Greice Ramos da Silva
Idênis Glória Belchior
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: A educação inclusiva contemporânea tem buscado estratégias inovadoras para atender às necessidades de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando-se a cultura maker, os materiais adaptados e as tecnologias assistivas como ferramentas fundamentais. Abordagens como TEACCH e ABA contribuem para estruturar o processo de ensino-aprendizagem de forma mais organizada e individualizada. Paralelamente, os direitos digitais tornam-se essenciais para garantir o uso ético, seguro e acessível das tecnologias no ambiente educacional, assegurando inclusão e respeito às diferenças. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição da cultura maker, dos materiais adaptados e das estratégias inclusivas baseadas em TEACCH e ABA no desenvolvimento de pessoas com TEA. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de estudos sobre educação inclusiva, cultura maker, TEACCH, ABA, tecnologias assistivas e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos e documentos educacionais que discutem práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de pessoas com TEA, permitindo uma análise interdisciplinar. **Resultados:** A cultura maker favorece o aprendizado ativo e a autonomia dos estudantes com TEA, especialmente quando associada a materiais adaptados e tecnologias assistivas. As metodologias TEACCH e ABA contribuem para a organização do ensino e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Além disso, os direitos digitais garantem acessibilidade, segurança e uso responsável das tecnologias, promovendo inclusão efetiva no ambiente educacional. **Conclusão:** A integração entre cultura maker, estratégias inclusivas e tecnologias assistivas representa um avanço significativo para a educação de pessoas com TEA. A incorporação dos direitos digitais nesse contexto fortalece práticas pedagógicas mais éticas, acessíveis e inclusivas.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SILVA, Francisca Araújo da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; RODRIGUES, Rosimery Mendes; VIANA, Fabiane Bandeira; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SILVA, Amanda Nunes da; SILVA, Aida Greice Ramos da; BELCHIOR, Idênis Glória; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **Cultura maker, materiais adaptados e estratégias inclusivas: (TEACCH), (ABA) e tecnologias assistivas no desenvolvimento de pessoas com transtorno do espectro autista**. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/937375104/Cultura-Maker-Materiais-Adaptados-e-Estrategias-Inclusivas. Acesso em: 10 abr. 2026.

O FUTURO DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva

Introdução: A formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia encontra-se em constante transformação diante das demandas contemporâneas da educação inclusiva e das mudanças legais que impactam os direitos educacionais. Os direitos digitais emergem como um elemento essencial, uma vez que o uso crescente de tecnologias no ambiente educacional exige práticas éticas, seguras e acessíveis. A integração entre formação docente, inclusão e cidadania digital torna-se indispensável para garantir uma educação mais equitativa e atualizada. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar o futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, considerando os desafios da inclusão e os impactos das alterações legais nos direitos educacionais. Busca-se também refletir sobre a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante da intensificação do uso de tecnologias na prática pedagógica. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de produções acadêmicas, legislações educacionais e estudos sobre formação docente, inclusão escolar e direitos digitais. A análise dos materiais permitiu compreender as relações entre mudanças legais, práticas pedagógicas e o uso de tecnologias na educação. **Resultados:** A formação em áreas educacionais especializadas precisa incorporar competências relacionadas à inclusão e ao uso consciente das tecnologias digitais. Observou-se que os direitos digitais são fundamentais para garantir o acesso, a segurança e a equidade no ambiente educacional. Além disso, as alterações legais influenciam diretamente as práticas pedagógicas, exigindo atualização constante dos profissionais da educação. **Conclusão:** O futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia depende da integração entre inclusão educacional, atualização legal e domínio das tecnologias digitais. Os direitos digitais assumem papel central nesse processo, assegurando uma educação mais justa, acessível e ética. Dessa forma, evidencia-se a importância do tema como elemento essencial para a construção de práticas educativas contemporâneas comprometidas com a equidade, a inovação e a garantia dos direitos educacionais.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho. **O futuro da formação em pedagogia, psicopedagogia e neuropsicopedagogia: desafios da inclusão e impactos das alterações legais nos direitos educacionais**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/145081000/DESAFIOS_DA_INCLUSAO_E_IMPACTOS_DAS_ALTERACOES_LEGAIS_NOS_DIREITOS_EDUCACIONAIS. Acesso em: 20 abr. 2026.

DESAFIOS E AVANÇOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS (PCDs), PROGRESSOS TECNOLÓGICOS, METODOLOGIAS DE LETRAMENTO, CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA, SOFTWARES EDUCATIVOS, APLICATIVOS DE LEITURA, ESCRITA E FERRAMENTAS INTERATIVAS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Bruna Silva Felix
Tatiana Coelho
Eunice Soares Teixeira
Ediana Maria Cacau Oliveira
Giane Demo
Wanessa Delgado da Silva Ronque
Francisca Araújo da Silva
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A alfabetização de crianças com deficiência (PCDs) representa um campo essencial da educação inclusiva, exigindo práticas pedagógicas adaptadas e o uso de recursos tecnológicos que favoreçam o acesso ao conhecimento. Os avanços tecnológicos, como softwares educativos, aplicativos de leitura e escrita e ferramentas interativas, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento das habilidades de letramento e consciência fonológica. Paralelamente, os direitos digitais tornam-se fundamentais para garantir acessibilidade, segurança e equidade no uso dessas tecnologias no ambiente educacional. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e avanços na alfabetização de crianças com deficiência, considerando o uso de tecnologias educacionais e metodologias de letramento. Busca-se também destacar a importância dos direitos digitais no contexto educacional contemporâneo, especialmente no que se refere à inclusão e ao acesso igualitário às ferramentas tecnológicas. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de estudos sobre alfabetização inclusiva, consciência fonológica, tecnologias assistivas e direitos digitais. Foram analisados artigos científicos, documentos educacionais e produções acadêmicas que abordam o uso de softwares e aplicativos no processo de aprendizagem de PCDs, permitindo uma análise crítica e interdisciplinar. **Resultados:** O uso de tecnologias digitais contribui significativamente para o desenvolvimento da leitura e escrita em crianças com deficiência, promovendo maior autonomia e engajamento no processo de aprendizagem. **Conclusão:** A alfabetização de crianças com deficiência tem sido fortalecida pelos avanços tecnológicos e pelas metodologias inovadoras de ensino. A integração entre consciência fonológica, letramento e ferramentas digitais amplia as possibilidades de aprendizagem inclusiva.

REFERÊNCIA: BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FELIX, Bruna Silva; COELHO, Tatiana; TEIXEIRA, Eunice Soares; OLIVEIRA, Ediana Maria Cacau; DEMO, Giane; RONQUE, Wanessa Delgado da Silva; ARAÚJO DA SILVA, Francisca; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Desafios e avanços na alfabetização de crianças com deficiências (PCDs): progressos tecnológicos, metodologias de letramento, consciência fonológica, softwares educativos, aplicativos de leitura, escrita e ferramentas interativas**. Clube de Autores, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/126646240/DESAFIOS_E_AVAN%C3%87OS_NA_ALFABETIZA%C3%87%C3%83O_DE_CRIAN%C3%87AS_COM_DEFICI%C3%8ANCIAS. Acesso em: 12 abr. 2026.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO NO LETRAMENTO MATEMÁTICO: TRANSFORMANDO A MATEMÁTICA EM JOGO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wanessa Delgado Silva Ronque
Sandro Garabed Ischkanian
Lucas Serrão da Silva

Introdução: No contexto educacional contemporâneo, o ensino da matemática enfrenta desafios relacionados à desmotivação dos estudantes e à dificuldade de compreensão de conceitos abstratos. O letramento matemático surge como uma abordagem essencial para desenvolver a capacidade de interpretar, analisar e resolver situações do cotidiano. A utilização de estratégias lúdicas, como a gamificação, tem se mostrado uma alternativa eficiente para tornar o aprendizado mais significativo. Ao transformar a matemática em jogo, promove-se maior engajamento dos alunos, estimulando a participação ativa e a construção do conhecimento de forma dinâmica e interativa. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios enfrentados no ensino do letramento matemático e destacar estratégias pedagógicas que utilizam a gamificação como recurso didático. Busca-se compreender como a transformação da matemática em atividades lúdicas pode contribuir para a aprendizagem significativa, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da autonomia e do interesse dos estudantes pela disciplina. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e produções acadêmicas sobre letramento matemático e metodologias ativas de ensino. Foram analisadas práticas pedagógicas que utilizam jogos educativos, tecnologias digitais e atividades interativas no ensino da matemática. O estudo possui caráter descritivo e interpretativo, permitindo compreender as contribuições dessas estratégias para o processo de ensino-aprendizagem. **Resultados:** A utilização de jogos e atividades lúdicas no ensino da matemática contribui significativamente para a melhoria do desempenho dos estudantes. Observou-se maior motivação, participação e compreensão dos conteúdos matemáticos quando estes são apresentados de forma contextualizada e interativa. As estratégias baseadas em gamificação favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, da resolução de problemas e da cooperação entre os alunos. **Conclusão:**Os desafios do ensino da matemática podem ser minimizados por meio da adoção de estratégias pedagógicas inovadoras, como a gamificação. Transformar a matemática em jogo torna o processo de aprendizagem mais atrativo, significativo e eficaz. Dessa forma, o letramento matemático se fortalece como ferramenta essencial para a formação de estudantes mais autônomos, críticos e preparados para lidar com situações do cotidiano, evidenciando a importância de práticas pedagógicas dinâmicas no contexto educacional atual.

REFERÊNCIA: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; RONQUE, Wanessa Delgado Silva; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; SERRÃO, Lucas da Silva. **Desafios e estratégias de ensino no letramento matemático: transformando a matemática em jogo.** Clube de Autores, 2024. Disponível em: https://independent.academia.edu. Acesso em: 12 abr. 2026.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA UM ENSINO SIGNIFICATIVO.

Rita Cristina Guimarães de Almeida
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Francisca Araújo da Silva
Ariele Costa Albuquerque
Magda Simas Oliveira
Silene dos Santos Almeida

Introdução: No cenário educacional contemporâneo, a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos principais desafios das instituições de ensino. A escola inclusiva busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e potencialidades. No entanto, ainda existem barreiras relacionadas à formação docente, à adaptação curricular e ao uso de metodologias adequadas. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam um ensino significativo, promovendo a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo dos alunos com autismo. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da inclusão escolar de alunos com autismo, destacando estratégias pedagógicas que contribuem para um ensino significativo. Busca-se compreender como práticas educativas inclusivas podem favorecer o desenvolvimento integral desses estudantes, respeitando suas necessidades individuais e potencializando suas habilidades. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e documentos oficiais sobre educação inclusiva e Transtorno do Espectro Autista. Foram analisadas produções acadêmicas que discutem metodologias de ensino adaptadas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. O estudo possui caráter descritivo e interpretativo, permitindo compreender diferentes perspectivas sobre a inclusão escolar. **Resultados:** A inclusão de alunos com autismo exige práticas pedagógicas flexíveis e adaptadas às suas necessidades. Observou-se que estratégias como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, tecnologias assistivas e metodologias ativas contribuem significativamente para a aprendizagem. Além disso, a formação continuada dos professores é essencial para garantir intervenções pedagógicas eficazes. Destaca-se ainda que o ambiente escolar inclusivo favorece a socialização e o desenvolvimento emocional dos estudantes com TEA. **Conclusão:** A inclusão escolar de alunos com autismo é um processo fundamental para a construção de uma educação mais justa e igualitária. Apesar dos desafios existentes, as possibilidades pedagógicas demonstram que é possível promover um ensino significativo por meio de estratégias adequadas e de uma prática docente consciente e inclusiva.

REFERÊNCIA: ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Francisca Araújo da; ALBUQUERQUE, Ariele Costa; OLIVEIRA, Magda Simas; ALMEIDA, Silene dos Santos. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar de alunos com autismo: estratégias pedagógicas para um ensino significativo.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/128662539/DESAFIOS_E_POSSIBILIDADES_DA_INCLUSAO_ESCOLAR_DE_ALUNOS_COM_AUTISMO_1. Acesso em: 10 abr. 2026.

Agradecimento
aos Autores

AGRADECIMENTO AOS AUTORES

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Celine Maria de Sousa Azevedo
Francisca Araújo da Silva
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Samuel Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Expressamos nossos sinceros agradecimentos às autoras Dalva Costa do Nascimento, Silvia Drumond de Carvalho e Sibele Nascimento de Carvalho, cuja valiosa contribuição na elaboração do prefácio enriquece esta obra com sensibilidade, rigor intelectual e elevado compromisso acadêmico. Suas reflexões inaugurais oferecem ao leitor uma perspectiva crítica, instigante e profundamente fundamentada, constituindo um convite à leitura atenta e reflexiva do conteúdo aqui apresentado.

Registramos, de forma especial, nossa profunda gratidão aos autores Idênis Glória Belchior, Simone Helen Drumond Ischkanian, Gladys Nogueira Cabral, Celine Maria de Sousa Azevedo, Francisca Araújo da Silva, Marcos Aurélio dos Santos Freitas, Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira, Samuel Ferreira, Silvana Nascimento de Carvalho, Sygride Nascimento de Carvalho, Gabriel Nascimento de Carvalho e Sandro Garabed Ischkanian. Cada um, com sua trajetória, expertise e dedicação, contribuiu significativamente para a construção desta obra, consolidando um trabalho coletivo de grande relevância científica e educacional.

Destaca-se a qualidade das produções apresentadas, marcadas pela consistência teórica, pela clareza na escrita e pelo compromisso com a disseminação do conhecimento. As publicações aqui reunidas evidenciam não apenas domínio acadêmico, mas também sensibilidade social e responsabilidade com as demandas contemporâneas da educação e da pesquisa. Trata-se de um conjunto de trabalhos que dialoga com diferentes áreas do saber, promovendo reflexões críticas, práticas inovadoras e caminhos para a transformação educacional.

É importante ressaltar o caráter colaborativo desta produção, que evidencia a força do trabalho coletivo na construção do conhecimento científico. A diversidade de perspectivas e experiências entre os autores enriquece o debate acadêmico, amplia horizontes teóricos e fortalece a interdisciplinaridade, contribuindo para análises mais abrangentes e contextualizadas. Esse diálogo entre diferentes áreas e olhares reafirma a importância da cooperação intelectual na produção de saberes relevantes.

A dedicação e o comprometimento demonstrados pelos autores refletem-se na qualidade das pesquisas e na profundidade das análises apresentadas. Cada texto revela não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade diante dos desafios educacionais contemporâneos, especialmente no que se refere à inclusão, à equidade e à inovação pedagógica. Essa postura reforça o papel transformador da educação e evidencia o compromisso dos autores com a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Observa-se que os trabalhos apresentados dialogam de maneira consistente com as demandas atuais do cenário educacional, trazendo contribuições que ultrapassam o campo teórico e alcançam a prática pedagógica. As reflexões propostas incentivam a adoção de metodologias mais inclusivas, colaborativas e centradas no estudante, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Dessa forma, os autores não apenas produzem conhecimento, mas também orientam caminhos para sua aplicação efetiva no cotidiano educacional.

A capacidade dos autores de articular diferentes áreas do conhecimento, fortalecendo a interdisciplinaridade e ampliando as possibilidades de compreensão dos fenômenos educacionais. Essa integração de saberes contribui para análises mais completas e para a construção de soluções inovadoras, capazes de responder aos desafios complexos da educação contemporânea. Tal abordagem evidencia maturidade acadêmica e compromisso com uma formação integral e crítica dos sujeitos.

Reiteramos nosso reconhecimento e admiração pelo trabalho desenvolvido por todos os envolvidos. Suas contribuições fortalecem a produção científica, incentivam novas investigações e inspiram práticas educacionais mais críticas e humanizadas. Este agradecimento simboliza o reconhecimento pelo empenho, pela excelência e pela relevante contribuição de cada autor para o avanço do conhecimento e para a promoção de uma educação de qualidade.

Idênis Glória Belchior

*A presente obra registra um sincero reconhecimento à autora Idênis Glória Belchior**,** cuja trajetória acadêmica e científica se destaca pela dedicação, compromisso e relevante contribuição à produção do conhecimento. Escritora e autora de diversos artigos e livros de grande relevância, sua atuação evidencia o rigor teórico, a sensibilidade educacional e o compromisso com a transformação social por meio da educação.*

*No Capítulo 1, a autora aborda com profundidade o tema "Neuropsicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado (AEE): estratégias de intervenção para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar"**,** oferecendo reflexões consistentes e fundamentadas que contribuem significativamente para o avanço das práticas inclusivas. Sua abordagem integra conhecimentos da pedagogia, psicopedagogia e neurociência, promovendo uma compreensão ampliada do processo de aprendizagem e das necessidades educacionais específicas, especialmente no contexto da inclusão.*

A produção intelectual de Idênis Glória Belchior revela não apenas domínio teórico, mas também compromisso ético e social com a educação inclusiva, destacando-se como referência para pesquisadores, educadores e profissionais da área. Seu trabalho inspira novas práticas pedagógicas e fortalece a construção de uma educação mais justa, equitativa e acessível a todos.

*Seu percurso profissional pode ser acompanhado pelo Currículo Lattes disponível em: https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=B6981047F48C824D41045D5BFD116789, bem como por seu registro ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8208-9130. Contato direto também pode ser realizado pelo e-mail idenisgloria@gmail.com**.***

Expressa-se profunda gratidão à autora por sua valiosa contribuição à pesquisa científica, cujo impacto se reflete de maneira significativa na formação de profissionais comprometidos com a qualidade da educação e com a promoção da inclusão. Sua produção acadêmica não apenas amplia horizontes teóricos, mas também orienta práticas pedagógicas mais sensíveis, críticas e fundamentadas, contribuindo diretamente para a construção de ambientes educacionais mais equitativos e acessíveis.

Sua atuação fortalece o desenvolvimento de propostas inovadoras que dialogam com as demandas contemporâneas da educação, especialmente no que se refere à valorização das diferenças e ao reconhecimento das potencialidades de cada sujeito.

Simone Helen Drumond Ischkanian

*Expressamos nosso sincero agradecimento à autora Simone Helen Drumond Ischkanian por sua valiosa e significativa contribuição acadêmica, especialmente ao abordar o tema "ECA Digital, Lei 15.211 frente às tecnologias do século XXI: jogos eletrônicos, direitos digitais e os limites entre educação supervisionada e não supervisionada"***.** *Sua produção evidencia um olhar crítico, atual e profundamente comprometido com as transformações sociais e educacionais impulsionadas pelas tecnologias digitais.*

A autora demonstra notável domínio teórico e sensibilidade ao tratar de questões que envolvem a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, articulando com clareza os fundamentos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente às novas demandas impostas pelos jogos eletrônicos e pelas interações virtuais. Sua análise contribui para a compreensão dos desafios contemporâneos relacionados aos direitos digitais, destacando a importância do equilíbrio entre autonomia, supervisão e responsabilidade no uso das tecnologias.

Sua abordagem promove reflexões fundamentais para educadores, pesquisadores e famílias, ao evidenciar os limites e as possibilidades da educação supervisionada e não supervisionada em ambientes digitais. Ao trazer à tona discussões relevantes sobre ética, segurança e formação cidadã, a autora fortalece o debate sobre práticas educativas mais conscientes e alinhadas às exigências do século XXI.

Registramos nossa profunda gratidão e reconhecimento à autora, cuja contribuição enriquece o campo da pesquisa científica e inspira a construção de uma educação mais responsável, inclusiva e comprometida com a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes na era digital. Sua ampla produção acadêmica, evidenciada pela publicação de diversos temas que dialogam com as áreas do Direito, Educação e Inclusão. Seus trabalhos revelam consistência teórica, ακmyalidade e compromisso com questões sociais relevantes, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento e para o fortalecimento de práticas educacionais mais equitativas e conscientes.

Ressalta-se o mérito de ser autora proprietária do método de portfólios SHDI, uma proposta inovadora que valoriza o acompanhamento formativo, o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção reflexiva do aprendizado. Tal contribuição demonstra não apenas sua capacidade criativa e científica, mas também seu compromisso com metodologias que promovem autonomia, inclusão e protagonismo no processo educacional.

Gladys Nogueira Cabral

O percurso acadêmico de Gladys Nogueira Cabral demonstra um compromisso consistente com a produção de conhecimento na área de ensino e aprendizagem de línguas, especialmente ao integrar perspectivas contemporâneas como o uso da inteligência artificial no desenvolvimento das quatro habilidades idiomáticas: escutar, falar, ler e escrever. Sua trajetória evidencia uma atenção constante às transformações tecnológicas e às suas implicações pedagógicas no contexto educacional atual.

Observa-se em sua atuação uma preocupação clara com a qualificação das práticas educacionais, valorizando abordagens inovadoras que promovem o desenvolvimento integrado das competências linguísticas. Esse enfoque contribui para uma visão mais ampla e dinâmica do processo de aprendizagem, favorecendo metodologias que tornam o ensino de línguas mais significativo e interativo.

Seu trabalho evidencia ainda dedicação à pesquisa e ao aprofundamento teórico-metodológico, demonstrando rigor acadêmico e sensibilidade para temas relevantes e emergentes. A escolha de investigar a inteligência artificial aplicada ao ensino de idiomas revela sua capacidade de dialogar com tendências contemporâneas da educação, mantendo relevância científica e pedagógica.

Há também em sua produção uma clara preocupação com a articulação entre teoria e prática, o que fortalece a aplicabilidade de suas contribuições no contexto educacional. Essa integração contribui para o avanço de práticas docentes mais reflexivas e fundamentadas.

Sua trajetória acadêmica destaca-se pela continuidade e coerência na construção do conhecimento, evidenciando compromisso com a formação educacional e com o aprimoramento das práticas de ensino de línguas.

Sua atuação contribui para o fortalecimento do campo de estudos em tecnologias aplicadas à educação, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas digitais e inteligência artificial como suporte ao processo de aprendizagem linguística.

Seu percurso profissional pode ser acompanhado pelo Currículo Lattes disponível em: http://lattes.cnpq.br/9042162638245389, onde se verifica a consistência de sua produção científica e seu engajamento com a inovação e o desenvolvimento educacional.

Celine Maria de Sousa Azevedo

A produção acadêmica de Celine Maria de Sousa Azevedo destaca-se pela consistência e relevância no campo da educação, especialmente por sua investigação sobre letramento linguístico e matemático como eixos para a recomposição das aprendizagens no Ensino Fundamental. *Seu trabalho revela um olhar atento às demandas contemporâneas da educação básica e às necessidades de fortalecimento das aprendizagens essenciais.*

Sua trajetória evidencia um compromisso sólido com a pesquisa educacional, pautado na busca por compreender e propor caminhos para a melhoria da qualidade do ensino. A profundidade de sua abordagem demonstra rigor teórico e sensibilidade para questões pedagógicas que impactam diretamente o cotidiano escolar.

Um aspecto notável de sua atuação é a contribuição significativa por meio de diversos artigos publicados em português e espanhol, o que amplia o alcance de sua produção e favorece o diálogo entre diferentes contextos educacionais. Essa produção multilíngue reforça sua presença no cenário acadêmico internacional.

Seu trabalho também se caracteriza pela valorização da interdisciplinaridade, ao articular o letramento linguístico e matemático como dimensões complementares no processo de aprendizagem. Essa integração evidencia uma compreensão ampla e inovadora dos desafios educacionais contemporâneos.

Há em sua pesquisa uma preocupação constante com a aplicabilidade dos conhecimentos produzidos, buscando contribuir de forma concreta para práticas pedagógicas mais eficazes e significativas. Essa relação entre teoria e prática fortalece o impacto de suas contribuições.

Sua atuação acadêmica reflete ainda dedicação e continuidade na construção do conhecimento, demonstrando coerência em sua linha de pesquisa e compromisso com o avanço das discussões sobre educação e aprendizagem no Ensino Fundamental.

Seu percurso profissional pode ser acompanhado pelo Currículo Lattes disponível em: https://lattes.cnpq.br/7701185552314131 e pelo ORCID https://orcid.org/0009-0001-1050-9471, onde se evidencia a solidez de sua produção científica e sua relevante contribuição para a área da educação.

Francisca Araújo da Silva

A produção acadêmica de Francisca Araújo da Silva destaca-se pela relevância e atualidade do tema Tecnologia na Educação Infantil: integração de ferramentas digitais e metodologias ativas na primeira infância*, evidenciando um olhar sensível e inovador para os desafios contemporâneos da educação. Sua pesquisa contribui de forma significativa para a reflexão sobre o uso consciente e pedagógico das tecnologias desde os primeiros anos escolares.*

Sua trajetória revela um compromisso consistente com a qualificação das práticas educativas na educação infantil, valorizando abordagens que respeitam o desenvolvimento integral da criança. Ao integrar ferramentas digitais e metodologias ativas, sua atuação aponta caminhos que favorecem experiências de aprendizagem mais dinâmicas, participativas e significativas.

Observa-se em seu trabalho uma preocupação clara com o equilíbrio entre inovação tecnológica e intencionalidade pedagógica, demonstrando compreensão aprofundada sobre o papel do educador na mediação das tecnologias. Essa perspectiva fortalece práticas que não apenas incorporam recursos digitais, mas os utilizam de forma crítica e planejada.

Sua contribuição acadêmica também se destaca pela pertinência social do tema, uma vez que a inserção da tecnologia na educação infantil exige reflexão cuidadosa sobre desenvolvimento, ludicidade e formação integral. Nesse sentido, sua pesquisa amplia o debate sobre como as tecnologias podem apoiar, e não substituir, as interações fundamentais da primeira infância.

O percurso acadêmico de Francisca evidencia dedicação à pesquisa e ao aprimoramento das práticas educacionais, com atenção às demandas reais do contexto escolar. Seu trabalho dialoga com tendências contemporâneas da educação, mantendo-se alinhado às discussões sobre inovação pedagógica.

Seu Currículo Lattes pode ser consultado em: https://lattes.cnpq.br/1477363833362109, onde se observa a continuidade de sua produção e seu engajamento com o desenvolvimento de práticas educacionais mais modernas e qualificadas. Seu ORCID https://orcid.org/0009-0004-4395-8689 também reforça sua presença no cenário acadêmico e científico.

Sua atuação representa uma contribuição importante para o campo da educação infantil, especialmente ao promover reflexões sobre o uso responsável e pedagógico das tecnologias digitais na primeira infância.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas

A produção acadêmica de Marcos Aurélio dos Santos Freitas evidencia um compromisso relevante com a reflexão crítica sobre a formação docente, especialmente ao abordar o tema "Desafios da formação docente para o uso de tecnologias digitais na educação quilombola: limites e possibilidades". *Sua pesquisa se insere em um campo de grande importância social, ao articular tecnologia, educação e diversidade cultural.*

Seu trabalho destaca-se pela sensibilidade ao tratar da educação quilombola, reconhecendo suas especificidades históricas, culturais e pedagógicas. Essa perspectiva demonstra respeito aos contextos comunitários e reforça a necessidade de práticas formativas que considerem a realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Observa-se em sua produção uma preocupação consistente com os desafios enfrentados pelos docentes na incorporação das tecnologias digitais, evidenciando uma análise crítica e fundamentada. Ao mesmo tempo, sua abordagem não se limita às dificuldades, mas também explora possibilidades de inovação e fortalecimento das práticas pedagógicas.

Sua pesquisa contribui de maneira significativa para o debate sobre inclusão digital e equidade educacional, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Ao focalizar a educação quilombola, seu trabalho amplia a visibilidade de questões muitas vezes pouco exploradas na literatura educacional.

Há em sua trajetória acadêmica uma clara valorização da formação docente como eixo central para a transformação das práticas educativas. Essa compreensão reforça a importância do professor como mediador essencial no uso pedagógico das tecnologias digitais.

Seu percurso também demonstra coerência e engajamento com temas contemporâneos da educação, especialmente aqueles relacionados à interculturalidade e ao uso crítico das tecnologias. Essa articulação fortalece a relevância de sua produção científica no cenário atual.

Seu Currículo Lattes pode ser consultado em: https://lattes.cnpq.br/2122129694080688 e seu ORCID https://orcid.org/0000-0002-1498-6056, onde se evidencia a consistência de sua trajetória acadêmica. Seu contato institucional, marcos_freitas21@hotmail.com, complementa sua identificação e atuação no campo da pesquisa educacional.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

A produção acadêmica de Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira (Lima Oliveira, M. L. N.) destaca-se pela profundidade analítica e pela atualidade do tema "Entre a inclusão e o controle: a educação contemporânea na era da personalização algorítmica". *Sua reflexão evidencia um olhar crítico e atento às transformações que a inteligência artificial e os sistemas algorítmicos vêm provocando nos processos educacionais.*

Seu trabalho demonstra uma capacidade notável de problematizar as relações entre tecnologia, educação e sociedade, especialmente ao discutir como os mecanismos de personalização podem simultaneamente ampliar oportunidades de aprendizagem e gerar novos desafios relacionados à autonomia e ao controle dos sujeitos.

Observa-se em sua produção uma abordagem teórica consistente, que articula fundamentos da educação contemporânea com debates emergentes sobre cultura digital e tecnologias inteligentes. Essa integração contribui para uma compreensão mais crítica e aprofundada dos impactos da tecnologia no ambiente educacional.

O capítulo assinado pela autora evidencia maturidade intelectual ao tratar de temas complexos com clareza conceitual e rigor analítico. Sua escrita contribui para o avanço das discussões sobre ética, poder e mediação tecnológica no contexto da educação contemporânea.

Sua pesquisa reforça a importância de refletir sobre o papel das tecnologias digitais não apenas como ferramentas pedagógicas, mas também como sistemas que influenciam diretamente práticas sociais e educacionais. Essa perspectiva amplia o alcance de sua contribuição acadêmica.

Seu percurso acadêmico pode ser acompanhado pelo Currículo Lattes disponível em: https://lattes.cnpq.br/6470900866612829 e pelo ORCID https://orcid.org/0009-0002-5847-5239, onde se observa a consistência de sua produção e seu engajamento com temas contemporâneos e relevantes para a educação.

Seu trabalho representa uma contribuição significativa para o campo educacional, ao estimular reflexões críticas sobre os limites e possibilidades da personalização algorítmica na educação moderna.

Samuel Ferreira

A produção acadêmica de Samuel Ferreira, especialmente no Capítulo 8 intitulado *"Iniquidades no ingresso ao ensino superior brasileiro: influência do contexto socioeconômico nas decisões educacionais dos estudantes"*, evidencia uma contribuição relevante para a compreensão das desigualdades educacionais no Brasil. Seu trabalho aborda uma temática de grande impacto social, ao analisar fatores estruturais que influenciam o acesso ao ensino superior.

Samuel Ferreira demonstra, em sua trajetória acadêmica e profissional, um compromisso consistente com a educação ao longo de décadas de atuação. Sua experiência multifacetada, que abrange docência, consultoria educacional e produção intelectual, contribui para uma visão ampla e fundamentada dos desafios do sistema educacional.

O capítulo apresentado revela sensibilidade analítica ao tratar das iniquidades educacionais, destacando o papel do contexto socioeconômico nas escolhas e trajetórias dos estudantes. Essa abordagem contribui para o aprofundamento do debate sobre justiça social e democratização do ensino superior.

Sua formação diversificada, com graduação em Teologia, Pedagogia e Direito, além de múltiplas pós-graduações, reflete uma trajetória acadêmica sólida e interdisciplinar. Essa pluralidade de conhecimentos fortalece sua capacidade de análise crítica e de articulação entre diferentes áreas do saber.

Sua experiência como pesquisador e consultor de educação superior há mais de duas décadas evidencia maturidade profissional e engajamento contínuo com a melhoria dos processos educacionais. Sua atuação em diferentes instituições amplia o alcance de suas contribuições no campo acadêmico.

O envolvimento com produção bibliográfica e atividades de ensino, incluindo obras e cursos ministrados em áreas como língua portuguesa e fundamentos educacionais, reforça sua dedicação à disseminação do conhecimento. Essa atuação contribui para a formação de diferentes públicos e para o fortalecimento da educação.

Seu percurso acadêmico pode ser acompanhado pelo Currículo Lattes disponível em: http://lattes.cnpq.br/7034348414842882, onde se observa a consistência de sua trajetória e seu compromisso com a reflexão crítica sobre o ensino superior e suas desigualdades estruturais.

Silvana Nascimento de Carvalho

A produção intelectual e a atuação profissional de Silvana Nascimento de Carvalho destacam-se pela relevância do tema "Cooperativismo e inovação educacional na Amazônia: estratégias colaborativas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social"*, que evidencia uma profunda conexão entre educação, território e transformação social. Seu trabalho reflete sensibilidade às demandas da realidade amazônica e compromisso com práticas educativas contextualizadas.*

Sua trajetória como pedagoga, professora e assessora pedagógica na SEMED Manaus demonstra um percurso sólido e comprometido com a melhoria da educação pública. Essa experiência prática enriquece sua visão acadêmica, permitindo a articulação entre teoria e realidade escolar de forma consistente e significativa.

O enfoque em cooperativismo e inovação educacional evidencia uma compreensão ampliada do processo educativo, valorizando o trabalho colaborativo como ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam a participação, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Seu trabalho também se destaca por abordar a inclusão social como eixo central, reconhecendo o papel da educação na redução de desigualdades e na promoção de oportunidades mais justas. Essa abordagem contribui para o fortalecimento de políticas e práticas educacionais mais humanas e equitativas.

Há em sua atuação um compromisso evidente com a realidade amazônica, valorizando saberes locais e contextos socioculturais específicos. Essa postura fortalece uma educação mais enraizada no território e mais sensível às necessidades das comunidades atendidas.

Sua experiência profissional na rede municipal de ensino de Manaus contribui para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras e alinhadas às demandas contemporâneas da educação básica. Essa atuação evidencia dedicação, responsabilidade e compromisso com a transformação educacional.

A trajetória de Silvana Nascimento de Carvalho reflete uma contribuição significativa para o campo educacional, especialmente ao integrar inovação, cooperativismo e inclusão social como pilares de uma educação comprometida com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Sygride Nascimento de Carvalho

A atuação de Sygride Nascimento de Carvalho, vinculada ao tema "Cooperativismo e inovação educacional na Amazônia: estratégias colaborativas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social"*, evidencia um compromisso significativo com a promoção de práticas que articulam educação, cooperação e desenvolvimento sustentável. Seu trabalho destaca a importância de iniciativas coletivas voltadas para o fortalecimento social na região amazônica.*

Sua trajetória no Sistema OCB/AM – Cooperativismo "Somos COOP/BR" demonstra inserção em um campo estratégico para o desenvolvimento regional, contribuindo para a disseminação dos princípios cooperativistas. Essa atuação reforça sua participação ativa em ações que valorizam o trabalho conjunto e a solidariedade como fundamentos do progresso social.

Observa-se em sua atuação uma compreensão clara do cooperativismo como instrumento de transformação social, especialmente quando articulado à educação. Essa perspectiva amplia as possibilidades de construção de soluções inovadoras para desafios educacionais e comunitários na Amazônia.

Seu envolvimento com iniciativas cooperativistas evidencia sensibilidade para questões relacionadas à inclusão social, desenvolvimento sustentável e fortalecimento de comunidades. Essa abordagem contribui para a consolidação de práticas mais participativas e integradas no contexto educacional e social.

A relação entre cooperativismo e inovação educacional presente em sua atuação reforça a importância de modelos colaborativos na promoção de mudanças estruturais. Sua contribuição ajuda a evidenciar como a educação pode ser potencializada por meio de redes de cooperação e engajamento coletivo.

Sua experiência no Sistema OCB/AM destaca-se pela valorização de princípios éticos e colaborativos, fundamentais para o desenvolvimento de ações voltadas ao bem comum. Essa atuação fortalece a construção de uma cultura de cooperação voltada para resultados sociais mais inclusivos e sustentáveis.

A trajetória de Sygride Nascimento de Carvalho representa uma contribuição relevante para o campo do cooperativismo aplicado à educação e ao desenvolvimento social, especialmente na realidade amazônica, onde tais iniciativas têm impacto significativo na transformação das comunidades.

Gabriel Nascimento de Carvalho

A produção intelectual apresentada evidencia um profissional de sólida formação em Administração e Direito, cuja trajetória acadêmica se destaca pela capacidade de articular conhecimentos jurídicos e administrativos em temas de alta complexidade contemporânea. Sua atuação revela consistência teórica e sensibilidade para questões emergentes do mundo digital.

O tema "Entre a inovação e a proteção: Inteligência Artificial, cibersegurança, ECA Digital e a construção do marco legal da IA na interface entre tecnologia e Direito" demonstra uma abordagem altamente atual e relevante, ao tratar dos desafios regulatórios e éticos que envolvem o avanço das tecnologias digitais. Trata-se de uma contribuição significativa para o debate jurídico contemporâneo.

Seu trabalho evidencia uma compreensão aprofundada sobre o equilíbrio necessário entre inovação tecnológica e proteção de direitos fundamentais. Ao abordar a inteligência artificial sob a perspectiva jurídica, o autor contribui para a construção de reflexões críticas sobre responsabilidade, governança e segurança digital.

A inserção de temas como cibersegurança e ECA Digital reforça a preocupação com a proteção de dados, a infância e a adolescência no ambiente virtual, além da necessidade de marcos legais atualizados e eficazes. Essa abordagem amplia o alcance social e jurídico de sua produção.

Destaca-se também sua atuação como autor de livros e artigos relevantes, o que evidencia não apenas dedicação à pesquisa, mas também compromisso com a disseminação do conhecimento jurídico. Sua produção contribui para o fortalecimento do debate acadêmico e profissional na área do Direito Digital.

Sua formação em Administração e Direito proporciona uma visão interdisciplinar valiosa, permitindo analisar os fenômenos tecnológicos não apenas sob o aspecto normativo, mas também organizacional e estratégico. Essa combinação enriquece a profundidade de suas análises.

Sua produção acadêmica e intelectual representa uma contribuição expressiva para o campo do Direito e da tecnologia, especialmente ao propor reflexões fundamentais sobre a construção de um marco legal da inteligência artificial que seja equilibrado, ético e socialmente responsável.

Sandro Garabed Ischkanian

A produção acadêmica de Sandro Garabed Ischkanian, especialmente no tema *"A formação continuada de educadores voluntários no Brasil: objetivos pedagógicos, relevância social e patamares legais na promoção de práticas educativas de qualidade", evidencia uma contribuição relevante para o debate sobre educação, cidadania e responsabilidade social. Seu trabalho destaca a importância da formação docente contínua como elemento essencial para a qualificação das práticas educativas.*

Sua abordagem demonstra sensibilidade para o papel dos educadores voluntários no cenário educacional brasileiro, reconhecendo sua relevância social e seu impacto em contextos de vulnerabilidade. Essa perspectiva valoriza iniciativas que ampliam o acesso à educação e fortalecem ações de caráter comunitário e inclusivo.

Observa-se em sua produção uma preocupação consistente com os fundamentos pedagógicos que sustentam a prática educativa, especialmente no que se refere à formação continuada. Essa ênfase contribui para a construção de estratégias mais estruturadas e eficazes na atuação de educadores voluntários.

Além disso, seu trabalho incorpora uma dimensão legal importante, ao abordar os patamares normativos que orientam a atuação educacional no Brasil. Essa articulação entre pedagogia e legislação fortalece a compreensão sobre a necessidade de práticas educativas alinhadas às normas e diretrizes vigentes.

Sua pesquisa também evidencia uma valorização do impacto social da educação, destacando o papel transformador das iniciativas voluntárias no desenvolvimento de comunidades. Essa abordagem reforça a educação como instrumento de inclusão e promoção de equidade social.

Há em sua atuação uma clara dedicação à reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da educação voluntária, contribuindo para o aprimoramento das práticas formativas. Sua análise contribui para o fortalecimento de políticas e ações educacionais mais consistentes.

O trabalho de Sandro Garabed Ischkanian representa uma contribuição significativa para o campo educacional, ao articular formação docente, relevância social e fundamentos legais na promoção de uma educação de qualidade e socialmente comprometida.

POSFÁCIO

O volume 2 da obra “Tendências Atuais na Pesquisa Científica: Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Epistemológicas” consolida-se como um marco relevante na ampliação do pensamento acadêmico contemporâneo, ao aprofundar discussões que ultrapassam a dimensão técnica da pesquisa e alcançam sua essência crítica e formativa. Este conjunto de estudos reafirma que a produção científica, quando orientada por rigor intelectual e sensibilidade analítica, se torna um instrumento potente de interpretação e transformação da realidade, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura investigativa mais consciente e comprometida.

Ao longo dos capítulos, evidencia-se um esforço coletivo de problematizar conceitos, revisar paradigmas e propor novas formas de compreender os processos de construção do conhecimento. Cada reflexão apresentada contribui para a consolidação de uma postura investigativa mais crítica, na qual o pesquisador assume papel ativo na interpretação dos fenômenos, reconhecendo a complexidade e a dinamicidade que caracterizam a produção científica na contemporaneidade.

O volume destaca-se, ainda, por promover uma articulação consistente entre teoria, metodologia e epistemologia, permitindo ao leitor perceber que toda investigação está ancorada em escolhas que ultrapassam procedimentos técnicos. Esse entendimento fortalece a formação de pesquisadores mais conscientes de suas práticas, capazes de desenvolver estudos com maior profundidade, coerência e responsabilidade acadêmica.

A pluralidade de perspectivas reunidas nesta obra amplia significativamente o horizonte de possibilidades investigativas, incentivando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Tal diversidade não apenas enriquece o debate científico, mas também favorece a construção de respostas mais abrangentes e sensíveis aos desafios impostos pela sociedade atual, marcada por constantes transformações e demandas complexas.

O volume 2 reafirma, portanto, a importância da pesquisa científica como prática reflexiva e transformadora, que exige não apenas domínio técnico, mas também compromisso ético e abertura ao novo. Ao incentivar a inovação e o pensamento crítico, a obra contribui para o fortalecimento de uma ciência mais dinâmica, inclusiva e socialmente relevante. Tal contribuição se evidencia na qualidade das análises apresentadas, que revelam maturidade intelectual e profundo engajamento com os desafios contemporâneos da produção do conhecimento.

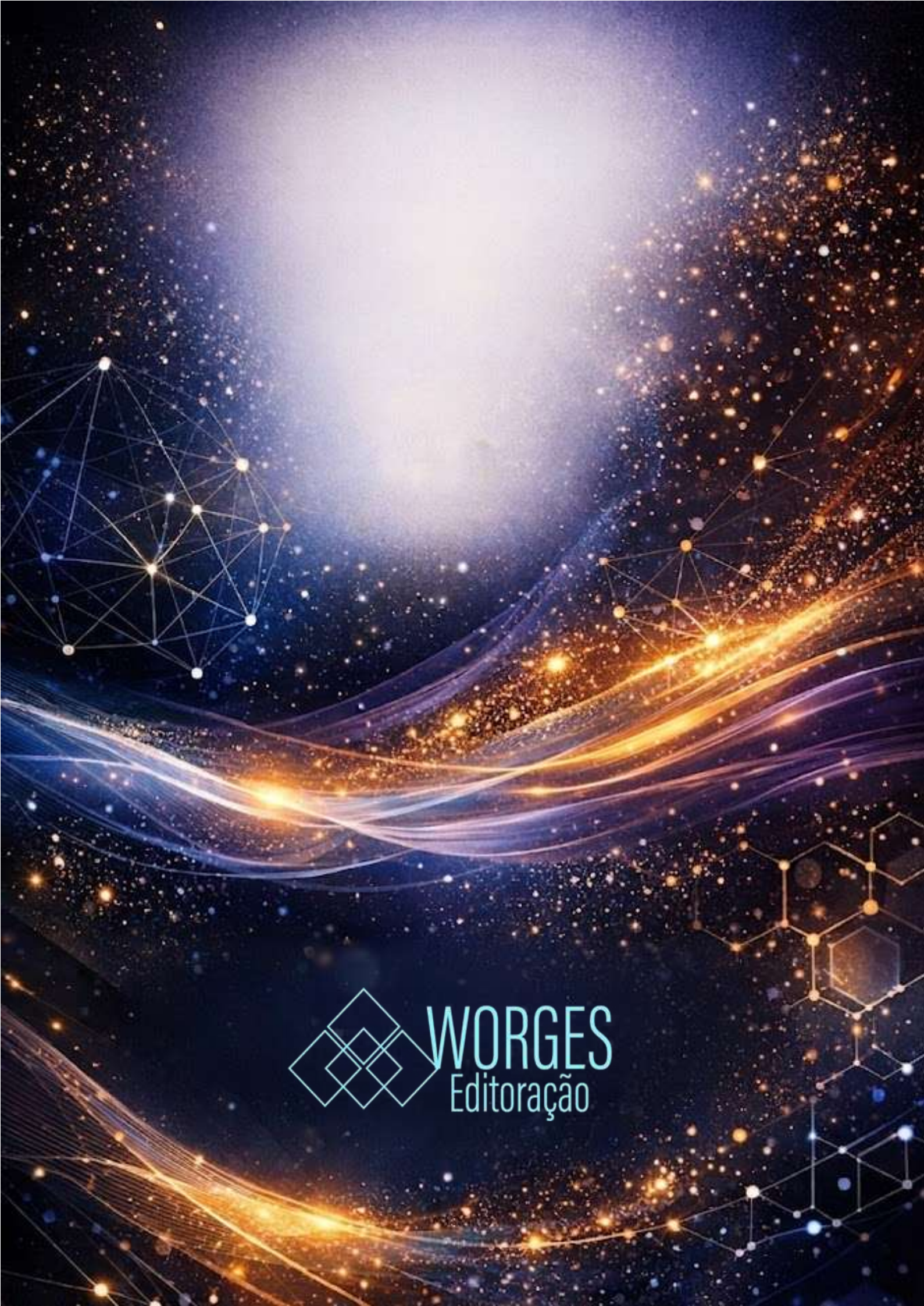
A pesquisa desenvolvida ao longo da obra demonstra elevado rigor metodológico, aliado a uma sensibilidade teórica que permite interpretar a realidade de maneira complexa e consistente. Os autores evidenciam domínio dos referenciais adotados, articulando conceitos com precisão e oferecendo leituras que ampliam significativamente o campo de investigação. Esse cuidado na construção do conhecimento reforça a credibilidade acadêmica do volume e o posiciona como referência relevante no cenário científico.

Outro aspecto digno de destaque reside na capacidade da obra de valorizar a pluralidade de perspectivas, promovendo um diálogo fecundo entre diferentes áreas e abordagens. Essa diversidade intelectual não fragmenta o conteúdo, mas o fortalece, ao permitir que múltiplas vozes contribuam para uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos estudados. A pesquisa, nesse sentido, se apresenta como espaço de convergência e construção coletiva.

A excelência da produção também se manifesta na originalidade das problematizações e na coragem de propor novos olhares sobre questões já consolidadas no campo acadêmico. Os estudos não se limitam à repetição de modelos teóricos, mas avançam na elaboração de interpretações próprias, demonstrando autonomia intelectual e compromisso com a inovação científica. Esse movimento revela uma pesquisa viva, inquieta e comprometida com o avanço do conhecimento.

Este pós-fácio reconhece, portanto, a relevância desta produção como referência essencial para pesquisadores, estudantes e profissionais que buscam aprofundar suas compreensões sobre os caminhos da ciência na atualidade. Trata-se de uma obra que não apenas apresenta conhecimentos, mas inspira novas investigações, fortalece a autonomia intelectual e reafirma o papel da ciência na construção de uma sociedade mais justa, crítica e comprometida com o desenvolvimento humano.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Samuel Ferreira
Silvana Nascimento de Carvalho
Francista Araújo da Silva
Sygride Nascimento de Carvalho
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Gladys Nogueira Cabral


WORGES
Editoração